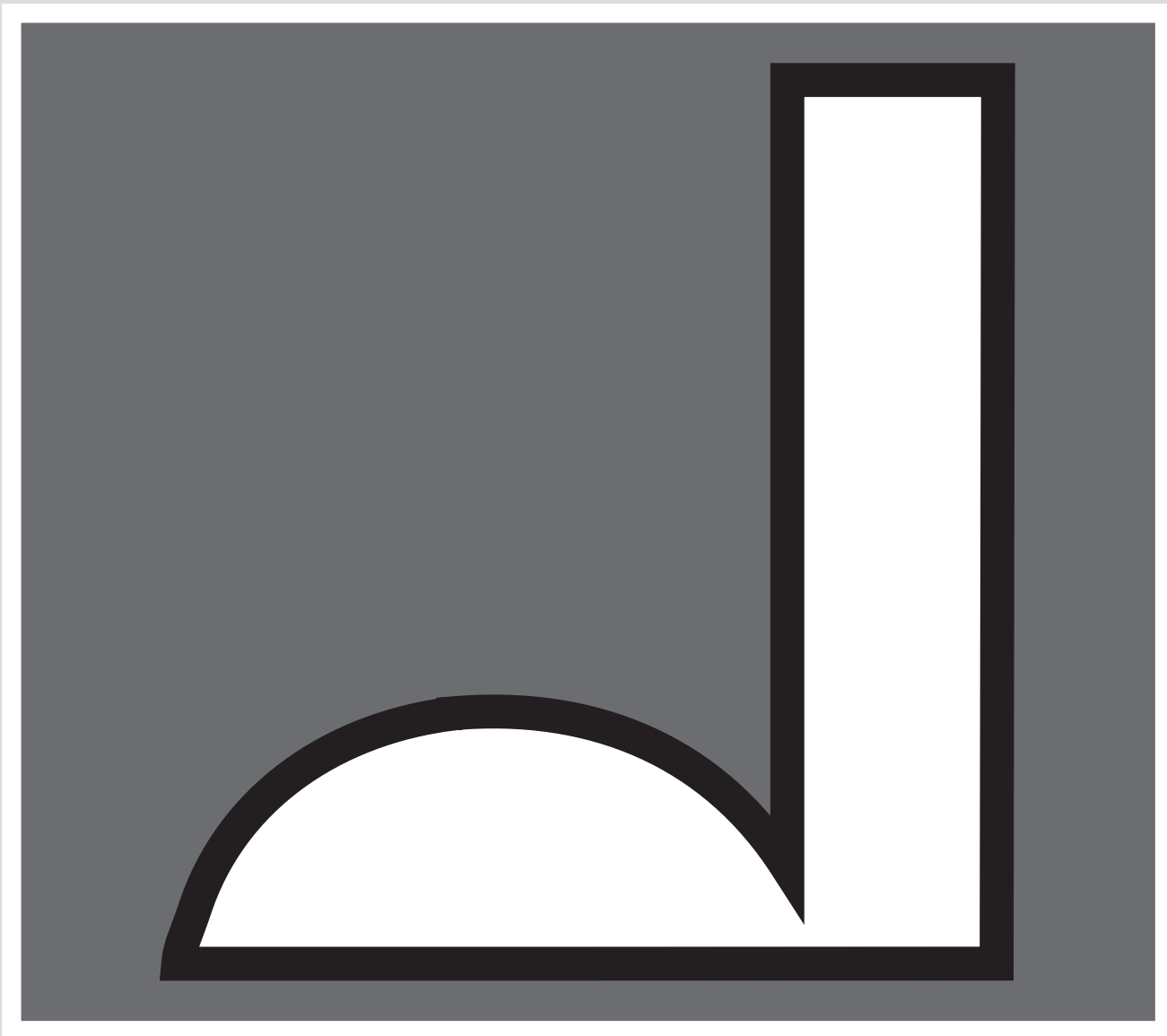




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 198 - QUINTA-FEIRA, 1 DE DEZEMBRO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – BLOCO – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Moraes – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 2º Papaléo Paes – PSDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG	
LIDERANÇAS		
MAIORIA (PMDB) – 21 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna Vice-Líderes do PMDB (vago) (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti Vice-Líder do PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias Vice-Líder do PDT (vago) BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 17	LÍDER Delcídio Amaral – PT Vice-Líderes Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral Vice-Líderes do PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro Vice-Líder do PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB (vago) LÍDER DO P-SOL – 2 Heloísa Helena Vice-Líder do P-SOL Geraldo Mesquita Junior LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/ PSDB) – 31 LÍDER José Jorge	Vice-Líderes Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino Vice-Líderes do PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio Vice-Líder do PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan (vago) Flexa Ribeiro LÍDER DO GOVERNO Aloízio Mercadante – PT Vice-Líderes do Governo Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PSB
EXPEDIENTE		
Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 26-10-2005

SENADO FEDERAL

(*) MANDADO DE CITAÇÃO DO SENADOR JOÃO CAPIBERIBE

(*) Publicado em suplemento à presente edição.

ATO CONJUNTO Nº 4 , DE 2005

O Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o art. 75 do Regimento Interno do Senado Federal e o art. 17, I, "m", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados,

R E S O L V E M

criar Comissão Mista, composta de dois Srs. Senadores e dois Srs. Deputados, para sistematizar as propostas de Segurança Pública, composta dos seguintes Srs. Congressistas:

DEPUTADOS

Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP)

Alberto Fraga (PFL-DF)

SENADORES

Ramez Tebet (PMDB-MS)

César Borges (PFL-BA)

Congresso Nacional, em 1º de dezembro de 2005



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal



Deputado ALDO REBELO
Presidente da Câmara dos Deputados

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 212ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 395, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera os arts. 2º e 16 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), com as modificações posteriores, para dispor sobre áreas de preservação permanente e de reserva legal. 41891

Projeto de Lei do Senado nº 396, de 2005, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para disciplinar as relações de consumo realizadas por meio eletrônico.. 41893

Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas de investimentos em equipamentos das Forças Armadas. 41895

Projeto de Lei do Senado nº 398, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que obriga os estabelecimentos que especifica a fornecerem informações nutricionais dos alimentos e bebidas preparadas. 41896

Projeto de Lei do Senado nº 399, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que permite a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de despesas relativas ao tratamento de obesidade mórbida. 41897

Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera a redação do § 3º do art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.173-24, de 23 de agosto de 2001, que dispõe sobre a fixação das anuidades escolares, para facultar a inclusão da despesa de contratação de seguro de prevenção à inadimplência na planilha de custos dos estabelecimentos privados de ensino, e lhe acrescenta um § 3º-A. 41902

Projeto de Lei do Senado nº 401, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 45 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para facilitar o processo de adoção. 41903

Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que obriga os aeroportos, bases aéreas e similares a manter homenagem permanente ao “Pai da Aviação”, Alberto Santos Dumont..... 41905

1.2.2 – Mensagens do Presidente da República

Nº 265, de 2005 (nº 804/2005, na origem), de 24 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor *Paulo Furquim de Azevedo*, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. 41905

Nº 266, de 2005 (nº 805/2005, na origem), de 24 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Roberto Pires Coutinho*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize. 41925

1.2.3 – Pareceres

Nº 2.059, de 2005, da Comissão Diretora, oferecendo a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998, que estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ)..... 41941

Nº 2.060, de 2005, da Comissão Diretora, oferecendo a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2004, que dispõe sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos que compõem a sociedade brasileira, em atendimento ao disposto no § 2º do artigo 215 da Constituição Federal. 41942

Nº 2.061, de 2005, da Comissão Diretora, oferecendo a redação final da emenda ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2003, que altera a redação dos artigos 165, 276, 277 e 302 da Lei nº

9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (dispõe sobre dirigir sob a influência de álcool ou qualquer substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica). 41943

Nºs 2.062 e 2.063, de 2005, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Sociais, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2004, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. 41943

Nºs 2.064 e 2.065, de 2005, das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e de Assuntos Sociais, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2005, que acrescenta parágrafo ao art. 39 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir representantes da Fundação Palmares e de comunidades remanescentes de quilombos nos Comitês de Bacia Hidrográfica. 41949

1.2.4 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 80, de 2004; e 9, de 2005, cujos pareceres foram lidos anteriormente.. 41956

Recebimento da Mensagem nº 267, de 2005 (nº 806/2005, na origem), de 24 do corrente, do Presidente da República, solicitando autorização para aceitação de dação de imóvel do Governo da Bolívia, como parte do pagamento dos juros da dívida externa daquele país. 41956

Término do prazo, ontem, sem interposição recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2003, de autoria do Senador Paulo Octávio, que modifica o art. 37, da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para ampliar as condições de criação dos Comitês de Bacia Hidrográfica nos rios federais, tendo sido rejeitado terminativamente pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. **Ao Arquivo.** 41956

Término do prazo, ontem, sem interposição recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2003, de autoria do Senador Augusto Botelho, que acrescenta inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, definindo como nula a cláusula de eleição de foro em prejuízo da defesa do consumidor, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. **À Câmara dos Deputados.** 41956

Término do prazo, ontem, sem interposição recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2005, de au-

toria do Senador Marco Maciel, que dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. **À Câmara dos Deputados.** 41956

Término do prazo, ontem, sem interposição recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2005, de autoria do Senador Flávio Arns, que institui a data de 6 de junho como o “Dia Nacional do Teste do Pezinho”, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. **À Câmara dos Deputados.** 41956

Término do prazo, ontem, sem interposição recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2005, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Tocantins (Univat), com sede no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. **À Câmara dos Deputados.** 41956

Término do prazo, ontem, sem interposição recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 412, 418, 430, 438, 441, 443, 445, 447, 454, 474 e 475, de 2005, tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação. **À promulgação.** 41956

1.2.5 – Leitura de Propostas de Emenda à Constituição

Nº 69, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que acrescenta o § 2º do art. 230, para acrescentar-lhe os incisos I e II, na Constituição Federal. 41957

Nº 70, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador João Alberto Souza, que acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 177 da Constituição Federal. 41961

1.2.6 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 55, de 2005-CN (nº 7.146/2005, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades daquele Tribunal, referente ao 3º trimestre do exercício de 2005. 41965

1.2.7 – Ofício

Nº 535/2005, de 29 do corrente, da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 41965

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO – Registro das comemorações amanhã, do centenário de Heloísa Costa Sampaio, em Palmeira dos Índios, Alagoas. 41966

SENADORA IRIS DE ARAÚJO – Manifestação contra a política de juros praticada pelo governo e apelo no sentido de haja mais ousadia no corte dessas taxas. 41968

SENADOR **EDUARDO AZEREDO** – Comunicação do falecimento do Acadêmico e Ministro aposentado do STF, Oscar Dias Corrêa..... 41975

1.2.9 – Leitura de requerimento

Nº 1.382, de 2005, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Marco Maciel, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Acadêmico mineiro Oscar Dias Corrêa, ex-Deputado Federal, ocorrido no dia 29 do corrente..... 41975

1.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR **SÉRGIO ZAMBIASI**, como Líder – Assinatura do Compromisso de Puerto Iguazu, ampliando as relações bilaterais entre o Brasil e a Argentina. 41976

SENADORA **IDELI SALVATTI** – Aplauso ao Ministro de Estado da Cultura, Gilberto Gil, pela proclamação do Samba de Roda do Brasil, do Recôncavo Baiano, como Obra-prima do Patrimônio Imaterial da Humanidade..... 41977

1.2.11 – Leitura de requerimentos

Nº 1.383, de 2005, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso ao Ministro de Estado da Cultura, Gilberto Gil, pela proclamação do Samba de Roda do Brasil, do Recôncavo Baiano, como Obra-prima do Patrimônio Imaterial da Humanidade pela Unesco, dia 25 passado, em Paris. 41978

Nº 1.384, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso aos jornalistas Gerson Camarotti e Bernardo de La Peña, pelo lançamento do livro Memorial do Escândalo. 41978

Nº 1.385, de 2005, de autoria dos Senadores Marco Maciel, Renan Calheiros e Edison Lobão, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Adélia Cecília Menezes Naves, esposa do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Nilson Naves, ocorrido hoje..... 41978

Nº 1.386, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona. 41979

Nº 1.387, de 2005, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça as informações que menciona..... 41979

1.2.12 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR **PAULO PAIM** – Preocupação com a educação do povo brasileiro. Considerações sobre o Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2003, de autoria de S. Exª, que regulamenta dispositivo constitucional assegurando assistência gratuita em creches e pré-escolas para as crianças do meio urbano, de zero a seis anos..... 41980

SENADOR **RODOLPHO TOURINHO** – Considerações sobre a queda de 1,2% no PIB, regis-

trada pelo IBGE, em relação ao trimestre anterior. Elogios ao presidente Renan Calheiros pela defesa dos direitos dos Estados no que tange às perdas na arrecadação de produtos exportados devido à Lei Kandir. 41982

SENADOR **ANTERO PAES DE BARROS** – Leitura de Nota Oficial do PSDB do Mato Grosso e denúncias sobre o comportamento do Juiz Criminal Federal Julier Sebastião da Silva, que vem ferindo o princípio da imparcialidade. 41984

SENADORA **ANA JÚLIA CAREPA** – Reflexões e críticas sobre o resultado final da CPMI da Terra, que ontem realizou sua última sessão. 41990

SENADOR **OSMAR DIAS**, como Líder – Registro da visita do Presidente Lula, hoje, ao Paraná, no encerramento do Fórum Futuro 10 Paraná, onde receberá documento que trata de temas como educação, segurança, equilíbrio das contas públicas, reforma política e orçamento diferenciado..... 41996

SENADOR **MARCO MACIEL** – Considerações sobre o Metrô do Recife, o Metrorec, projeto fundamental e estratégico para a população da Região Metropolitana do Recife. Solicitação de apoio da Casa para a emenda apresentada ao OGU de 2006..... 41997

SENADOR **ARTHUR VIRGÍLIO**, como Líder – Comentários ao resultado negativo do PIB do terceiro trimestre de 2005, divulgado pelo IBGE, que revelaria uma drástica desaceleração da economia brasileira. 42000

SENADORA **HELOÍSA HELENA**, como Líder – Registro do assassinato de Jaelson dos Santos, dirigente do Movimento dos Sem-Terra de Alagoas, ocorrido ontem. Críticas ao governo por não enfrentar o problema da reforma agrária. 42018

SENADOR **JOSÉ AGRIPINO**, como Líder – Críticas à política de juros altos praticada pelo governo Lula. 42019

SENADOR **TASSO JEREISSATI** – Queda do PIB registrada no último trimestre. 42021

SENADOR **ARTHUR VIRGÍLIO** – Encaminhamento à Mesa de matéria do jornal **Folha de S. Paulo** intitulada “Duda dá R\$ 10 mil a Delubio e diz ser aposta” 42025

SENADOR **ALVARO DIAS** – Transcrição do artigo publicado no **Clarín**, em 28 do corrente, intitulado “A amizade Argentina-Brasil, 20 anos depois do Encontro de Foz do Iguaçu”, da professora Mônica Hirst..... 42027

SENADOR **ALMEIDA LIMA** – Considerações sobre o quadro político que vive o país. Denúncia da desconsideração do governo federal para com o ensino público no Brasil..... 42031

SENADOR **RAMEZ TEBET** – Defesa da necessidade de investimentos públicos para a área social, com o fim de evitar a violência. 42032

SENADORA HELOÍSA HELENA – Solicitação para que seja implantada a Comissão especial para tratar de assuntos de segurança pública..... 42034

SENADOR AELTON FREITAS – Registro do reconhecimento da postura do governador de Minas Gerais, na adoção de medidas preventivas para evitar surto da febre aftosa no Estado. Parabeniza o governo pelo programa Minas-Leite..... 42034

1.2.13 – Leitura de requerimentos

Nº 1.388, de 2005, de autoria dos Senadores Renan Calheiros e Antonio Carlos Magalhães, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento ex-Deputado Estadual e Federal, ex-Ministro da Justiça e Ministro Aposentado do Supremo Tribunal Federal, Oscar Dias Corrêa, ocorrido hoje. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Marco Maciel, José Agripino, Antonio Carlos Magalhães, Sérgio Guerra, Arthur Virgílio, Ney Suassuna e Heráclito Fortes, tendo o Sr. Presidente (Renan Calheiros) se associado às homenagens prestadas..... 42036

Nº 1.389, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado, ex-Ministro de Estado e ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, Oscar Dias Corrêa, ocorrido hoje. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Marco Maciel, José Agripino, Antonio Carlos Magalhães, Sérgio Guerra, Arthur Virgílio, Ney Suassuna e Heráclito Fortes, tendo o Sr. Presidente (Renan Calheiros) se associado às homenagens prestadas..... 42036

Nº 1.390, de 2005, de autoria dos Senadores Marco Maciel e Antonio Carlos Magalhães, solicitando homenagens pelo falecimento do Ministro Oscar Dias Corrêa, ocorrido hoje. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Marco Maciel, José Agripino, Antonio Carlos Magalhães, Sérgio Guerra, Arthur Virgílio, Ney Suassuna e Heráclito Fortes, tendo o Sr. Presidente (Renan Calheiros) se associado às homenagens prestadas..... 42036

Nº 1.391, de 2005, de autoria dos Senadores Romeu Tuma e Antonio Carlos Magalhães, solicitando homenagens pelo falecimento do Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, Oscar Dias Corrêa, ocorrido no dia de hoje. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Marco Maciel, José Agripino, Antonio Carlos Magalhães, Sérgio Guerra, Arthur Virgílio, Ney Suassuna e Heráclito Fortes, tendo o Sr. Presidente (Renan Calheiros) se associado às homenagens prestadas..... 42036

Nº 1.392, de 2005, de autoria dos Senadores José Agripino e Antonio Carlos Magalhães, solicitando inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento ocorrido nesta madrugada, do ilustre brasileiro Oscar Dias Corrêa, ex-Parlamentar, ex-Ministro da Justiça e ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Marco Maciel, José Agripino, Antonio Carlos Magalhães,

Sérgio Guerra, Arthur Virgílio, Ney Suassuna e Heráclito Fortes, tendo o Sr. Presidente (Renan Calheiros) se associado às homenagens prestadas..... 42036

Nº 1.393, de 2005, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Antonio Carlos Magalhães, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado, ex-Ministro de Estado e ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, Oscar Dias Corrêa, ocorrido hoje. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Marco Maciel, José Agripino, Antonio Carlos Magalhães, Sérgio Guerra, Arthur Virgílio, Ney Suassuna, Heráclito Fortes, tendo o Sr. Presidente (Renan Calheiros) se associado às homenagens prestadas.. 42037

Nº 1.394, de 2005, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Danilo Remor, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA)..... 42045

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (Proveniente da Medida Provisória nº 261, de 2005) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 261, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Previdência Social e de Encargos Financeiros da União, no valor global de novecentos e trinta e três milhões e quatrocentos mil reais para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada por não haver acordo das Lideranças**..... 42046

Item 2 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.359, de 2005 – art. 336, II)

Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, de autoria dos Senadores João Capiberibe e Paulo Octávio, que altera os arts 16, 68, 81, 82, 86 e revoga o § 7º do art. 68 da Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para disciplinar autoria e exibição pública de obras audiovisuais e cinematográficas. **Apreciação sobrestada**..... 42046

Item 3

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que altera os incisos XVIII e XIX do art. 7º da Constituição Federal, para conceder licença-maternidade e licença-paternidade em casos de adoção. **Apreciação sobrestada**..... 42046

Item 4

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, que altera o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2016, a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno. **Apreciação sobrestada**..... 42046

Item 5

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que acresce parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal para aumentar, nas cidades com população inferior a trezentos mil habitantes, a extensão das áreas urbanas passíveis de terem a propriedade transferida por usucapião especial. **Apreciação sobrestada.**..... 42047

Item 6

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa). **Apreciação sobrestada.** 42047

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras. **Apreciação sobrestada.**..... 42047

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR LEONEL PAVAN, como Líder – Apelo para que seja apreciado projeto que trata da renegociação da dívida dos agricultores. 42047

SENADORA HELOÍSA HELENA – Homenagem ao jornalista Jorge Oliveira, pelo recebimento da estatueta do prêmio Menção Honrosa, no Festival de Cinema de Brasília, pelo filme “O poeta e o capitão”. 42050

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Razões que envolvem a queda do PIB no último trimestre. 42050

SENADOR CÉSAR BORGES, como Líder – Críticas a política econômica do governo federal, que repercutiu na queda do PIB brasileiro. 42051

SENADOR NEY SUASSUNA – Aspecto controverso da legislação sobre direitos autorais. 42053

– Discursos encaminhados à publicação

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro do editorial do jornal **Folha de S. Paulo**, intitulado “Plano humorístico”, edição de 22 de novembro do corrente. 42054

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Registro da matéria intitulada “A dupla solidão de Palocci”, publicada na revista **Veja**, edição de 23 de novembro do corrente. 42056

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro do artigo intitulado “Os dois Palocci”, de autoria da colunista Eliane Cantanhêde, publi-

cado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 17 de novembro do corrente. 42057

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro do artigo intitulado “A ursa e o equilibrista”, de autoria do jornalista Tales Alvarenga, publicado na revista **Veja**, edição de 23 de novembro do corrente. 42058

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro do editorial da **Folha de S. Paulo**, intitulado “Empréstimo obscuro”, edição de 24 de novembro do corrente. 42059

SENADOR LEONEL PAVAN – Comentários sobre a matéria intitulada “Lula foi avisado de esquema em Santo André, diz empresária”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 24 de novembro do corrente. 42060

SENADOR REGINALDO DUARTE – Comentários sobre a queda registrada na produção no mês de agosto, segundo dados do IBGE. 42061

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Registro da matéria intitulada “Luzes sobre a farsa”, publicada na revista **Veja**, edição de 21 de novembro do corrente. 42063

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “Agenda de Celso Daniel intriga CPI”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 24 de novembro do corrente. 42064

SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO – Destaque para a matéria publicada no **O Jornal**, de Maceió, intitulada “O vice e o ministro têm razão”, de autoria de S. Exª, edição de 29 de novembro do corrente. 42065

SENADOR EFRAIM MORAIS – Preocupação com o descaso com que o Governo Lula vem tratando a gestão dos recursos hidroviários de nosso País. 42066

1.3.3 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quinta-feira, dia 1º, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 42067

1.4 – ENCERRAMENTO**2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR**

Do Senador Arthur Virgílio proferido na sessão do dia 29 do corrente. 42069

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 30-11-2005**4 – SECRETARIA GERAL DA MESA**

Resenha mensal das matérias apreciadas no mês de novembro de 2005. (período de 1º a 30/11/2005) 42071

5 – PARECER

Nº 32, de 2005, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 43, de 2005-CN (nº 1.814/2005, na origem), que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão

nº 1.556, de 2005 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram (TC nº 005.208/2005-3)..... 42059

6 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Extrato da Ata da 13ª Reunião, realizada em 30 de novembro de 2005..... 42161

SENADO FEDERAL

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
– 52ª LEGISLATURA

8 – SECRETARIA DE COMISSÕES

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

12 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

13 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

14 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

15 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

16 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

17 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

18 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

19 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 212ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 30 de Novembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, João Alberto Souza,
Edison Lobão e Gilberto Goellner*

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 30/11/2005 07:28:29 até 30/11/2005 19:38:29

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	

Compareceram: 73 Senadores

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 395, DE 2005

Altera os arts. 2º e 16 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), com as modificações posteriores, para dispor sobre áreas de preservação permanente e de reserva legal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, com as modificações posteriores, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

I – de dez metros para os cursos d’água de menos de dez metros de largura;

2 – de vinte metros para os cursos d’água que tenham de dez a cinquenta metros de largura;

3 – igual à metade da largura do curso d’água, até o máximo de duzentos metros, para os cursos d’água que tenham mais de cinquenta metros de largura.

.....(NR)”

Art. 2º O art. 16 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, com as modificações posteriores, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16.... ..

III – 10% (dez por cento), na propriedade rural com área de 30 a 1.210 hectares, e 20% (vinte por cento), na propriedade rural com área superior àquela, em área de floresta ou outras formas de vegetação nativa localizada nas demais regiões do País;

§ 5º

I – reduzir, na Amazônia Legal, a reserva legal para até cinquenta por cento da propriedade, excluídas, em qualquer caso, as Áreas de Preservação Permanente, os ecótonos, os sítios e ecossistemas especialmente protegi-

dos, os locais de expressiva biodiversidade e os corredores ecológicos;

§ 6º

II – 25% (vinte e cinco por cento) da propriedade rural localizada nas demais regiões no País;

§ 12. Na propriedade rural com área até 30 hectares, não é obrigatória a manutenção de reserva legal. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o inciso III do § 6º do art. 16 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, com as modificações posteriores.

Justificação

De acordo com o art. 170 da Constituição Federal, a ordem econômica está subordinada a princípios como a propriedade privada, a função social da propriedade e a defesa do meio ambiente, todos de mesmo nível hierárquico. Além disso, conforme o art. 225 da Lei Maior, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

Em sintonia com os ditames constitucionais e para compatibilizar o desenvolvimento econômico com a proteção da natureza, com vistas na materialização do conceito de desenvolvimento sustentável, o legislador infra-constitucional brasileiro estabeleceu regime especial para o exercido do direito de propriedade em áreas relevantes sob o ponto de vista ambiental. Trata-se da criação de áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal, promovida pela Lei nº 4.771, de 1965 (Código Florestal).

As APP, conforme definição do Código Florestal (art. 1º, § 2º, II), são áreas protegidas nos termos dos arts. 2º e 3º da mesma Lei, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. Tendo em vista essas finalidades, não é permitido qualquer aproveitamento econômico no interior dessas áreas.

A redação original do Código Florestal, de 1965, determinava que, ao longo de rios e outros cursos d’água, as APP corresponderiam a faixas marginais com dimensões distintas, a depender da largura do Corpo hídrico. Tais dimensões variavam de cinco metros, para os rios com menos de dez metros de largu-

ra, a cem metros, para aqueles com largura superior a duzentos metros. Em 1989, contudo, a Lei nº 7.803 incrementou drasticamente as APP. A largura dessas áreas passou a variar entre trinta metros, para cursos d'água com menos de dez metros de largura, a quinhentos metros, para aqueles com largura superior a seiscentos metros.

Fenômeno semelhante ocorreu com a disciplina das áreas de reserva legal. A redação original do art. 44 do Código Florestal determinava que, enquanto o poder público não regulamentasse em definitivo a matéria, só seria permitida, na bacia amazônica, a exploração a corte raso se fosse preservada uma cobertura arbórea mínima de cinquenta por cento.

A expressão reserva legal foi introduzida pela Lei nº 7.803, de 1989, que agregou parágrafo único ao art. 44, fixando a reserva legal, na região Norte, em cinquenta por cento da área de cada propriedade. A Medida Provisória (MPV) nº 1.956-50, de 2000, modificou os percentuais de reserva legal, passando esses a representar oitenta por cento, na propriedade rural situada em área de floresta localizada na Amazônia legal, e trinta e cinco por cento, na propriedade rural situada em área de cerrado localizada na mesma região. Esses são os percentuais hoje vigentes.

Desse modo, percebe-se que, historicamente, o caminho escolhido para intensificar a proteção da cobertura florestal, não só na região Norte, mas em todo o País, consistiu basicamente em aumentos dramáticos das APP e da reserva legal reduzindo drasticamente, em consequência, a parcela economicamente aproveitável da propriedade rural.

Os crescentes índices de desflorestamento indicam que o resultado foi diametralmente oposto ao pretendido: a disseminação do desrespeito à legislação ambiental, quase configurando um processo de desobediência civil. Aparentemente, os proprietários preferem assumir os riscos vinculados ao desmatamento ilegal, na esperança de que as infrações não sejam detectadas pelo aparato de fiscalização do Estado, ou de que seja possível postergar, até o limite da prescrição, a aplicação das penalidades resultantes das infrações.

Em face disso, consideramos oportuno estabelecer valores razoáveis, tanto para as áreas de preservação permanente como para as de reserva legal, a fim de incentivar a atividade econômica legal, viabilizando o aproveitamento produtivo das pequenas propriedades e fomentando o

cumprimento das leis ambientais, hoje desrespeitadas, em grande parte, em função dos índices irreais fixados na legislação.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos demais Senadores para a aprovação desse Projeto de Lei, que, em nossa opinião, constitui importante medida para promover o desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável, criando condições para uma maior efetividade do direito ambiental.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2005.
– Senador **Álvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a toda existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

.....
Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965

Institui o novo Código Florestal.

.....
Art. 2º Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

.....
Art. 16. As florestas de domínio privado, não sujeitas ao regime de utilização limitada e ressalvadas as de preservação permanente, previstas nos artigos 2º e 3º desta lei, são suscetíveis de exploração, obedecidas as seguintes restrições:

.....
Art. 44. Na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste enquanto não for estabelecido o decreto de que trata o artigo 15, a exploração a corte raso só é permissível desde que permaneça com cobertura arbórea, pelo menos 50% da área de cada propriedade.

LEI Nº 7.803, DE 18 DE JULHO DE 1989

Altera a redação da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e revoga as Leis nºs 6.535, de 15 de junho de 1978, e 7.511, de 7 de julho de 1986.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

MEDIDA PROVISÓRIA
Nº 1.956-50, DE 26 DE MAIO DE 2000

Altera os arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que Institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, e tendo em vista o disposto no art. 225, § 4º, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei.

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 396, DE 2005

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para disciplinar as relações de consumo realizadas por meio eletrônico.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 2º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que, como destinatário final, adquire ou utiliza produto ou serviço, inclusive por meio da rede mundial de computadores ou de qualquer outro meio eletrônico.

..... (NR)”

Art. 2º O **caput** do art. 3º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou

prestação de serviços, inclusive por meio da rede mundial de computadores ou de qualquer outro meio eletrônico.

..... (NR).”

Art. 3º O art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 6º.....

XI – a segurança nas transações por meio da rede mundial de computadores ou de qualquer outro meio eletrônico, de modo a proteger o sigilo das informações e proporcionar formas fidedignas para a comprovação das operações realizadas (NR)“.

Art. 4º O art. 33 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com o seguinte parágrafo único:

“Art. 33.....

Parágrafo único. No caso de oferta ou venda por meio da rede mundial de computadores ou de qualquer outro meio eletrônico, os nomes e os endereços geográficos do fabricante do produto, do prestador do serviço e do ofertante ou vendedor do produto ou serviço devem ser ostensivamente informados na embalagem e nas páginas eletrônicas em que o produto ou serviço for ofertada. (NR)”

Art. 5º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com o seguinte art. 41-A:

“Art. 41-A. Nas relações travadas por meio da rede mundial de computadores ou de qualquer outro meio eletrônico, o fornecedor é responsável por proporcionar meios adequados e seguros para a negociação, preservando o sigilo das informações prestadas pelo consumidor e produzindo documentos suficientes para a fidedigna comprovação de cada etapa da operação.”

Art. 6º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com o seguinte art. 44-A:

“Art. 44-A. É vedado ao fornecedor violar o sigilo das transações realizadas por meio da rede mundial de computadores ou de qualquer outro meio eletrônico com o consumidor, doando, vendendo ou de outra forma compartilhando com outro fornecedor qualquer das informações pessoais do consumidor, salvo para a formação de banco de dados e cadas-

tros destinados à proteção do crédito, respeitadas as demais normas desta seção.”

Art. 7º O caput do art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 49. O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de sete dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone, a domicílio, pela rede mundial de computadores ou outro meio eletrônico

.....(NR)”

Art. 8º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com o seguinte art. 72-A:

“Art 72-A. Vender, ceder, doar ou de outra forma compartilhar informação pessoal relativa a consumidor, obtida em transação por meio eletrônico, salvo para alimentação de banco de dados ou cadastro destinado à proteção do crédito.

Pena – Detenção de seis meses a um ano ou multa”

Art. 9º Esta Lei entra em vigor cento e vinte dias após sua publicação.

Justificação

São inegáveis as conquistas obtidas pela sociedade brasileira desde a edição do Código de Defesa do Consumidor, em 1990. O reconhecimento da vulnerabilidade e da hipossuficiência do consumidor, o estabelecimento de normas objetivas de proteção de seus interesses e de meios procedimentais eficientes para sua tutela modificaram substancialmente a dinâmica das relações de consumo no Brasil.

No entanto, têm surgido, com frequência cada vez maior, questionamentos acerca da aplicabilidade de normas do Código de Defesa do Consumidor (CDC) às transações realizadas por meio eletrônico, com especial destaque para aquelas que se desenrolam na internet.

Embora entendamos ser plena a aplicação das regras do CDC nessas hipóteses, preocupa-nos a possibilidade de essa situação gerar insegurança jurídica e comprometer a defesa dos direitos do consumidor.

Ressalte-se, ainda, que, nas transações via internet, o mais comum é o pagamento antecipado por parte do consumidor, que fica a mercê do fornecedor para ver satisfeito seu direito de receber pelo que pa-

gou. Vê-se, portanto, que, nessa modalidade de negociação, o consumidor está ainda mais vulnerável em relação ao poder do fornecedor.

Ademais, avaliamos que a lei não disciplina de forma adequada questões como a necessidade de preservação da segurança dos consumidores nas transações eletrônicas; o tratamento dado à violação do sigilo, como no caso da venda de dados do consumidor para outras empresas, que não raro se utilizam do expediente de enviar mensagens não solicitadas (os conhecidos spams), cuja profusão perturba até a mais pacata das almas; a produção de meios de comprovação da transação comercial; e a explicitação das informações físicas, não eletrônicas, relativas aos fornecedores no ato da oferta ou da venda do produto ou serviço.

Por essas razões, apresentamos o presente projeto, que tem por objetivo, além de escoimar de dúvidas a aplicabilidade do CDC às transações eletrônicas, preencher as lacunas apontadas. Assim, fixa-se a responsabilidade do fornecedor por garantir a segurança da negociação, e cuida-se da produção de documentos comprobatórios pelo fornecedor, do fornecimento de informações suficientes para o exercício dos direitos pelo consumidor, da preservação do sigilo de informações e da extensão do direito de arrependimento previsto no art. 49 para as compras realizadas via internet.

Acrescenta-se, ainda, um artigo que tipifica o crime de compartilhamento de informações relativas ao consumidor, para coibir essa prática detestável mas infelizmente muito comum nos dias atuais. Por fim, estabelece-se prazo de cento e vinte dias para o início da vigência, que consideramos razoável para que os fornecedores se adaptem às novas regras.

Contamos com o apoio dos dignos Pares para a aprovação do projeto, que tem por fim o aprimoramento da proteção do consumidor, em face da irreversível realidade do comércio eletrônico e das repercussões que ele pode trazer para as relações de consumo no Brasil.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2005.
– Senador **Rodolpho Tourinho**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.078, DE 1990

“Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.”

“Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem

atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.”

.....
 “Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

.....
 “Art. 33. Em caso de oferta ou venda por telefone ou reembolso postal, deve constar o nome do fabricante e endereço na embalagem, publicidade e em todos os impressos utilizados na transação comercial.”

.....
 “Art. 49. O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de sete dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.”

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, DE 2005-COMPLEMENTAR

Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas de investimentos em equipamentos das forças armadas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º.

.....
 § 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas:

I – destinadas ao pagamento do serviço da dívida;

II – ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias; e

III – por questões de soberania nacional, destinadas a investimentos das forças armadas.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O projeto de lei tem por objetivo vedar o contingenciamento das verbas destinadas aos investimentos em equipamentos das forças armadas brasileiras.

O contingenciamento constitui a limitação orçamentária e financeira de verbas públicas, operacionalizadas por meio de decreto, em que se impõem limites globais para o conjunto de projetos e operações especiais a cargo de cada órgão ou unidade orçamentária, cabendo a seu responsável selecionar os programas e ações a serem atingidos.

A fixação da despesa pela lei orçamentária constitui norma de ordem pública, que tem como pressuposto o seu cumprimento por parte da Administração Pública. A regra é a execução integral da despesa, podendo haver, excepcionalmente, restrição de limites por força de eventos imprevisíveis e supervenientes, conforme preceituado pela Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O contingenciamento tem seu rito próprio regulado no art. 9º da referida Lei, que estabelece que a sua implementação deve ser precedida da observação de pelo menos um bimestre na arrecadação das receitas, devendo as alterações das metas fiscais serem precedidas de modificações no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Embora o orçamento não tenha caráter impositivo, a margem de discricionariedade da administração pública vem sendo gradativamente reduzida com o aumento da participação das despesas obrigatórias e com a prática do contingenciamento. Esse procedimento vem prejudicando fortemente os investimentos na área de defesa nacional, especialmente porque qualquer programa de investimento no reaparelhamento de nossas forças de defesa exige esforço continuado, ao longo de vários exercícios fiscais. O contingenciamento de verbas, em meio à execução de uma sucessão de investimentos, põe a perder todo o esforço de atualização tecnológica.

É patente o sucateamento dos equipamentos e recursos tecnológicos de nossas forças armadas. Até mesmo projetos fundamentais, como o rastreamento da Amazônia e de nossas fronteiras por meio de radares, ficam ameaçados, deixando as riquezas do país à mercê de traficantes, exploradores ilegais de recursos naturais e grileiros de terras.

Frente ao exposto, peço o apoio dos meus ilustres Pares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2005.
 – Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

SEÇÃO IV**Da Execução Orçamentária e do Cumprimento das Metas**

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 398, DE 2005**

Obriga os estabelecimentos que especifica a fornecerem informações nutricionais dos alimentos e bebidas preparados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os serviços de alimentação deverão disponibilizar, em local visível e de fácil acesso ao consumidor, as informações nutricionais básicas dos alimentos e bebidas preparados, assim compreendidos aqueles em condições de imediato consumo.

§ 1º As informações de que trata o caput deverão incluir, obrigatoriamente, o valor calórico das porções de alimentos e bebidas preparados.

§ 2º As informações nutricionais deverão constar de qualquer forma de divulgação dos produtos de que trata o caput, dentro ou fora do estabelecimento, e serão veiculadas de forma ostensiva, atendendo as características do meio de comunicação empregado para a divulgação.

§ 3º As formas de apresentação das informações nutricionais serão definidas no regulamento desta Lei.

Art. 2º O descumprimento do disposto no art. 1º desta Lei configura infração à legislação sanitária federal e sujeita os infratores às penalidades estabelecidas nos incisos IV e V do art. 10 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Justificação

Os distúrbios nutricionais constituem um grave problema de saúde pública, que permanece como um desafio para os governantes desde tempos imemoriais. No passado, a grande luta das sociedades era no sentido de prover alimento aos indivíduos e evitar a fome e a desnutrição. Hoje, muitos países superaram essas dificuldades, o que não significa que não tenham problemas de ordem nutricional.

Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), até o ano de 2020 dois terços da carga mundial de doenças serão atribuídos a enfermidades crônicas não-transmissíveis, sendo parte significativa delas associada à dieta, mais precisamente a uma alimentação excessiva e desbalanceada.

Agora, a desnutrição já não é mais a grande vilã, apesar de ainda produzir vítimas em regiões de extrema pobreza. Na maioria dos países, incluindo o Brasil e, mesmo, boa parte das nações africanas, a obesidade está implicada na morte de muito mais pessoas do que a desnutrição.

A maior responsável por toda essa mudança é a chamada transição nutricional, reflexo das mudanças dos hábitos alimentares e de vida da população mundial nas últimas décadas.

Atualmente, o consumo de grãos refinados e de alimentos ricos em gorduras animais e açúcares é muito expressivo, inclusive nos países em desenvolvimento, onde as pessoas estão abandonando suas dietas tradicionais, ricas em fibras e grãos integrais.

A OMS já fala em epidemia de obesidade. Os resultados dos levantamentos epidemiológicos realizados em diversos países justificam essa afirmação. Nos Estados Unidos, cinquenta e cinco por cento dos adultos estão acima do peso adequado, enquanto, no Brasil, esse número está próximo de quarenta por cento, segundo a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia.

O que mais assusta, contudo, é a velocidade de crescimento desse percentual. Na Inglaterra, por exemplo, a proporção de indivíduos com sobrepeso

dobrou ao longo da década de 80. Entre as crianças brasileiras, a prevalência da obesidade saltou de três por cento para quinze por cento em um período de quinze anos. A estimativa atual é que esse índice já esteja próximo de vinte por cento.

Trata-se, sim, de uma epidemia, que está completamente fora de controle em todo o mundo.

O sobrepeso e a obesidade implicam desvantagens significativas para o indivíduo e para a sociedade:

há aumento da morbidade, da mortalidade e dos custos com saúde, e redução das oportunidades de emprego, do status social e das conquistas no campo educacional. Na maioria dos casos, essas condições geram sofrimento psicológico insuportável para o indivíduo, por vezes superando as limitações físicas inerentes ao excesso de peso.

A obesidade por si só já é causa de inúmeros transtornos para o indivíduo, no entanto as doenças a ela associadas são ainda mais importantes: apnéia do sono, doenças cardiovasculares e osteoarticulares, diabetes, hipertensão arterial, dislipidemias, infertilidade e mesmo alguns tipos de câncer.

Dentro do chamado ambiente obesogênico em que vivemos, nada é mais representativo do que o crescimento vertiginoso da cultura do fast-food, que mereceu alerta da própria OMS. Nos Estados Unidos, as cento e setenta mil lanchonetes e as mais de três milhões de máquinas de vender refrigerante mudaram definitivamente os hábitos alimentares do país. O mesmo acontece em outros países, de modo mais ou menos intenso.

No Brasil, o aumento do consumo de fast-food é evidente nas regiões mais urbanizadas. Por falta de tempo para retornar às suas casas para as refeições, muitos trabalhadores e estudantes optam pelo consumo de sanduíches em lanchonetes. É uma tendência que parece ter vindo para ficar, em função da praticidade e do preço acessível.

Nada obstante, a rapidez no preparo não é proporcional ao equilíbrio nutricional das refeições. Pesquisa recentemente divulgada pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor mostrou que, na média, os sanduíches servidos pelas grandes redes de lanchonetes contêm excesso de sal, proteínas e gorduras. Outro aspecto muito interessante desse estudo foi a observação de que há grande variação no conteúdo calórico e nos demais componentes nutricionais entre os diversos lanches examinados. Isso reforça a necessidade de municiar o consumidor com todas as informações necessárias para que possa escolher corretamente os seus alimentos.

É com esse intuito que apresento o presente projeto de lei, pois acredito que o melhor instrumento

para a defesa do consumidor é a informação ampla. Espero, assim, contar com o apoio desta Casa para sua aprovação.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2005.
– Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.437, DE 20 DE AGOSTO DE 1977

Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

“Art. 10. São infrações sanitárias:

.....
IV – extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender, ceder ou usar alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, correlatos, embalagens, saneantes, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença, ou autorizações do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:

Pena – advertência, apreensão e inutilização, interdição,

cancelamento do registro, e/ou multa;

V – fazer propaganda de produtos sob vigilância sanitária, alimentos e outros, contrariando a legislação sanitária:

Pena – advertência, proibição de propaganda, suspensão de venda e/ou multa; (Vide Medida Provisória nº 2.190-34, de 23.8.2001).

.....
(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Assuntos Sociais, cabendo a última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 399, DE 2005

Permite a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de despesas relativas ao tratamento de obesidade mórbida.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, com a redação dada pelas Leis nºs 8.678, de 1993, 8.922, de 1994, 9.491, de 1997, 9.635, de 1998, e 10.878, de 2004, e pelas Medidas Provisórias nºs

2.197-43 e 2.164-41, ambas de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 20.

XVII – pagamento de despesas médico-hospitalares decorrentes de procedimento cirúrgico para o tratamento de obesidade mórbida do trabalhador ou qualquer de seus dependentes.

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O excesso de peso, especialmente a obesidade mórbida, é fator que aumenta o risco de ocorrência de várias doenças, tais como hipertensão arterial, diabetes, apnéia do sono, quadros depressivos, etc. O tratamento cirúrgico, conhecido como cirurgia bariátrica, pode ser necessário nos casos de obesidade mórbida resistentes ao controle clínico, dietético ou comportamental.

Informações constantes do sítio do Ministério da Saúde, na Internet, registram que o obeso mórbido apresenta risco de morrer dez vezes maior que uma pessoa com peso normal e, ainda, que a manutenção dessa obesidade extrema reduz a expectativa de vida em vinte por cento.

Para agravar esse quadro, sabe-se da impossibilidade do poder público de atender prontamente os casos mais urgentes: no Rio de Janeiro há notícias de pacientes que esperam mais de um ano para poderem se beneficiar da cirurgia bariátrica).

Ante essas constatações, nada mais justo que permitir ao trabalhador dispor de suas reservas no FGTS para poder realizar o tratamento cirúrgico adequado seu ou de sua família, quando acometidos de obesidade mórbida.

Merece registro, que essa iniciativa irá contribuir para desafogar nossos Tribunais, que já vêm decidindo pela liberação das contas fundiárias do FGTS, como, a guisa de exemplo, se verifica da decisão que segue, da lavra de sua Excelência a Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 2001.34.00.018232-3/DF, interposto pela Caixa Econômica Federal, que por sua pertinência, é aqui em parte transcrito

“No caso concreto, o que se coloca em exame é a contraposição entre a liberação de um saldo de conta vinculada que pertence à recorrida, e que só pode ser movimentado em

situações disciplinadas legalmente, e o bem maior a ser preservado, a vida.

A recorrente sustenta em suas razões que a doença que acomete o dependente da impetrante não está elencado entre as que sejam consideradas graves para a liberação do saldo existente no FGTS.

A obesidade mórbida é doença que pode levar a pessoa acometida a sofrimentos incontáveis, quer psicológicos, quer físicos.

Em estágios mais avançados, pode inclusive contribuir de forma decisiva para o óbito do portador da enfermidade, que em razão do peso excessivo e da gordura na corrente sanguínea, pode ter comprometido o funcionamento de órgãos vitais.

Ademais, há ainda o sofrimento do corpo em geral, em razão do peso excessivo que a estrutura física é obrigada a suportar em razão da sobrecarga de peso decorrente do distúrbio de peso.

Evidentemente os efeitos são lentos, o que torna o sofrimento ainda mais devastador, tomando necessário examinar as razões que ensejaram a inclusão do inciso XIV, no art. 20 da Lei nº 8.036/90, pela MPV 2.164-41, de 24-8-2001.

A inclusão da hipótese ensejadora do saque é a adequação da legislação aos reiterados entendimentos jurisprudenciais que ao longo dos anos foram dando à Lei 8.036/90 a interpretação social que o diploma reclama.

Não foi, portanto, por mero favor ou por razões humanitárias que aconteceu a inclusão da possibilidade de saque do saldo para o tratamento de doenças graves.

Há a exigência do estado terminal, o que se demonstra incompatível com a possibilidade de utilização do saldo em procedimentos curativos, o que se demonstra sem razoabilidade, pois aplicar o disposto no inciso XIV é negar o direito do doente tentar a cura, pois somente atinge estado terminal aquele que não tem mais a sua disposição possibilidade de cura para a doença que o acomete.

Com efeito, consubstancia-se nos autos um periculum in mora inverso, na medida em que impedir o tratamento poderá agravar sobremaneira o estado de saúde do dependente da titular da conta, inviabilizando a possibilidade de sucesso de um tratamento futuro.

Conveniente ressaltar que outro não é o entendimento deste Sodalício, como se pode

conferir no AMS nº 92.01.20753-O/DA, DJU II de 27-11-1995, pg. 81645, Relator Exmo. Juiz Plauto Ribeiro, que para melhor esclarecer, transcrevo:

‘Administrativo e Constitucional Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Levantamento para Tratamento de Saúde, em Decorrência de Doença Grave, do Empregado ou de sua Família. Possibilidade. Constituição Federal,

Artigos 5, **caput**, e 227. Mandado de Segurança. Ilegitimidade Passiva “Ad Causam” da Caixa Econômica Federal Rejeitada. Lei Nº 8.036/90.

1 – A legitimidade passiva “ad causam” da Caixa Econômica Federal decorre do disposto no artigo 4, da Lei nº 8.036/90, pois a ela compete, como Agente Operador, a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Ao Ministério da Ação Social cabe apenas gerir a aplicação dos recursos do Fundo (Lei nº 8.036/90, arts. 4 e 6). A União Federal, portanto, não tem interesse no feito a ensejar litisconsórcio passivo necessário.

2 – Entre a proteção do empregado e de sua família, principalmente no que tange ao direito a vida e a saúde (C.F., arts. 5, **caput**, e 227), e a proteção da sociedade, no que concerne ao interesse desta na captação de recursos para financiamento de programas ligados a habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana, que são as duas finalidades ou objetivos básicos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, claro que deve prevalecer, na hipótese, a proteção do empregado e de sua família.

3 – Apelo e remessa oficial improvidos.

4 – Sentença mantida.” (AMS 92.01.20753-O/BA, DJ II 27-11-1995, pg. 81645, Rel. Juiz Plauto Ribeiro)’

Confira-se, ainda, a AC nº 1998.01.00.059694-O/DF. DJ II, de 16-03-2000, pg. 061. Rel. Juíza Solange Salgado.

No art. 9º, da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001, foi incluída no art. 20, da Lei nº 8.036/90, a seguinte hipótese de autorização para movimentação da conta vinculada:

“XIV – quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes estiver em estágio terminal, em razão de doença grave, nos termos do regulamento;”.

Como o texto exige o estado terminal, este no exame da questão perante o Poder

Judiciário, deve ser exposto ao exame da questão com a utilização do entendimento técnico sobre o tema.

Nesse sentido, é conveniente colacionar definição acerca da obesidade mórbida, sendo que no caso em exame foram encontrados diversos artigos técnicos e dirigidos a leigos sobre o tema, dos quais, colacionamos o que segue que permite entender o problema com bastante simplicidade e clareza:

Obesidade Mórbida

Antes da cirurgia, paciente deve tentar outros métodos.

A orientação é do Gapo, que mantém uma equipe multidisciplinar para atender casos de obesidade mórbida.

A vinda do cirurgião Thomas Szegö para Jundiaí foi uma iniciativa do Grupo de Apoio ao Paciente Obeso, formado pelos médicos Marcelo Furtado, Renato Furtado e Sílvio Leão, que atuam no Pitangueiras. O Gapo vem realizando cirurgias de redução gástrica aos pacientes considerados portadores de Obesidade Mórbida.

Define-se obesidade quando o peso está 125 % ou mais acima do peso ideal e obesidade mórbida quando este encontra-se 200 % acima do peso ideal ou 45Kg. O grau de obesidade pode ser quantificado pelo Índice de Massa Corpórea (IMC) dividindo o Peso em Kg pela Altura em centímetros, ao quadrado ou seja $IMC = P (Kg) / Alt. \times Alt.$ Exemplo: $130Kg / 1,63 \times 1,63 \text{ cm}$; $130Kg / 2,65 \text{ cm}$; Assim. $IMC = 49$.

O resultado desta equação deve estar no limite máximo de 25. Acima disto, até 30 considera-se sobrepeso. De 30 a 35 obesidade grau I. De 35 a 40 obesidade grau II De 40 a 45 obesidade grau III ou mórbida e acima disto, super obesidade.

Algumas estatísticas importantes

Aproximadamente 280.000 mortes por ano são atribuídas á obesidade nos Estados Unidos. É a segunda causa de morte evitável no mundo perdendo apenas para o tabagismo. A mortalidade em obesos mórbidos na faixa etária produtiva dos 30 aos 45 anos é 12 vezes maior que na população com peso normal. Este fato se deve pela maior incidência de doenças associadas com Hipertensão (Pressão Alta), Diabetes, Aterosclerose coronária (Infarto), Síndrome da apnéia do sono,

dermatite necrotizante entre outras. Além das comorbidades ou doenças associadas os portadores dessa enfermidade acabam discriminados, encontrando dificuldades até mesmo na hora de procurar um emprego. Associado a estes fatores, há ainda um abalo na estima pois encontram dificuldades em relacionar-se afetivamente ou até mesmo impossibilidade de realizar tarefas de certo modo simples com a higiene pessoal.

Por que operar?

Uma das grandes dificuldades que o obeso mórbido apresenta é manter o peso ideal baixo após perda ponderal em Spas. regimes, médicos e etc. Cerca de 90 % dos indivíduos que perderam peso por qualquer um desses métodos, voltam a engordar após um período de 5 a 9 anos. Além disso, corno já exposto, a mortalidade relacionada à obesidade é alta e, maior que a mortalidade operatória.

Quais as indicações para a cirurgia?

Idade entre 18 e 65 anos, IMC de 35 a 40 com comorbidades associadas ou acima de 40 com ou sem comorbidades. Ainda assim, deve haver falha no tratamento clínico, ou seja, insucesso de emagrecimento por vários métodos num período estimado de cinco anos.

Quais as etapas a serem cumpridas antes da cirurgia?

Caso opte por ser tratado pelo Pitangueiras, o paciente deverá passar em consulta por um dos cirurgiões do CAPO: Drs. Marcelo Furtado, Renato Furtado ou Silvio Leão. O passo seguinte é participar das palestras mensais do grupo e ter uma avaliação endocrinológica e, principalmente, psicológica prévia. Para isto, deve haver uma equipe multidisciplinar formada por cardiologista, pneumologista, nutricionista, enfermagem, fisioterapeuta, cirurgia vascular e plástico.

Quais as técnicas existentes?

Podemos classificar as operações hoje utilizadas para o tratamento da obesidade mórbida em três categorias:

- 1 – Restritivas;
- 2 – Desabsortivas;
- 3 – Mistas.

Entende-se por restritivas àquelas que limitam a capacidade do estômago em ingerir grandes quantidades de alimentos.

As desabsortivas são àquelas em que o conteúdo alimentar ingerido seja mal absorvido no intestino fino.

E finalmente, as Mistas que consistem em uma associação entre as duas primeiras. São as que apresentam melhores resultados à médio e longo prazo.

Três são as cirurgias mais realizadas hoje no mundo: A banda gástrica ajustável, a cirurgia de Scopinaro e a cirurgia de Capella.”

(tvwww.hospitalpitangueiras.com.br/des-taque-01.htm)

Assim, ainda que o risco de óbito não seja imediato, ele está presente e é bastante significativo, o que justifica liberar o saldo para a realização da cirurgia, permitindo a melhoria na qualidade de vida do paciente e o afastamento dos riscos mórbidos apontados, o que evidentemente, encontra amparo na aplicação social da legislação.

Demonstra-se pois perfeitamente adequado o entendimento Monocrático que concedeu parcialmente a segurança para determinar a liberação da quantia necessária ao tratamento médico-cirúrgico do dependente da impetrante.

Pelo exposto, nego provimento à apelação, julgando prejudicada a remessa oficial.

É como voto.”

Por todas essas razões, por estar convencido da necessidade de garantir, por lei, esse direito básico que o Poder Judiciário já vem assegurando ao paciente de obesidade mórbida, é que espero contar com a colaboração dos nobres pares para aprovarmos a presente proposição.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2005
– Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

.....
Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:
.....

LEI Nº 8.678, DE 13 DE JULHO DE 1993

Dispõe sobre a concessão de benefício no pagamento da modalidade de saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, prevista no art. 20, inciso VIII, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, a título de bonificação, taxa adicional de juros de três por cento ao ano à remuneração dos valores disponíveis nas contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS que hajam permanecido sem crédito de depósito por três anos interruptos, a vigorar no período de 17 de maio de 1993 até trinta dias após o término do cronograma de pagamento, instituído pelo Conselho Curador do FGTS para essas contas.

Art. 2º Os recursos necessários ao cumprimento do estabelecido no artigo anterior serão obtidos pela Caixa Econômica Federal através do incremento compensatório da taxa de juros cobrada nas operações de crédito financiadas com recursos do FGTS.

Art. 3º O Conselho Curador do FGTS baixará as instruções complementares necessárias ao cumprimento desta Lei, inclusive quanto aos critérios de cálculo da remuneração pro-rata, quando for o caso.

Art. 4º O inciso VIII do art. 20 e o art. 21 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20.

VIII – quando o trabalhador permanecer três anos ininterruptos, a partir de 10 de junho de 1990, fora do regime do FGTS, podendo o saque, neste caso, ser efetuado a partir do mês de aniversário do titular da conta.

Art. 21. Os saldos das contas não individualizadas e das contas vinculadas que se conservem ininterruptamente sem créditos de depósitos por mais de cinco anos, a partir de 10 de junho de 1990, em razão de o seu titular ter estado fora do regime do FGTS, serão incorporados ao patrimônio do fundo, resguardado o direito do beneficiário reclamar, a qualquer tempo, a reposição do valor transferido.

Parágrafo único. O valor, quando reclamado, será pago ao trabalhador acrescido da remuneração prevista no § 2º do art. 13 desta lei.”

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a publicar a versão consolidada da Lei nº 8.036, de 1990.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se o § 1º do art. 6º da Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991, e demais disposições em contrário.

LEI Nº 8.922, DE 25 DE JULHO DE 1994

Acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XI:

“Art. 20.

XI – quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

LEI Nº 9.491, DE 9 DE SETEMBRO DE 1997

Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.

LEI Nº 9.635, DE 15 DE MAIO DE 1998

Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização de que trata a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e dá outras providências.

LEI Nº 10.878, DE 8 DE JUNHO DE 2004

Acrescenta o inciso XVI ao caput do art 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para permitir a movimentação da conta vinculada em caso

de necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorra de desastre natural.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.197-43,
DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Dispõe sobre a adoção de medidas relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação – SFH, altera as Leis nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.164-41,
DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 5.889, de 8 de junho de 1973, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências.

(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 400, DE 2005

Altera a redação do § 3º do art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.173-24, de 23 de agosto de 2001 que dispõe sobre a fixação das anuidades escolares, para facultar a inclusão da despesa de contratação de seguro de prevenção à inadimplência na planilha de custos dos estabelecimentos privados de ensino, e lhe acrescenta um § 3º-A.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 3º do art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.173-24, de 23 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.
.....

§ 3º Poderá ser acrescido ao valor total de que trata o § 1º, montante proporcional à variação de custos a título de pessoal, de custeio e de contratação de seguro de prevenção à inadimplência escolar, comprovado mediante apresentação de planilha de custo, mesmo quando esta variação resulte da introdução de aprimoramento no processo didático-pedagógico.”(NR)

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.173-24, de 23 de agosto de 2001, passa a vigorar acrescido de um § 3º-A, com a seguinte redação:

“§ 3º-A. A eventual necessidade de verificação da veracidade da ocorrência, a cargo da empresa seguradora, não servirá de óbice à pronta liberação do valor devido.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Medida Provisória nº 2.173-24, de 23 de agosto de 2001, permite que ao valor total das anuidades escolares, a ser fixado anualmente, seja acrescido o montante proporcional à variação de custos a título de pessoal e de custeio, ainda que esta variação resulte da introdução de aprimoramentos no processo didático-pedagógico.

Ocorre, entretanto, que essa variação de custos não comporta a inclusão de um gasto indispensável para os estabelecimentos particulares de ensino: o da contratação de seguro de prevenção à inadimplência escolar.

De acordo com pesquisa do sindicato que representa as escolas privadas do Estado de São Paulo, entre 2004 e 2005, a taxa de inadimplência cresceu 33%, elevando-se de 11,3% para 15%, considerados os meses de janeiro a setembro de cada ano.

Por sua vez, conforme pesquisa encomendada, em 2004, pela Federação Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, o principal motivo de fechamento de escolas privadas no País era a inadimplência dos estudantes. A seguir, foram apontados o peso da carga tributária, a má gestão e a falta de conhecimento do mercado.

A legislação vigente não permite o desligamento do aluno inadimplente, apenas possibilita a recusa de nova matrícula para o período letivo seguinte (art. 2º, da MPV nº 2.173-24, de 2001), o que estimula, na visão de alguns analistas, a inadimplência. Contudo, na maioria dos casos ela resulta de dificuldades financeiras enfrentadas pelos responsáveis por seu pagamento.

Atualmente, a inclusão do seguro de inadimplência na planilha de custos sujeita-se à consensual adesão dos responsáveis pelo pagamento das anuidades. Uma vez que nem todos a aceitam, cria-se uma delicada diferenciação entre os usuários, que se reflete na elevação dos custos de contratação do serviço.

Caso seja facultado aos estabelecimentos de ensino a inclusão desse seguro em sua planilhas de custos, como propõe este projeto de lei, o custo do serviço, a ser repartido pelo conjunto de seus usuários, tenderia a reduzir-se, não sobrecarregando os estudantes e suas famílias.

Convém lembrar, ainda, o crescente interesse de empresas de seguros por esse serviço, que pode ser verificado em vários sítios da internet, o que tende a aumentar sua oferta e, por conseguinte, reduzir os valores de sua contratação, pelo natural aumento da concorrência.

Ademais, sem o risco da inadimplência, certamente haverá redução no valor cogitado para as mensalidades escolares, haja vista que a “planilha” de que trata o dispositivo objeto da presente proposição, que serve de base para a formulação do valor final das mensalidades escolares, é anualmente editada por ato do Poder Executivo (art. 2º, da MPV 2.173-24, de 2.001).

É por essas razões que se espera contar com o apoio dos Senhores Congressistas para a transformação deste projeto em lei.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2005.

– **Marcelo Crivella.**

(Às Comissões de Assuntos Econômicos, e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa.)

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.870, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999

Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O valor das anuidades ou das semestralidades escolares do ensino pré-escolar, fundamental, médio e superior, será contratado, nos termos desta Lei, no ato da matrícula ou da sua renovação, entre o estabelecimento de ensino e o aluno, o pai do aluno ou o responsável.

§ 3º O valor total, anual ou semestral, apurado na forma dos parágrafos precedentes terá vigência por um ano e será dividido em doze ou seis parcelas mensais iguais, facultada a apresentação de planos de pagamento alternativos, desde que não excedam ao valor total anual ou semestral apurado na forma dos parágrafos anteriores.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.173-24,
DE 23 DE AGOSTO DE 2001

Altera dispositivos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º, renumerando-se os atuais §§ 3º e 4º para §§ 5º e 6º:

Art. 2º O art. 6º da Lei nº 9.870, de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, renumerando-se os atuais §§ 1º, 2º e 3º para §§ 2º, 3º e 4º:

(Às Comissões de Assuntos Econômicos, e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, DE 2005

Acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 45 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para facilitar o processo de adoção.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 45 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), fica acrescido de §§ 3º e 4º, com a seguinte redação:

“Art. 45.

§ 3º O juiz decidirá a adoção, de plano, na presença do representante do Ministério Público, quando à audiência comparecerem, pessoalmente, a criança de mais de um ano, ou o adolescente, além dos que detêm o poder familiar, e do adotante, excetuada a hipótese de adoção por estrangeiro.

§ 4º Na mesma audiência referida no § 3º, o juiz poderá colher as manifestações

de especialistas, dentre assistentes sociais, médicos e psicólogos, se necessárias, além de testemunhos, se for o caso, e dispensar a exigência de convivência entre o adotando e o adotante (art. 46, caput). (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição de 1988, no art. 227, estabelece, entre os deveres e objetivos do Estado, juntamente com a sociedade e a família, assegurar a crianças e adolescentes os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à dignidade e ao respeito, dentre outros.

Porém, nem sempre esses direitos são realizados e muitas famílias deparam-se com a disposição ou a necessidade de entregarem seus filhos a melhor sorte. Nesses casos, se não se tratar de mera transferência circunstancial de guarda, cabe adotá-los.

O processo de adoção, porém, é uniforme, sejam quais forem as condições, idade e necessidades da criança ou do adolescente, de modo que o instituto, em muitos casos, aparenta ser de difícil concretização, nada obstante serem muitos os menores carentes, recolhidos em casas de filantropia, ou nas ruas, que chegam à maioridade sem jamais terem sido cogitados para adoção.

Em diversos países, na hipótese de ruptura familiar, basta que se confirme a vontade do pai, da mãe ou de ambos, enfim, de quem detenha o poder familiar (pátrio poder) se para entregar o filho em adoção ou, independente dessa vontade, se comprovar-se abandono ou negligência para com o menor, para que o Estado opere a destituição do poder familiar e inicie o processo de adoção.

Aqui, não. O pai e a mãe podem manifestar a vontade de dar o filho em adoção e existir quem o queira adotar, mas os procedimentos não são realizáveis com a facilidade e a celeridade necessárias.

Ademais, a prestação de assistência a crianças e adolescentes carentes, ou pior, abandonados, não parece sensibilizar parcela significativa dos potenciais adotantes e, ao mesmo tempo, cresce o número de nascimentos irresponsáveis, sem que o sistema se aperfeiçoe para recepcioná-los, orientá-los e integrá-los na sociedade.

O paradoxo reside em que o mesmo Estado que tem sensibilidade para proibir o aborto, não a expressa quando se trata de coibir o abandono. Nascer, pode. Continuar a viver, não necessariamente.

Esta proposição, concebida para facilitar as adoções de crianças e adolescentes, parte de observação

da necessidade de criação de estruturas mais céleres e menos burocráticas, na hipótese de os detentores do poder familiar – pai, mãe ou ambos – quererem transferir-lo a adotante que mostre condições de criar e educar seu filho, sem que se prolongue o feito, pois sabe-se que a adoção é tanto mais difícil de acontecer quanto mais elevada for a idade do adotando.

O propósito é, na linha de atenção a crianças e adolescentes carentes, conceder-lhes a oportunidade de serem adotados como alternativa ao abandono, quadro inaceitável que os priva de condições materiais e imateriais mínimas, e os leva às drogas e à morte prematura.

A medida contida neste Projeto prestigia a dinâmica do processo, pois dá ao juiz a oportunidade de avaliar semblantes e comportamentos de todos os interessados, em audiência, sob o crivo do Ministério Público e de especialistas da matéria, e se constitui em defesa dos interesses dos menores passíveis de serem adotados, para que se realize prestação jurisdicional célere e de grande valor social.

Por isso, pedimos a sua aprovação.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2005.
– Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
.....

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

.....
O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:
.....

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a

fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 45. A adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando.

§ 1º O consentimento será dispensado em relação à criança ou adolescente cujos pais sejam desconhecidos ou tenham sido destituídos do pátrio poder.

§ 2º Em se tratando de adotando maior de doze anos de idade, será também necessário o seu consentimento.

Art. 46. A adoção será procedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo que a autoridade judiciária fixar, observadas as peculiaridades do caso.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, DE 2005

Obriga os aeroportos, bases aéreas e similares a manter homenagem permanente ao “Pai da Aviação”, Alberto Santos Dumont.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os aeroportos, bases aéreas e similares ficam obrigados a manter, em local visível, permanente homenagem a Alberto Santos Dumont, como o “Pai da Aviação”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data da sua publicação.”

Justificação

Alberto Santos Dumont é tido pela Associação Aeronáutica Internacional como o primeiro homem que fez um vôo em aparelho mais pesado que o ar, por sua façanha com o avião 14-Bis, em 23 de outubro de 1906, na França.

Por esta razão governo brasileiro pretende comemorar com destaque o primeiro centenário desse fato histórico, ocorrido no campo de Bagatelle, em Paris. Como parte das comemorações, diversos livros, filmes, exposições e documentários, alusivos ao centenário,

deverão ser lançados no ano de 2006, além da visita do Presidente da França ao Brasil, e do Presidente do Brasil à França.

Sem dúvida, são justas quaisquer homenagens a esse herói brasileiro, que inaugurou uma nova era dos transportes no mundo. Entretanto, a memória de Santos Dumont, “Pai da Aviação” e “Patrono da Aeronáutica Brasileira”, carece de registros à altura do seu feito, especialmente para os mais jovens, que se vêm influenciados pela versão norte-americana que considera os irmãos Wright como os primeiros a realizarem um vôo em um aparelho mais pesado que o ar, fato que foi descartado por recente experimento científico.

Sendo assim, é preciso ostentar nossas homenagens a Santos Dumont, reiterar, de forma permanente, e não apenas durante o ano do centenário, nosso reconhecimento ao seu pioneirismo e genialidade.

Nesse sentido, o presente projeto de lei propõe a manutenção permanente nos aeroportos, bases aéreas e similares, de bustos, murais, exposições ou qualquer outra homenagem permanente que relembre os feitos de Santos Dumont, a fim de permitir aos transeuntes, nacionais e estrangeiros, não apenas a oportunidade de conhecer esse nosso importante personagem histórico, como também a de constatar nosso reconhecimento ao seu pioneirismo e importância para a aviação.

Dessa forma, se espera o apoio dos nobres colegas parlamentares a essa proposição legislativa que é apresentada em prol da preservação da cultura e da história desse herói e, por conseguinte, do Brasil.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2005.
– **Marcelo Crivella**

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, mensagens que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 265, DE 2005 (Nº 804/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea f, da constituição, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Paulo Furquim de Azevedo para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Brasília, 24 de novembro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

PAULO FURQUIM DE AZEVEDO**CURRICULUM VITAE**

Outubro, 2005

SÍNTESE

Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP). Coordenador do Curso de Mestrado e Doutorado em Economia de Empresas. Mestre e Doutor em Economia pela FEA-USP. Visiting Scholar na University of California at Berkeley. Foi professor da FEA-USP, campus de Ribeirão Preto, do DEP-UFSCar e dos cursos de pós-graduação lato sensu da FIPE-USP, FIA-USP, FIPECAFI-USP, FUNDACE, PENSA, PEASA-PB, UFRJ, FGV-SP e FGV-RJ. É autor de diversos artigos e capítulos de livros sobre os seguintes temas: defesa da concorrência, estratégias empresariais, organização dos mercados e da firma, competitividade, contratos e capacitação tecnológica. Elaborou planos de desenvolvimento de municípios paulistas, propostas de políticas públicas para competitividade dos setores diversos e pareceres econômicos para o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

1 DADOS PESSOAIS

Nome: PAULO FURQUIM DE AZEVEDO

Filiação: JOSÉ OSÓRIO DE AZEVEDO JÚNIOR E LAÍS FURQUIM DE AZEVEDO

Nascimento: 28/08/1965, São Paulo/SP - Brasil

Carteira de identidade: 17265654 / SSP / SP / 11/03/1999

CPF: 08700977845

Endereço profissional: Fundação Getúlio Vargas - Escola de Economia de São Paulo.
Rua Itapeva, 474, 12º andar, Sala 1207
Bela Vista
01332000 São Paulo, SP - Brasil
Telefone: (11) 32813375 Fax: 32813357
E-mail: pfa@fgvsp.br

Endereço residencial: Rua Pedroso Alvarenga, 121, ap 101
Itaim Bibi
04531010 São Paulo, SP - Brasil
Telefone: (11) 31671945
E-mail: pfa@fgvsp.br

2 FORMAÇÃO ACADÊMICA/TITULAÇÃO

1992 - 1996	Doutorado em Economia. Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, Brasil. Título: INTEGRACAO VERTICAL E BARGANHA. Ano de obtenção: 1996. Orientador: ELIZABETH MARIA MERCIER QUERIDO FARINA. Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPQ, Brasil.
1988 - 1992	Mestrado em Economia. Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, Brasil. Título: ESFORCO TECNOLÓGICO ATRAVES DE INVESTIMENTOS EM CAPITAL HUMANO NAS EMPRESAS DO SETOR DE BENS DE CAPITAL BRASILEIRO. Ano de obtenção: 1992. Orientador: HELIO NOGUEIRA DA CRUZ.

1983 - 1986 Bolsista do(a): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, Brasil.
Graduação em Graduação Em Administração Pública.
Escola de Administração de Empresas de São Paulo, FGV/EAESP, São Paulo, Brasil.

3 FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

2002 - 2002 Summer Workshop In Institutional Analysis. (Carga horária: 44h)
University of Washington, U.W., Estados Unidos.
2001 - 2001 Workshop In Institutional Analysis for GDN. (Carga horária: 16h)
Ronald Coase Institute, RCI, Estados Unidos.
2001 - 2001 Workshop In Institutional Analysis. (Carga horária: 32h)
Ronald Coase Institute, RCI, Estados Unidos.
1997 - 1997 Mercados Futuros Para Professores Universitários. (Carga horária: 40h)
Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, Brasil.
1992 - 1992 Planejamento Estratégico Situacional. (Carga horária: 80h)
Fundação Para o Desenvolvimento da Administração Pública, FUNDAP, São Paulo, Brasil.

4. ATUAÇÃO PROFISSIONAL

1. Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP), desde janeiro de 2004.
2. Coordenador da Pós-Graduação Acadêmica da FGV-EESP, desde dezembro de 2004
3. Coordenador de Centro de Agronegócio da FGV, de julho de 2004 a julho de 2005.
4. Professor da Faculdade de Economia e Administração, campus de Ribeirão Preto (FEA-RP-USP), de outubro de 2002 a janeiro de 2004.
5. Professor da Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Engenharia de Produção, de janeiro de 1994 a outubro de 2002.
6. Pesquisador do Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA)
7. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais
8. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Produção, da Universidade Federal de São Carlos, de agosto de 1998 a março de 2000.
9. Coordenador do Curso de Graduação em Engenharia de Produção Agroindustrial da Universidade Federal de São Carlos, de setembro de 1996 a setembro de 1997.
10. Consultor júnior do Banco Mundial, responsável pela atualização do banco de dados sobre agricultura no Brasil.
11. Auxiliar de ensino na Faculdade de Economia e Administração, (FEA-USP), em 1990.
12. Analista de projetos da FEPASA (Ferrovia Paulista S.A.), de julho de 1986 a março de 1988

5 IDIOMAS

Compreende: Espanhol (Bem), Francês (Bem), Inglês (Bem).
Fala: Espanhol (Razoavelmente), Francês (Razoavelmente), Inglês (Bem).
Lê: Espanhol (Bem), Francês (Bem), Inglês (Bem).
Escreve: Espanhol (Pouco), Francês (Pouco), Inglês (Bem).

6 PRÊMIOS E TÍTULOS

- 2005 Melhor trabalho acadêmico: Ambiente Institucional e Organização de Redes de Franquias: uma comparação Brasil e França. Vivian Lara dos Santos Silva. Orientador: Paulo Furquim de Azevedo, Associação Brasileira de Franchising.
- 2003 Professor Homenageado, Formandos das Turmas de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos.
- 2002 Parainfo, Formandos das Turmas de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos.
- 1999 Melhor trabalho acadêmico: Vivian Lara dos Santos Silva; Orientador: Paulo Furquim de Azevedo, Associação Brasileira de Franchising (ABF).
- 1999 Professor Homenageado, Formandos da 2ª Turma de Engenharia de Produção Agroindustrial da Universidade Federal de São Carlos.
- 1998 Professor Homenageado, Formandos da 1ª Turma de Engenharia de Produção Agroindustrial da Universidade Federal de São Carlos.

7 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E ARTÍSTICA/CULTURAL

7.1 PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

7.1.1 Trabalhos completos em anais de eventos

- 1 CABRAL, Sandro; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Dealing with Incentives and Institutions in Prison Management. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL SOCIETY FOR NEW INSTITUTIONAL ECONOMICS, 2005, Barcelona. ISNIE, 2005. p. 1-25.
- 2 AZEVEDO, Paulo Furquim de; ROCHA, Maria Margarete da. Governança ineficiente: uma análise das transações na indústria petroquímica brasileira. In: XXXII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA - ANPEC, 2005, Natal-RN. ANPEC, 2005. p. 1-19.
- 3 AZEVEDO, Paulo Furquim de; SILVA, Vivian Lara dos Santos. Governance Inseparability in Franchising: Evidences from Case-Studies in France and Brazil. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL SOCIETY FOR NEW INSTITUTIONAL ECONOMICS, 2005, Barcelona. ISNIE, 2005. p. 1-25.
- 4 SOUZA, Zilmar José de; AZEVEDO, Paulo Furquim de. O Mercado de Crédito de Carbono: as características dos first-movers e implicações para o agronegócio. In: XLIII CONGRESSO DA SOBER, 2005, Ribeirão Preto. Anais do XLIII CONGRESSO DA SOBER. Sober, 2005. v. 1, p. 1-15.
- 5 FAULIN, Evandro Jacóia; AZEVEDO, Paulo Furquim de. O Uso da Simulação Computacional como Ferramenta de Apoio a decisão na Comercialização: Uma Aplicação na Agricultura Familiar. In: XLIII CONGRESSO DA SOBER, 2005, Ribeirão Preto. Anais do XLIII CONGRESSO DA SOBER. Brasília-DF: SOBER, 2005. v. 1, p. 1-15.
- 6 SILVA, Vivian Lara dos Santos; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Perceived Standardization and Vertical Coordination: Evidences from Coffee Shops Chains in France and Brazil. In: V INTERNATIONAL PENSA CONFERENCE ON AGRI-FOOD CHAINS / NETWORKS ECONOMICS AND MANAGEMENT, 2005, Ribeirão Preto. Anais do V International PENSA Conference on Agri-food Chains / Networks Economics and Management. PENSA, 2005. v. 1, p. 1-13.
- 7 SILVA, Vivian Lara dos Santos; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Plural Forms in Food Franchising: Evidences From Case-Studies in France and Brazil. In: V INTERNATIONAL PENSA CONFERENCE ON AGRI-FOOD CHAINS / NETWORKS ECONOMICS AND MANAGEMENT, 2005, Ribeirão Preto. PENSA,

- 8 AZEVEDO, Paulo Furquim de; CHADDAD, Fábio Ribas. Redesigning the Food Chain: Trade, Investment and Strategic Alliances in the Orange Juice Industry. In: 15TH ANNUAL WORLD FOOD & AGRIBUSINESS SYMPOSIUM, 2005, Chicago. 15th Annual World Food & Agribusiness Symposium. International Agribusiness Management Association, 2005. v. 1, p. 1-15.
- 9 AZEVEDO, Paulo Furquim de; SILVA, André Gustavo da. Delegation and Real Authority in Franchising. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL SOCIETY FOR NEW INSTITUTIONAL ECONOMICS, 2004, Tucson-Arizona-EUA. Annual Conference of the International Society for New Institutional Economics. ISNIE, 2004. v. 1, p. 1-24.
- 10 SOUZA, Zilmar José de; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Estratégias Adotadas pelo Setor Sucroalcooleiro na Geração de Excedentes de Energia Elétrica. In: 5º ENCONTRO DE ENERGIA NO MEIO RURAL E GERAÇÃO DISTRIBUÍDA, 2004, Campinas. Anais do AGRENER GD 2004. Campinas: Sociedade Brasileira de Engenharia Agrícola, 2004. v. 1, p. 1-9.
- 11 AZEVEDO, Paulo Furquim de; FERNANDES, Maurício Machado. Relocalização da Agroindústria no Brasil: uma avaliação de cadeias selecionadas. In: XLII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2004, Cuiabá-MT. Anais do XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Sober, 2004. v. 1, p. 1-20.
- 12 AZEVEDO, Paulo Furquim de; FAULIN, Evandro Jacóia. Subsistemas baseados em confiança: o caso da produção familiar de verduras. In: XLII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2004, Cuiabá-MT. XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Sober, 2004. v. 1, p. 1-12.
- 13 FAULIN, Evandro Jacóia; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Distribuição de frutas, verduras e legumes na agricultura familiar: uma análise das transações. In: XLI CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2003, Juiz de Fora-MG. XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Brasília-DF: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2003. v. 1, p. 1-12.
- 14 AZEVEDO, Paulo Furquim de; SILVA, André Gustavo da. Entre a autoridade e a autonomia: as gerações de franchising. In: IV INTERNATIONAL CONFERENCE ON ECONOMICS AND AGRI-FOOD NETWORKS MANAGEMENT, 2003, Ribeirão Preto. IV INTERNATIONAL CONFERENCE ON ECONOMICS AND AGRI-FOOD NETWORKS MANAGEMENT. Ribeirão Preto-SP: PENSA, 2003. v. 1, p. 1-12.
- 15 AZEVEDO, Paulo Furquim de; ROCHA, Maria Margarete da. Governance Structure under Uncertainty: an empirical analysis of the petrochemical industry. In: 7TH ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL SOCIETY FOR NEW INSTITUTIONAL ECONOMICS, 2003, Budapest. 7th Annual Conference of the International Society for New Institutional Economics. St Louis-MO: ISNIE, 2003. v. 1, p. 1-22.
- 16 AZEVEDO, Paulo Furquim de. Implicações da pesquisa histórica para a Defesa da Concorrência: inferência a partir do caso CVRD e Samitri. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 6ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 2003, Caxambu-MG. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica. São Paulo: ABPHE, 2003. v. 1, p. 1-15.
- 17 SILVA, Vivian Lara dos Santos; AZEVEDO, Paulo Furquim de. O papel do ambiente institucional na expansão internacional de redes de franquias: o caso McDonald's - FrançaBrasil. In: IV INTERNATIONAL CONFERENCE ON ECONOMICS AND AGRI-FOOD NETWORKS MANAGEMENT, 2003, Ribeirão Preto-SP. IV INTERNATIONAL CONFERENCE ON ECONOMICS AND AGRI-FOOD NETWORKS MANAGEMENT. Ribeirão Preto-SP: PENSA, 2003. v. 1, p. 1-12.
- 18 AZEVEDO, Paulo Furquim de; FAULIN, Evandro Jacóia. Subsistemas Estritamente Coordenados

Baseados em Confiança: o caso de verduras. In: IV INTERNATIONAL CONFERENCE ON ECONOMICS AND AGRI-FOOD NETWORKS MANAGEMENT, 2003, Ribeirão Preto-SP. IV INTERNATIONAL CONFERENCE ON ECONOMICS AND AGRI-FOOD NETWORKS MANAGEMENT. Ribeirão Preto_SP: PENSA, 2003. v. 1, p. 1-12.

- 19 AZEVEDO, Paulo Furquim de; CHADDAD, Fábio Ribas; FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido. The Food Industry in Brazil and in the U.S.: the impact of FTAA on trade and investments. In: XLI CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2003, Juiz de Fora-MG. XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Brasília-DF: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2003. v. 1, p. 1-35.
- 20 AZEVEDO, Paulo Furquim de. Complementaridade de Estruturas de Governança na comercialização de marca. In: XXX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA - ANPEC, 2002, Nova Friburgo-RJ. Anais do XXX Encontro Nacional de Economia - ANPEC. ANPEC, 2002. v. 1, p. 1-20.
- 21 AZEVEDO, Paulo Furquim de. Contractual Mix in Food Franchising. In: 6TH ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL SOCIETY FOR NEW INSTITUTIONAL ECONOMICS, 2002, Cambridge-MA. Institutions & Economic Performance. St Louis-MO: ISNIE, 2002. v. 1, p. 1-22.
- 22 AZEVEDO, Paulo Furquim de; BANKUTI, Ferenc Isvan. When Food Safety Concern Decreases Safety: Evidence from the Informal Meat Market. In: 6TH ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL SOCIETY FOR NEW INSTITUTIONAL ECONOMICS, 2002, Cambridge-MA. Institutions & Economic Performance: ISNIE 6th Annual Conference. St Louis-MO: ISNIE, 2002. v. 1, p. 1-24.
- 23 BANKUTI, Ferenc Isvan; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Abates clandestinos de bovinos: uma análise das características do ambiente institucional. In: XXXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL - SOBER, 2001, Recife. XXXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural - Sober. 2001. v. 1, p. 1-20.
- 24 LEONELLI, Fabiana Viana Cunha; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Adoção de sistemas de certificação no desenvolvimento de produtos agroalimentares e os impactos na gestão de cadeias agroindustriais. In: 30 CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO, 2001, Florianópolis. 30 Congresso Brasileiro de Gestão de Desenvolvimento de Produto. Florianópolis: UFSC CT Departamento de Engenharia Mecânica NeDIP, 2001. v. 1, p. 1-12.
- 25 AZEVEDO, Paulo Furquim de; SILVA, Vivian Lara dos Santos. ANÁLISE DO MIX CONTRATUAL NO SISTEMA BRASILEIRO DE FRANQUIAS. In: II SEMINÁRIO BRASILEIRO DE NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL, 2001, CAMPINAS. Anais do II Seminário Brasileiro de Nova Economia Institucional. Campinas: Instituto de Economia- Unicamp, 2001. v. 1, p. 219-236.
- 26 MARINO, Matheus Kfourir; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Avaliação da Intervenção do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência no Sistema Agroindustrial da Laranja. In: III INTERNACIONAL CONFERENCE ON AGRI-FOOD CHAIN/NETWORKS ECONOMICS AND MANAGEMENT, 2001, Ribeirão Preto-SP. III International Conference on Agri-Food Chain/Networks Economics and Management. 2001. v. 1, p. 1-12.
- 27 AZEVEDO, Paulo Furquim de; SILVA, Vivian Lara dos Santos. Contractual Mix Analysis in Brazilian Franchising. In: 5TH CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL SOCIETY FOR NEW INSTITUTIONAL ECONOMICS, 2001, Berkeley-CA-USA. 5th Conference of the International Society for New Institutional Economics. 2001. v. 1, p. 1-20.
- 28 AZEVEDO, Paulo Furquim de. Informação e Barganha: Estratégias na Indústria Citrícola. In: II SEMINÁRIO BRASILEIRO DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL, 2001, Campinas. Anais do II Seminário Brasileiro da Nova Economia Institucional. Campinas: Instituto de Economia - Unicamp, 2001. v. 1, p. 239-254.
- 29 AZEVEDO, Paulo Furquim de; SILVA, André Gustavo da; SILVA, Vivian Lara dos Santos. Mix contratual

- em franquias de alimentos. In: III INTERNACIONAL CONFERENCE ON AGRI-FOOD CHAIN/NETWORKS ECONOMICS AND MANAGEMENT, 2001, Ribeirão Preto - SP. III Internacional Conference on Agri-Food Chain/Networks Economics and Management. 2001. v. 1, p. 1-12.
- 30 AZEVEDO, Paulo Furquim de; BANKUTI, Ferenc Isvan. Na clandestinidade: o mercado informal de carne bovina. In: III INTERNACIONAL CONFERENCE ON AGRI-FOOD CHAIN/NETWORKS ECONOMICS AND MANAGEMENT, 2001, Ribeirão Preto - SP. III Internacional Conference on Agri-Food Chain/Networks Economics and Management. 2001. v. 1, p. 1-12.
- 31 LEONELLI, Fabiana Viana Cunha; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Sistemas de Identidade Preservada em cadeias agroindustriais: o caso de produtos não geneticamente modificados. In: III INTERNACIONAL CONFERENCE ON AGRI-FOOD CHAIN/NETWORKS ECONOMICS AND MANAGEMENT, 2001, Ribeirão Preto-SP. III Internacional Conference on Agri-Food Chain/Networks Economics and Management. PENSA-USP, 2001. v. 1, p. 1-12.
- 32 AZEVEDO, Paulo Furquim de; SANTOS, Selma Regina. Concorrência no mercado de refrigerantes: o impacto das novas embalagens. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - ENEGEP-2000, 2000, São Paulo. Anais do Encontro Nacional de Engenharia de Produção - ENEGEP-2000. São Paulo: ABEPRO, 2000. v. 1, p. 1-10.
- 33 VINHOLIS, Marcela Brandão; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Effects of the traceability on the Brazilian Beef Agribusiness System. In: X WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY., 2000, Rio de Janeiro. X World Congress of Rural Sociology. Rio de Janeiro: International Rural Sociology Association, 2000. v. 1, p. 1-14.
- 34 SILVA, Vivian Lara dos Santos; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Impacts of the Food Franchises System Evolution in the Brazilian Agriculture Organization. In: XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2000, Rio de Janeiro. Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2000. v. 1, p. 1-15.
- 35 AZEVEDO, Paulo Furquim de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Fatores Determinantes da Relocalização Industrial no Brasil na Década de 90. In: XXVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA - ANPEC, 1999, Belém-PA. Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia - ANPEC. Belém-PA: ANPEC, 1999. v. x, p. 1-20.
- 36 AZEVEDO, Paulo Furquim de; SILVA, Vivian Lara dos Santos. Food Franchising and Backward Coordination: An Empirical Analysis of Brazilian Firms. In: 3RD CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL SOCIETY FOR NEW INSTITUTIONAL ECONOMICS, 1999, Washington-DC - EUA. ISNIE'99. St Louis - Missouri - EUA: International Society of New Institutional Economics, 1999. v. 1, p. 1-21.
- 37 AZEVEDO, Paulo Furquim de; SILVA, Vivian Lara dos Santos. Franquias de Alimentos e Coordenação de Cadeias Agroindustriais: uma análise empírica. In: XXVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA - ANPEC, 1999, Belém-PA. Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia - ANPEC. Belém-PA: ANPEC, 1999. v. x, p. 1-15.
- 38 FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Política Industrial e Defesa da Concorrência: considerações sobre a experiência brasileira. In: XXVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA - ANPEC, 1999, Belém-PA. Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia - ANPEC. Belém-PA: ANPEC, 1999. v. x, p. 1-19.
- 39 AZEVEDO, Paulo Furquim de. Integração Vertical e Outros Arranjos: Polêmica e Esquecimento na Defesa da Concorrência. In: XXVI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 1998, Vitória-ES. Anais do XXVI Encontro Nacional de Economia. Vitória-ES: ANPEC, 1998. v. 2, p. 481-501.
- 40 AZEVEDO, Paulo Furquim de; BIALOSKORSKY, Sigismundo. Direitos de Propriedade e Conflitos

Fundiários: implicações sobre o uso da terra. In: I ENCONTRO NACIONAL DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL, 1997, São Paulo-SP. Anais do I Encontro Nacional da Nova Economia Institucional. São Paulo: FEA-USP, 1997. v. 1, p. 1-15.

- 41 AZEVEDO, Paulo Furquim de; DANN, Victor. Inovação Tecnológica e concorrência: o caso das novas extratoras fresh juice no mercado de suco de laranja pronto para o consumo. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFSCAR, 1997, São Carlos. Anais do Congresso de Iniciação Científica da UFSCar. São Carlos: UFScar, 1997. v. 1, p. 56-68.
- 42 AZEVEDO, Paulo Furquim de. INTEGRACAO VERTICAL: INSTRUMENTO DE BARGANHA OU EFICIENCIA - O CASO DO SETOR CITRICOLA. In: XXIV ENCONTRO DA ANPEC, 1996, AGUAS DE LINDOIA - SP. Anais do XXIV Encontro Nacional de Economia. 1996.
- 43 AZEVEDO, Paulo Furquim de. PRESSAO CONCORRENCIAL E ESFORCO TECNOLOGICO. In: XVI ENEGEP - ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUCAO, 1996, PIRACICABA-SP. Anais do XVI ENEGEP. Piracicaba: ABEPRO, 1996. p. 1-8.
- 44 AZEVEDO, Paulo Furquim de. ESFORCO TECNOLOGICO DAS EMPRESAS DO SETOR DE BENS DE CAPITAL BRASILEIRO. In: XX ENCONTRO DA ANPEC, 1996, CAMPOS DE JORDAO - SP. Anais do Encontro Nacional de Economia. ANPEC, 1992. v. 1, p. 453-474.

7.1.2 Artigos completos publicados em periódicos

- 1 MARINO, Matheus Kfour; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Avaliação da intervenção do sistema brasileiro de defesa da concorrência no sistema agroindustrial da laranja. Gestão & Produção, São Carlos-SP, v. 10, n. 1, p. 35-46, 2003.
- 2 FAULIN, Evandro Jacóia; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Distribuição de hortaliças na agricultura familiar: uma análise das transações. Informações Econômicas, São Paulo-SP, v. 33, n. Novembro, p. 24-37, 2003.
- 3 FRANCESCHINI, Andresa Silva Neto; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Estratégias das empresas do setor calçadista diante do novo ambiente competitivo: análise de três casos. Gestão & Produção, São Carlos, v. 10, n. 3, p. 251-265, 2003.
- 4 AZEVEDO, Paulo Furquim de; SILVA, Vivian Lara dos Santos. Food Franchising and Backward Coordination: an Empirical Analysis of Brazilian Firms. Journal Of Chain And Network Science, Wageningen, Holanda, v. 3, n. 2, p. 33-44, 2003.
- 5 AZEVEDO, Paulo Furquim de. Comercialização deficiente, informalidade e risco de preços: o mesmo problema?. Artigos Técnicos de Derivativos Agropecuários, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 7-17, 2002.
- 6 AZEVEDO, Paulo Furquim de. Concorrência: panorama no Brasil e no Mundo, de Gesner Oliveira. Revista de Administração de Empresas (FGV), São Paulo, v. 42, n. 2, p. 118-119, 2002.
- 7 AZEVEDO, Paulo Furquim de; SILVA, Vivian Lara dos Santos. Franquias de alimentos e coordenação de cadeias agroindustriais: uma análise empírica. Revista de Administração (USP), São Paulo, v. 37, n. 1, p. 51-62, 2002.
- 8 AZEVEDO, Paulo Furquim de. O futuro do CADE. Rae Executivo, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 92-93, 2002.
- 9 VINHOLIS, Marcela de Mello Brandão; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Segurança do Alimento e Rastreabilidade. Revista de Administração de Empresas Eletrônica Fgv, São Paulo-SP, v. 1, n. 2, p. 1-22, 2002.
- 10 AZEVEDO, Paulo Furquim de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Determinantes da realocação do emprego

formal no Brasil: evidências a partir de setores selecionados. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro - RJ, v. 31, n. 2, p. 153-186, 2001.

- 11 FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Política industrial e defesa da concorrência: a experiência brasileira nos anos 90. Economia, Niterói-RJ, v. 2, n. 2, p. 513-547, 2001.
- 12 AZEVEDO, Paulo Furquim de. Comercialização da Energia Co-Gerada pelo Setor Sucroalcooleiro. Preços Agrícolas, Piracicaba, v. XIV, n. 169, p. 6-7, 2000.
- 13 AZEVEDO, Paulo Furquim de. Nova Economia Institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. Agricultura em São Paulo, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 33-52, 2000.
- 14 AZEVEDO, Paulo Furquim de. Ambiente Institucional e Competitividade da Triticultura Nacional. Preços Agrícolas, Piracicaba-SP, v. XII, n. 143, p. 22-26, 1998.
- 15 AZEVEDO, Paulo Furquim de; GIORDANO, Samuel Ribeiro. Competitividade Sistêmica e o Trigo: rumos de um sistema e desequilíbrio. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba-PR, v. 91, p. 49-72, 1997.
- 16 AZEVEDO, Paulo Furquim de. Integração Vertical no Sistema Agroindustrial Citrícola: instrumento de barganha ou de eficiência. Revista de Economia Aplicada, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 373-391, 1997.
- 17 AZEVEDO, Paulo Furquim de; TONOOKA, Eduardo Kiyoshi. ABERTURA COMERCIAL E ATIVIDADE TECNOLÓGICA: RUMO AO PRIMEIRO MUNDO. PENSANDO O BRASIL, n. 8, p. 17-20, 1994.
- 18 AZEVEDO, Paulo Furquim de; TONOOKA, Eduardo Kiyoshi. Abertura Comercial e Atividade Tecnológica: Rumo ao Primeiro Mundo?. Pensando o Brasil, São Paulo-SP, v. 1, n. 8, p. 17-20, 1994.

7.1.3 Livros publicados

- 1 FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido; AZEVEDO, Paulo Furquim de; SAES, Maria Sylvia Macchione. Competitividade: mercado, Estado e organizações. São Paulo: Editora Singular, 1997. v. 1.

7.1.4 Capítulos de livros publicados

- 1 FAULIN, Evandro Jacóia; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Administração da Compra de Insumos na Produção Familiar. In: SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; BATALHA, Mário Otávio. (Org.). Gestão Integrada da Agricultura Familiar. São Carlos, 2005, v. 1, p. 197-230.
- 2 AZEVEDO, Paulo Furquim de; FAULIN, Evandro Jacóia. Comercialização na Agricultura Familiar. In: SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; BATALHA, Mario Otávio. (Org.). Gestão Integrada da Agricultura Familiar. São Carlos, 2005, v. 1, p. 231-252.
- 3 AZEVEDO, Paulo Furquim de; SZTAJN, Rachel; ZYLBERSZTAJN, Decio. Economia dos Contratos. In: SZTAJN, Rachel; ZYLBERSZTAJN, Decio. (Org.). Direito & Economia. Rio de Janeiro-RJ, 2005, v. 1, p. 102-136.
- 4 AZEVEDO, P. F. . Contratos de Exclusividade em Shopping Centers. In: Edgard Pereira; Eleni Lagroteria; João Paulo G Leal. (Org.). CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO: Estudos e Pareceres Econômicos. 1 ed. São Paulo, 2004, v. 1, p. 163-186.
- 5 AZEVEDO, P. F. ; CHADDAD, Fábio Ribas ; FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido . The Free Trade Area of the Americas and the Food Industry in Brazil and the United States. In: Marcos Sawaya Jank. (Org.). Agricultural Liberalization in the FTAA and the WTO. 295 ed. Washington-DC, 2004, v. 1, p. 122-140.

- 6 FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido; AZEVEDO, Paulo Furquim de. AMBEV: a fusão e seus efeitos no mercado de cervejas. In: MATTOS, César. (Org.). A Revolução Antitruste no Brasil: a teoria econômica aplicada a casos concretos. São Paulo-SP, 2003, v. 1, p. 131-155.
- 7 AZEVEDO, Paulo Furquim de. Entre o bagaço e o suco: a relação entre citricultores e indústria de suco de laranja. In: MATTOS, César. (Org.). A Revolução do Antitruste no Brasil: a teoria econômica aplicada a casos concretos. São Paulo-SP, 2003, v. 1, p. 243-265.
- 8 AZEVEDO, Paulo Furquim de; SILVA, Vivian Lara dos Santos; SILVA, André Gustavo da. Franquias de Alimentos. In: NEVES, Marcos Fava; CASTRO, Luciano Thomé E. (Org.). Marketing e Estratégias em Agronegócios e Alimentos. São Paulo, 2003, v. 1, p. 272-289.
- 9 AZEVEDO, Paulo Furquim de; BATALHA, Mario Otávio; BONACELLI, Maria Beatriz; GRIESE, Lilian. Diagnóstico, tendências e perspectivas para a cadeia de avicultura de corte: o caso da macrorregião de Ribeirão Preto. In: PAULILLO, Luiz Fernando; ALVES, Francisco. (Org.). Reestruturação agroindustrial: políticas públicas e segurança alimentar regional. São Carlos, 2002, v. 1, p. 223-276.
- 10 AZEVEDO, Paulo Furquim de; GRAÇA, Carolina; LEONELLI, Fabiana Viana Cunha; SILVA, Vivian Lara dos Santos. Genetic ID: identificação genética para produtos de exportação. In: NEVES, Marcos Fava; SCARE, Roberto Fava. (Org.). Marketing e Exportação. São Paulo-SP, 2001, v. 1, p. 201-225.
- 11 BATALHA, Mario Otávio; SILVA, Carlos Arthur; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Avaliação de Eficiência e Competitividade. In: BATALHA, M.O. ; SILVA, C.A. (Org.). Estudo sobre a eficiência econômica e competitividade da cadeia agroindustrial da pecuária de corte no Brasil. Brasília, 2000, v. 1, p. 319-354.
- 12 AZEVEDO, Paulo Furquim de. Concorrência no Agribusiness. In: Zylbersztajn, D. ; Neves, M.F. (Org.). Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares. São Paulo, 2000, v. 1, p. 61-79.
- 13 AZEVEDO, Paulo Furquim de; VINHOLIS, Marcela Brandão. Setor de Couro e Derivados. In: BATALHA, M.O.; SILVA, C.A. (Org.). Estudo sobre a eficiência econômica e competitividade da cadeia agroindustrial da pecuária de corte no Brasil. Brasília, 2000, v. 1, p. 272-318.
- 14 AZEVEDO, Paulo Furquim de; FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido; PICCHETTI, Paulo. A Reestruturação dos Setores de Infra-Estrutura e a Definição dos Marcos Regulatórios: Princípios Gerais, Características e Problemas. In: REZENDE, Fernando; PAULA, Tomás Brugiski de. (Org.). Infra-Estrutura: Perspectivas de Reorganização/Regulação. Brasília, 1998, v. 1, p. 43-80.
- 15 AZEVEDO, Paulo Furquim de. Organização Industrial. In: VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval; PINHO, Diva Benevides. (Org.). Manual de Economia: Equipe dos Professores da USP. 2. ed. São Paulo, 1998, v. 1, p. 195-222.
- 16 AZEVEDO, Paulo Furquim de. A Nova Economia Institucional: Antecedentes. In: FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido; AZEVEDO, Paulo Furquim de; SAES, Maria Sylvia Macchione. (Org.). Competitividade: mercado, Estado e organizações. São Paulo, 1997, v. 1, p. 33-52.
- 17 AZEVEDO, Paulo Furquim de. A Nova Economia Institucional: Níveis Analíticos. In: FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido; AZEVEDO, Paulo Furquim de; SAES, Maria Sylvia Macchione. (Org.). Competitividade: mercado, Estado e organizações. São Paulo, 1997, v. 1, p. 53-70.
- 18 AZEVEDO, Paulo Furquim de. COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROINDUSTRIAIS. In: BATALHA, MARIO OTAVIO (ORG). (Org.). GESTÃO AGROINDUSTRIAL. SÃO PAULO, 1997, v. 1, p. 47-77.
- 19 AZEVEDO, Paulo Furquim de. Economia dos Custos de Transação. In: FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido; AZEVEDO, Paulo Furquim de; SAES, Maria Sylvia Macchione. (Org.). Competitividade: mercado, Estados e organizações. São Paulo, 1997, v. 1, p. 71-111.
- 20 AZEVEDO, Paulo Furquim de; PAULILLO, Luiz Fernando. ELEMENTOS DE MICROECONOMIA APLICADOS AO SISTEMA AGROINDUSTRIAL. In: BATALHA, MARIO OTAVIO. (Org.). GESTÃO AGROINDUSTRIAL - VOL II. SÃO

- 21 FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Moinho Pacífico: Ajustamentos e Desafios do Livre-Mercado. In: FARINA, Elizabeth Maria Merier Querido. (Org.). Estudos de Caso em Agribusiness. São Paulo, 199 v. 1, p. 25-43.

7.1.5 Textos em jornais de notícias

- 1 AZEVEDO, Paulo Furquim de. Agribusiness não garante o equilíbrio externo. Economia em Perspectiva - Carta de Conjuntura - CORECON n. 149, São Paulo, v. 1, p. 3-4, 01 mar. 1998.
- 2 AZEVEDO, Paulo Furquim de. Aumento de produtividade a médio prazo parece improvável. Carta de Conjuntura: CORECON n. 153, São Paulo, v. 1, p. 4-6, 01 jul. 1998.
- 3 AZEVEDO, Paulo Furquim de. Privatização da infra-estrutura e concentração vertical. Informações FIPE n.211, São Paulo, v. 1, p. 14-17, 01 abr. 1998.
- 4 AZEVEDO, Paulo Furquim de. Defesa da Concorrência: novo perfil do Estado, novo papel para o economista. Jornal do Economista - CORECON n.102, São Paulo, v. 1, p. 4-4, 01 jun. 1997.
- 5 ZYLBERSZTAJN, Décio; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Coordenação da Pesquisa no Agribusiness do Café. Informações FIPE n.152, São Paulo, v. 1, p. 17-19, 01 maio 1993.

10.1.6 Textos em revistas (magazines)

- 1 AZEVEDO, Paulo Furquim de; FERNANDES, Maurício Machado. Entre a Soja e o Algodão. Agronalysis, São Paulo, v. 1, p. 36-38, 19 jun. 2004.

7.1.7 Demais tipos de produção bibliográfica

- 1 AZEVEDO, Paulo Furquim de; CHADDAD, Fábio Ribas; FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido. THE FOOD INDUSTRY IN BRAZIL AND IN THE U.S.: THE IMPACTS OF FTAA ON TRADE AND INVESTMENTS. Buenos Aires- Argentina: IDB-INTAL, 2004. (Working Paper).
- 2 FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Aquisição da Manah pela Bunge: Ato de Concentração no 08012.004904/00-97. Brasília: Conselho Administrativo de Defesa Econômica, 2003. (Parecer Econômico).
- 3 AZEVEDO, Paulo Furquim de; SILVA, Vivian Lara dos Santos. Contractual Mix in Brazilian Franchising. Paris: Atom- Université de Paris - Pantheon-Sorbonne, 2002. (Working Paper).
- 4 AZEVEDO, Paulo Furquim de. PARECER ECONÔMICO - CONTRATOS DE EXCLUSIVIDADE EM SHOPPING CENTERS. Brasília-DF: CADE - Processo Administrativo N°08012.009991/98-82, 2002. (Parecer Econômico).
- 5 FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Parecer Econômico ao Processo Administrativo referente à aquisição da totalidade das quotas da NatSteel Brasil no capital social da Açominas pelo Grupo Gerdau. Brasília: CADE, 2002. (Parecer Econômico).
- 6 AZEVEDO, Paulo Furquim de. Parecer Econômico a Relação contratual entre CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) e S.A. Mineração da Trindade (Samitri) - Processo Administrativo 08012.007285/99-78. Brasília -DF: CADE: Processo Administrativo N°08012.007285/99-78, 2001. (Parecer Econômico).
- 7 AZEVEDO, Paulo Furquim de; SILVA, Vivian Lara dos Santos. Perspectivas para as micro e pequenas empresas - Programa de Emprego e Renda: Fernandópolis. São Paulo: Sebrae-SP, 2001. (Relatório de

- 8 AZEVEDO, Paulo Furquim de; SILVA, Vivian Lara dos Santos. Perspectivas para as micro e pequenas empresas - Programa de Emprego e Renda: Mirassol. São Paulo-SP: Sebrae-SP, 2001. (Relatório de Pesquisa).
- 9 AZEVEDO, Paulo Furquim de; SILVA, Vivian Lara dos Santos. Perspectivas para as micro e pequenas empresas - Programa de Emprego e Renda: Santa Fé do Sul. São Paulo: Sebrae-SP, 2001. (Relatório de Pesquisa).
- 10 AZEVEDO, Paulo Furquim de. Perspectivas para as micro e pequenas empresas - Programa de Emprego e Renda: São João da Boa Vista. São Paulo: Sebrae, 2001. (Relatório de Pesquisa).
- 11 AZEVEDO, Paulo Furquim de; SILVA, Vivian Lara dos Santos. Perspectivas para as micro e pequenas empresas - Programa de Emprego e Renda: São José do Rio Preto. São Paulo: Sebrae-SP, 2001. (Relatório de Pesquisa).
- 12 AZEVEDO, Paulo Furquim de; SILVA, Vivian Lara dos Santos. Perspectivas para as micro e pequenas empresas - Programa de Emprego e Renda: Tanabi. São Paulo: Sebrae-SP, 2001. (Relatório de Pesquisa).
- 13 AZEVEDO, Paulo Furquim de; VINHOLIS, Marcela Brandão. Análise da Competitividade do Setor de Couro e Derivados. Brasília: CNA-CNI, 1999. (Relatório de Pesquisa).
- 14 AZEVEDO, Paulo Furquim de; GRIESE, Lillian; BATALHA, Mario Otávio. Análise das Disfunções da Cadeia Agroindustrial de Frango na Macro-região de Ribeirão Preto. Rio de Janeiro: FINEP, 1999. (Relatório de Pesquisa).
- 15 SOUSA, Eduardo Leão de; SAES, Maria Sylvia Macchione; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Competitividade do Sistema Agroindustrial do Milho. São Paulo: PENSE - IPEA, 1998. (Relatório de Pesquisa).
- 16 AZEVEDO, Paulo Furquim de; GIORDANO, Samuel Ribeiro. Competitividade do Sistema Agroindustrial do Trigo. São Paulo: PENSE - IPEA, 1998. (Relatório de Pesquisa).

7.2 ORIENTAÇÕES CONCLUÍDAS

7.2.1 Mestrado

- 1 Cristiane Feltre. Mecanismos de governança na multiplicação de sementes de milho híbrido e soja. 2005. 133 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos, . Orientador: Paulo Furquim de Azevedo
- 2 Evandro Jacóia Faulin. O uso do System Dynamics em modelo de apoio à comercialização: uma aplicação à agricultura familiar. 2004. 183 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Orientador: Paulo Furquim de Azevedo.
- 3 PELIÇÃO, Thiago Zanon. Competitividade e Fruticultura no Brasil: o caso do cluster de Juazeiro e Petrolina. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos. Orientador: Paulo Furquim de Azevedo.
- 4 FONSECA, Ariângelo Geraldo Nunes da. Efeitos da substituição da coleta em latões pela coleta a granel na estrutura de captação de leite. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos. Orientador: Paulo Furquim de Azevedo.
- 5 BANKUTI, Ferenc Istvan. Entraves e Incentivos ao Abate Clandestino no Brasil. 2002. 140 f. Dissertação

- 3 SAES, Maria Sylvia Macchione; AZEVEDO, Paulo Furquim de; LAZZARINI, Sérgio Giovanetti. Participação em banca de José Roberto Moraes Antikeira. O valor de reserva nas negociações: evidências empíricas do comportamento oportunista. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de São Paulo.
- 1 AZEVEDO, Paulo Furquim de; ALCÂNTARA, Rosane Lúcia Chicarelli; NEVES, Marcos Fava. Participação em banca de Thiago Zanon Pelício. Competitividade e Fruticultura no Brasil: o cluster de Juazeiro e Petrolina. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos.
- 2 AZEVEDO, Paulo Furquim de; CAIXETA FILHO, José Vicente; ASSUMPÇÃO, Maria Rita Pontes. Participação em banca de Ariângelo Geraldo Nunes da Fonseca. Efeitos da substituição da coleta em Latões pela coleta a granel na estrutura de captação de leite. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos.
- 3 FREITAS, Fernando Celso Garcia de; BARBOSA, Fernando de Holanda; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Participação em banca de Euclides Pedrozo Júnior. Estimação das Elasticidades da Demanda por Energia Elétrica e Alimentos no Brasil: uma análise a partir do modelo Flórida. 2004. Dissertação (Mestrado em Mestrado e Doutorado em Economia) - Fundação Getúlio Vargas - Escola de Economia de São Paulo.
- 4 SILVA, Andrea Lago da; LOURENZANI, Ana Elisa Bressan Smith; AZEVEDO, Paulo Furquim de; BATALHA, Mário Otávio; FICHMANN, Adalberto Américo. Participação em banca de Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani. Avaliação da Competitividade dos Principais Canais de Distribuição de Hortaliças: o caso do tomate in natura no Estado de São Paulo. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos.
- 5 DRAGONE, Diogo Suzigan; NEVES, Evaristo Marzabal; AZEVEDO, Paulo Furquim de; MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de. Participação em banca de Diogo Suzigan Dragone. Formas de Organização da Produção e Decisões de Terceirização na Citricultura. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências (Economia Aplicada) [Esaql]) - Universidade de São Paulo.
- 6 SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; SCHIAVI, Sandra Mara de Alencar; AZEVEDO, Paulo Furquim de; BUAINAIN, Antonio Márcio; EID, Farid. Participação em banca de Sandra Mara de Alencar Schiavi. Os Programas de Reforma Agrária Cédula da Terra e Convencional: uma análise comparativa. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos.
- 7 PAULILLO, Luiz Fernando; SANTINI, Giuliana Aparecida; AZEVEDO, Paulo Furquim de; BONACELLI, Maria Beatriz; ASSUMPÇÃO, Maria Rita Pontes. Participação em banca de Giuliana Aparecida Santini. A Reestruturação da Indústria de Sementes no Brasil: o novo ambiente concorrencial dos segmentos de milho híbrido e soja. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos.
- 8 BONACELLI, Maria Beatriz; VALLE, Marcelo Gonçalves Do; SALLES, Sergio; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Participação em banca de Marcelo Gonçalves do Valle. Cadeias Inovativas, Redes de Inovação e Dinâmica Tecnológica da Citricultura no Estado de São Paulo. 2002. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) - Universidade Estadual de Campinas.
- 9 TONETO JÚNIOR, Rudinei; TELLES, Luciana Oliveira; AZEVEDO, Paulo Furquim de; PORTO, Geciane Silveira. Participação em banca de Luciana Oliveira Telles. Clusters e a indústria ligada à área da saúde em Ribeirão Preto. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade de São Paulo.
- 10 FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido; VIEGAS, Cláudia Assunção Do Santos; AZEVEDO, Paulo Furquim de; BELIK, Walter. Participação em banca de Cláudia Assunção do Santos Viegas. Empresas multinacionais na indústria brasileira de alimentos. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade de São Paulo.

- 11 ESCRIVÃO FILHO, Edmundo; ROMEIRO, Vanda Marques Burlaili; AZEVEDO, Paulo Furquim de; SILVEIRA, Fátima Rotundo da. Participação em banca de Vanda Marques Burlaili Romeiro. Gestão da pequena unidade de produção familiar de citros: uma análise dos fatores influentes no sucesso do empreendimento do ponto de vista do produtor de Bebedouro. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia (Engenharia de Produção)) - Universidade de São Paulo.
- 12 AZEVEDO, Paulo Furquim de; FRANCESCHINI, Andresa Silva Neto; GARCIA, Renato de Castro; ALVES FILHO, Alceu Gomes. Participação em banca de Andresa Silva Neto Franceschini. Impactos do novo ambiente competitivo em empresas do setor calçadista. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos.
- 13 RENK, Antonio Carlos; SARTORI, Eloi; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Participação em banca de Eloi Sartori. Algoritmos para monitoramento da gestão econômica de preços dinâmicos: uma contribuição para o aumento da competitividade das empresas comerciais. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia (Engenharia de Produção)) - Universidade de São Paulo.
- 14 FIGUEIREDO, Reginaldo Santana; ACCIOLY, Ruy Cordeiro; AZEVEDO, Paulo Furquim de; ESCRIVÃO FILHO, Edmundo. Participação em banca de Ruy Cordeiro Accioly. Análise da Influência do Mercado de Suco Pasteurizado sobre o Comportamento da Oferta de Laranjas: utilizando a metodologia de System Dynamics. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos.
- 15 BATALHA, Mario Otávio; HAEFLIGER, Darlei; AZEVEDO, Paulo Furquim de; SAUVEÉ, Patrizio. Participação em banca de Darlei Haefliger. Competitividade da Cadeia Orizícola no Brasil. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos.
- 16 SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; PIGATTO, Gessuir; AZEVEDO, Paulo Furquim de; BATALHA, Mário. Participação em banca de Gessuir Pigatto. Determinantes da Competitividade da Indústria de Carne Bovina do Estado de São Paulo. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos.
- 17 FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido; SILVA, Beatriz Soares da; AZEVEDO, Paulo Furquim de; ANUATTI NETO, Francisco. Participação em banca de Beatriz Soares da Silva. Termos de Compromisso de Desempenho. 2001. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade de São Paulo.
- 18 FIGUEIREDO, Reginaldo Santana; SAITO, Jana Roiz; AZEVEDO, Paulo Furquim de; ESCRIVÃO FILHO, Edmundo. Participação em banca de Jana Roiz Saito. Análise de cadeias agroindustriais utilizando simulação computacional baseada na metodologia system dynamics: um estudo de caso. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos.
- 19 BURNQUIST, Heloisa Lee; SOUZA, Zilmar José de; AZEVEDO, Paulo Furquim de; BACCHI, Mirian Rumenos Piedade. Participação em banca de Zilmar José de Souza. Energia Co-Gerada no setor sucroalcooleiro. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências (Economia Aplicada) [Esa]) - Universidade de São Paulo.
- 20 MARQUES, Pedro Valentim; FERREIRA, Ricardo Cotta; AZEVEDO, Paulo Furquim de; JANK, Marcos. Participação em banca de Ricardo Cotta Ferreira. Competitividade da Cadeia Suinícola Brasileira. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências (Economia Aplicada) [Esa]) - Universidade de São Paulo.
- 21 NEVES, Evaristo Marzaval; ANDIA, Luis Henrique; AZEVEDO, Paulo Furquim de; MARTINES FILHO, João Gomes. Participação em banca de Luis Henrique Andia. Contratos e margens na citricultura. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências (Economia Aplicada) [Esa]) - Universidade de São Paulo.
- 22 CAIXETA FILHO, José Vicente; RIBEIRO, Breno de Arruda Moraes; AZEVEDO, Paulo Furquim de; MARQUES, Pedro Valentim. Participação em banca de Breno de Arruda Moraes Ribeiro. Estruturas de Governança no Transporte de Madeira. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências (Economia Aplicada)

- 23 TOLEDO, José Carlos; BORGES, Ana Cláudia Giannini; AZEVEDO, Paulo Furquim de; RODRIGUES, Vera Martins. Participação em banca de Ana Cláudia Giannini Borges. Qualidade de Produto do Suco de Laranja Concentrado e Congelado Brasileiro. 1998. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos.

8.1.2 Teses

- 1 MARTINELLI, Dante; AZEVEDO, Paulo Furquim de; SILVA, Andrea Lago da; VIANA, Adriana Backx Noronha; SPERS, Eduardo Eugênio. Participação em banca de Flávia Angeli Ghisi. Fatores Críticos na Sustentabilidade das Centrais de Negócios do Setor Supermercado. 2005. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de São Paulo.
- 2 SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; AZEVEDO, Paulo Furquim de; BATALHA, Mário Otávio; BELHOT, Renato Vairo; SANTOS, Antônio Carlos dos. Participação em banca de Wagner Luiz Lourenzani. Modelo de gestão integrada para a agricultura familiar. 2005. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos.
- 3 BARRIONUEVO FILHO, Arthur; AZEVEDO, Paulo Furquim de; SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da; MACEDO JÚNIOR, Ronaldo Porto; RIBEIRO, Paulo de Tarso Ramos. Participação em banca de Luiz Fernando Rigato Vasconcellos. O mercado doméstico de transporte aéreo de passageiros: modelo de escolha de capacidade empregada em função da ação do regulador e da estrutura da indústria. 2005. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado em Economia) - Fundação Getúlio Vargas - Escola de Economia de São Paulo.
- 4 TOLEDO, José Carlos; AZEVEDO, Paulo Furquim de; ALLIPRANDINI, Dário Henrique; NEVES, Marcos Fava; MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. Participação em banca de Miguel Angel Aires Borrás. Proposta de estrutura e de método para coordenação da qualidade em cadeias de produção agroalimentares. 2005. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos.
- 5 FREITAS, Fernando Celso Garcia de; AZEVEDO, Paulo Furquim de; OLIVEIRA FILHO, Gesner José de; OLIVEIRA, Alessandro Vinícius Marques de; VERMULM, Roberto. Participação em banca de Sérgio Goldbaum. Restrições Verticais no setor automotivo: barreiras à entrada de novos concessionários. 2005. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado em Economia) - Fundação Getúlio Vargas - Escola de Economia de São Paulo.
- 1 AZEVEDO, Paulo Furquim de; ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Marcos Fava; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; ALCÂNTARA, Rosane Lúcia Chicarelli. Participação em banca de Vivian Lara dos Santos Silva. Ambiente institucional e organização de redes de franquias: uma comparação entre Brasil e França. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos.
- 2 FREITAS, Fernando Celso Garcia de; AZEVEDO, Paulo Furquim de; CURY, Samir; MARINHO, Emerson Luis Lemos; SOUSA, Maria da Conceição Sampaio de. Participação em banca de Jorge Oliveira Pires. Produtividade das Nações: uma abordagem de fronteiras estocásticas. 2004. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado em Economia) - Fundação Getúlio Vargas - Escola de Economia de São Paulo.
- 3 AZEVEDO, Paulo Furquim de; BURNQUIST, Heloisa Lee; PINHO, Marcelo Silva; PAULILLO, Luiz Fernando; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Participação em banca de Zilmar José de Souza. A Comercialização de Eletricidade pelo Setor Sucroalcooleiro: entraves institucionais e custos de transação. 2003. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos.
- 4 SOUZA, Marcelo Pereira de; CORTES, Mauro Rocha; AZEVEDO, Paulo Furquim de; ABRAMOVAY, Ricardo; PIRES, José Salatiel Rodrigues; TEIXEIRA, Bernardo Arantes Do Nascimento. Participação em banca de Mauro Rocha Cortes. Colegiado Gestor em áreas de proteção ambiental: análise de três experiências no Estado de São Paulo (murro em ponta de faca?). 2003. Tese (Doutorado em Ciências da

- 5 BATALHA, Mário Otávio; SCRAMIM, Fernando César Leandro; AZEVEDO, Paulo Furquim de; ALCÂNTARA, Rosane Lúcia Chicarelli; MUSETTI, Marcel; BARBOSA, Pedro Franklin. Participação em banca de Fernando César Leandro Scramim. Metodologia de apoio à decisão em cadeias de suprimento agroindustriais: um estudo de caso no setor lacteo. 2003. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos.
- 6 AZEVEDO, Paulo Furquim de; TROCCOLI, Irene Raguenet; SOARES, Diana Macedo. Participação em banca de Irene Raguenet Troccoli. Gerenciando grupos estratégicos: arcabouço para a análise de suas implicações estratégicas pela ótica das redes de relacionamento. 2002. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- 7 AZEVEDO, Paulo Furquim de; ROCHA, Maria Margarete da; FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido; ANUATTI NETO, Francisco; SILVEIRA, José Maria da; GARCIA, Renato de Castro. Participação em banca de Maria Margarete da Rocha. Integração Vertical e Incerteza. 2002. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de São Paulo.
- 8 FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido; MACHADO, Eduardo Luiz; AZEVEDO, Paulo Furquim de; ZYLBERSZTAJN, Decio; MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de; MARQUES, Pedro Valentim. Participação em banca de Eduardo Luiz Machado. O papel da reputação na coordenação vertical da cadeia produtiva de frutas, legumes e verduras frescos. 2002. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de São Paulo.
- 9 AZEVEDO, Paulo Furquim de; NEVES, Marcos Fava; CAMPOMAR; ZYLBERSZTAJN, Decio; JANK, Marcos; MARTINELLI, Dante. Participação em banca de Marcos Fava Neves. Um modelo para planejamento de canais de distribuição no setor de alimentos. 2001. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de São Paulo.
- 10 VEIGA, José Eli da; NUNES, Rubens; AZEVEDO, Paulo Furquim de; KAGEWAMA, Ângela; CARVALHO FILHO, José Juliano de; ABRAMOWAY, Ricardo. Participação em banca de Rubens Nunes. Agricultura familiar: custos de transação, forma organizacional e eficiência. 2000. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de São Paulo.
- 11 GIORDANO, Samuel Ribeiro; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; AZEVEDO, Paulo Furquim de; SAES, Maria Sílvia Macchione. Participação em banca de Samuel Ribeiro Giordano. Competitividade Regional e Globalização. 2000. Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana)) - Universidade de São Paulo.
- 12 MARQUES, Pedro Valentim; SOUZA, Warli Anjos de; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Participação em banca de Warli Anjos de Souza. Determinantes da Viabilidade de Mercados Futuros Agropecuários no Âmbito do Mercosul. 1999. Tese (Doutorado em Ciências (Economia Aplicada) [Esaql]) - Universidade de São Paulo.
- 13 MARQUES, Pedro Valentim; CASTRO JÚNIOR, Luis Gonzaga de; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Participação em banca de Luis Gonzaga de Castro Júnior. Impactos da Liquidação Financeira sobre a Eficiência de Hedging nos Contratos Futuros das Commodities Boi Gordo e Soja. 1999. Tese (Doutorado em Ciências (Economia Aplicada) [Esaql]) - Universidade de São Paulo.
- 14 MARQUES, Pedro Valentim; BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo; AZEVEDO, Paulo Furquim de; ZYLBERSZTAJN, Decio; JANK, Marcos; NEVES, Evaristo Marzabal. Participação em banca de Sigismundo Bialoskorski Neto. Governança Corporativa e Cooperativismo. 1998. Tese (Doutorado em Ciências (Economia Aplicada) [Esaql]) - Universidade de São Paulo.

8.2 PARTICIPAÇÃO EM BANCAS DE COMISSÕES JULGADORAS

8.2.1 Concurso público

- 1 Processo Seletivo Externo para contratação de docente na Faculdade de Engenharia Industrial 'Eng. Celso Daniel', da Fundação Santo André. 2005. , Fundação Santo André.
- 2 Processo Seletivo para cargo temporário de Professor Doutor - FEA-USP. 2005. , Universidade de São Paulo.
- 3 Processo seletivo para cargo temporário de Professor Doutor - FEA-USP. 2005. , Universidade de São Paulo.
- 1 Processo Seletivo para contratação de Professor para a UNESP, campus de Tupã. 2004. , Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
- 2 Banca de Processo Seletivo para Professor Substituto, nível MS-2, no Departamento de Administração da FEA-RP/USP. 2003. , Universidade de São Paulo.
- 3 Membro de Comissão Julgadora de Concurso de Professor Doutor do Departamento de Contabilidade da FEA_RP/SUP. 2003. , Universidade de São Paulo.
- 4 Membro de Comissão Julgadora de Processo Seletivo para contratação de docente Prof. Doutor junto ao Departamento de Administração. 2003. , Universidade de São Paulo.
- 5 Membro de Comissão Julgadora do Concurso de Prof. Dr. do Departamento de Administração: especialidade Sistemas de Informação de MARKETING. 2003. , Universidade de São Paulo.
- 6 Membro de Comissão Julgadora do Concurso de Professor Doutor do Departamento de Administração: especialidade Estratégias de Canais de Distribuição em Marketing. 2003. , Universidade de São Paulo.
- 7 Processo Seletivo para Contratação de Docente MS-3, junto à FZEA, campus de Pirassununga. 2003. , Universidade de São Paulo.
- 8 Banca de concurso para Professor Adjunto na UFF, departamento de Economia. 2002. , Universidade Federal Fluminense.
- 9 Banca de Concurso para Professor Doutor, da FZEA, da USP, campus de Pirassununga. 2001. , Universidade de São Paulo.

8.3 PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

- 1 Palestra: O CADE e o Agronegócio. 2005. (Participação em eventos/Simpósio).
- 2 Apresentação de trabalho e debatedor. 2004. (Participações em eventos/Congresso).
- 3 Apresentação e Presidência de Mesa. 2004. (Participações em eventos/Congresso).
- 4 Institutions of Informality: when food safety concern decreases safety. 2004. (Participações em eventos/Oficina).
- 5 Palestra: Agronegócio: competitividade e efeitos da ALCA. 2004. (Participações em eventos/Encontro).
- 6 Palestra: Regulação: uma perspectiva institucional. 2004. (Participações em eventos/Oficina).
- 7 Palestrante: Integração econômica na Alca e UE: perspectivas para o agronegócio da carne Bovina. 2004. (Participação em eventos/Outra).
- 8 Palestrante: Panorama do Agronegócio Brasileiro: Tendências, desafios e oportunidades para os micro e pequenos negócios. 2004. (Participações em eventos/Seminário).

- 9 Apresentação de trabalho e coordenador de mesa. 2003. (Participações em eventos/Congresso).
- 10 Apresentação: Estruturas de Governança na Indústria Petroquímica. 2003. (Participações em eventos/Oficina).
- 11 Apresentação: Gestão Agroindustrial e Competitividade. 2003. (Participações em eventos/Simpósio).
- 12 Apresentação: Governance Structures under Uncertainty: an empirical analysis of the petrochemical industry. 2003. (Participações em eventos/Congresso).
- 13 Apresentação: Mesa Redonda 2: Empresas, Inovação e Tecnologia na América Latina. 2003. (Participações em eventos/Congresso).
- 14 Membro da Comissão Organizadora. 2003. (Participações em eventos/Oficina).
- 15 Palestra: Nova Economia Institucional: temas correntes e métodos de pesquisa. 2003. (Participações em eventos/Seminário).
- 16 Palestrante do Painel 'Gestão, Inovação e Competitividade'. 2003. (Participações em eventos/Congresso).
- 17 Seminário do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. 2003. (Participações em eventos/Seminário).
- 18 Apresentação de Trabalho: 6Th Annual Conference ISNIE. 2002. (Participações em eventos/Congresso).
- 19 Apresentação: Comportamento tecnológico na indústria de calçados. 2002. (Participações em eventos/Seminário).
- 20 Contractual Mix in Franchising. 2002. (Participações em eventos/Seminário).
- 21 Palestra: Cenário Econômico e a Citricultura. 2002. (Participações em eventos/Encontro).
- 22 Apresentação de Trabalho e Debatedor. 2001. (Participações em eventos/Congresso).
- 23 Apresentação: Análise do mix contratual no sistema brasileiro de franquias. 2001. (Participações em eventos/Seminário).
- 24 Apresentação: Estratégias tecnológicas na indústria de calçados. 2001. (Participações em eventos/Seminário).
- 25 Membro de Comissão Organizadora. 2001. (Participações em eventos/Seminário).
- 26 Membro do Comitê Organizador II Seminário Brasileiro da Nova Economia Institucional. 2001. (Participações em eventos/Seminário).
- 27 Mini Curso: Informação, Contratos e Regulamentação (Professor). 2000. (Participações em eventos/Outra).
- 28 Apresentação de Trabalho: 3rd Annual Conference of the of the International Society for New Institutional Economics. 1999. (Participações em eventos/Congresso).
- 29 Membro do Comitê Organizador do II Encontro de Gestão dos Negócios Agroalimentares. 1999. (Participações em eventos/Congresso).
- 30 Apresentação: agribusiness. 1998. (Participações em eventos/Oficina).
- 31 Apresentação: A Economia dos Custos de Transação. 1997. (Participações em eventos/Seminário).
- 32 Apresentação: Reestruturação dos Setores de Infra-estrutura e a definição dos marcos regulatórios: princípios gerais, características e problemas. 1997. (Participações em eventos/Seminário).

- 33 Apresentação: Economia dos Custos de Transação: teoria e aplicações. 1996. (Participações em eventos/Seminário).
- 34 Apresentação: Idiosyncratic Investments and Bargaining: the role of vertical integration. 1996. (Participações em eventos/Seminário).
- 35 Apresentação: Integração Vertical e Poder de Barganha na Agroindústria. 1994. (Participações em eventos/Seminário).

8.4 TRABALHOS DE CONSULTORIA MAIS RELEVANTES

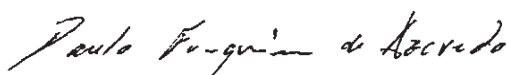
- 1 AZEVEDO, Paulo Furquim de. Avaliação das Melhores Redes de Franquia do Brasil. Gv Consult e Editora Globo, 2005.
- 2 FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Aquisição da Manah pela Bunge: Ato de Concentração no 08012.004904/00-97. Brasília: Conselho Administrativo de Defesa Econômica, 2003. (Parecer Econômico).
- 3 AZEVEDO, Paulo Furquim de. Fórum de Competitividade da Cadeia de Couro e Calçados. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, 2001.
- 4 AZEVEDO, Paulo Furquim de. PARECER ECONÔMICO - CONTRATOS DE EXCLUSIVIDADE EM SHOPPING CENTERS. Brasília-DF: CADE - Processo Administrativo N°08012.009991/98-82, 2002. (Parecer Econômico).
- 5 FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Parecer Econômico ao Processo Administrativo referente à aquisição da totalidade das quotas da NatSteel Brasil no capital social da Açominas pelo Grupo Gerdau. Brasília: CADE, 2002. (Parecer Econômico).
- 6 AZEVEDO, Paulo Furquim de. Parecer Econômico a Relação contratual entre CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) e S.A. Mineração da Trindade (Samitri) - Processo Administrativo 08012.007285/99-78. Brasília-DF: CADE: Processo Administrativo N°08012.007285/99-78, 2001. (Parecer Econômico).
- 7 AZEVEDO, Paulo Furquim de; SILVA, Vivian Lara dos Santos. Perspectivas para as micro e pequenas empresas - Programa de Emprego e Renda: Fernandópolis. São Paulo: Sebrae-SP, 2001. (Relatório de Pesquisa).
- 8 AZEVEDO, Paulo Furquim de; SILVA, Vivian Lara dos Santos. Perspectivas para as micro e pequenas empresas - Programa de Emprego e Renda: Mirassol. São Paulo-SP: Sebrae-SP, 2001. (Relatório de Pesquisa).
- 9 AZEVEDO, Paulo Furquim de; SILVA, Vivian Lara dos Santos. Perspectivas para as micro e pequenas empresas - Programa de Emprego e Renda: Santa Fé do Sul. São Paulo: Sebrae-SP, 2001. (Relatório de Pesquisa).
- 10 AZEVEDO, Paulo Furquim de. Perspectivas para as micro e pequenas empresas - Programa de Emprego e Renda: São João da Boa Vista. São Paulo: Sebrae, 2001. (Relatório de Pesquisa).
- 11 AZEVEDO, Paulo Furquim de; SILVA, Vivian Lara dos Santos. Perspectivas para as micro e pequenas empresas - Programa de Emprego e Renda: São José do Rio Preto. São Paulo: Sebrae-SP, 2001. (Relatório de Pesquisa).
- 12 AZEVEDO, Paulo Furquim de; SILVA, Vivian Lara dos Santos. Perspectivas para as micro e pequenas empresas - Programa de Emprego e Renda: Tanabi. São Paulo: Sebrae-SP, 2001. (Relatório de Pesquisa).
- 13 AZEVEDO, Paulo Furquim de; VINHOLIS, Marcela Brandão. Análise da Competitividade do Setor de Couro e Derivados. Brasília: CNA-CNI, 1999. (Relatório de Pesquisa).

- 14 AZEVEDO, Paulo Furquim de; GRIESE, Lillian; BATALHA, Mario Otávio. Análise das Disfunções da Cadeia Agroindustrial de Frango na Macro-região de Ribeirão Preto. Rio de Janeiro: FINEP, 1999. (Relatório de Pesquisa).
- 15 SOUSA, Eduardo Leão de; SAES, Maria Sylvia Macchione; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Competitividade do Sistema Agroindustrial do Milho. São Paulo: PENSA - IPEA, 1998. (Relatório de Pesquisa).
- 16 AZEVEDO, Paulo Furquim de; GIORDANO, Samuel Ribeiro. Competitividade do Sistema Agroindustrial do Trigo. São Paulo: PENSA - IPEA, 1998. (Relatório de Pesquisa).

9 INDICADORES DE PRODUÇÃO

Produção bibliográfica

- Artigos publicados em periódicos - 18
- Trabalhos em eventos - 44
- Livros e capítulos - 23
 - Livros publicados - 2
 - Capítulos de livros publicados - 21
- Textos em jornais ou revistas (magazines) - 6
 - Jornais de notícias - 5
 - Revistas (Magazines) - 1
- Demais tipos de produção bibliográfica - 15
- Orientações concluídas
 - Mestrado - 10
 - Doutorado - 3
 - Graduação - 16
 - Iniciação científica - 2
- Dados complementares
 - Participação em bancas examinadoras - 47
 - Participação em bancas de comissões julgadoras - 12
 - Participação em eventos - 36
 - Orientações em andamento - 3


Paulo Furquim de Azevedo

Aviso nº 1.296 – C.Civil.

Brasília, 24 de novembro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Paulo Furquim de Azevedo para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

.....
f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

.....
LEI Nº 8.884. DE 11 DE JUNHO DE 1994

Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências.

.....
Art. 4º O Plenário do Cade é composto por um Presidente e seis Conselheiros escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Senado Federal.

(Redação dada pela Lei nº 9.021, de 30-3-95)

§ 1º O mandato do Presidente e dos Conselheiros é de dois anos, permitida uma recondução.

§ 2º Os cargos de Presidente e de Conselheiro são de dedicação exclusiva, não se admitindo qualquer acumulação, salvo as constitucionalmente permitidas.

§ 3º No caso de renúncia, morte ou perda de mandato do Presidente do Cade, assumirá o Conselheiro mais antigo ou o mais idoso, nessa ordem, até nova nomeação, sem prejuízo de suas atribuições.

§ 4º No caso de renúncia, morte ou perda de mandato de Conselheiro, proceder-se-á a nova nomeação, para completar o mandato do substituído.

§ 5º Se, nas hipóteses previstas no parágrafo anterior, ou no caso de encerramento de mandato dos Conselheiros, a composição do Conselho ficar reduzida a número inferior ao estabelecido no art. 49, considerar-se-ão automaticamente interrompidos os prazos previstos nos arts. 28, 31, 32, 33, 35, 37, 39, 42, 45, 46, parágrafo único, 52, § 2º, 54, §§ 4º, 6º, 7º e 10, e 59, § 1º, desta Lei, e suspensa a tramitação de processos, iniciando-se a nova contagem imediatamente após a recomposição do **quorum**. (Incluído pela Lei nº 9.470, de 10-7-97)

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

MENSAGEM Nº 266, DE 2005

(Nº 805/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como o art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Roberto Pires Coutinho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize.

Os méritos do Senhor Roberto Pires Coutinho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 24 de novembro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 428 DP-G-MRE/APES

Brasília, 21 de novembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos artigos 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Roberto Pires Coutinho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Senhor Roberto Pires Coutinho que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Samuel Pinheiro Guimarães Neto**.

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

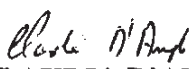
MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE ROBERTO PIRES COUTINHO

CPF.: 24740730782

ID.: 822610 IFP/RJ

- 1949** Filho de Atratino Côrtes Coutinho e Altivani Côrtes Pires Coutinho, nascido em Niterói, RJ
- 1971** Direito da UFF/RJ
- 1973** Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, Medalha de Bronze, IRBr
- 1974** CPCD - IRBr
- 1974** Terceiro Secretário em 21 de novembro
- 1974** Divisão de Feiras e Turismo, assistente
- 1975** Prêmio Rio Branco, Medalha de Ouro, do Instituto Rio-Branco, Brasil
- 1975** Feira Internacional de Kinshasa, Diretor-Geral do pavilhão
- 1976** Feira Internacional de Santiago, Diretor-Geral do pavilhão
- 1977** Feira Internacional do Calçado, Montreal, Diretor-Geral do pavilhão
- 1977** Feira Internacional de Santiago, Diretor-Geral do pavilhão
- 1978** Segundo Secretário em 12 de junho
- 1978** Consulado-Geral em Paris, Cônsul-Geral Adjunto
- 1980** Primeiro Secretário em 17 de dezembro
- 1981** Embaixada em La Paz, Segundo Secretário
- 1984** Ordem do Condor dos Andes, no Grau de Oficial, Bolívia
- 1984** Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente
- 1986** Embaixada em Montevideu, Primeiro Secretário e Conselheiro
- 1987** Conselheiro, merecimento, em 17 de dezembro

- 1989 Missão junto às Comunidades Européias, Bruxelas, Conselheiro
- 1992 ERERIO
- 1994 Divisão de Privilégios e Imunidades, Cerimonial, Chefe e Chefe, interino
- 1995 Consulado-Geral em Nagoya, Cônsul-Geral-Adjunto e Encarregado do Consulado-Geral na ausência do titular
- 1997 Delegação junto à OEA, Washington, Conselheiro
- 2000 CAE - IRBr, Normalização dos Nomes Geográficos Estrangeiros na Língua Portuguesa: Aspectos Políticos e Diplomáticos - Uma Proposta de Ação do Itamaraty
- 2000 Normalização dos Nomes Geográficos Estrangeiros na Língua Portuguesa: Aspectos Políticos e Diplomáticos - Uma Proposta de Ação do Itamaraty, na Revista da ADB
- 2001 Embaixada em Tel Aviv, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
- 2002 Ministro de Segunda Classe, Quadro Especial, em 27 de dezembro


CLAUDIA D'ANGELO
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**Departamento das Américas do Norte, Central e Caribe (DAN)
Divisão do México, América Central e Caribe (DCC)**

BELIZE**ÍNDICE**

ÍNDICE	1
DADOS BÁSICOS	2
COMPOSIÇÃO DO GOVERNO.....	3
<i>Balança Comercial Bilateral (US\$ milhões):</i>	<i>3</i>
<i>Principais Produtos do Intercâmbio Comercial (2004):.....</i>	<i>3</i>
<i>Bandeira Nacional</i>	<i>4</i>
<i>Mapas de Belize e de Situação na América Central.....</i>	<i>4</i>
PERFIS BIOGRÁFICOS.....	5
Said Musa – Primeiro Ministro.....	5
Godfrey Smith – Chanceler.....	5
VISITA AO BRASIL.....	6
ATOS ASSINADOS E/OU EM NEGOCIAÇÃO.....	6
Acordo de Dispensa de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	6
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica no Tratamento de HIV/AIDS.....	6
Acordo de Cooperação Técnica	6
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível.....	7
<i>Reforma da ONU.....</i>	<i>7</i>
MINUSTAH - MISSÃO DE ESTABILIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO HAITI.....	7
<i>Diferendo Territorial Belize – Guatemala</i>	<i>7</i>
<i>Cooperação em Agricultura e Biocombustíveis.....</i>	<i>9</i>
SOJA.....	9
BIOCOMBUSTÍVEIS	9
RELAÇÕES BILATERAIS.....	9
COMÉRCIO BILATERAL.....	10
POLÍTICA INTERNA	10
ECONOMIA.....	11
POLÍTICA EXTERNA	12

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Belize
CAPITAL	Belmopan
ÁREA	22.965 KM2
POPULAÇÃO (2005 estimado) *	279.457 habitantes
IDIOMAS	Inglês (oficial) e Espanhol, Maia, Garifuna e Creole
RELIGIÕES *	Católicos Romanos 49.6%, Protestantes 27% (Anglicanos 5.3%, Metodistas 3.5%, Menonitas 4.1%, Adventistas do Sétimo Dia 5.2%, Pentecostais 7.4%, Testemunhas de Jeová 1.5%), ateus 9.4%, outros 14%
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia parlamentarista (Commonwealth)
DATA NACIONAL	21 de setembro (Independência, do Reino Unido)
PIB (2003) – ppp (2004 estimado) *	US\$ 1,778 bilhão
Desemprego (2003) *	12,9 (2003)
PIB/per capita ppp (2004 estimado) *	US\$ 6.500,00
UNIDADE MONETÁRIA	dólar de Belize
CHEFE DE ESTADO	Elizabeth II, Rainha da Inglaterra, representada pelo Governador-Geral Sir Colville Young
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro Ministro Said W. Musa
CHANCELER	Godfrey P. Smith
EMBAIXADOR DO BRASIL	Embaixador Ivan Oliveira Cannabrava (México)
EMBAIXADOR JUNTO AO BRASIL	Nunzio Alfredo D'Angieri (Genebra)

COMPOSIÇÃO DO GOVERNO

- Said Wilbert Musa, Primeiro Ministro e Ministro das Finanças e da Defesa
- John Briceño, Vice Primeiro Ministro e Ministro dos Recursos Naturais e Meio Ambiente
- Godfrey Smith, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Turismo, Informação e Gerenciamento de Emergências Nacionais (inclui Comércio Exterior)
- Assad Shoman, Ministro do Desenvolvimento Nacional
- Ralph Fonseca, Ministro dos Assuntos Internos e de Investimento
- Vildo Marin, Ministro da Saúde, Energia e Comunicações (inclui Comércio e Indústria)
- Francis Fonseca, Procurador Geral e Ministro da Educação, Juventude e Esportes
- José Coye, Ministro dos Serviços Públicos, Obras e Transporte
- Marcial Mes, Ministro do Governo Local, Trabalho e Desenvolvimento Rural
- Servulo Baeza, Ministro da Habitação
- Sylvia Flores, Ministra do Desenvolvimento Humano
- Michael Espat, Ministro da Agricultura e Pesca
- Jaime Dave Burgos, Ministro de Estado no Ministério da Agricultura
- Ismael Cal, Ministro de Estado no Ministério dos Assuntos Internos
- Rodwell Ferguson, Ministro de Estado no Ministério do Turismo
- Ainslie Leslie, Ministro de Estado no Ministério de Recursos Naturais

Balança Comercial Bilateral (US\$ milhões)

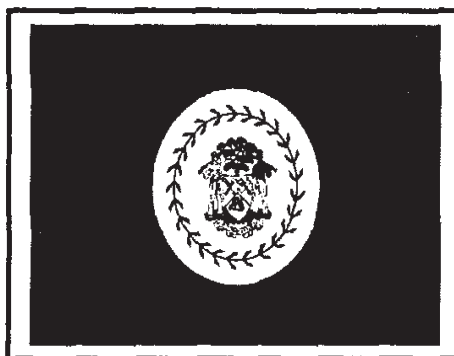
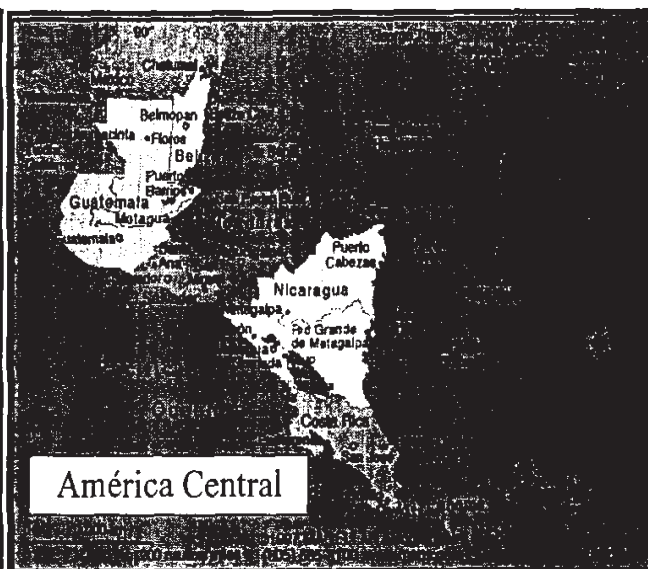
BRASIL ⇒	2000	2001	2002	2003	2004
Exportações	1,98	3,13	3,28	2,74	1,75
Importações	0,26	0,16	0,52	0,27	0,31
Superávit/Déficit do Brasil	+1,72	+2,97	+2,76	+2,47	+1,43

Fonte: MDIC/SECEX

Principais Produtos do Intercâmbio Comercial (2004)

Exportações	ladrilhos de cerâmica, vidrados e esmaltados (23,3%); carne bovina processada (22,2%), laticínios (16,8%) e sementes de forrageiras (8,6%)
Importações	esqualos congelados (94,8%)

Fonte: MDIC/SECEX

Bandeira Nacional**Mapas de Belize e de Situação na América Central**

PERFIS BIOGRAFICOS**Said Musa – Primeiro Ministro**

- Said Musa nasceu em San Ignacio, em 19 de março de 1944, de família de origem palestina.
- Estudou Direito em Manchester University, na Inglaterra.
- Trabalhou como Magistrado e Conselheiro da Coroa no Gabinete do Diretor do Ministério Público de Belize.
- Foi Presidente do Sindicato do Serviço Público, tendo desempenhado importante papel como líder trabalhista, engajado nas lutas sindicais da época.
- Em 1974 integrou o People's United Party (PUP), que lutava pela independência do país.
- Foi senador, entre 1974 e 1979.
- Foi Ministro da Educação e Esportes, de 1979 a 1984.
- Ainda no mesmo Governo, assumiu a pasta de Desenvolvimento Econômico.
- Atuou no processo de independência de Belize, em 1981, e foi figura chave na elaboração da Constituição do país.
- Como Ministro dos Negócios Estrangeiros de Belize, trabalhou pelo reconhecimento da independência do país junto à Guatemala e pelo ingresso de Belize na OEA.
- Em 1996, tornou-se líder do People's United Party.
- Exerceu os cargos de Procurador Geral, Ministro dos Esportes e da Cultura.
- Exerce a função de Primeiro Ministro desde 1998, quando o PUP obteve uma expressiva vitória sobre seu principal adversário, o Partido Democrático Unido (UDP). Foi reconduzido para um segundo mandato como Primeiro Ministro nas eleições de março de 2003. Na reforma ministerial de agosto de 2004, passou a acumular as funções de Ministro das Finanças e de Ministro da Defesa.

Godfrey Smith – Chanceler

- Formou-se em Direito e Legal Education na Universidade de West Indies, na Jamaica, na Jamaica e Barbados, em 1994.
- Mestre em Relações Internacionais pela Fletcher School of Law and Diplomacy, em Boston, em 2002.
- Exerceu a advocacia em Belize.
- Filiou-se ao People's United Party em 1997, tendo sido Secretário-Geral do Partido por dois anos.
- Trabalhou como Chefe de Gabinete do Primeiro Ministro de Belize, entre 1998 e 1999.
- Tornou-se Procurador-Geral em 1999, cargo que exerceu até janeiro de 2004, quando foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros de Belize.
- Acumula as pastas de Comércio Exterior, Turismo, Informação e Gerenciamento de Emergências Nacionais.

VISITA AO BRASIL

O Primeiro Ministro Said Musa visitou o Brasil, respondendo a convite formulado pelo Senhor Presidente da República, em junho de 2005. A visita se inseriu no contexto da política de aproximação do Brasil com os países da América Central e do Caribe. O Mercosul tem mantido conversações com o Sistema da Integração Centro Americana - SICA e com a Comunidade do Caribe – CARICOM, com vistas a iniciar negociações para alcançar Acordo de Livre Comércio entre os blocos regionais.

A visita do Primeiro Ministro Musa, primeira de alta autoridade belizenha ao Brasil, ofereceu oportunidade para avançar o diálogo entre Brasil e Belize e promover a cooperação em temas de comum interesse tanto da agenda bilateral quanto das agendas hemisférica e internacional. Na ocasião foi assinado o Acordo Básico sobre Cooperação Técnica entre os dois países, cujo texto já foi aprovado por ambos os Governos.

ATOS ASSINADOS E/OU EM NEGOCIAÇÃO**Acordo de Dispensa de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço**

Em reação a texto inicial sugerido por Belize, o Governo brasileiro apresentou proposta de acordo que está no momento sob exame da parte belizenha.

Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica no Tratamento de HIV/AIDS

A Embaixadora Dolores Balderamos Garcia, Chefe da Comissão Nacional de AIDS de Belize manifestou o interesse daquele país em assinar com o Brasil Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica no Tratamento de HIV-AIDS. A cooperação solicitada se daria através de três medidas, a) envio de medicamentos para garantir a continuidade do tratamento dos pacientes que estão sendo acompanhados pela Comissão Nacional de AIDS daquele país; b) estágio para especialista belizenho conhecer os procedimentos seguidos no Brasil e; c) envio de especialista brasileiro para dar a orientação que fosse julgada pertinente.

Consultado preliminarmente sobre o interesse belizenho, o Ministério da Saúde (MS) em princípio pronunciou-se positivamente a respeito. Entretanto, em consulta mais recente, o MS informou estar em tratativas com a CARICOM para estabelecimento de programa de cooperação na área de HIV/AIDS que viria a englobar todos os países daquela Comunidade, da qual Belize é parte. Neste programa estaria incluída, eventualmente, a remessa de medicamentos solicitada pelo Governo belizenho. Segundo o MS, como deverá ser implementado programa-quadro na área de HIV/AIDS abarcando nove países da região, instrumento bilateral com Belize acarretaria duplicidade de ação.

Acordo de Cooperação Técnica

Em janeiro de 2005, o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Belize comunicou sua concordância com as sugestões e emendas contidas na contraproposta brasileira apresentada naquele mesmo mês. Estando concluídas as negociações do texto, o acordo foi assinado por ocasião da visita do Primeiro-Ministro Musa ao Brasil, em 7 de junho passado.

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível

Assinado por ocasião da visita do Senhor Presidente da República à Guatemala, em 13 de setembro de 2005.

Reforma da ONU

O discurso do Representante Permanente de Belize nas Nações Unidas, Embaixador Stuart Leslie, durante a 59a AGNU apoiou nominalmente a inclusão do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança. O apoio foi agradecido em carta do Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores, ao Chanceler Godfrey Smith.

Ao receber o Enviado Especial do Presidente da República, Embaixador Bernardo Pericás, em 3 de maio, o Primeiro-Ministro Said Musa afirmou que a reforma das Nações Unidas é importante para os países pequenos e que Belize continuaria a apoiar a aspiração brasileira.

MINUSTAH - MISSÃO DE ESTABILIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO HAITI

Belize não tem expressado opiniões públicas para além da posição comum assumida pela CARICOM em sua Cúpula de julho. Nessa ocasião, os países divulgaram declaração pela qual mostram preocupação com a situação política e social do Haiti, dispõem-se a ajudar por meio de cooperação técnica e financeira e instam a comunidade internacional a prosseguir seus esforços no país, especialmente concretizando doações. Consideraram que houve violação da ordem legal haitiana e que a realização do processo eleitoral será apenas o início da normalização, sendo necessário que o partido Lavalas não sofra discriminação. Os países afirmaram que farão esforços para contribuir com tropas ou policiais para a MINUSTAH (o que não ocorre até o momento). A CARICOM não convidou o Haiti a retomar seu assento, havendo indicações de que só o fará após o cumprimento do calendário eleitoral, em dezembro de 2005/janeiro de 2006.

Diferendo Territorial Belize - Guatemala

Em 1991, ao reconhecer a independência de Belize, a Guatemala manifestou expressamente o não-reconhecimento das fronteiras definidas com a Grã-Bretanha. O contencioso a respeito da reclamação, por parte da Guatemala, de aproximadamente 11.000 Km² do território belizenho, foi submetido a arbitragem. A OEA nomeou dois conciliadores, cuja proposta foi apresentada em setembro de 2002. A proposta previa a manutenção das fronteiras atuais, implicando derrota da Guatemala no pleito, atenuada apenas por garantias de acesso ampliado ao Golfo de Honduras e extensão de seu mar territorial e Zona Econômica Exclusiva. Belize demonstrou satisfação com a proposta. A Guatemala, por seu turno, não a aceitou na íntegra e avança a possibilidade de contra ela recorrer em instância judiciária internacional.

O diferendo territorial com a Guatemala constitui para Belize o tema de maior importância em sua agenda externa. As negociações sobre o assunto são conduzidas sob os auspícios da OEA, com base nas Propostas dos Conciliadores de 2002, reiteradas pelo Acordo para Estabelecer um Processo de Transição e Medidas de Fomento da Confiança, assinado na sede da OEA pelos Chanceleres de Belize e da Guatemala, em 7 de fevereiro de 2003.

O Secretário-Geral da OEA recebeu o mandato de continuar "prestando seu apoio aos dois Governos para alcançar uma solução justa, eqüitativa, honrosa e permanente" para o diferendo. O Brasil é membro do Grupo de Amigos do Processo de Transição Belize-Guatemala, instalado em outubro de 2003, juntamente com Argentina, Canadá, Equador, El Salvador, Estados Unidos, Espanha, Japão, Jamaica, México, Nicarágua, Reino Unido e Suécia.

Em janeiro de 2004, o Primeiro Ministro Said Musa se encontrou com o novo Presidente guatemalteco, Oscar Berger, ocasião em que ambos expressaram determinação em melhorar as relações entre os dois países e obter avanços na resolução pacífica do diferendo. O Governo belizenho propôs que as medidas de construção de confiança, previstas para terminar em 6 de fevereiro de 2004, fossem estendidas por período adicional de 90 dias, durante o qual o novo Governo da Guatemala poderia familiarizar-se com o processo de conciliação promovido pela OEA.

Posteriormente, no entanto, o Governo de Belize considerou que teria havido um retrocesso na posição do Governo guatemalteco. A Guatemala, segundo as autoridades belizenhas, estaria voltando atrás nos compromissos que havia assumido. Além de rechaçar formalmente as Propostas dos Conciliadores, que previam a realização de referendos nos dois países, o Governo guatemalteco teria retrocedido a posições que se acreditavam "superadas", como a antiga reivindicação de posse de quase toda a metade sul do território belizenho. Para transmitir suas preocupações, Belize fez gestões junto aos países integrantes do Grupo de Amigos, incluindo o Brasil, e propôs a realização de reunião do Grupo em junho de 2004, na sede da OEA, que não chegou a ocorrer.

Ao longo de 2004, não foi possível estabelecer qualquer acordo entre as partes para um adequado encaminhamento do problema. Belize defende o cumprimento integral do Acordo de 7 de fevereiro de 2003 e rejeita as tentativas da Guatemala de emendar e/ou diluir o texto daquele Acordo com o objetivo de suprimir as referências às Propostas dos Conciliadores e às consultas populares obrigatórias. Diante do impasse, em discurso sobre o "Estado da Nação" em setembro de 2004, o Primeiro Ministro Musa aventou a hipótese de aceitar que a matéria fosse levada à Corte Internacional de Justiça, uma alternativa que Belize não vê como primeira opção, mas que poderia ser contemplada se significasse efetivamente o fim da controvérsia.

Desde então, as negociações não apresentaram evolução significativa. Nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2005, a convite do então Secretário-Geral interino da OEA, Luigi Einaudi, realizou-se em Miami uma reunião informal entre representantes de Belize e Guatemala. A reunião teve o propósito de permitir às partes uma troca de impressões em terreno neutro, mas, de acordo com o Governo belizenho, não houve uma agenda pré-estabelecida e as discussões se realizaram sem a expectativa de se chegar a um acordo formal.

Após esse encontro a impressão de Einaudi seria de que as posições estão inflexíveis. Para superar o impasse, Einaudi imagina estabelecer mecanismo, com prazo máximo de um ano, para a continuação das medidas de fomento da confiança e, especialmente, a adoção de plano de trabalho com programas e datas específicos sobre aspectos que as partes estejam de acordo em resolver sob os auspícios da OEA.

Prosseguem, enquanto isso, esforços por levar adiante medidas inovadoras de construção de confiança. Em abril de 2005, uma delegação de representantes da sociedade civil de Belize visitou a Guatemala para contatos com membros guatemaltecos da "Christian Children's Fund Organization". A visita, que serviu para estudar o andamento de programas de proteção à infância, educação e desenvolvimento comunitário nos dois países, foi interpretada por Belmopan como um gesto de "boa vontade" para abrir oportunidades de colaboração com a Guatemala.

Cooperação em Agricultura e Biocombustíveis**SOJA**

Projeto de cooperação bilateral existente na área de cultivo e processamento de soja em Belize, com uso de tecnologia transferida por companhia brasileira do Grupo Monteiro Aranha, não teria evoluído de acordo com os planos originais.

Trata-se de projeto importante que se enquadra na estratégia de Belize de promover diversificação agrícola, a fim de diminuir sua dependência econômica em relação à produção de açúcar.

Chegou a ser efetuado o plantio de soja em algumas áreas. A demora na implantação das instalações necessárias, contudo, tem impedido o prosseguimento do projeto conforme os planos originais.

O PM Musa indicou seu interesse em poder contar com assistência técnica brasileira em relação ao tema.

BIOCOMBUSTÍVEIS

O PM Musa tem mencionado seu interesse em obter cooperação brasileira para a produção de etanol em Belize. O tema, na verdade, é de interesse de todos os países centro-americanos. Por ocasião de reunião extraordinária do Comitê de Cooperação de Hidrocarburos da América Central, realizada em São Salvador no dia 15 de abril último, recomendou-se aos Ministros encarregados da área de energia dos países da região que fossem efetuadas gestões, em coordenação com as respectivas Chancelarias, para que se venha a obter cooperação técnica, por parte do Brasil, para a produção e utilização de biocombustíveis.

Ao abordar o tema no encontro que manteve com o Presidente Ricardo Maduro, de Honduras, no dia 04 de maio último, o Presidente Lula afirmou que o Brasil estava inteiramente disposto a cooperar com aquele país na matéria.

Paralelamente à Conferência Latino-Americana sobre Fome e Pobreza, realizada na Guatemala em setembro último, o assunto voltou a ser abordado pelo Presidente Lula em sua reunião com os chefes de Estado e de Governo dos países centro-americanos e acordou-se realização de visita ao Brasil, em nível ministerial, para familiarização com a legislação pertinente e processos tecnológicos e industriais envolvidos na produção do etanol combustível.

Trata-se, com efeito, de setor crucial para os países da região, que, em geral, importam todo o petróleo que consomem. Aumentos nos preços internacionais do produto refletem-se imediatamente nos preços internos, com graves reflexos econômicos e sociais. Eventual cooperação brasileira nessa matéria, em moldes similares à que se está estabelecendo com os países do Caribe, abriria interessantes oportunidades de negócios e teria impacto francamente positivo nas relações com a América Central.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre o Brasil e Belize são tradicionalmente cordiais e marcadas por manifestações de amizade e simpatia mútuas. O Embaixador do Brasil junto ao Governo de Belize, residente na Cidade do México, realizou duas visitas a Belize. A primeira para apresentação de

Cartas Credenciais, nos dias primeiro e 2 de fevereiro de 2004. A Segunda para participar das comemorações do XXIII Aniversário da Independência de Belize, entre 19 e 21 de setembro de 2004. Ambas as visitas possibilitaram importantes contatos para posterior acompanhamento de assuntos que mais diretamente interessam aos dois países. As autoridades belizenhas demonstram sempre o desejo de explorar novas áreas de cooperação com o Brasil.

Em maio de 2004, assessor da Coordenação-Geral da CTPD/ABC realizou visita de trabalho a Belize para apresentar às autoridades locais a metodologia da cooperação técnica praticada pela ABC e conhecer as áreas nas quais as experiências brasileiras possam ser compartilhadas. O representante da ABC apresentou ao Embaixador Moisés Cal, Diretor de Cooperação Internacional do Ministério do Desenvolvimento Nacional de Belize, projeto de Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre os dois países.

Em 2004, o Governo brasileiro decidiu designar como Cônsul Honorário do Brasil em Belize City o Senhor Jaime Efrain Briceño, irmão do atual Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Recursos Naturais e Meio Ambiente de Belize, John Briceño. O cargo se encontrava vago desde abril de 2001. O Senhor Briceño foi nomeado pelo prazo de quatro anos, renovável por igual período. O Consulado Honorário tem jurisdição sobre todo o território de Belize, subordinado à Embaixada do Brasil no México.

COMÉRCIO BILATERAL

O comércio bilateral entre o Brasil e Belize é ainda bastante modesto, tendo atingido em 2004 o valor total de US\$ 1,86 milhão. As exportações do Brasil para Belize somaram US\$ 1,75 milhão, enquanto as exportações belizenhas para o mercado brasileiro alcançaram somente US\$0,31 milhão. O superávit resultante, de US\$ 1,43 milhão, indica ser a balança comercial entre os dois países francamente favorável ao lado brasileiro. Os principais produtos exportados pelo Brasil, no ano de 2004, foram ladrilhos - de cerâmica, vidrados e esmaltados - (23,3%), carne bovina processada (22,2%), laticínios (16,8%) e sementes de forrageiras (8,6%). Em contrapartida, no mesmo ano, 94,8% das exportações belizenhas para o Brasil corresponderam a esquilos congelados.

POLÍTICA INTERNA

O Primeiro Ministro Said Musa, do Partido Unido Popular (PUP), governa o país desde 1998. Nas eleições parlamentares de março de 2003, o PUP obteve 22 das 29 cadeiras na Câmara de Representantes, ao passo que o Partido Democrático Unido (UDP), partido de oposição liderado por Dean Barrow, conseguiu apenas 7 cadeiras. Apesar da expressiva vitória em 2003, o Governo Musa tem sofrido nos últimos dois anos forte pressão da opinião pública, decepcionada com a forma como as finanças públicas vêm sendo administradas e cada vez mais impaciente com as acusações de falta de transparência e nepotismo dentro do Governo.

Em agosto de 2004, Musa anunciou mudanças no Gabinete ministerial e passou a acumular os cargos de Ministro das Finanças e Ministro da Defesa. O remanejamento teve origem em crise de confiança provocada por discussões em torno do gerenciamento das finanças públicas, em particular investimentos em telecomunicações e o escândalo provocado pelo uso de fundos do "Belize Social Security Board" pelo Governo para pagar dívidas de companhias de ex-líder do PUP. Em dezembro de 2004, Musa realizou nova reestruturação de seu Gabinete para reduzi-lo de 16 para 12 membros.

A insatisfação popular crescente atingiu seu ápice em abril de 2005, quando Belize atravessou grave crise política, considerada por observadores como a mais séria desde que o país se tornou independente do Reino Unido em 1981. Os problemas tiveram início em disputa entre dois grupos estrangeiros pelo controle acionário da “Belize Telecommunications Ltd.” (BTL). Descontentes, os funcionários belizenhos da BTL entraram em greve e exigiram do Governo que transferisse, a preço simbólico, 37% das ações da companhia aos trabalhadores sindicalizados e nomeasse um funcionário para sua Diretoria. O UDP apoiou publicamente os grevistas e convocou a população a iniciar campanha de “desobediência civil”.

A partir de então, os protestos diários contra o Governo se avolumaram. Manifestantes pediram a renúncia do Primeiro Ministro Musa e organizaram marchas contra a política governamental de privatizações nas áreas de telecomunicações, eletricidade, transportes e abastecimento de água. O rompimento de um cabo de fibra ótica próximo a Belmopan, atribuído a “atos de sabotagem”, causou paralisação total dos serviços de telefonia em todo o país por quase uma semana, interrompendo as comunicações de Belize com o exterior por telefone, fax ou Internet. Em 21 de abril, manifestação estudantil pacífica degenerou em saques, vandalismo e ataques a estabelecimentos comerciais no centro de Belize City, somente controlados após a intervenção de tropas de choque da polícia e unidades da Força de Defesa de Belize. Cerca de 100 pessoas foram presas.

Em um país onde é raro o confronto violento por razões políticas, chamou a atenção a linguagem dura e a polarização entre os diferentes atores da política belizenha. A instabilidade afetou o comércio e, mais fortemente, o turismo, a principal fonte de renda de Belize. Os desdobramentos da crise alcançaram repercussão regional, com a aprovação de resoluções e/ou declarações de apoio ao Governo constitucional de Belize, feitas pelo Conselho Permanente da OEA, pela Comunidade do Caribe (Caricom) e pelo Sistema de Integração Centro-Americano (SICA), em um aparente bem-sucedido esforço diplomático do Governo belizenho para obter maior respaldo internacional.

No segundo semestre do corrente ano, o clima político desanuviou-se em termos gerais, embora as causas latentes da crise não tenham desaparecido completamente. O Governo acenou com algumas medidas destinadas a reduzir as tensões, como as promessas de rever o Orçamento de 2005/2006, não aumentar os impostos de modo excessivo, dar garantias à população de que as denúncias de corrupção serão apuradas e assegurar que as ações remanescentes da BTL sejam vendidas logo a trabalhadores da empresa ou outros nacionais belizenhos interessados.

O UDP continua a criticar duramente o Governo, insistindo que Musa estaria atuando com “mão-de-ferro”, como se estivesse no comando de um “Estado policial”. Militares e agentes armados teriam montado barreiras nas estradas e cidades mais importantes para controlar o movimento das pessoas e deter suspeitos. No início de maio, pelo menos três membros da oposição foram presos por 24 horas, acusados de terem ligação com os danos provocados a linhas de transmissão de energia elétrica.

O Governo, por sua vez, acusa os opositores de radicalismo e de tentar desestabilizar o país com fins políticos. O jornal “Belize Times”, pró-PUP, calcula que os prejuízos diretos com a greve dos funcionários da BTL e os subseqüentes “atos de sabotagem” chegaram a 1,2 milhão de dólares belizenhos.

ECONOMIA

Belize vem mantendo, nos últimos anos, ritmo estável de crescimento econômico, embora em 2004 o PIB tenha crescido à taxa estimada de 4,2%, inferior aos 9,4% registrados em

2003. O turismo tem sido responsável pelos atuais índices de desempenho da economia belizenha. Os setores de hotelaria e restaurantes tiveram aumento de 17,2% em suas atividades devido ao incremento no fluxo de turistas e cruzeiros marítimos. A inflação tem estado sob controle, mas subiu de 2,6% em 2003 para 3,1% em 2004, em razão de aumentos no preço dos combustíveis. A taxa de desemprego varia de 11 a 12% em média.

No setor externo, o déficit em conta-corrente chegou a 17,7% do PIB em 2004, financiado em parte pela entrada de investimentos estrangeiros diretos em telecomunicações, eletricidade e turismo. A dívida externa vem aumentando nos últimos anos: de US\$ 433,7 milhões em 2000, chegou a US\$ 749,7 milhões em 2003. As principais exportações de Belize estão concentradas em produtos primários, notadamente açúcar, cítricos e bananas.

Problema de monta que enfrenta o Governo do Primeiro Ministro Said Musa na área econômica é o déficit público, que atingiu 10,8% do PIB em 2003. Por esse motivo, as tentativas de equilíbrio das contas públicas e a política tributária do Governo têm sido muito criticadas. No Orçamento para o ano financeiro 2005/2006, estão previstos cortes de despesas e aumento de impostos, medidas que o Governo belizenho considera indispensáveis para manter as atuais taxas de crescimento e o nível dos serviços prestados à população. Diante das pressões populares, no entanto, o Primeiro Ministro Musa admitiu, em janeiro último, que o Orçamento poderia ser revisto conforme a evolução da economia no primeiro semestre de 2005.

Missão técnica do FMI visitou Belize em abril/maio do corrente ano e descreveu a economia belizenha como “robusta”. Ao mesmo tempo, o FMI fez algumas severas recomendações ao Governo de Belize: reduzir o consumo interno e conter os gastos públicos, limitar o déficit fiscal a menos de 3% do PIB; não desvalorizar a moeda e preservar o câmbio atrelado ao dólar (desde 1976, o dólar de Belize, a unidade monetária do país, é trocado a uma taxa fixa de 2 x 1 em relação ao dólar dos EUA); e guardar-se contra investimentos fraudulentos que possam ser usados para lavagem de dinheiro ou outros fins ilícitos. Ainda segundo o FMI, haveria necessidade urgente de se chegar a “consenso social” em Belize para assegurar a prosperidade do país nos próximos meses e anos.

Com efeito, uma das preocupações do Governo Musa é evitar que a crise política que Belize vem atravessando possa afetar as atividades econômicas, em particular na frente externa. O Ministro dos Assuntos Internos e de Investimento, Ralph Fonseca, defendeu recentemente a estabilidade do país como condição necessária para manter a confiança dos investidores estrangeiros e continuar a atrair recursos externos. O bom ou mau desempenho da economia belizenha em 2005 dependerá, em grande medida, dos possíveis desdobramentos em relação ao cenário político interno, atualmente bastante conturbado.

POLÍTICA EXTERNA

Belize é membro de organizações como a Commonwealth, Nações Unidas, Movimento dos Não-Alinhados, OEA, Associação dos Estados do Caribe, Caricom, FMI, Banco Mundial e BID. Também é signatário do Acordo de Cotonou, entre a União Européia e os países ACP. Entre os países com os quais Belize mantém relações diplomáticas, possuem Embaixada residente em Belize: Costa Rica, Cuba, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Reino Unido, Taiwan e Venezuela.

Em termos de estratégia de inserção internacional, o Governo belizenho procura projetar imagem positiva de “país-ponte” entre a Comunidade do Caribe e a América Central, região com a qual Belize busca crescentemente estreitar vínculos políticos e econômicos. Como demonstração prática dessa dupla dimensão da diplomacia belizenha, o Secretário-Geral do Sistema

de Integração Centro-Americano (SICA), Aníbal E. Quiñonez Abarca, e o Secretário-Geral da Associação dos Estados do Caribe, Rubén Silié, visitaram Belize em fevereiro e março de 2005 respectivamente. Em abril de 2005, Belize sediou a 24ª Reunião da Coordenação Educativa e Cultural Centro-Americana.

Em sua vizinhança imediata, as relações de Belize com o México são cordiais e envolvem iniciativas de cooperação bilateral nas áreas de comércio, educação, saúde, cultura e segurança. O mesmo não ocorre com a Guatemala, devido ao diferendo territorial entre os dois países. O Primeiro Ministro Musa participou da III Cúpula América Latina e Caribe-União Européia (Guadalajara, 28 de maio de 2004), onde fez pronunciamento sobre questões de coesão social e manteve encontro à margem da Cúpula com o Presidente da Guatemala, Oscar Berger, a fim de dar continuidade às discussões bilaterais sobre o diferendo, principal tema da política externa belizenha.

De importância tradicional para Belize são as relações com os Estados Unidos e os países da União Européia. Temas de segurança, combate ao terrorismo, drogas e imigração constituem prioridade para Washington e, por solicitação do Governo norte-americano, Belize aderiu em 2004 ao Acordo de cooperação para a supressão do tráfico ilícito aéreo e marítimo de narcóticos e substâncias psicotrópicas na zona do Caribe. Quanto à UE, como país recipiendário de inúmeros projetos de cooperação técnica, Belize busca de forma constante criar e aperfeiçoar mecanismos para incrementar os laços de comércio e investimentos com os parceiros europeus.

Na América do Sul, registre-se a visita oficial ao Chile do Primeiro Ministro Said Musa, em abril de 2004, a convite do Presidente Ricardo Lagos. Como resultado da visita, foi adotado programa de ação para estabelecer uma agenda conjunta de atração de investimentos, intercâmbio científico, educacional e cultural, assistência técnica em matéria de pesca e negociações comerciais, e promoção do turismo recíproco. Lagos foi convidado pelo Primeiro Ministro Musa a visitar Belize em data oportuna. Também no contexto de uma maior aproximação com os países sul-americanos, Belize estabeleceu relações diplomáticas com o Paraguai, em 8 de novembro de 2004.

Nas Nações Unidas, Belize coordena sua posição com a dos demais países da CARICOM e, nesse sentido, apóia e atribui importância à reforma do Conselho de Segurança, conjuntamente com outras mudanças que contribuam para o fortalecimento e a revitalização de todos os órgãos do sistema das Nações Unidas. Em 2004, durante o Debate Geral da 59ª. Assembléia Geral, o Representante Permanente de Belize declarou seu apoio ao pleito do Brasil e dos outros países do G-4 de ingressarem como membros permanentes no Conselho de Segurança ampliado.

Em relação ao Oriente Médio, o Governo belizenho defende a criação de um Estado palestino viável e seguro, tema que o Primeiro Ministro Musa, descendente de palestinos, acompanha com grande interesse. Belize foi um dos países que expôs oralmente à Corte Internacional de Justiça, na Haia, sua opinião sobre as conseqüências legais do “Muro de Separação” entre Israel e os territórios palestinos ocupados.

Na Ásia, Belize não mantém relações com a República Popular da China e é a favor da representação de Taiwan nas Nações Unidas. Em setembro de 2004, o Presidente taiwanês, Chen Shui-bian, realizou visita oficial a Belize, ocasião em que doou US\$ 10 milhões para a construção de um Centro Esportivo. Em 3 de maio deste ano, o Embaixador de Taiwan em Belize City entregou cheque de US\$ 375 mil ao Primeiro Ministro Musa a título de financiamento a projeto de modernização do Ministério dos Negócios Estrangeiros belizenho. Apoio financeiro adicional foi prometido para agosto de 2005.

Aviso nº 1.297 – C. Civil

Em 24 de novembro de 2005

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Roberto Pires Coutinho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – As mensagens que acabam de serem lidas vão às Comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, respectivamente.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 2.059, DE 2005

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998 (nº 2.863, de 1997, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998 (nº 2.863, de 1997 na Casa de origem), que estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ), consolidando a Emenda nº 1, da

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em 30 de novembro de 2005.

ANEXO AO PARECER Nº 2.059, DE 2005

Estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Sob pena de sofrer sanções penais ou administrativas, previstas nesta Lei, e sem prejuízo das demais sanções cabíveis, nenhuma pessoa física ou jurídica:

I – realizará, no Brasil, atividade vedada pela Convenção Internacional sobre Proibição do Desenvolvimento, Produção e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ);

II – contribuirá para a realização, no Brasil ou no exterior, de atividade vedada pela CPAQ;

III – omitirá informação ou prestará informação incorreta à Comissão Interministerial para Assuntos relativos à Convenção sobre a Proibição das Armas Químicas e sua aplicação no Brasil, criada pelo Decreto nº 2.074, de 14 de novembro de 1996, doravante referida como Comissão Interministerial, ou se recusará a colaborar com essa Comissão Interministerial no exercício de suas funções legais.

Art. 2º A Comissão Interministerial arbitraré sobre a pertinência, por um lado, da aplicação de sanções administrativas e, por outro lado, da tomada de provi-

dências necessárias à iniciativa do processo criminal, caso julgue serem imputáveis sanções penais.

Art. 3º Omissões ou imprecisões de informação, bem como a não colaboração com a Comissão Interministerial no exercício de suas funções legais, constituem infração administrativa, ficando o infrator sujeito às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;

III – perda do bem envolvido na infração;

IV – suspensão do direito de comercializar, pelo prazo de 6 (seis) meses a 5 (cinco) anos;

V – cassação da habilitação para atuação no comércio, no caso de reincidência.

§ 1º A advertência será aplicada, por escrito, no caso de infrações de menor relevância.

§ 2º A multa será aplicada, conforme a infração, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

§ 3º As penalidades previstas nos incisos II, III, IV e V podem ser aplicadas cumulativamente, levando-se em consideração a gravidade da infração e os antecedentes do infrator.

§ 4º As penalidades administrativas serão aplicadas pela Comissão Interministerial, depois de apurada a infração em processo administrativo, no qual se assegurará ao infrator amplo direito de defesa.

Art. 4º Constitui crime:

I – fazer uso de armas químicas ou realizar, no Brasil, atividade que envolva a pesquisa, produção, estocagem, aquisição, transferência, importação ou exportação de armas químicas ou de substâncias químicas abrangidas pela CPAQ com a finalidade de produção de tais armas;

II – contribuir, direta ou indiretamente, por ação ou omissão, para o uso de armas químicas ou para a realização, no Brasil ou no exterior, das atividades arroladas no inciso I;

Pena – reclusão, de 1 (um) a 10 (dez) anos.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 2.060, DE 2005

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2004.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2004, que dispõe sobre afixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos que compõem a sociedade brasileira, em atendimento ao disposto no § 2º do art. 215 da Constituição Federal.

Sala de Reuniões da Comissão, em 30 de novembro de 2005.

ANEXO AO PARECER Nº 2.060, DE 2005

Dispõe sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos que compõem a sociedade brasileira, em atendimento ao disposto no § 2º do art. 215 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São datas de alta significação para os segmentos étnicos nacionais, a serem comemoradas em todo o território brasileiro:

I – 19 de abril, Dia do Índio, para celebrar os povos autóctones;

II – 22 de abril, Dia do Descobrimento do Brasil, para celebrar a chegada oficial do branco europeu em território brasileiro;

III – 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, para celebrar o negro, por intermédio da data alusiva à morte de Zumbi dos Palmares.

Art. 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão, por meio de legislação específica, nas respectivas esferas, outras datas significativas para os diferentes grupos étnicos que habitam seus territórios.

Parágrafo único. A definição referida no caput deste artigo contará com a participação da sociedade e das comunidades dos territórios respectivos, considerados seus valores, sua trajetória histórica e seu contexto sócio-cultural.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 2.061, DE 2005

(Da Comissão Diretora)

Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2003 (nº 735, de 2003, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2003 (nº 735, de 2003, na Casa de origem), que altera a redação dos arts. 165, 276, 277 e 302 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Sala de Reuniões da Comissão, 30 de novembro de 2005. – **João Alberto Souza – Antero Paes de Barros – Serys Slhessarenko – Tião Viana.**

ANEXO AO PARECER Nº 2.061, DE 2005

Altera a redação dos arts. 165, 276, 277 e 302 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

EMENDA ÚNICA

(Corresponde à Emenda nº 1 -CCJ)

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto:

“Art. 1º Esta Lei altera os arts. 165, 277 e 302 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que passam a vigorar com seguinte redação:

Art. 165. Dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica:

..... (NR)

‘Art. 277. Todo condutor de veículo automotor, envolvido em acidente de trânsito ou que for alvo de fiscalização de trânsito, sob suspeita de dirigir sob a influência de álcool, será sub-

metido a testes de alcoolemia, exames clínicos, perícia, ou outro exame que, por meios técnicos ou científicos, em aparelhos homologados pelo Contran, permitam certificar seu estado.

§ 1º Medida correspondente aplica-se no caso de suspeita de uso de substância entorpecente, tóxica ou de efeitos análogos.

§ 2º No caso de recusa do condutor à realização dos testes, exames e da perícia previstos no **caput**, a infração poderá ser caracterizada mediante a obtenção de outras provas em direito admitidas, pelo agente de trânsito, acerca dos notórios sinais de embriaguez, excitação ou torpor, resultantes do consumo de álcool ou entorpecentes, apresentados pelo condutor.’ (NR)

“Art. 302.

Parágrafo único.

.....

V – estiver sob a influência de álcool ou substância tóxica ou entorpecente de efeitos análogos, (NR)”

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os pareceres lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PARECERES Nºs 2.062 E 2.063, DE 2005

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2004 (nº 781/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua.

PARECER Nº 2.062, DE 2005

(Da Comissão de Direitos Humanos e

Legislação Participativa)

(Em audiência, nos termos do

Requerimento nº 171, de 2005)

Relatora: Senadora **Lúcia Vânia**

Relator **ad hoc**: Senador **Paulo Paim**

I – Relatório

Chega a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2004 (PL nº 781, de 2003, na origem), de autoria do ilustre Deputado Henrique Afonso.

O art. 1º da proposição acrescenta dispositivo ao art. 23, da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS), instituindo a obrigação de que, na organização dos serviços da Assistência Social, sejam criados programas de amparo às pessoas que vivem em situação de rua. O art. 2º determina a entrada em vigor da futura lei na data de sua publicação.

Em sua justificação, o nobre parlamentar autor da proposição afirma ser necessário inserir a matéria no texto da Lei Orgânica da Assistência Social, que já prevê o atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, tendo em vista a urgência da adoção de uma política pública de reconhecimento e reintegração familiar e social da população em situação de rua.

Afirma, ainda, que esta política de atendimento deve viabilizar para as pessoas e famílias acesso aos serviços públicos de saúde, educação, geração de empregos e renda, moradia, amparo material e humano com espaços de localização e referência.

A proposição não foi objeto de emenda.

O projeto foi apresentado na Câmara dos Deputados em 16 de abril de 2003. Foi, inicialmente, examinado pela Comissão de Seguridade Social e Família, onde recebeu parecer favorável. Em seguida, foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa Legislativa, que também se manifestou favoravelmente à aprovação da proposta. Após a elaboração da redação final pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, a matéria foi remetida a esta Casa. No dia 28 de setembro do ano em curso, o projeto foi lido em plenário e encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais. Em virtude do Requerimento nº 171, de 2005 (nº 5/2005-CAS), o projeto foi encaminhado para exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

II – Análise

Quanto à iniciativa, a proposição em análise está em conformidade com o art. 22, XXIII, da Constituição

Federal, que determina competir privativamente à União legislar sobre seguridade social.

Cumpra observar que, conforme definição constante do caput do art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica de Assistência Social), serviços assistenciais compreendem as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta lei. Além disso, na redação atual do art. 23 da Lei Orgânica de Assistência Social, apenas a infância e a adolescência em situação de risco pessoal e social recebem tratamento prioritário (parágrafo único).

No que se refere ao mérito, o projeto trata de uma das mais importantes questões relacionadas à exclusão social no Brasil. A existência de um contingente de desabrigados evidencia as desigualdades socioeconômicas que marcam historicamente o País e, ao mesmo tempo, demonstra a ineficiência do sistema de proteção social existente. Assim, torna-se a parte mais visível do processo de exclusão social que se inicia, muitas vezes, na expulsão das cidades mais pobres, sem alternativas de emprego, de onde vem a maioria dos imigrantes.

Não há dúvida de que a proposição em exame, ao determinar a criação de programas de amparo às pessoas que vivem

em situação de rua, impele aos Poderes Públicos o cumprimento de suas responsabilidades sociais e fornece à sociedade civil mais um elemento de natureza legal para exigir o cumprimento das obrigações constitucionais do Estado, no que se refere a essa parcela tão sofrida da população brasileira.

III – Voto

À vista do exposto, entendemos que a proposta em análise reveste-se de caráter meritório e não apresenta óbices no que diz respeito à constitucionalidade e à juridicidade. Quanto à técnica legislativa, a proposição não merece reparos, inclusive quanto à observância do que dispõe a Lei Complementar nº 95, de 1998. Voto, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2004.

Sala da Comissão,

PROPOSIÇÃO: Plc Nº 80 DE 2004ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 28/06/2005, OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	
RELATOR: "AD HOC"	
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
EDISON LOBAO	1 - ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
JONAS PINHEIRO	2 - DEMÓSTENES TORRES
JORGE BORNHAUSEN	3 - HERÁCLITO FORTES
JOSÉ AGRIPINO	4 - VAGO
ROMEU TUMA	5 - MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	6 - ALMEIDA LIMA
LÚCIA VÂNIA	7 - ÁLVARO DIAS
REGINALDO DUARTE	8 - FLEXA RIBEIRO
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA	1 - LUIZ OTÁVIO
ANTÔNIO LEITE	2 - MAGUITO VILELA
JOSÉ MARANHÃO	3 - MÃO SANTA
SÉRGIO CABRAL	4 - WIRLANDE DA LUZ
GARIBALDI ALVES FILHO	5 - VALDIR RAUPP
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	
CRISTOVAM BUARQUE	1 - FLÁVIO ARNS
FÁTIMA CLEIDE	2 - SIBÁ MACHADO
JOÃO CAPIBERIBE	3 - ANTONIO CARLOS VALADARES
MARCELO CRIVELLA	4 - MOZARILDO CAVALCANTE
PAULO PAIM; RELATOR "AD HOC"	5 - AELTON FREITAS
PDT	
JUVÊNCIO DA FONSECA - PRESIDENTE	1 - OSMAR DIAS

PARECER Nº 2.063, DE 2005

(Da Comissão de Assuntos Sociais)

Relatora: Senadora **Lúcia Vânia**Relator **ad hoc**: Senador **Papaléo Paes****I – Relatório**

Chega à Comissão de Assuntos Sociais, para exame de mérito e emissão de parecer, o Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2004 (PL nº 781, de 2003, na origem), de autoria do nobre Deputado Henrique Afonso.

Em seu art. 1º a proposição acrescenta dispositivo ao art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS), instituindo a obrigação de, na organização dos serviços da Assistência Social, serem criados programas de amparo às pessoas que vivem em situação de rua.

O art. 2º determina a entrada em vigor da futura lei na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor da proposição destaca a necessidade da promoção de um programa consistente de amparo às pessoas em situação de rua e a importância de, por meio da alteração da Lei Orgânica de Assistência Social, buscar o restabelecimento dos vínculos familiares, a auto-estima e reinserção social dessa população.

À proposição, não foram apresentadas emendas.

O projeto foi apresentado na Câmara dos Deputados em 16 de abril de 2003. Foi, inicialmente, examinado pela Comissão de Seguridade Social e Família, onde recebeu parecer favorável. Em seguida, foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa Legislativa, que também se manifestou favoravelmente à proposta. Após a elaboração da redação final pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, a matéria foi remetida a esta Casa.

No dia 28 de setembro do ano em curso, o projeto foi lido em Plenário e encaminhado a esta Comissão. Em virtude do Requerimento nº 171, de 2005 (nº 5/2005–CAS), o projeto foi encaminhado para exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Após receber parecer favorável naquele Colegiado, a proposição retorna ao exame desta Comissão.

II – Análise

Quanto à iniciativa, a proposição em análise está em conformidade com o art. 22, XXIII, da Constituição Federal, que determina competir privativamente à União legislar sobre seguridade social.

No que concerne ao mérito, impende observar que, de acordo com o art. 1º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a assistência social é direito do cidadão e obrigação do Estado. Trata-se de política de seguridade social não contributiva, que deve prover os mínimos sociais para garantia das necessidades básicas. Ademais as ações de assistência social definidas pela Loas podem ser agrupadas em quatro modalidades: benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais.

Em sua redação atual, o art. 23, caput, da lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, define serviços assistenciais como “as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta lei”. Em seu parágrafo único, o art. 23 menciona, como alvo prioritário de tais programas, a infância e a adolescência em situação de risco pessoal e social.

A alteração sugerida pela proposição em exame aperfeiçoa significativamente a Lei Orgânica de Assistência Social ao incluir, entre as prioridades dos serviços assistenciais, o amparo à população em situação de rua.

A proposição, portanto, dá contornos específicos às obrigações do Poder Público no que se refere ao enfrentamento de um dos mais importantes problemas sociais no Brasil. A imprensa registra, todos os dias, o sofrimento desses desabrigados que, além da situação de indigência, são, ainda, submetidos às formas mais vis e desumanas de preconceito e violência nas grandes cidades brasileiras.

A existência de número significativo de pessoas em situação de rua expõe nossa histórica desigualdade social e toma evidente a necessidade de aperfeiçoarmos os mecanismos de atuação do Estado em relação ao problema. A proposição sob exame configura, sem dúvida, passo importante nessa direção.

III – Voto

Em face do exposto, e não encontrando qualquer inconstitucionalidade na proposição, que, ademais, é oportuna e meritória, voto, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2004.

Sala da Comissão, 17 de novembro de 2005.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, de 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 17/11/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

RELATOR: SENADORA LÚCIA VÂNIA *Relator "au hoc" - Sen. PAPALÉO PAES*

BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES

BLOCO DA MINORIA (PT E PSDB) - TITULARES

MARCO MACIEL - PFL

1- HERÁCLITO FORTES - PFL.

GILBERTO GOELLNER - PFL

2- JOSÉ JORGE - PFL.

MARIA DO CARMO ALVES - PFL

3- DEMÓSTENES TORRES - PFL.

RODOLPHO TOURINHO - PFL

4- ROMEU TUMA - PFL.

FLEXA RIBEIRO - PSDB.

5- EDUARDO AZEREDO - PSDB.

ONEL PAVAN - PSDB.

6- PAPALÉO PAES - PSDB

LÚCIA VÂNIA - PSDB.

7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB.

REGINALDO DUARTE - PSDB.

8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.

PMDB TITULARES

PMDB SUPLENTE

NEY SUASSUNA

1- WELLINGTON SALGADO

ROMERO JUCÁ

2- RAMEZ TEBET

VALDIR RAUPP

3- JOSÉ MARANHÃO

MÃO SANTA

4- PEDRO SIMON

SÉRGIO CABRAL

5- IRÍS DE ARAÚJO

(VAGO)

6- GERSON CAMATA

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)

1- DELCÍDIO AMARAL (PT)

FLÁVIO ARNS (PT)

2- MAGNO MALTA (PL)

IDELI SALVATTI (PT)

3- EDUARDO SUPLICY (PT)

MARCELO CRIVELA (PMR)

4- FÁTIMA CLEIDE (PT)

PAULO PAIM (PT)

5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)

PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)

6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)

PDT TITULARES

PDT SUPLENTE

AUGUSTO BOTELHO

1- CRISTÓVAM BUARQUE.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:
.....

XXIII – seguridade social;
.....

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993

Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

.....
Art. 23. Entendem-se por serviços assistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta lei.

Parágrafo único. Na organização dos serviços será dada prioridade à infância e à adolescência em situação de risco pessoal e social, objetivando cumprir o disposto no art. 227 da Constituição Federal e na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem de veto

Vide Decreto nº 2.954, de 29-1-1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.
.....

RELATÓRIO

Relatora: Senadora **Roseana Sarney**

I – Relatório

Chega a esta Comissão de Assuntos Sociais, para exame de mérito e emissão de parecer, o Pro-

jeto de Lei da Câmara nº 80, de 2004 (PL nº 781, de 2003, na origem), de autoria do ilustre Deputado Henrique Afonso.

O art. 1º da proposição acrescenta dispositivo ao art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS), instituindo a obrigação de que, na organização dos serviços da Assistência Social, sejam criados programas de amparo às pessoas que vivem em situação de rua.

O art. 2º determina a entrada em vigor da futura lei na data de sua publicação.

Em sua justificação, o nobre parlamentar autor da proposição afirma ser necessário inserir a matéria no texto da Lei Orgânica da Assistência Social, que já prevê o atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, tendo em vista a urgência da adoção de uma política pública de reconhecimento e reintegração familiar e social da população em situação de rua. Afirma, ainda, que esta política de atendimento deve viabilizar para as pessoas e famílias acesso aos serviços públicos de saúde, educação, geração de empregos e renda, moradia, amparo material e humano com espaços de localização e referência.

A proposição não foi objeto de emenda.

O projeto foi apresentado na Câmara dos Deputados em 16 de abril de 2003. Foi, inicialmente, examinado pela Comissão de Seguridade Social e Família, onde recebeu parecer favorável. Em seguida, foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa Legislativa, que também se manifestou favoravelmente à aprovação da proposta. Após a elaboração da redação final pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, a matéria foi remetida a esta Casa. No dia 28 de setembro do ano em curso, o projeto foi lido em Plenário e encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais.

II – Análise

Quanto à iniciativa, a proposição em análise está em conformidade com o art. 22, XXIII, da Constituição Federal, que determina competir privativamente à União legislar sobre seguridade social.

Cumprido observar que, conforme definição constante do **caput** do art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica de Assistência Social),

serviços assistenciais compreendem as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta lei. Além disso, na redação atual do art. 23 da Lei Orgânica de Assistência Social, apenas a infância e a adolescência em situação de risco pessoal e social recebem tratamento prioritário (parágrafo único).

No que se refere ao mérito, o projeto trata de uma das mais importantes questões relacionadas à exclusão social no Brasil. A existência de um contingente de desabrigados evidencia as desigualdades socioeconômicas que marcam historicamente o País e, ao mesmo tempo, demonstra a ineficiência do sistema de proteção social existente. Assim, torna-se a parte mais visível do processo de exclusão social que se inicia, muitas vezes, na expulsão das cidades mais pobres sem alternativas de emprego de onde vêm a maioria dos imigrantes.

Não há dúvida de que a proposição em exame, ao determinar a criação de programas de amparo às pessoas que vivem em situação de rua, impele os Poderes Públicos ao cumprimento de suas responsabilidades sociais e fornece à sociedade civil mais um elemento de natureza ilegal para exigir o cumprimento das obrigações constitucionais do Estado no que se refere a essa parcela tão sofrida da população brasileira.

III – Voto

À vista do exposto, entendemos que a proposta em análise reveste-se de caráter extremamente meritório e não apresenta óbices no que respeita à constitucionalidade e à juridicidade. Quanto à técnica legislativa, a proposição não merece reparos, inclusive quanto à observância do que dispõe a Lei Complementar nº 95, de 1998. Voto, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2004.

Sala da Comissão, – **Roseana Sarney**, Relatora.

PARECERES Nºs 2.064 E 2.065, DE 2005

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2005 (nº 6.763/2002, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 39 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir

representantes da Fundação Palmares e de Comunidades Remanescentes de quilombos nos Comitês de Bacia Hidrográfica.

PARECER Nº 2.064, DE 2005

(Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)
(Em audiência, nos termos do Requerimento nº 180, de 2005)

Relator: Senador **Augusto Botelho**

I – Relatório

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 9, de 2005 (PL nº 6.763, de 2002, na origem). De autoria do Deputado Luiz Alberto, a proposição tramitou, na Câmara dos Deputados, pelas Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Aprovado naquela Casa Legislativa, o PL nº 6.763, de 2002, foi enviado ao Senado Federal em 31 de janeiro de 2005, passando a tramitar como PLC nº 9, de 2005. Distribuído inicialmente à Comissão de Assuntos Sociais, a proposta foi submetida à CMA em virtude da aprovação do Requerimento nº 180, de 2005, de autoria do Senador Delcídio Amaral.

Trata-se de proposição elaborada com o intuito de modificar a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 21 da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990 de 28 de dezembro de 1989. Mais especificamente, o PLC nº 9, de 2005, acrescenta parágrafo ao art. 39 da referida lei, que cuida da composição dos comitês de bacia hidrográfica.

De acordo com a proposição, os comitês das bacias que abranjam terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos devem incluir representantes: da Fundação Palmares, como parte da representação da União; e das comunidades remanescentes de quilombos afetadas.

Segundo o Deputado Luiz Alberto, autor da proposta, a proposição pretende sanar uma lacuna existente na Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, na qual omitiu-se a participação das comunidades remanes-

centes de quilombos e da Fundação Palmares, embora se tenha previsto, em situações análogas, a participação de representantes indígenas e da Fundação Nacional do Índio.

II – Análise

De acordo com o art. 102-A, II, **d**, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle opinar sobre assuntos atinentes à defesa do meio ambiente, especialmente, conservação e gerenciamento do uso dos recursos hídricos, no tocante ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Como o PLC nº 9, de 2005, não será submetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabe a esta Comissão pronunciar-se, além do mérito, sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria.

Cumprido, portanto, registrar que a proposição não comete vícios de constitucionalidade material, visto que não ataca as cláusulas pétreas, relacionadas no art. 60, § 4º, da Constituição Federal. Contudo, quanto ao aspecto formal, embora observe os preceitos relativos à competência legislativa concorrente, inscritos no art. 24 da Lei Maior, o PLC nº 9, de 2005, incorre em inconstitucionalidade no que concerne à legitimidade da iniciativa parlamentar.

Isso porque, ao criar atribuições para servidor de fundação pública, como é a Fundação Palmares, a proposição interfere diretamente na organização e funcionamento da administração federal, matéria cujo tratamento é reservado privativamente ao Presidente da República, conforme o disposto no art. 84, VI, **a**, da Constituição Federal. Ademais, leis que disponham sobre servidores públicos da União, como os daquela fundação, são de iniciativa privativa do Chefe do Executivo, de acordo com o art. 61, § 1º, II, **c**, da Lei Fundamental.

Adicionalmente, impor a participação de representantes das comunidades remanescentes de quilombos afetadas significa admitir que, no caso de a referida comunidade não desejar indicar representante para o comitê de bacia

hidrográfica, este não possa funcionar, em virtude da ausência deste membro, agora requisito fundamental para a instalação do comitê.

Desse modo, faz-se necessário ajustar a redação do dispositivo, de forma a assegurar, mas não obrigar,

a participação, nos comitês de bacia hidrográfica, de representantes da Fundação Palmares e das comunidades remanescentes de quilombos afetadas. Esta imprescindível modificação será proposta na forma de emenda.

Quanto aos aspectos de juridicidade e regimentalidade, a proposição não merece reparos.

No mérito, o PLC nº 9, de 2005, nos parece absolutamente oportuno e pertinente. Trata-se de aprimoramento legislativo, que visa, de fato, a sanar uma lacuna deixada pelo legislador ordinário. As comunidades remanescentes de quilombos encontram-se em situação análoga à das comunidades indígenas, nada justificando que a lei não dispense tratamento igualitário a ambas.

A inclusão de representantes dessa categoria na composição dos comitês de bacia hidrográfica justifica-se pela influência direta das deliberações desses comitês nas atividades das populações remanescentes de quilombos, tendo em vista que, por força do art. 38, I, da Lei nº 9.433, de 1997, cabe aos comitês de bacia hidrográfica, entre outras competências, promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes, e que, de acordo com o art. 1º, VI, da mesma lei, a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades.

III – Voto

Voto, pois, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2005, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CMA

Dê-se ao § 4º do art. 39 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, na forma do disposto no Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 39.

§ 4º Nos Comitês de Bacias Hidrográficas de bacias cujos territórios abranjam terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, fica assegurada a participação de representantes:

Sala da Comissão, – **Augusto Botelho**, Relator.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 9 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 16/08/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>L. Quintanilha</i>	
RELATOR: <i>[Assinatura]</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES – PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES – PFL	2-JOSÉ JORGE – PFL <i>[Assinatura]</i>
JONAS PINHEIRO – PFL	3-ROSEANA SARNEY – PFL
TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB	4- ALMEIDA LIMA – PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO – PSDB	5-LEONEL PAVAN – PSDB
FLEXA RIBEIRO – PSDB <i>[Assinatura]</i>	6-ÁLVARO DIAS – PSDB
PMDB	
NEY SUASSUNA	1-ANTÔNIO LEITE
LUIZ OTAVIO	2-VAGO
GERSON CAMATA	3-SÉRGIO CABRAL
VALDIR RAUPP <i>[Assinatura]</i>	4-AMIR LANDO
OMAR QUINTANILHA	5-MÃO SANTA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
AELTON FREITAS – PL	1-MOZARILDO CAVALCANTI – PTB
ANA JÚLIA CAREPA – PT	2-CRISTÓVAM BUARQUE – PT
SIBÁ MACHADO – PT <i>[Assinatura]</i>	3-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB
NEZINHO ALENCAR – PSB	4-IDELI SALVATTI – PT
SERYS SLHESSARENKO – PT <i>[Assinatura]</i>	5-FLÁVIO ARNS - PT
PDT	
AUGUSTO BOTELHO <i>[Assinatura]</i>	1-OSMAR DIAS

PARECER Nº 2.065, DE 2005

(Da Comissão de Assuntos Sociais)

Relator: Senador **Augusto Botelho****I – Relatório**

Submete-se ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 9, de 2005 (PL nº 6.763, de 2002, na origem), de autoria do Deputado Luiz Alberto, a proposição tramitou, na Câmara dos Deputados, pelas Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Aprovado naquela Casa Legislativa, o PL nº 6.763, de 2002, foi enviado ao Senado Federal em 31 de janeiro de 2005, passando a tramitar como PLC nº 9, de 2005. Distribuído inicialmente a esta Comissão, a proposta foi previamente submetida à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) em virtude da aprovação do Requerimento nº 180, de 2005, de autoria do Senador Delcídio Amaral. Aprovada naquela comissão, com uma emenda, a matéria chega à CAS.

Trata-se de proposição elaborada com o intuito de modificar a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Mais especificamente, o PLC nº 9, de 2005, acrescenta parágrafo ao art. 39 da referida lei, que cuida da composição dos comitês de bacia hidrográfica.

De acordo com a proposição, com a nova redação dada pela emenda aprovada na CMA, nos comitês das bacias que abranjam terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, fica assegurada a participação de representantes: da Fundação Palmares, como parte da representação da União; e das comunidades remanescentes de quilombos afetadas.

Segundo o Deputado Luiz Alberto, autor da proposta, a proposição pretende sanar uma lacuna existente na Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, na qual omitiu-se a participação das comunidades remanescentes de quilombos e da Fundação Palmares, embora se tenha previsto, em situações análogas, a participação de representantes indígenas e da Fundação Nacional do Índio.

II – Análise

De acordo com o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre assuntos atinentes a saneamento ambiental, matéria intimamente relacionada com o gerenciamento de recursos hídricos. Este, por seu turno, é um tema

que, obrigatoriamente, deve passar pela análise dos comitês de bacia hidrográfica, cuja composição é objeto do PLC nº 9, de 2005. Como a proposição não será submetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabe a esta Comissão pronunciar-se, além do mérito, sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria.

Cumprido, portanto, registrar que a proposição não comete vícios de constitucionalidade material, visto que não ataca as cláusulas pétreas, relacionadas no art. 60, § 4º, da Constituição Federal. Quanto ao aspecto formal, a emenda aprovada na CMA sana os vícios de constitucionalidade originalmente presentes no PLC nº 9, de 2005. Desse modo, a matéria encontra-se isenta de inconstitucionalidades, tanto materiais, como formais.

Quanto aos aspectos de juridicidade e regimentalidade, a proposição não merece reparos.

No mérito, o PLC nº 9, de 2005, nos parece absolutamente oportuno e pertinente. Trata-se de aprimoramento legislativo, que visa, de fato, a sanar uma lacuna deixada pelo legislador ordinário. As comunidades remanescentes de quilombos encontram-se em situação análoga à das comunidades indígenas, nada justificando que a lei não dispense tratamento igualitário a ambas.

Impende ressaltar que a CMA promoveu as necessárias modificações para assegurar, mas não obrigar, a participação, nos comitês de bacia hidrográfica, de representantes da Fundação Palmares e das comunidades remanescentes de quilombos afetadas. A obrigatoriedade da presença desses agentes poderia inviabilizar a criação dos referidos comitês, no caso de as comunidades quilombolas abrangidas não desejarem indicar representante.

A inclusão de representantes dessa categoria na composição dos comitês de bacia hidrográfica justifica-se pela influência direta das deliberações desses comitês nas atividades das populações remanescentes de quilombos, tendo em vista que, por força do inciso I do art. 38 da Lei nº 9.433, de 1997, cabe aos comitês de bacia hidrográfica, entre outras competências, promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes, e que, de acordo com o inciso VI do art. 1º da mesma lei, a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades.

III – Voto

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2005, com a redação dada pela emenda aprovada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Sala da Comissão, 17 de novembro de 2005.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 09, de 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 17/11/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

RELATOR: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE
MARCO MACIEL - PFL	1- HERÁCLITO FORTES - PFL.
GILBERTO GOELLNER - PFL	2- JOSÉ JORGE - PFL.
MARIA DO CARMO ALVES - PFL.	3- DEMÓSTENES TORRES - PFL.
RODOLPHO TOURINHO - PFL	4- ROMEU TUMA - PFL.
FLEXA RIBEIRO - PSDB.	5- EDUARDO AZEREDO - PSDB.
ONEL PAVAN - PSDB.	6- PAPALÉO PAES - PSDB
LÚCIA VÂNIA - PSDB.	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB.
REGINALDO DUARTE - PSDB.	8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
ROMERO JUCÁ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- IRÍS DE ARAÚJO
(VAGO)	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- DELCÍDIO AMARAL (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
JOELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELA (PMDB)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)	6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO.	1- CRISTÓVAM BUARQUE.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 21. Compete à União:
.....

XIX – instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso;
.....

Art. 24. Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II – orçamento;

III – juntas comerciais;

IV – custas dos serviços forenses;

V – produção e consumo;

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII – proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX – educação, cultura, ensino e desporto;

X – criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

XI – procedimentos em matéria processual;

XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;

XIII – assistência jurídica e Defensoria pública;

XIV – proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

XV – proteção à infância e à juventude;

XVI – organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
.....

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I – a forma federativa de Estado;

II – o voto direto, secreto, universal e periódico;

III – a separação dos Poderes;

IV – os direitos e garantias individuais.
.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

.....
II – disponham sobre:
.....

c) servidores públicos da União e territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; c) servidores públicos da União e territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)
.....

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:
.....

VI – dispor, mediante decreto, sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)
.....

LEI Nº 7.990, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989

Institui, para os estados, Distrito Federal e municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências.

(Art. 21, XIX da CF)
.....

LEI Nº 8.001, DE 13 DE MARÇO DE 1990

Define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.

.....
Art. 1º A distribuição mensal da compensação financeira de que trata o inciso I do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação alterada por esta lei, será feita da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)

I – quarenta e cinco por cento aos estados; (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)

II – quarenta e cinco por cento aos municípios; (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)

III – ~~quatro inteiros e quatro décimos por cento ao Ministério do Meio Ambiente;~~ (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)

IV – ~~três inteiros e seis décimos por cento ao Ministério de Minas e Energia;~~ (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)

V – ~~dois por cento ao Ministério da Ciência e Tecnologia;~~ (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)

III – três por cento ao Ministério do Meio Ambiente; (Redação dada pela Lei nº 9.993, de 2000)

IV – três por cento ao Ministério de Minas e Energia; (Redação dada pela Lei nº 9.993, de 2000)

V – quatro por cento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, criado pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991. (Redação dada nela Lei nº 9.993, de 2000)
(Regulamenta)

§ 1º Na distribuição da compensação financeira, o Distrito Federal receberá o montante correspondente às parcelas de estado e de município. (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)

§ 2º Nas usinas hidrelétricas beneficiadas por reservatórios de montante, o acréscimo de energia por eles propiciado será considerado como geração associada a estes reservatórios regularizadores, competindo à Aneel efetuar a avaliação correspondente para determinar a proporção da compensação financeira devida aos estados, Distrito Federal e Municípios afetados por esses reservatórios. (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)

§ 3º A Usina de Itaipu distribuirá, mensalmente, respeitados os percentuais definidos no **caput** deste artigo, sem prejuízo das parcelas devidas aos órgãos da administração direta da União, aos estados e aos

municípios por ela diretamente afetados, oitenta e cinco por cento dos **royalties** devidos por Itaipu Binacional ao Brasil, previstos no Anexo C, item III do Tratado de Itaipu, assinado em 26 de março de 1973, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, bem como nos documentos interpretativos subsequentes, e quinze por cento aos estados e municípios afetados por reservatórios a montante da Usina de Itaipu, que contribuem para o incremento de energia nela produzida. (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)

§ 4º A cota destinada ao Ministério do Meio Ambiente será empregada na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e na gestão da rede hidrometeorológica nacional. (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)

§ 5º Revogado. (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)

§ 6º No mínimo trinta por cento dos recursos a que se refere o inciso V do **caput** serão destinados a projetos desenvolvidos por instituições de pesquisa sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas das Superintendências Regionais. (Redação dada pela Lei nº 9.993, de 2000)

.....
LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997

Mensagem de veto

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

.....
Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:

.....
VI – a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

.....
Art. 38. Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação:

I – promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – A Presidência comunica ao Plenário que foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 2.062 a 2.065, de 2005**, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Assuntos Sociais, sobre as seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2004** (nº 781/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que “dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2005** (nº 6.763/2002, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 39 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir representantes da Fundação Palmares e de comunidades remanescentes de quilombos nos Comitês de Bacia Hidrográfica.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Presidência recebeu a **Mensagem nº 267, de 2005** (nº 806/2005, na origem), de 24 do corrente, do Presidente da República, solicitando, nos termos do art. 52, V, da Constituição Federal, autorização para aceitação de dação de imóvel do Governo da Bolívia, como parte do pagamento dos juros da dívida externa daquele país.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2003**, de autoria do Senador Paulo Octávio, que modifica o art. 37 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para ampliar as condições de criação dos Comitês de Bacia Hidrográfica nos rios federais;
- **Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2003**, de autoria do Senador Augusto Botelho, que acrescenta inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de

setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, definindo como nula a cláusula de eleição de foro em prejuízo da defesa do consumidor;

- **Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2005**, de autoria do Senador Marco Maciel, que *dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2005**, de autoria do Senador Flávio Arns, que institui a data de 6 de junho como o “Dia Nacional do Teste do Pezinho”; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2005**, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Tocantins (Univat), com sede no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Educação, os **Projetos de Lei do Senado nºs 247, de 2003; 99, 190 e 224, de 2005**, aprovados, vão à Câmara dos Deputados; e o de nº 13, de 2003, rejeitado, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 412, de 2005** (nº 1.509/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Juti – Acodecaj a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juti, Estado de Mato Grosso do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2005** (nº 1.643/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Ondas Verdes FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tacuru, Estado de Mato Grosso do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2005** (nº 1.693/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Comunitária “Educar” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Patos de Minas, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2005** (nº 128/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação

Nossa Senhora Aparecida para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2005** (nº 1.659/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Pró Desenvolvimento de Cerro Branco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cerro Branco, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 443, de 2005** (nº 1.665/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Dom Edilberto Dinkelborg – Funded para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Oeiras, Estado do Piauí;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 445, de 2005** (nº 1.669/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente de Cubati – A. B. C. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cubati, Estado da Paraíba;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 447, de 2005** (nº 1.686/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Pereira Barreto a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pereira Barreto, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 454, de 2005** (nº 1.704/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural dos Moradores de Faina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Faina, Estado de Goiás;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 474, de 2005** (nº 1.742/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio 90,7 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goianápolis, Estado de Goiás; e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 475, de 2005** (nº 1.777/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Piracanjuba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piracanjuba, Estado de Goiás.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidas as seguintes:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 69, DE 2005

Altera o § 2º do art. 230 acrescentar-lhe os incisos Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado do § 3º, do art. 60, da Constituição Federal, promulgam a texto constitucional:

Art. 1º O art. 230 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 230.

§ 1º.....

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantido da Constituição Federal passa a vigorar

I – A gratuidade nos transportes coletivos urbanos e semi-urbanos. (NR)

II – A gratuidade de, no mínimo, duas vagas nos transportes intermunicipais e interestaduais terrestre e aquaviários e do decréscimo de, no mínimo 50%, em outras duas vagas quando já disponibilizado as gratuitas.

III – As empresas, concedente do benefício, poderão, mediante avaliação da Agência Nacional de Transportes terrestres e aquaviários de suas planilhas de custos, ter a compensação financeira nos limites de sua competência.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Ao ingressar na chamada terceira idade o indivíduo se depara com um conjunto de novas circunstâncias as quais têm que se adaptar.

No aspecto social, ocorrem mudanças substantivas com a chegada da aposentadoria, quando configuram perdas definitivas, entre as quais a do grupo de trabalho, a das relações cotidianas referentes ao emprego e a da valoração como indivíduo economicamente ativo, que contribui para a sociedade. Daí a necessidade de reintegração em outros grupos, mediante a prática de novas atividades e atos protecionistas.

Os aspectos abordados atingem emocionalmente a pessoa idosa, de forma mais ampla, conforme a classe de renda a que pertença. Quanto menos favorecida a pessoa idosa maiores são as dificuldades de acesso aos bens e serviços ofertados, bem como o respeito para com ela se torna menor.

A inserção do idoso na sociedade não se limita somente ao direito à saúde. Cultura, educação e lazer são outros benefícios que valorizam o ser humano, principalmente o idoso, na etapa de descanso merecido após anos ininterruptos de trabalho.

A demanda por serviço ou a garantia de participação em atividades distintas gera a necessidade de deslocamentos mediante transporte, o que determina custos.

Por sua vez, esses custos são tanto mais significativos, quanto menos favorecida a pessoa. Assim, dispêndios com remédios, deslocamentos para tratamentos de saúde e acompanhantes são relevantes para o orçamento do idoso, principalmente, quando se vêem forçados a sair de seus estados para buscar ajuda em centros especializados de saúde. Viagens para rever parentes ou voltar à terra natal são proibitivas, para proventos limitados.

Por outro lado, tendo em vista a garantia dos deslocamentos cotidianos dos idosos, o legislador

constituinte criou dispositivos prevendo a gratuidade no transporte urbano para os maiores de sessenta e cinco anos, gerando efetivo adicional de renda para os mesmos.

Na esteira do benefício constitucional e infra-constitucional, o presente projeto de emenda constitucional pretende prover a gratuidade para, no mínimo, duas vagas e de decréscimo de 50% em outras duas às pessoas com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos nos transportes coletivos intermunicipais e interestaduais.

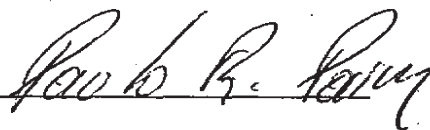
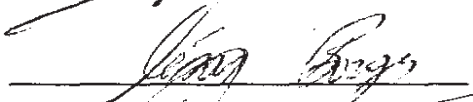
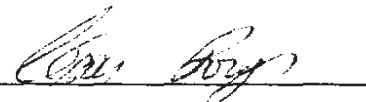
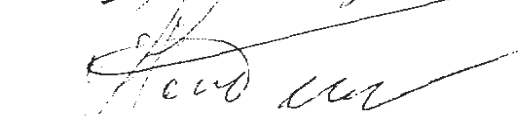
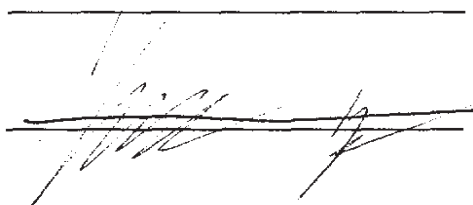
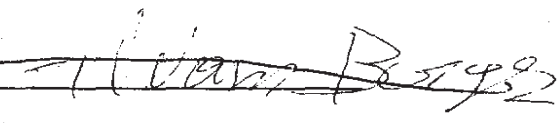
Desse modo, garantem-se ao idoso o direito de ir e vir, acesso à saúde em cidades mais desenvolvidas e ao lazer merecido pelo trabalho de toda uma vida em prol da sociedade.

Assim, as alterações providas nesta PEC são de alcance social irrefutável, constituindo-se em melhor instrumentação para a assistência a proteção à pessoa do Idoso, motivo pelo qual contamos com o apoio dos colegas Parlamentares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2005.

ASSINATURA

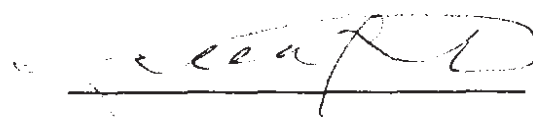
SENADOR

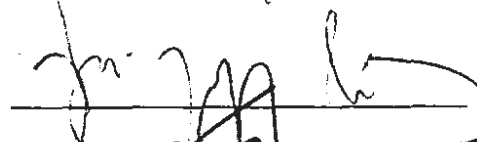
	
	
	
	
	

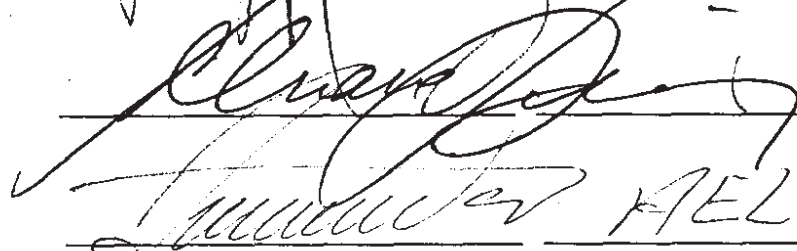
Continuação das assinaturas:

ASSINATURA

SENADOR

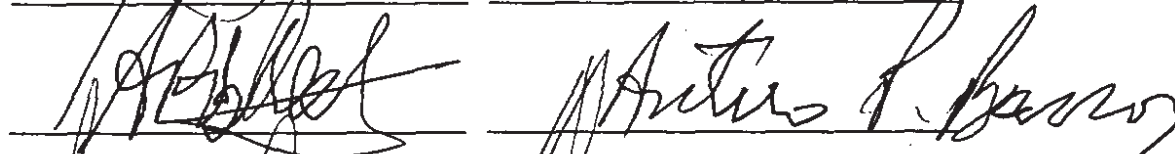
 CARLOS GALVÃO

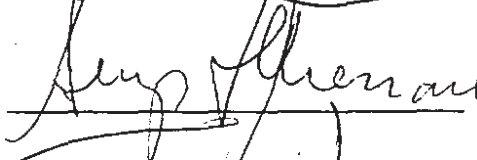
 JOSÉ JORGE

 HELTON

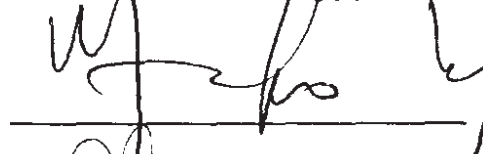
 HEROISA

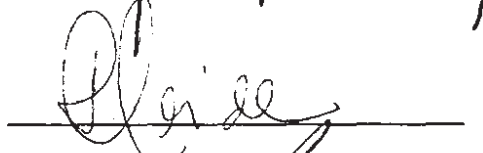
 JOSÉ AZEITEIRO

 ANTÓNIO P. BARROS

 SÉRGIO

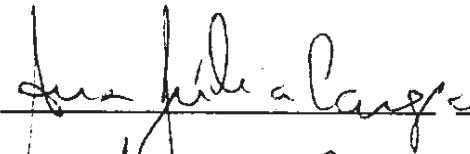
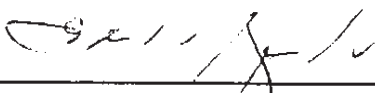
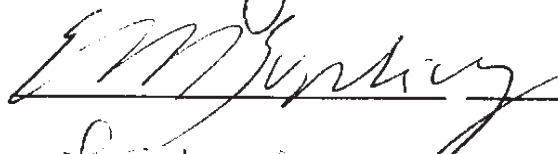
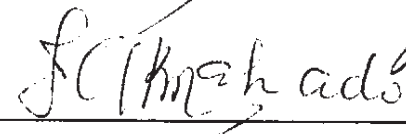
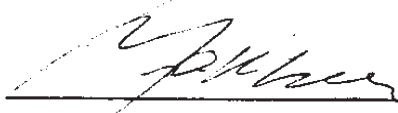
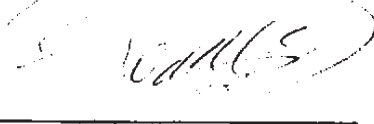
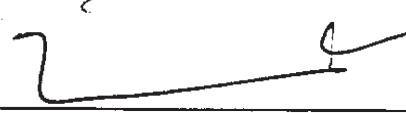
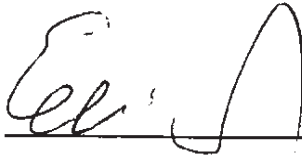
 TIÃO VIANA

 MAGNO MALTA

 SÍLVIA ALMEIDA

 SÉRGIO MACHADO

Continuação das assinaturas:

ASSINATURA	SENADOR
	ANA JÚLIA CARELS (P/Disar)
	Sérgio Spina
	Zito Lacerda
	Augusto Botelho
	EDUARDO AZEREDO
	EDUARDO SUPICY
	Sérgio Maranhão
	GILBERTO GOELLNER
	SEBASTIÃO TIMÓTEO
	Manoel Amador
	Edson Lobão

LEGISLAÇÃO CITADA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL

Subchefia para Assuntos Jurídicos

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercido dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

.....
Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 70, DE 2005****Acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 177 da
Constituição Federal.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 30 do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 177 da Constituição Federal passa a vigorar com os seguintes §§ 5º e 6º:

Art. 177.

.....
§ 5º Os recursos da contribuição prevista no § 4º deverão ser fiscalizados pelo Congresso Nacional, cabendo ao Tribunal de Contas da União auditar trimestralmente a aplicação dos recursos e enviar relatório para conhecimento das duas Casas do Congresso Nacional.

§ 6º Será considerado crime de responsabilidade dos dirigentes do Poder Executivo a retenção dos recursos da contribuição, bem como o não cumprimento integral do disposto no § 4º. (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A Lei nº 10.336, de 2001, que instituiu contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível derivou da EC nº 33 aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional, no ano de 2001.

Segundo o § 4º do art. 177 da Constituição Federal, os recursos arrecadados deveriam ser destinados:

a) ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo;

b) ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás;

c) ao financiamento de programas de infra-estrutura de transportes.

Entretanto, o que temos observado, ano a ano, é que o Poder Executivo tem ignorado a própria norma constitucional, desviando recursos que deveriam estar sendo usados para o desenvolvimento do setor de transporte do nosso País. De fato, todo o esforço do Congresso Nacional em aprovar a emenda à Constituição que criou a contribuição prevista no § 4º do art. 177 acabou sendo em vão.

O que se tem observado, inclusive a partir de relatórios do Tribunal de Contas da União, é que os recursos acabam servindo para alimentar o caixa do Tesouro Nacional na sua incansável busca do superávit primário. Tudo isto se toma ainda mais grave quando levamos consideração a atual situação das estradas brasileiras, o que prejudica maneira sensível a nossa produtividade econômica.

Assim, o que se pretende com a presente proposta de emenda à Constituição é tomar efetivo não só o controle da aplicação dos recursos da supracitada contribuição, como também criar condições efetivas de responsabilização dos administradores públicos que violem o espírito da norma constitucional.

Portanto, o Congresso Nacional não pode abrir mão de suas prerrogativas constitucionais de controle e fiscalização dos atos do Poder Executivo, principalmente em questão essencial para o desenvolvimento econômico de nosso País.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2005.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2005

Senador JOÃO ALBERTO SOUZA

Nome

Assinatura

ADA JÚLIA CARIPA

Ada Júlia Caripa

Lucia Vania

LUCIA VANIA

Roberto Azevedo

Roberto Azevedo

Trina

Trina

Mário Santa

Mário Santa

CRISTOVAN

Cristovão

Sergio Lima

Sergio Lima

João Baptista Motta

João Baptista Motta

Lis de Jaciço

Lis de Jaciço

EDUARDO AZEVEDO

Eduardo Azevedo

HELOISA HELENA

Heloise Helena

OSMAR JOTA

Osmar Jota

Antônio V. de Souza

Antônio V. de Souza

JOÃO

João

JOÃO

João

JOÃO

João

JOÃO

João

JOÃO

João

JOÃO

João

JOÃO

João

JOÃO

João

JOÃO

João

JOÃO

João

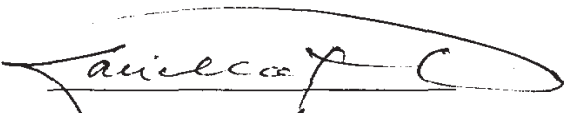
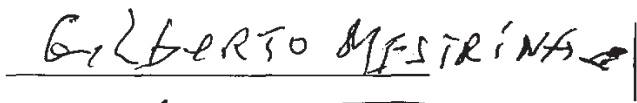
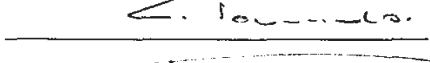
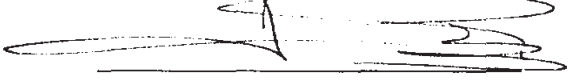
JOÃO

João

JOÃO

João

Continuação das assinaturas:

Nome	Assinatura
GABRIEL ALDI ACUDES FICHO	
Silvia Machado	
Romero T. Silva	
Gilberto Mesquita	
Paulo R. Paray	
KODOLPHO TOURINHO	
Jefferson Soares	
TASSO J. A. ISSATI	

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO VII

Da Ordem Econômica e Financeira

CAPÍTULO I

Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica

Art. 177. Constituem monopólio da União:

I – a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluídos;

II – a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;

III – a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades previstas nos incisos anteriores;

IV – o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo

produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem;

V – a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados.

§ 1º A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV deste artigo, observadas as condições estabelecidas em lei.

§ 2º A lei a que se refere o § 1º disporá sobre:

I – a garantia do fornecimento dos derivados de petróleo em todo o território nacional;

II – as condições de contratação;

III – a estrutura e atribuições do órgão regulador do monopólio da União.

§ 3º A lei disporá sobre o transporte e a utilização de materiais radioativos no território nacional.

§ 4º A lei que instituir contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus deriva-

dos, gás natural e seus derivados e álcool combustível deverá atender aos seguintes requisitos:

I – a alíquota da contribuição poderá ser:

a) diferenciada por produto ou uso;

b) reduzida e restabelecida por ato do Poder Executivo, não se lhe aplicando o disposto no art. 150, III, b;

II – os recursos arrecadados serão destinados:

a) ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo;

b) ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a Indústria do petróleo e do gás;

c) ao financiamento de programas de Infra-estrutura de transportes.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 33

Altera os arts. 149, 155 e 177 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 149 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos, remunerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“Art. 149.

§ 1º

§ 2º As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico de que trata o caput deste artigo:

I – não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação;

II – poderão incidir sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível;

III – poderão ter alíquotas:

a) **ad valorem**, tendo por base o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação e, no caso de importação, o valor aduaneiro;

b) específica, tendo por base a unidade de medida adotada.

§ 3º A pessoa natural destinatária das operações de importação poderá ser equiparada a pessoa jurídica, na forma da lei.

§ 4º A lei definirá as hipóteses em que as contribuições incidirão uma única vez.” (NA)

Art. 2º O art. 155 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 155.

§ 2º

IX –

a) sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do Imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço:

XII –

h) definir os combustíveis e lubrificantes sobre os quais o imposto incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade, hipótese em que não se aplicará o disposto no inciso X, b; a sua finalidade, hipótese em que não se aplicará o disposto no inciso X, b;

i) fixar a base de cálculo, de modo que o montante do imposto a integre, também na importação do exterior de bem, mercadoria ou serviço.

§ 3º À exceção dos Impostos de que tratam o inciso II do caput deste artigo e o art. 153, I e II, nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País.

§ 4º Na hipótese do inciso XII, h, observar-se-á o seguinte:

I – nas operações com os lubrificantes e combustíveis derivados de petróleo, o imposto caberá ao Estado onde ocorrer o consumo;

II – nas operações interestaduais, entre contribuintes, com gás natural e seus derivados, e lubrificantes e combustíveis não incluídos no inciso I deste parágrafo, o imposto será repartido entre os Estados de origem e de destino, mantendo-se a mesma proporcionalidade que ocorre nas operações com as demais mercadorias;

III – nas operações interestaduais com, gás natural e seus derivados, e lubrificantes e combustíveis não incluídos no inciso I deste parágrafo, destinadas a não contribuinte, o imposto caberá ao Estado de origem;

IV – as alíquotas do imposto serão definidas mediante deliberação dos Estados e Distrito Federal, nos termos do § 2º, XII, g, observando-se o seguinte:

a) serão uniformes em todo o território nacional, podendo ser diferenciadas por produto;

b) poderão ser específicas, por unidade de medida adotada, ou ad valorem, incidindo sobre o valor da operação ou sobre o preço que o produto ou seu similar alcançaria em uma venda em condições de livre concorrência;

c) poderão ser reduzidas e restabelecidas, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b.

§ 5º As regras necessárias à aplicação do disposto no § 4º, inclusive as relativas à apuração e à destinação do imposto, serão estabelecidas mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do § 2º, XII, **g**.” (NR)

Art. 3º O art. da 177 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 177.

§ 4º A lei que instituir contribuição de intervenção no domínio econômico relata às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível deverá atender aos seguintes requisitos:

I – a alíquota da contribuição poderá ser:

a) diferenciada por produto ou uso;

b) reduzida e restabelecida por ato do Poder Executivo, não se lhe aplicando o disposto no art. 150, III, **b**;

II – os recursos arrecadados serão destinados:

a) ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo;

b) ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás;

c) ao financiamento de programas de infra-estrutura de transportes.” (NR)

Art. 4º Enquanto não entrar em vigor a lei complementar de que trata o art. 155, § 2º, XII, **h**, da Constituição Federal, os Estados e o Distrito Federal, mediante convênio celebrado nos termos do § 2º, XII, **g**, do mesmo artigo, fixarão normas para regular provisoriamente a matéria.

Art. 5º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de dezembro de 2001

Mesa da Câmara dos Deputados – Deputado **Aécio Neves**, Presidente – Deputado **Efraim Morais**, 1º Vice-Presidente – Deputado **Barbosa Neto**, 2º Vice-Presidente – Deputado **Severino Cavalcanti**, 1º Secretário – Deputado **Nilton Capixaba**, 2º Secretário – Deputado **Paulo Rocha**, 3º Secretário – Deputado **Ciro Nogueira**, 4º Secretário.

Mesa do Senado Federal – Senador **Ramez Tebet**, Presidente – Senador **Edison Lobão**, 1º Vice-Presidente – Senador **Antonio Carlos Valadares**, 2º Vice-Presidente – Senador **Carlos Wilson**, 1º Secretário – Senador **Antero Paes de Barros**, 2º Secretário – Senador **Ronaldo Cunha Lima**, 3º Secretário – Senador **Mozarildo Cavalcanti**, 4º Secretário.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – As propostas de emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes nos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, aviso que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

AVISO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– Aviso nº 55, de 2005 – CN (nº 7.146-GP/TCU na origem), do Presidente do Tribunal de Contas da União encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades daquele Tribunal, referente ao 3º trimestre do exercício de 2005.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O expediente que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Ofício nº 0535–L–PFL/05

Brasília, 29 de novembro de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Alberto Fraga para integrar, como membro suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Marcos Abramo.

Atenciosamente, – Deputado **Rodrigo Maia**, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Há oradores inscritos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a palavra para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Teotonio Vilela.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL.

Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra a V. Ex^a para fazer uma importantíssima comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – V. Ex^a será atendido.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Pela

ordem, peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela

ordem.) – Sr. Presidente, eu queria também pedir a palavra para fazer uma comunicação inadiável no momento oportuno, como terceiro inscrito.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza.

PMDB – MA) – Na prorrogação da Hora do Expediente, será assegurado a V. Ex^{as} o uso da palavra, por cinco minutos, na seguinte ordem: Senador Almeida Lima, Senador Teotonio Vilela Filho e Senador Aelton Freitas.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Peço a

palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria também de me inscrever para fazer uma comunicação inadiável, caso falte algum dos que já se inscreveram, até porque acredito que o Senador Teotonio Vilela, devido à importância do seu pronunciamento, por precisar de tempo maior, deverá falar como inscrito, porque vamos ajudá-lo a conseguir uma permuta com outro Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – A V. Ex^a será assegurado o lugar na primeira suplência no período destinado às comunicações inadiáveis, Senador Leonel Pavan.

A primeira oradora inscrita é a Senadora Iris de Araújo, do PMDB de Goiás, mas o Senador Teotonio Vilela veio aqui e fez um apelo para falar em primeiro lugar. Inclusive, S. Ex^a será o segundo a falar para fazer uma comunicação inadiável, como disse agora o Senador Leonel Pavan.

Mas consulto a Senadora Iris de Araújo se concorda com que o Senador Teotonio Vilela Filho fale em primeiro lugar. Já há a concordância do Senador Almeida Lima, do PMDB da Paraíba. *(Pausa.)*

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Teotonio Vilela Filho.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, sou de Sergipe. V. Ex^a disse Paraíba, que é um Estado grandioso também.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está bem, Senador. Valeu a retificação.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL.

Para uma comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, amanhã, dia primeiro de dezembro, quando a luz do sol cair em Palmeira dos Índios, na porta do sertão das Alagoas, uma missa entoará agradecimentos de uma família e de uma cidade. E depois que as preces subirem aos céus, a lagoa dos Sampaio, bem no centro de Palmeira, se iluminará por 30 minutos com fogos de vista. E quando as últimas girândolas se extinguirem, das serras de Goiti, Mandioca, Candará e Boa Vista, que circundam Palmeira dos Índios como vigilantes sentinelas, dessas quatro serras ribombarão rojões, anunciando a todos os sertões de Alagoas que Palmeira dos Índios estará celebrando o centenário de Heloísa Costa Sampaio – uma mulher que já viveu em quase três séculos, mas que a nenhum se submeteu, a todos reformou.

Há em países como a Inglaterra a sábia tradição de o monarca enviar uma carta pessoal de congratulações a todos os súditos que completam cem anos. Por aqui nem haveria condições de se firmar tradição nesse sentido, pois os centenários são antes raríssimas exceções numa terra onde o poeta pernambucano João Cabral de Melo Neto cantou para o mundo que, ali, *“morremos de morte igual, mesma morte severina: que é a morte que se morre/ de velhice antes dos trinta,/ de emboscada antes dos vinte/ de fome um pouco por dia/ de fraqueza e de doença/ é que a morte severina/ ataca em qualquer idade/ e até gente não nascida”*.

Vencer a mortalidade infantil e a limitadíssima expectativa de vida de sua gente parece pouco para dona Heloísa, ou Helóisa (Elóisa), como a conhece a prosódia acabocada dos sertanejos de Palmeira. Afinal ela é da terra de Graciliano, muitas vezes testemunha das Vidas Secas do mestre Graça e ninguém duvide de que, nesses cem anos de vida absolutamente intensa, ela tenha cruzado com o Fabiano, a Sinhá Vitória e a cachorra Baleia, que saíram do sofrimento do sertão

para entrar no livro e se immortalizar na literatura. Ah, dona *Elóisa*, quantos Fabianos terá conhecido e ajudado, quantas vitórias terá amparado... Quantas “baleias” chorou? Só Deus o saberá em sua onisciência...

Viúva de vereador, prefeito, deputado estadual, vice-governador e governador do Estado, dona *Elóisa* viu recriar-se nos filhos a história do marido Juca Sampaio, que virou lenda em Palmeira dos Índios e em Alagoas. Teve dois deputados – um deles, Geraldo Sampaio, repetiu o pai, com mandatos de vereador, prefeito, deputado estadual, vice-governador e governador de Alagoas.

Talvez tudo isso e até o título informal, mas de nobreza, que se cultua em Palmeira de “eterna primeira dama” ainda digam muito pouco da centenária *Elóisa* Sampaio, que podendo ser princesa, cercada de mimos e comodidades, escolheu ser guerreira de todos os desafios. Podendo ser rainha de sua mansão e matriarca de nove filhos, 26 netos, 49 bisnetos e seis trinets, abdicou do título para se fazer rainha de sua própria liberdade. Mais que a vida e o meio, mais que os desafios do sertão e as dificuldades da vida política e administrativa de sua família, dona *Elóisa* venceu os costumes. Ela os mudou, na medida em que superou as limitações que eles lhe impunham.

Ficou órfã aos 13 anos. Perdeu o pai, e, com ele, a chance de estudar. Como acontecia em muitas famílias nordestinas da época, o irmão mais velho – eram 20, do mesmo pai e da mesma mãe; o irmão mais velho a tirou da escola para que ela não aprendesse a ler e escrever, para não trocar correspondência com namorados. *Elóisa* deixou a escola, mas tomou uma decisão: aquela seria a última ordem recebida de um homem.

Casou aos 19 – e casou com um moço que depois de muito olhá-la a abordou com o simplismo que os tempos justificavam: quero casar com você. Só não esperava a resposta que ouviu da jovem recatada, mas já então independente: *“mas como, se não conheço o senhor, não sei o que faz, o que pensa e o que quer?”*. Casaram-se depois de ela obter respostas a suas dúvidas. Afirmou-se, então, a *Elóisa* que faz história para Alagoas, já virou referência de muitas gerações de alagoanos e um dia, como o marido, também vai ser lenda bem além dos paredões e contra-fortes das serras de Goiti, Mandioca, Candará e Boa Vista.

Ela foi cuidar da fazenda da família. Ousadia, quase temeridade? Um fim-de-mundo para os padrões da época? Que nada, *Elóisa* seguia apenas sua própria crença de que a pessoa se define por sua independência e liberdade. Foi mais que uma escolha, foi

uma profissão de fé. Foi mais que uma opção, foi um roteiro de vida.

Sempre teve seu próprio dinheiro e seu próprio trabalho. E às filhas ensinou que, antes da independência do casamento, se põe a independência do trabalho e da educação. E na busca da própria independência e liberdade, meteu-se com queijos, linguiças, criações, plantações e empregados. Mas todo dia, ao cair da luz, se preparava e se maquiava para o marido. Há 60 anos fez uma plástica estética para permanecer bonita e jovem para o esposo. Com certeza a primeira plástica de Alagoas. Uma das primeiras do Brasil. Quem diria? Era *Elóisa* abrindo caminhos e se antecipando ao futuro.

Ao marido consagrou dedicação e cumplicidade de objetivos e propósitos que só os grandes amores sustentam e justificam. Jamais foi submissa – nem isso jamais lhe foi pedido pelo velho Juca Sampaio que, por mais de meio século, liderou sua cidade e sua região sem jamais altear o tom da voz.

Ninguém esperasse de dona *Elóisa* nada além da franqueza rude como o mandacaru que enfeita com seu verde o cenário cinzento das caatingas. Quem esperou o contrário se surpreendeu tanto quanto o então governador de Alagoas Arnon de Melo, que foi à casa dos Sampaio como todos os líderes de Alagoas e do Brasil que chegavam a Palmeira.

Na época da ditadura, quando o velho Teotônio Vilela sofreu um dos mais intensos processos de isolamento político em sua própria terra, onde ninguém lhe dava qualquer espaço nos veículos de comunicação, a voz e a sede de liberdade mais uma vez se afirmaram na casa dos Sampaio. A matriarca *Elóisa* chamou o filho mais velho Geraldo Sampaio dirigente da TV Alagoas de propriedade da família e disse: *“é preciso respeitar a liberdade das pessoas e a expressão de suas idéias. Deixe-o falar”*. O conselho quase ordem soava como uma dispensável reafirmação de princípios da família, pois, a rigor, nem seria necessário: Geraldo Sampaio, amigo do velho Teotônio e acima de tudo, um insaciável sedento das liberdades, ouviu as palavras da mãe como uma melodia. E a TV Alagoas foi o único veículo de comunicação de nossa terra em que o velho Teotônio podia divulgar suas críticas aos generais e à ditadura deles. Foi o único púlpito alagoano onde pôde livremente pregar a liberdade.

Relembre-se, por questão de justiça, outro episódio que o próprio Teotônio registrou nos anais dessa Casa, logo após a morte de Juca Sampaio, há quase 30 anos. Perseguido e isolado, sem espaço e sem

tribuna, Teotônio foi encontrá-lo em seu armazém de couros em Palmeira dos Índios. E ouviu dele uma frase que poderia resumir uma vida: “só tenho duas coisas, a vida e a palavra. Enquanto não me tirarem a primeira, não acabarão com a segunda”. E por 76 anos, foi de uma só palavra e de uma só cara.

Só uma vez *Elóisa* foi contrariada, embora depois de ser convencida. Mas não se submeteu ao marido, curvou-se à cidadania. Foi quando viu o filho deputado estadual preparar-se para votar o impeachment do então governador Alcides Muniz. A tensão prenunciava tiroteio e mortes na Assembléia. Ela temia o pior. E quem não o temeria, sobretudo ela que já vira, no início da vida, o sogro que era prefeito virar cadáver pela espingarda de adversários? Caiu de joelhos diante do filho, implorando que ele não fosse à votação. Mas o velho Juca, pai e cidadão, se adiantou com a opinião incontrastável: “*prefiro um filho morto a um filho acomodado ou covarde*”. Ela tirou do terço um crucifixo que entregou ao filho. Ele foi e votou. E votou. Ganhou a lição dos pais e o crucifixo que guarda até hoje. É o ex-governador Geraldo Sampaio.

Aos filhos ensinou o que viveu: trabalho, trabalho, independência, liberdade, solidariedade. Política, mulher e mãe de políticos, sempre achou que solidariedade não tem época. Por que apenas no Natal, se o Natal que anuncia o nascimento de Cristo deve permear o ano inteiro? E o ano inteiro a matriarca *Elóisa* organizava a ajuda às viúvas de sua terra, a velhos e doentes, a crianças sem amparo. Discretamente, anonimamente, para contratempo de algumas filhas que, em plena semana santa, tinham que envolver-se com fardos de bacalhau na distribuição do “jejum” tradicional aos mais carentes.

Mas essa mulher como as palmeiras que deram nome a sua cidade, que presenteou netos ou bisnetos com brinquedos, e que em momento algum abriu mão do sagrado horário do meio-dia para o almoço com a família, não se continha diante de uma boa serenata. E às vésperas de seu centenário, até esqueceu o horário rígido da refeição, embevecida com a serenata que os netos lhe preparavam: “*como deixar uma música dessas*”, ela justificava. Era *Elóisa* transbordando sensibilidade.

Quantas histórias mais haveria a contar, quantos exemplos a seguir, quantos gestos, quantos passos numa história que não encerra apenas cem anos de vida, mas uma vida que vale por um retrospecto sociológico das sociedades rurais e urbanas do interior do Nordeste em quase três séculos? Dona *Eloísa* seria acima de tudo âncora nesse debruçar-se sobre os costumes rurais do Nordeste e a forma quase heróica de modificá-los.

Amanhã, estaremos todos em Palmeira dos Índios. Todos os Poderes de Alagoas. Executivo e Legislativo, que chegará precedido por voto de contragulações aprovado hoje por iniciativa do deputado Manoel Gomes de Barros Filhos. Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas, aliás integrado por de seus filhos, nessa homenagem a esse elo entre dois séculos, entre culturas e costumes, mas sobretudo é síntese de independência e liberdade. Esses ideais, que já justificaram mortes, aqui balizaram uma vida.

E quando as últimas girândolas se extinguirem na Lagoa dos Sampaio, e quando soar o ribombar dos rojões nas serras de Goiti, Mandioca, Candará e Boa Vista, lá no íntimo do meu coração, eu vou gritar: *viva a consciência que liberta pessoas e vida que muda costumes e altera destinos; viva a independência que deixa homens e mulheres mais responsáveis por sua vida e por seu tempo; viva a liberdade que baliza povos e indivíduos que cataliza mentes e corações; viva a independência, viva a liberdade, viva Elóisa, da Palmeira e das Alagoas. Viva Elóisa de todos nós!*

Era o que eu tinha a dizer.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo, do PMDB de Goiás, por dez minutos.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, ao participar, antontem, de um seminário promovido pela Federação das Indústrias de São Paulo, o Vice-Presidente da República, José Alencar, foi veemente ao criticar as altas taxas de juros no Brasil. Ao comentar a atual política econômica brasileira, ele se posicionou firmemente contra as decisões do Comitê de Política Monetária – o Copom –, que, na semana passada, até decidiu reduzir a chamada Selic, mas em apenas meio ponto percentual.

“Juros altos elevam a dívida pública. São uma irresponsabilidade fiscal” – protestou incisivamente o Vice-Presidente, completando: “Temos construído um déficit que faz crescer a nossa dívida, hoje, em 50% do PIB”. Não foi a primeira vez que José Alencar se posicionou claramente contra os juros. Muito menos foi a primeira crítica feita por um membro da própria equipe que hoje ocupa o Palácio do Planalto.

Hoje mesmo o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, ao chegar em Porto Iguaçu para o encontro dos Presidentes da Argentina e do Brasil vão se encontrar, disse que o resultado do PIB no terceiro trimestre – palavras do Ministro Furlan – “é preocupante, porque mostra que a economia está reagindo ao aperto financeiro das taxas de juros e contenção de investimentos”.

Também hoje, ouvi, por meio da Rádio Senado, que o Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, criticou os juros altos, culpando-os pela maior queda do PIB em dois anos e meio.

Sabemos que as rugas causadas pela política são antigas e inúmeras, como exemplificou recentemente, o embate entre o Ministro Antonio Palocci, da Fazenda, e a Ministra Dilma Rousseff, do Gabinete Civil.

A despeito de toda a crise e tiroteio que continua a castigar o Governo do Presidente Lula, o Copom preferiu seguir firme e inabalável na trajetória, que é histórica, de apostar nos juros mais altos do mundo como suposto mecanismo de combate à inflação. O problema é que a inflação já caiu desde o Plano Real de Fernando Henrique Cardoso, mas os juros nossos de cada dia permanecem lá no patamar mais elevado, provocam desaquecimento econômico e impõem um freio no consumo. Isso significa menos crescimento, menos produção, menos emprego.

Por mais que nos expliquem, nós que não posuímos formação em teoria econômica, continuamos a ver navios, porque o agricultor só fala em perdas na atividade; o industrial reclama da falta de mercado, e o trabalhador, além do desemprego, tem nos R\$300 o menor salário mínimo do mundo.

Só os banqueiros não reclamam, é lógico.

Os que entendem do assunto falam que o Copom teria margem para fazer algo mais ousado por meio do corte de um ponto percentual. Dizem que isso não afetaria a inflação futura e daria mais vigor à economia, em especial às vendas de fim de ano, que se aproximam, pois, já estamos no final do ano, o que significaria mais trabalho e mais renda para o povo.

Mas, os técnicos do Banco Central fazem ouvidos moucos, já que eles não costumam ouvir a voz de quem está na lida diária da economia. O que vale é o gráfico e a projeção tendo em vista uma meta de inflação já estabelecida. Enquanto isso, de acordo com o IBGE, a produção da indústria fechou o terceiro trimestre deste ano com uma queda de 0,7%.

Não seria, Sr. Presidente, culpa dos juros agressivos?

No ritmo da análise crua, vamos ser mais diretos e concluir que esse corte de meio ponto foi, na verdade, decepcionante.

Para manter o equilíbrio, vamos analisar as duas faces da moeda. Seguindo os argumentos do Banco Central, que mal faria um corte um pouquinho maior se os efeitos da política de juros sobre os preços demo-

ram até seis meses para serem percebidos? Ou seja, uma mudança mais profunda nos juros teria influência somente na inflação de 2006. Seguindo os argumentos do setor produtivo, podemos concluir que as expectativas foram frustradas, e o segmento tem toda razão em se chatear, porque o Brasil necessita, como nunca, de investimentos internos para gerar crescimento econômico e distribuição da renda nacional, que, sempre é bom destacar, permanece uma das mais concentradas do mundo.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – V. Exª permite-me um aparte?

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Ouço V. Exª com o maior prazer.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Senadora Iris de Araújo, solidarizo-me com o pronunciamento de V. Exª. Mas o engraçado – e é engraçado mesmo – é que vivemos, hoje, em dois brasis – não aqueles que os economistas e sociólogos do passado falavam –: o brasil real, que é o Brasil da pobreza, da concentração de renda, da miséria que presenciamos por onde andamos no interior do País, e o outro Brasil, o Brasil da ficção, dos números bonitos, o Brasil da Senadora Ideli Salvatti e do Senador Aloizio Mercadante, o Brasil deste Governo, que defende esta política que não deixa de ser uma política miserável para o nosso País. Essa política representa exatamente a lógica do absurdo, que é a vontade deliberada de frear a economia, o crescimento. Isso importa em geração de renda e diminuição de pobreza. Mas há uma vontade deliberada de frear, na busca desse superávit primário cada vez maior para pagar os juros da dívida. Ou seja, essa política é resultante de uma vontade perversa, assentada exatamente no que chamam de ortodoxia liberal, que busca o crescimento apenas daqueles que trabalham com o capital, exclusivamente; aqueles que não têm a preocupação de gerar riquezas efetivas, de produzir, de abrir uma indústria, de ampliá-la, de gerar empregos. Para esses, que não são os empresários do capital, que são os empresários que produzem efetivamente a riqueza, evidentemente que esse tipo de economia não serve. Esse modelo de macroeconomia – porque dizem eles que o problema da economia brasileira é de microeconomia; mas, não, o problema é da macroeconomia mesmo – serve a quem tem capital, a quem ganha sem suar, sem trabalhar, sem contratar, sem gerenciar, sem colocar o seu dinheiro em risco no empreendimento. Mas aqueles que labutam diariamente, que têm de estar na fábrica de manhã cedo, para esses a economia não serve, muito menos para

os trabalhadores brasileiros. Portanto, presto solidariedade ao pronunciamento de V. Ex^a

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB–GO) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a uns minutos a mais, por favor.

Agradeço-lhe pelo aparte, Senador. V. Ex^a tem toda a razão. Realmente este aparte acrescenta.

Há tantas coisas erradas neste País que levam à exaustão.

Creio que os juros altos viraram unanimidade nacional. Ninguém aguenta mais! Será que o Brasil inteiro está errado e somente a equipe econômica do Governo está certa? Devem ser mais inteligentes que todos os brasileiros, não é? Porque, somente uma estratégia acima da compreensão das pessoas comuns pode explicar essa obsessão por taxas tão magníficas e tão espetaculares.

A inflação já não é mais aquele dragão assustador. O monstro perdeu muito de sua fúria. Mas, vira e mexe, ela serve de bode expiatório para manter os juros na estratosfera. Enquanto isso, os indicadores sociais batem com força na nossa alma, e vem ano, passa ano e não se percebe nada de novo na educação, na saúde etc.

Tudo estagnado!

E vêm as estatísticas que confirmam aquilo que sentimos no dia-a-dia: o sofrimento de nosso povo continua de doer o coração, mas as mãos dos governantes estão atadas, porque os técnicos acham que o tal superávit primário é mais importante do que o leite e o pão na mesa das nossas crianças.

Esse tipo de técnica, esse tipo de inteligência é de uma dureza atroz. Ao final da estratégia, gostaria muito de saber quem vai contar as vidas perdidas pela fome e quem vai se responsabilizar pelos jovens e adolescentes apartados das salas de aula que acorreram às ruas para roubar e matar.

Esperávamos que os atuais governantes fossem ter a atitude revolucionária de marchar contra a maré e modificar o malfeito, mas, nada... Vamos ter que esperar mais...

Mas já não estamos cansados de esperar?

Li outro dia que a produção nacional é pouco competitiva quando disputa uma fatia maior do mercado internacional. Dizem que nosso comércio exterior é irrelevante e equivale a apenas 10% do PIB. Informam que o México, cuja economia equivale à do Estado de São Paulo, exporta duas vezes mais do que o Brasil. E explicam que tudo isso acontece porque quem produz não suporta estes juros amar-

gos, muito menos a pesada carga de impostos e mais os tributos incidentes em cascata. É o que chamam de custo Brasil.

Pois bem, taxas de juros altas serviriam apenas para ajustes de emergência em situações muito especiais. Mas, no Brasil, virou prática permanente, e ninguém desgruda dela. Desse jeito, como competir se o nosso vizinho México trabalha com créditos a 5,5% ao ano, a União Européia a 3,5% e os Estados Unidos a 1,25% ao ano?

Desse jeito, podemos muito bem concluir que os juros altos estão aí porque são o instrumento que mantém os privilégios e os ganhos astronômicos de uma elite muito poderosa, que financia campanhas eleitorais, que indica pessoas-chave para os cargos importantes, que se eterniza nas estruturas de poder independentemente de quem vença os pleitos.

Temos taxas recordes de desemprego, de analfabetismo, de mortalidade infantil, de pobreza, mas é estranho porque ao mesmo tempo os bancos arrancam os maiores lucros de toda a nossa história.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senadora, eu gostaria que V. Ex^a concluísse, por gentileza. Vou dar-lhe mais um minuto.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Obrigada.

Quanto mais os bancos ganham, mais perdem a produção e a renda dos trabalhadores. Não seria, então, o caso de diminuir os gastos com a dívida pública porque a produção continua sacrificada com impostos e com juros altos, enquanto o capital especulativo está protegido e, às vezes, tem até o socorro direto da União quando passa dos limites e quebra?

De janeiro a setembro deste ano, somente duas das maiores instituições financeiras do País tiveram lucro de R\$7,878 bilhões, porque nunca se experimentou um período tão longo de juros elevadíssimos como nesta fase da vida nacional.

Tenho mais algumas observações a fazer sobre os juros, que estão a todos enforcando. Todos estão sentindo essa ansiedade, essa angústia. Às vezes, venho ao microfone e extrapolo o tempo, como fiz agora.

Peço a compreensão de V. Ex^a, Sr. Presidente. Gostaria que meu discurso fosse dado como lido.

Obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. SENADORA IRIS DE ARAÚJO.

Da senadora Iris de Araújo (PMDB-GO).

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores:

Ao participar, anteontem, de um seminário promovido pela Federação das Indústrias de São Paulo, o vice-presidente da República, José Alencar, foi veemente ao criticar as altas dos juros no Brasil. Ao comentar a atual política econômica brasileira, ele se posicionou firmemente contra as decisões do Comitê de Política Monetária – o Copom –, que, semana passada, **até decidiu reduzir a chamada Selic, mas, em apenas meio ponto percentual.**

“Juros altos elevam a dívida pública. São uma irresponsabilidade fiscal” – protestou incisivamente o vice-presidente, completando: ***“Temos construído um déficit que faz crescer a nossa dívida, hoje, em 50% do PIB.”*** Não foi a primeira vez que José Alencar se posicionou claramente contra os juros. Muito menos foi a primeira crítica feita por um membro da própria equipe que hoje ocupa o Palácio do Planalto: **as rugas causadas pela política econômica são antigas e inúmeras.** Como exemplificou recentemente, o embate entre os ministros Antonio Palocci, da Fazenda, e a ministra Dilma Roussef, do Gabinete Civil...

A despeito de toda a crise e tiroteio que continuam a castigar o governo do presidente Lula, o Copom preferiu seguir firme e inabalável na trajetória, que é HISTÓRICA, de apostar nos juros mais altos do mundo enquanto **suposto mecanismo de combate à inflação.** O problema é que a inflação já caiu desde o Plano Real de Fernando Henrique Cardoso, mas os juros nossos de cada dia permanecem lá no patamar mais elevado, provocam **desaquecimento econômico e impõem um freio no consumo.** Isso significa **menos crescimento, menos produção, menos emprego.**

Por mais que nos expliquem, nós - **que não possuímos formação em teoria econômica - continuamos a ver navios.**

- **Porque o agricultor só fala em perdas na atividade.**
- **O industrial reclama da falta de mercado.**
- **E o trabalhador, além do desemprego, tem nos 300 reais o menor salário mínimo do mundo.**

]Só os banqueiros não reclamam...

Os que entendem do assunto falam que o Copom teria margem para fazer algo mais ousado, por meio do corte **de um ponto percentual.** Dizem que isso **não afetaria** a inflação futura e daria mais vigor à economia - em especial às vendas de fim de ano: **o que significaria mais trabalho e mais renda para o povo.**

Mas os técnicos do Banco Central estão com os ouvidos moucos: eles não costumam ouvir a voz de quem está na lida diária da economia. O que vale é o gráfico e a projeção tendo em vista uma meta de inflação estabelecida. Enquanto isso, de acordo com o IBGE, a produção da indústria fechou o terceiro trimestre deste ano COM QUEDA DE 0,7%.

Não seria, Senhor Presidente, culpa dos juros agressivos?

No ritmo da análise crua, vamos ser mais diretos e concluir que este corte de meio ponto foi, na verdade,

DECEPCIONANTE.

Para manter o equilíbrio, vamos analisar as duas faces da moeda. Indo no argumento do Banco Central, **que mal faria um corte um pouquinho maior, se os efeitos da política de juros sobre os preços demoram até seis meses para serem percebidos????** Ou seja: uma mudança mais profunda no juro agora teria influência somente na inflação de 2006.

Indo no argumento do setor produtivo, a gente pode concluir que as expectativas foram frustradas. E o segmento tem toda a razão para se chatear, porque o Brasil necessita como nunca de investimentos internos que gerem crescimento econômico e distribuição da renda nacional — que, sempre é bom destacar, **permanece uma das mais concentradas do mundo.**

HÁ TANTAS COISAS ERRADAS NESTE PAÍS QUE LEVAM À EXAUSTÃO!!

Creio que os juros altos viraram unanimidade nacional: **ninguém agüenta mais.**

Será que o BRASIL INTEIRO está errado e somente a equipe econômica do governo está certa? Devem ser mais inteligentes que todos os brasileiros, não é?!... Porque, somente uma estratégia acima da compreensão das pessoas comuns pode explicar esta obsessão por taxas tão magníficas e espetaculares!

A inflação já não é mais aquele dragão assustador. O monstro perdeu muito de sua fúria. Mas, vira e mexe, ela serve de bode expiatório para manter os juros na estratosfera. Enquanto isso, os indicadores sociais batem com força na nossa alma e vem ano, passa ano, não se percebe nada de novo na educação, na saúde etc...

TUDO ESTAGNADO!

E vêm as estatísticas que confirmam aquilo que sentimos no dia-a-dia: **o sofrimento de nosso povo continua de doer o coração mas as mãos dos governantes estão atadas porque os técnicos acham que o tal de superávit primário é mais importante do que o leite e o pão na mesa das nossas crianças.**

Este tipo de técnica, este tipo de inteligência é de uma dureza atroz. Ao final da estratégia, gostaria muito de saber quem vai contar as vidas perdidas pela fome e

quem vai se responsabilizar pelos jovens e adolescentes apartados das salas de aula que acorreram às ruas para roubar e matar.

Esperávamos que os atuais governantes fossem ter a atitude revolucionária de marchar contra a maré e modificar o mal-feito, mas, nada... Vamos ter que esperar mais...

Mas já não estamos cansados demais de esperar?

Li outro dia que a produção nacional é pouco competitiva quando disputa uma fatia maior do mercado internacional. Dizem que nosso comércio exterior é irrelevante e equivale a apenas 10% do PIB. Informam que o México, cuja economia equivale ao Estado de São Paulo, exporta duas vezes mais do que o Brasil. E aí, explicam que tudo isso acontece porque quem produz não suporta estes juros amargos, muito menos a pesada carga de impostos e mais os tributos incidentes em cascata. É o que chamam de "custo Brasil".

Pois bem, taxas de juros altas serviriam apenas para ajustes de emergência em situações muito especiais. Mas, no Brasil, virou prática permanente e ninguém desgruda dela. Deste jeito, como competir?? Se o nosso vizinho México trabalha com créditos a 5,5% ao ano? E a União Européia, a 3,5%? E os Estados Unidos, a 1,25% ao ano?

Deste jeito, podemos muito bem concluir que os juros altos estão aí porque são o instrumento que mantém os privilégios e os

ganhos astronômicos de uma elite muito poderosa, que financia campanhas eleitorais, que indica pessoas chaves para os cargos importantes, que se eterniza nas estruturas de poder independente de quem vença os pleitos!

Temos TAXAS RECORDES de desemprego, de analfabetismo, de mortalidade infantil, de pobreza. Mas, é estranho: ao mesmo tempo os bancos arrancam os maiores lucros de toda a nossa história!

Quanto mais os bancos ganham, mais perdem a produção e a renda dos trabalhadores. Não seria, então, o caso de diminuir os gastos com a dívida pública? Porque a produção continua sacrificada com impostos e juros altos, enquanto o capital especulativo está protegido e, às vezes, tem até o socorro direto da União quando passa dos limites e quebra.

De janeiro a setembro deste ano, SOMENTE DUAS das maiores instituições financeiras do País tiveram lucro de R\$ 7,878 bilhões. São os maiores ganhos de toda a sua existência. Por que isso justamente agora? Elementar... Porque nunca se experimentou um período tão longo de juros elevadíssimos como nesta fase da vida nacional.

Portanto, Senhoras e Senhores Senadores, é preciso **expressar este clamor nacional por juros baixos**, mas é sobretudo necessário que resulte em iniciativas e movimentos concretos do setor produtivo para que as taxas sejam reduzidas a patamares civilizados junto a outras medidas de fundo - como o alongamento da dívida.

É urgente, sim, redirecionar a atividade do capital financeiro para que este possa, como no passado, funcionar como indutor da produção, impulsionando o crescimento através de aportes de recursos à agricultura, à indústria, ao comércio.

O dinheiro dos bancos deve servir para financiar bons projetos de desenvolvimento e não para alimentar esta cadeia sem fim de especulações que forma o chamado capital volátil que patrocina um verdadeiro assalto ao Brasil.

É inadiável que os lucros acumulados pelos bancos durante estas últimas décadas tão generosas, agora se voltem para o bem da sociedade e do Brasil - financiando principalmente as micro e pequenas empresas que são fontes inesgotáveis de milhares de empregos.

Por fim: com juros civilizados, podemos imaginar o aumento do consumo - incluindo os de bens duráveis que, certamente, servirão de suporte para incrementar a indústria que anda tão em baixa.

Os juros elevados são os maiores responsáveis pela alta taxa de desemprego do Brasil. É imperativo que sejam regulamentados de acordo com a nossa Constituição ao estabelecer que não podem ser maiores que 12% ao ano.

Vamos **INVERTER** a lógica dos tecnocratas: ao invés de taxas elevadas, **JUROS BAIXOS**. Ao invés de freio no consumo, **INCENTIVO AO CRESCIMENTO**. Ao invés de despejar somas milionárias nos serviços da dívida, vamos direcioná-las para a produção!

É por aí que começa a construção de um Brasil grande. Um Brasil de progresso. Um Brasil de trabalho e de justiça!

Era o que tinha a dizer. Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Exª será atendida.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição pela Liderança da Bancada do PTB.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero me inscrever pela Liderança do PSDB após o Ordem do Dia.

A autorização vai ser entregue a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Mesa aguarda.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com muita tristeza, trago a notícia do falecimento de Oscar Dias Corrêa.

Entrego à Mesa requerimento de pesar também subscrito pelo nosso colega Senador Marco Maciel, lamentando a morte de Oscar Dias Corrêa, mineiro, natural de Itaúna, que, entre outros cargos, ocupou o de Ministro da Justiça do Governo José Sarney, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Deputado Federal por Minas Gerais, Deputado Estadual, membro da Academia Brasileira de Letras, autor de diversos tratados, trabalhos e livros. Nesta quinta-feira, ele estaria lançando o livro **Viagem com Dante**.

Trago esta notícia ao Plenário, a V. Exª, às Srs e aos Srs. Senadores, entregando requerimento de pesar pelo falecimento de Oscar Dias Corrêa para que seja manifestado à sua família, à sua viúva e ao seu filho Oscar Dias Corrêa, também ex-Deputado Federal.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Eduardo Azeredo, nesse sentido, há outros requerimentos na mesa. A Mesa recebe o requerimento de V. Exª e o encaminhará.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.382, DE 2005

Requeiro, nos termos do inciso II art. 218 do Regimento Interno, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Acadêmico Mineiro Oscar Dias Corrêa, ex-deputado federal ocorrido dia 29 de novembro de 2005.

Justificação

O Brasil contou, até esta quarta-feira com a presença entre nós de um dos maiores expoentes de nossa história literária que, ao deixar nosso convívio, nos legou obra inestimável, membro da Academia Brasileira de Letras onde ficou por 16 anos, mesmo doente já há alguns anos, Oscar Dias Corrêa continuava mantendo sua produção literária, ele lançaria nesta quinta-feira seu livro “Viagem com Dante”.

Natural de Itaúna em 1º de fevereiro de 1921, em Minas Gerais, filho de Manuel Dias Corrêa e de Maria da Fonseca Corrêa, este ilustre mineiro contribuiu enormemente para o desenvolvimento do País como professor, político, magistrado, ensaísta e romancista, Corrêa foi entre outros cargos, ministro da Justiça no governo José Sarney e ministro do Supremo Tribunal Federal.

O Acadêmico Oscar Corrêa, como era conhecido pelos seus inúmeros alunos, colaboradores e admiradores, graduou-se em Direito pela UFMG, foi promotor na cidade de Diamantina e retornou a Belo Horizonte, atuando na UFMG como Professor de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito, Professor de Administração Pública da Faculdade de Ciências Econômicas e pró-reitor de Planejamento, com relevante contribuição para a reforma universitária.

Em 1947, assumiu o mandato de deputado à Assembleia Legislativa do Estado reelegendo-se para a legislatura seguinte (1951-1955). Eleito deputado federal em 1955, participou ativamente das atividades parlamentares, destacando-se nos trabalhos legislativos como a elaboração e reforma da Lei Eleitoral e da Lei dos Partidos a convite do Presidente Castelo Branco e do Ministro Milton Campos, foi parlamentar imprescindível na Comissão Elaboradora do Ante-Projeto de Constituição do Estado do Rio de Janeiro e do Ante-projeto de Constituição do Brasil.

Faço na realidade, eminentes pares, uma breve síntese do que foi a vida de tão ilustre mineiro, que legou ao Brasil, em suas obras, inesgotável fonte de conhecimento para todos os seres humanos. Sua obra

compreende ensaios, críticas, romance, além de obras jurídicas tais como:

Aspectos da racionalização econômica (1949); Economia política – Introdução – Conceitos fundamentais (1951); Introdução crítica à economia política (1957); Economia política (tradução de *Economie Politique*, de Henri Guitton), 4 vols. (1959); A Constituição de 1967 – Contribuição crítica (1968); Brasília, romance (1968); A Constituição da República Federativa do Brasil – EC nº 1/69, observações e notas (1969); A defesa do Estado de Direito e a emergência constitucional (1978); Vultos e retratos (1985); A crise da Constituição, a Constituinte e o Supremo Tribunal Federal (1986); Manoel Dias Corrêa, um brasileiro nascido em Portugal (1987); Vozes de Minas – Bilac Pinto, Haroldo Valladão, Milton Campos (1988); O Supremo Tribunal Federal, corte constitucional do Brasil (1988); Discurso de posse na ABL – Manoel Antônio de Almeida, Inglês de Sousa, Xavier Marques, Menotti del Picchia (1990); A Constituição de 1988 – contribuição crítica (1991); O sistema político-econômico do futuro: o societarismo (1994); Poemas, em colaboração (1995).

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2005. – Senador **Eduardo Azeredo** – Senador **Marco Maciel**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mão Santa, PMDB, Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente João Alberto Souza, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a ficará na segunda suplência. Há três inscritos.

Com a palavra, o Senador Sérgio Zambiasi, PTB, Rio Grande do Sul. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Paulo Paim, em permuta com o Senador Cristovam Buarque.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 30 de novembro de 1985, os Presidente do Brasil, José Sarney, e da Argentina, Raul Alfonsín, assinaram a Declaração de

Iguaçu, entre os dois países, marco inicial do processo de construção do Mercosul.

Hoje, ao assinar o Compromisso de Puerto Iguaçu, na Argentina, os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner reafirmam a parceria estratégica entre os dois países, fundamental para a integração da região.

Passados vinte anos, o gesto dos atuais Presidentes, além de render homenagem aos seus antecessores, atesta o sucesso na construção de laços de amizade e de cooperação reais, que ultrapassam os campos econômico e político e avançam para as relações humanas.

Exemplo disso é a assinatura, durante o encontro, de acordos bilaterais nas áreas de migração e cooperação fronteiriça, no âmbito da segurança e saúde dos trabalhadores e da saúde da população, além de outros acordos nas áreas de energia, agricultura, telecomunicações, transporte, esportes e cultura.

É importante destacar a assinatura, em especial, de dois acordos voltados para a circulação de pessoas, que retiram os cidadãos argentinos e brasileiros, muitas vezes, de uma situação de ilegalidade e estimulam o intercâmbio profissional e a cooperação para o desenvolvimento urbano nas áreas de fronteira.

Um dos acordos, já existente no âmbito do Mercosul, mas ainda não internalizado pelo conjunto dos países, e que agora passa a vigorar no âmbito dos dois países, permite a concessão de residência e vistos temporários para os cidadãos argentinos e brasileiros.

Outro acordo da maior importância é a criação de um Documento de trânsito vicinal fronteiriço, que garantirá aos seus portadores, nas faixas de fronteira, direitos básicos, como: acesso ao trabalho, educação, saúde, e benefício de regime de comércio. Esta modalidade de acordo bilateral já é uma realidade na fronteira do Brasil com o Uruguai, onde o Documento Especial de Fronteiriço também concede, desde 2003, aos residentes das localidades fronteiriças – no caso, em uma faixa de 20 quilômetros – permissão para residir, trabalhar ou estudar na cidade vinculada.

Esse acordo em particular, agora ampliado para a fronteira do Brasil com a Argentina, é uma das mais vivas e profundas experiências da integração regional, funcionando, na verdade, como uma espécie de laboratório real para a gestão do processo de integração do Mercosul e da América Latina.

Diante desse novo acordo, é importante destacar o papel das comissões parlamentares conjuntas do Mercosul, de ambos os países, que têm o compromisso de agilizar a tramitação e a aprovação legal desta e de outras iniciativas fundamentais, para a vida dos cidadãos mercosulinos.

Nesse sentido, destacamos o alto índice de aprovação, pelo Congresso Nacional brasileiro das matérias referentes ao Mercosul, que já aprovou 33 normas de um total de 80 acordos encaminhados à Casa desde a criação do Mercosul, em 1991. Das demais, algumas não foram encaminhadas pelo Executivo e outras estão tramitando no Congresso Nacional ou não necessitam da aprovação parlamentar.

A ampliação das relações bilaterais entre Brasil e Argentina, por outro lado, impõe que o Parlamento do Mercosul passe a existir de forma plena, o que está previsto acontecer a partir do final de 2006, com a sua instalação e funcionamento em Montevideu, inicialmente, com a participação de 18 Parlamentares de cada um dos Países-Membros.

Em 8 de novembro passado, na cidade de Montevideu, entregamos à Presidência **Pro Tempore** do Mercosul o Projeto de Protocolo Constitutivo do Parlamento Regional, que deverá ser encaminhado para consideração do Conselho do Mercado Comum e assinatura dos Presidentes dos Estados Parte do Bloco, por ocasião da Cúpula Presidencial, no próximo dia 09 de dezembro, na capital uruguaia.

A decisão do Brasil e da Argentina de aprofundar as relações de cooperação bilateral tem uma dimensão histórica que, como já dissemos, transcende os aspectos econômicos, políticos e diplomáticos, significando, para nós, um passo fundamental na retomada de relações que um dia, no passado, foram muito estreitas.

A linha de fronteira, com suas regras e restrições, um dia não existiu, e naquela região conviviam cidadãos com idioma, costumes e valores comuns que, por imposições de ordem legal e política, acabaram separados, até mesmo no seio de suas famílias.

Hoje, o que estamos fazendo, mesmo com dificuldades, que buscamos superar no dia-a-dia, é, em verdade, devolver aos povos das nossas fronteiras, particularmente do Sul do País, uma condição de unidade perdida, fundamental não apenas para os cidadãos daquelas regiões, mas para todos os cidadãos da América Latina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim, PT, Rio Grande do Sul.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Tenho certeza de que com franco apoio do Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Apresentamos à deliberação deste Plenário um requerimento de voto de aplauso ao Exm^o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, porque, a partir da iniciativa de S. Ex^a, foi encaminhado – e a Unesco acaba de aprovar – solicitação no sentido do reconhecimento do Samba de Roda do Recôncavo Baiano como patrimônio imaterial da humanidade.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Mesa recebe o requerimento de V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Se V. Ex^a me permitir ainda mais um minuto...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Na sexta-feira desta semana, comemora-se o Dia Nacional do Samba. Penso, pois, que nada melhor do que comemorarmos essa manifestação cultural tão importante do povo brasileiro, principalmente pela marca afro-descendente que ela tem, agora reconhecida como pela Unesco como patrimônio imaterial da humanidade.

Portanto, é por isso que estamos encaminhando o aludido requerimento, deixando o registro não só da ação do Ministro Gilberto Gil, pelo reconhecimento da Unesco, mas e fundamentalmente – e aí tenho certeza de que terei amplo apoio do Senador Paulo Paim – pelo reconhecimento internacional da cultura dessa parcela significativa da população, que, aqui no Brasil, tendo sido submetida por mais de três séculos à condição de escravidão, ainda não tem a sua emancipação integral, por conta mesmo das condições sociais a que boa parcela da população afro-descendente está submetida ainda, infelizmente, no nosso País.

Todavia, o reconhecimento da sua cultura, das suas manifestações culturais, como agora se fez pela

Unesco, é muito importante para o Brasil e para todos aqueles que defendem uma sociedade igualitária, justa, fraterna, sem discriminação e que valoriza a cultura de cada uma das parcelas que compõem o povo brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO 1.383, DE 2005

Requeiro, nos termos da lei, voto de aplauso para o Exmº Ministro de Estado da Cultura, Gilberto Gil, pela proclamação do Samba de Roda do Brasil, do Recôncavo Baiano, como Obra-prima do Patrimônio Imaterial da Humanidade pela Unesco, dia 25 passado, em Paris.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2005.
– Senadora **Ideli Salvatti**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

REQUERIMENTO Nº 1.384, DE 2005

Requer voto de aplauso aos jornalistas Gerson Camarotti e Bernardo de La Peña, pelo lançamento do livro “Memorial do Escândalo”.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, voto de aplauso aos jornalistas Gerson Camarotti e Bernardo de La Peña, pelo lançamento do livro “Memorial do Escândalo”.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento dos homenageados e à Editora Geração Editorial.

Justificação

O livro “Memorial do Escândalo”, lançado ontem, dia 29 de novembro, em Brasília e no Rio de Janeiro, mostra, em texto claro e objetivo, os bastidores da crise e da corrupção implantadas no Brasil no Governo Lula. Com apresentação dos jornalistas Helena Chagas e Ancelmo Góis, a obra é uma contribuição ao esclarecimento dos fatos e denúncias que inundaram o Brasil da atualidade, a partir da prática de corrupção no seio do Governo Lula. Por isso, os autores merecem o voto de aplauso que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2005.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.385, DE 2005

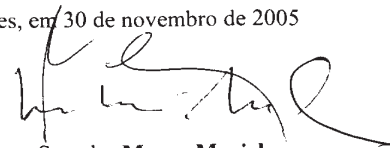
Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento da Senhora Adélia Cecília Menezes Naves, esposa do Ministro Nilson Naves, do STJ, ocorrido no dia 30 de novembro deste ano:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família; e
- c) apresentação de condolências ao STJ, do qual era servidora.

Justificação

A Srª Adélia Cecília Menezes Naves, casada com o Ministro Nilson Naves, ex-presidente e membro do STJ, faleceu vítima de trágico acidente automobilístico em Brasília. Deixou, além do marido, dois filhos: Guilherme e Pedro Henrique Menezes Naves. Radicada em Brasília há décadas, seu passamento deixou grande contristamento, mercê do prestígio e das relações de amizade de que a família desfrutava.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 2005


Senador **Marco Maciel**




O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQERIMENTO Nº 1.386, DE 2005

Requer ao Ministro da Saúde informações sobre programas educativos de prevenção da Aids entre a população negra.

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Ministro da Saúde, informações sobre a existência, em âmbito nacional, de programas educativos para prevenção da Aids entre a população negra, que sena o segmento em que é maior o avanço da moléstia, segundo levantamentos de entidades nacionais, como a ONG “Crio-la”, do Rio de Janeiro.

Justificação

O jornal **Folha de S.Paulo** publica, em sua edição do dia 30 de novembro de 2005, matéria bem fundamentada sobre o problema da disseminação da Aids e suas conseqüências entre a população negra do País. Esse segmento sena o de maior concentração da moléstia, pelo que formulo este requerimento para obter do Ministério da Saúde informações sobre eventuais programas para reduzir essa incidência que, segundo entidades respeitáveis, acompanhada o caminho da desigualdade.

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta. No caso em teia, estou solicitando esclarecimentos diante das informações veiculadas pelo jornal, para que esta Casa fique inteirada se há, em nível nacional, mecanismos e programas de prevenção da Aids entre as populações negras.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2005.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.387, DE 2005

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 2001, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Justiça, para que este providencie, no estrito termo do prazo constitucional, junto aos órgãos competentes, a seguinte informação com os documentos comprobatórios:

– Custo para o Ministério da troca de turbina do avião do Sr. João Arcanjo Ribeiro, assim como a atual situação do referido avião e se o custo está sendo cobrado de quem de direito.

Justificação

A imprensa brasileira registrou que teria ocorrido reforma no avião do Sr. João Arcanjo Ribeiro às custas do Erário e que o citado avião já não estaria mais em poder da administração pública. Ora, tal ação, se comprovada, caracteriza violação não somente da ética na administração pública, bem como de dispositivos legais atualmente em vigor. Portanto, tal dúvida levantada pela imprensa não pode pairar sobre tão importante autoridade do Governo Federal tomando-se essencial, a fim de que esta Casa tome as providências legais necessárias.

Destarte, o presente requerimento enquadra-se perfeitamente nas competências constitucionais do Senado Federal dentro de sua inalienável e indelegável obrigação de fiscalizar as ações do Poder Executivo Federal, a fim de resguardar os interesses nacionais. Portanto, é essencial que se obtenha, no tempo mais curto possível, a resposta às informações solicitadas, a fim de que não parem dúvidas sobre o bom uso dos recursos públicos.

Sala da Sessão, 30 de novembro de 2005. – Senador **Antero Paes de Barros**.

(À mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Paulo Paim, por dez minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Aproveito para cumprimentá-la, Senadora Ideli Salvatti, pela iniciativa, e me sinto também signatário deste voto de louvor encaminhado à Mesa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não foram poucas as vezes que vim à tribuna demonstrar a minha preocupação com a educação do povo brasileiro, principalmente quanto à situação das nossas crianças. Neste caso específico, vou discorrer sobre um projeto de minha autoria, o de nº 298, de 2003, que trata da creche para as crianças, no meio urbano, de zero a seis anos.

Sr. Presidente, em sintonia com este sentimento, que é de todos nós, o Senado já aprovou, com o objetivo de garantir o atendimento às crianças de zero a seis anos de idade, a Proposta de Emenda Constitucional – PEC nº 40, de 2000, de autoria da Senadora Heloísa Helena. A referida PEC, aprovada aqui por unanimidade, dispõe sobre “a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade”.

Sr. Presidente, não obstante isso, queremos entender a obrigação do atendimento supracitado aos filhos de trabalhadores da iniciativa privada, sendo imperativo que esse setor da nossa sociedade também se comprometa com esses pequeninos que, com certeza, serão os dirigentes do nosso País no futuro.

Logo concederei um aparte a V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena. O projeto de lei que apresento é um Projeto de Lei Complementar ao art. 7º da Constituição Federal, que vai pela linha da sua proposta de emenda à Constituição.

Ouçó o aparte de V. Ex^a.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – O aparte é só para saudar V. Ex^a pela sua preocupação, Senador Paulo Paim, com a questão da desatenção às crianças de zero a seis anos, o que é uma coisa realmente muito grave. Como V. Ex^a sabe, a Senadora Patrícia Saboya Gomes, a Senadora Lúcia Vânia, a Senadora Iris de Araújo e eu acabamos nos dedicando mais às crianças da faixa etária de zero a seis anos. De zero a três anos – e eu disse isso até na audiência com o Ministro Palocci – é justamente o momento, a faixa etária em que as conexões neurológicas são feitas. Portanto, é ali que se define o potencial de inteligência de uma pessoa.

Isso é extremamente importante. É a faixa etária em que a criança está mais fragilizada em sua estrutura anátomo-fisiológica – a impossibilidade de definir risco, a violência doméstica, a violência nas ruas. Assim, não possibilitar que a criança tenha, na faixa de zero a seis anos, um atendimento integral, público e gratuito é realmente um crime contra as futuras gerações. Está provado, como V. Ex^a sabe, como essa atenção com a educação infantil possibilita o aprimoramento, inclusive em outras fases do ensino fundamental. A criança que recebe atenção na faixa de zero a seis anos tem seus índices de repetência e de evasão escolar diminuídos, e tem garantido um melhor aproveitamento na fase do ensino fundamental. Portanto, quero saudá-lo pelo seu pronunciamento. É um vexame a execução orçamentária pífia, medíocre que a União previu para a faixa etária de zero a seis anos. Ainda estamos na luta pela introdução no Fundeb. Apesar das notícias que foram dadas ontem pelo Ministro da Fazenda, ainda é insignificante diante do montante de crianças que tem de ser atendido. Portanto, eu não poderia deixar de fazer um aparte para saudar V. Ex^a, por sua preocupação e pelo seu projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senadora Heloísa Helena.

Na abertura do meu discurso, fiz questão de citar a PEC nº 40, de 2000, da autoria de V. Ex^a, pela sua amplitude. O meu projeto, que é posterior ao de V. Ex^a – porque o meu é de 2003 –, simplesmente regulamenta o que manda a Constituição Federal relativamente às empresas, ou seja, que em cada empresa tenha lá uma creche para os respectivos trabalhadores para crianças de zero a seis anos.

Nesse mesmo sentido e preocupado com milhares de mães e pais trabalhadores deste País, apresentei um Projeto de Lei Complementar – PLS nº 298, de 2003 – que garante assistência gratuita aos filhos e dependentes de trabalhadores urbanos e rurais desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas.

Segundo pesquisas que vêm confirmar o que dizia a Senadora Heloísa Helena, dos treze milhões de crianças brasileiras na faixa etária de zero a três anos – exatamente o que S. Ex^a dizia –, apenas 11,7% têm acesso às creches e, ainda, somente 6% recebem atendimento público.

Não podemos manter essa estatística. Acredito, Sr. Presidente, que um país que investe na educação é um país que acredita no potencial do seu povo e na importante dimensão política do processo educativo. Não devemos apenas conceber a educação como direito fundamental de todas as pessoas, mas como

uma estratégia essencial para a superação do subdesenvolvimento de todo um povo.

Investir em educação é adquirir um passaporte para um futuro mais próspero e, com certeza, mais igualitário.

Não restam dúvidas de que o Governo Federal, na forma como consta da PEC nº 40/2000, deverá investir e assistir o filho do trabalhador com idade de zero a seis anos, mas também que esse investimento recaia sobre a iniciativa privada como reza o projeto que ora estamos a comentar, ainda de 2003.

Sr. Presidente, chamamos a atenção de todos os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras para isso. A Constituição Federal, no seu art. 7º, inciso XXV, assegura assistência gratuita em creches e pré-escolas aos filhos e dependentes dos trabalhadores, desde o nascimento até seis anos. Por isso, Sr. Presidente, eu falava que o nosso é um projeto de lei complementar.

Este projeto tem por finalidade regulamentar esse dispositivo constitucional da Carta Magna, que tive a alegria de ajudar a escrever ainda em 1988.

Sr. Presidente, volto a dizer: o dever de prestar educação às crianças de zero a seis anos de idade não é exclusivo do Estado, mas dos demais segmentos da sociedade. Esse é um típico caso de dever concorrente, do Estado e da empresa.

O PLS nº 298/2003, depois de aprovado por unanimidade na Comissão de Educação, encontra-se na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cujo Presidente é o Senador Cristovam Buarque, que me cedeu o espaço para esta fala neste momento. Tenho orgulho de ser seu Vice-Presidente. A Relatora do projeto naquela Comissão é a Senadora Lúcia Vânia, que, segundo conversa que já tivemos, dará seu parecer favorável. Conforme a disposição do Senador Cristovam Buarque, a matéria poderá ser votada já na próxima semana.

Sr. Presidente, nesse sentido, mais uma vez, conclamo a todos os Senadores e Senadoras que vejam o alcance dessa proposta. Essa proposta não é minha, pois se trata de proposta de lei complementar: é dos Constituintes de 1988. E aí vamos caminhar juntos, para permitir, na mesma linha do projeto, ou seja, da PEC da Senadora Heloísa Helena, que todas as crianças de zero a seis anos, nessa parceria entre iniciativa privada e Estado, tenham a devida assistência.

Sr. Presidente, para concluir, quero dizer a esta Casa que, hoje, na Comissão de Educação, fiz um apelo ao Senador Cristovam Buarque. S. Ex^a acatou o apelo de que façamos um grande movimento aqui para discutir a questão da dependência química. Estou muito preocupado. Disse lá e vou repetir aqui – sei que isso vai lá para o meu Rio Grande: só sentimos o peso da gravidade dessa situação quando ela bate às

portas da nossa família. A nossa família – em seguida, ouvirei seu comentário, Senadora Heloísa Helena – é composta de dez irmãos. Não vou entrar aqui no laço de parentesco, mas temos já dois casos e somente agora estamos percebendo a gravidade do fato.

Como dizia hoje de manhã, de forma direta ou indireta, Senador Cristovam Buarque, que acaba de chegar, acredito que esse problema atinja todas famílias neste País. É filho agredindo pai e mãe, vendendo o que tem dentro de casa e indo no caminho da morte. A dependência química é o caminho da morte.

Por isso, o Senador Cristovam Buarque foi muito feliz na forma como V. Ex^a resolveu encaminhar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Nobre Senador, lembro que o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, este minuto que ainda tenho cedo-o à Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Mesmo porque é um assunto muito importante, Senador Paulo Paim, conforme informação de V. Ex^a e do Senador Cristovam Buarque. Entendo que o tratamento das drogas psicotrópicas não é um tratamento qualquer, inclusive da bebida alcoólica...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Inclusive...

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – ...que é uma droga psicotrópica, socialmente aceita e irresponsavelmente estimulada pelos meios de comunicação e pela publicidade, porque o Governo não tem a coragem de fazer esse enfrentamento. E há ainda as outras drogas que são mais vinculadas ao preconceito. Então, não é uma coisa qualquer. Associe-me, portanto, a V. Ex^a. Quero ser parte desse movimento. Um importante projeto, ainda do Deputado Eduardo Jorge, tramitava. Tenho pensado muito nisso, tenho algumas propostas importantes sobre esse tema e quero ser parte desse movimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena.

Sei que o Senador Cristovam Buarque gostaria de fazer um aparte, e combinamos de visitar hoje, por sugestão de S. Ex^a, o Presidente Renan Calheiros, para ver o que o Senado da República pode fazer. Unindo tudo o que há na Casa, no Executivo e, quem sabe, no Judiciário, poderíamos realizar um grande debate

sobre essa questão, que, no meu entendimento, está atingindo todas as famílias; se ainda não atinge, vai atingir, e é alarmante e desesperador!

O pior foi quando me perguntaram, como Senador da República, qual seria a saída, e eu não tive resposta. E, aí, passei a querer dividir com os Senadores caminhos para salvar a nossa juventude.

Obrigado, Senadora. Obrigado, Senador.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto de Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, do PFL da Bahia.

Em seguida, usará da palavra o Senador Antero Paes de Barros. Logo após, fará seu pronunciamento a Senadora Ana Júlia Carepa.

O Senador Rodolpho Tourinho dispõe de até dez minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o IBGE anunciou uma queda de 1,2% no PIB deste terceiro trimestre de 2005 em relação ao segundo trimestre deste ano.

Destaco dois pontos que considero importantes para essa análise. Existem várias formas de se analisar essa queda: uma delas seria queda de investimento, o que seguramente ocorreu num ritmo menor do que o do mesmo período do ano passado e o do trimestre anterior. Isso também pode ser atribuído ao não cumprimento do próprio Orçamento público.

Há também as taxas de juros altas e o efeito acumulado disso, que é praticado no País há muito tempo. Outras considerações ainda poderiam ser levadas em conta, como o efeito da crise política sobre a redução do PIB. Esse até eu questiono um pouco, porque, se houvesse o efeito, que teria começado em julho, no início do terceiro trimestre, com o início da crise política, o efeito imediato seria maior em relação à taxa de câmbio, à Bolsa de Valores e ao próprio dólar – mais até ao dólar e à Bolsa do que efetivamente à taxa de câmbio. Isso não ocorreu.

No entanto, o que me chamou a atenção, o assunto que, como disse, eu queria pinçar para tratar hoje aqui, foi o crescimento menor das exportações. Houve um crescimento menor das exportações neste trimestre em relação ao segundo trimestre. Neste trimestre, o crescimento foi de 1,8%, quando, no trimestre anterior, as exportações tinham crescido 2,6%.

Considero extremamente importante ainda a queda do PIB agropecuário, que foi da ordem de 3,4%, sobretudo quando se analisa a queda da produção de laranja, de 2,6%; do trigo, de 11%; do café, de 11,8%. Relaciono, portanto, exatamente a questão da exportação com a da queda do PIB agropecuário, desta-

cando a importância da exportação no crescimento do nosso PIB.

Evidentemente, a queda da produção industrial pesou mais do que a queda do PIB agropecuário, pela própria proporção que eles têm na composição do PIB global. E, ao chamar a atenção para essa questão das exportações, mais uma vez, abordo um assunto aqui que vem sendo tratado, eu diria, rotineiramente por vários Senadores. É tratado pelo Senador Flexa Ribeiro, quando defende a questão, em relação ao Pará, da Lei Kandir, de todo esse problema que ocorre, do baixo nível de restituição que está havendo em relação a essa questão. Quero lembrar que, ao longo dos últimos anos, esses meses de novembro e dezembro têm sido constantemente um tormento para a maioria dos Estados exportadores brasileiros e para seus Governadores, porque é nesse período que se elabora o Orçamento Geral da União para o exercício subsequente e que se define a questão da Lei Kandir. É esse o motivo de maior aflição, e penso que continuará sendo durante muito tempo.

Aliás, quero ressaltar que, com muita satisfação, vi a posição dura do Presidente Renan Calheiros, no **Jornal do Senado** de hoje, sobre um pleito encaminhado pelo Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, para que o Governo Federal cumpra a sua obrigação relativamente aos limites da Lei Kandir. O Presidente Renan Calheiros teria declarado que está firmemente engajado na reivindicação dos Estados exportadores.

Considero importante essa posição do Presidente da Casa, tendo em vista uma série de desencontros que há muito existem em relação aos Estados e ao Governo Federal. Como eu disse anteriormente, trata-se de um impasse que ocorre há anos em relação às perdas da desoneração do ICMS, que deveriam ser repostas em parte pela União.

Com o advento da Lei Complementar nº 87, de 1996, a famosa Lei Kandir, os Estados foram compelidos, para atender a diretrizes políticas e econômicas do País, a desonerar parte substancial de sua base tributável, representada pelas exportações de produtos primários e semi-elaborados.

Naturalmente, com a implantação da Lei Kandir, o novo modelo tributário por ela instituído provocou grave impacto na receita do ICMS, com perdas significativas para as Unidades Federadas.

Durante os exercícios de 1996 a 1999, o seguro-receita – mecanismo utilizado para compensar os Estados – funcionou ainda a contento. A partir de 2000, foi criado um fundo orçamentário, em substituição àquele seguro-receita, com recursos distribuídos com percentuais fixos.

No entanto, no período de 1996 a 2005, o montante acumulado de perdas foi de aproximadamente R\$130 bilhões para os Estados. Abatidas as perdas, que foram repostas, isso atingiria cerca de R\$86 bilhões.

Além disso, como se o volume de perdas não bastasse, o percentual de ressarcimento da União para os Estados vem decrescendo substancialmente nos últimos três anos. De 1997 a 2002, esse percentual oscilou entre 47% e 55%. Ou seja, daquilo que foi exportado, daquilo que os Estados teriam direito a ressarcimento, eles foram ressarcidos em torno de 47% a 55%.

Todavia, a crise se agrava – e se agravou a partir dos últimos três anos – com a expansão das exportações. É evidente que o País está interessado nas exportações: há geração de empregos, crescimento da renda, enfim, uma série de benefícios para o País como um todo. Porém, tais benefícios trazem um ônus, no fim, para os Estados. Com um ressarcimento menor, essa crise só fez se agravar, porque, daqueles 47% a 55%, passamos agora para um nível de ressarcimento em torno de 29%, em 2003, que caiu agora para cerca de 20% nesses dois últimos anos.

Esse é um problema muito sério. Tenho dito sempre que essa questão das exportações é extremamente importante nos Estados, até pela falta de sensibilidade – eu diria – programada dos Secretários de Fazenda em relação a esse ponto. Fui Secretário de Fazenda durante oito anos e sei, exatamente, qual a sensação dos Secretários hoje em lidar com os exportadores. Normalmente, aquilo que é tão importante para o País não tem a mesma importância para os Estados, porque eles não geram nenhuma receita; ao contrário, eles são consumidores de investimentos que os Estados têm que fazer, seja na área de infra-estrutura, seja – como ocorre atualmente – na questão do ressarcimento dos créditos que são concedidos.

Neste momento, é preciso haver uma união de objetivos dos Estados com o País, porque, no fundo, o País nada mais é do que a soma dos seus Estados. Essa questão afeta também os Municípios. Queria chamar a atenção para esse ponto.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador Flexa Ribeiro, que tem defendido muito essa posição, até pelos problemas enormes que tem o seu Estado, o Pará.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Rodolpho Tourinho, não quero tomar tempo de seu pronunciamento, até porque ele é brilhante. Pela competência de V. Ex^a na área de economia e pela forma didática como está expondo o problema, não haveria necessidade de aparte. É realmente tudo isso que V. Ex^a expressou com os números. Quero só fazer uma

observação de cunho político. Não se pode entender, Senador, como o Governo Federal não pára, de uma vez por todas, para equacionar a questão e encontrar, entre as várias PECs que tramitam no Congresso – uma delas de autoria de V. Ex^a –, uma solução definitiva para dar tranquilidade aos Governos de Estados e de Municípios. É importante que se diga aqui, por meio da TV Senado, que esses valores que a União não transfere por compensação aos Estados penalizam os Municípios também, porque 25% desses valores são repartidos com os Municípios de cada Estado. V. Ex^a mostra isso com muito brilhantismo. Agora mesmo, os Estados lutam para conseguir inserir no Orçamento de 2006 valores para a Lei Kandir, aos quais a União é desfavorável. Quando o Ministro Palocci esteve na CAE, fiz uma pergunta, e S. Ex^a tomou-se de espanto, sobre se a compensação tinha que ser feita só pela União. É lógico que sim! A União está corretamente desonerando as exportações, mas com imposto estadual também. É importante que isso seja compensado e que haja a liberação já desses 900 milhões que têm que ser complementados em 2005. Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Para concluir, Sr. Presidente, penso que esses 900 milhões têm que ser liberados. Não tenho a menor dúvida em relação a isso.

Entendo também que precisamos sentar, Estados e União, para chegarmos a uma posição final sobre esse assunto. Entendo hoje que a restituição – ou que nome se queira dar – não deve ser de 100%. Algum benefício, efetivamente, Senador Flexa Ribeiro, fica nos Estados, mas vamos sentar e discutir esse assunto, vamos discutir a revitalização dessa lei, tendo em vista a importância dela não só para os Estados, mas para os Municípios e para o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros, do PSDB de Mato Grosso, 2º Vice-Presidente da Mesa do Senado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição, pela Liderança do PDT, para falar quando V. Ex^a considerar oportuno.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Em seguida, V. Ex^a usará a palavra.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra para obter uma informação. Há pouco, falou o Senador Rodolpho Tourinho. Pela ordem de inscrição, o próximo seria o Senador Geraldo Mesquita Júnior e, depois, eu.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Senador Antero Paes de Barros falará por cessão do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Era isso que eu queria entender. Depois, então, sou eu.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Depois falará o Senador Osmar Dias e, em seguida, concederei a palavra a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria de fazer um alerta aos meus colegas, Senadores e Senadoras, do Senado da República. Quero pedir a compreensão de todos para que, em caso de necessidade de apartes, esses só ocorram após a apresentação dos fatos a fim de que não haja prejuízo da cronologia do que aqui vou apresentar.

Sr. Presidente, ocupo a tribuna para prestar mais um serviço público a este País. Venho denunciar o comportamento do Juiz Criminal Federal da 1ª Zona em Cuiabá, Sr. Julier Sebastião da Silva, que tem adotado comportamento que fere de morte o princípio da imparcialidade, incompatível, portanto, com a função de magistrado.

Inicialmente, Sr. Presidente, consultei meus colegas de Executiva Regional do PSDB do Mato Grosso e quero ler, da tribuna do Senado da República, nota oficial que farei publicar hoje na imprensa do meu Estado, já a tendo encaminhado para lá. É a seguinte nota:

Diante dos últimos acontecimentos em que, mais uma vez, o Juiz Julier Sebastião da Silva evidencia posições partidárias no exercício da magistratura, ferindo de morte o princípio da imparcialidade, o PSDB de Mato Grosso vem a público expressar solidariedade ao Grupo Gazeta de Comunicação e ao seu Diretor-Superintendente, João Dorileo Leal.

1. O PSDB entende que o episódio traz à tona a verdade sobre o Juiz Julier, que se revela petista e não vacila em usar a toga em favor do PT, dos seus amigos e de seus candidatos.

2. O PSDB repudia e condena o Juiz Julier por flagrante agressão à liberdade de imprensa, na tentativa de impedir que a opinião pública [do meu Estado] tomasse conhecimento de denúncias e documentos sobre o caixa dois utilizado pelo PT na campanha elei-

toral de Alexandre César[, amigo dele,] à Prefeitura de Cuiabá, nas eleições de 2004.

3. O PSDB lembra também que foi vítima da ação arbitrária, violenta e partidária do Juiz Julier, em pleno processo eleitoral na disputa do primeiro turno das eleições [do ano passado] em Cuiabá. E manifesta sua estranheza que o Juiz não tenha agido com o zelo necessário em relação ao envolvimento de Alexandre César, [seu amigo,] candidato do PT, com a organização criminosa que devastou florestas no Estado, na chamada Operação Curupira.

4. O PSDB considera os procedimentos do Juiz Julier incompatíveis com o equilíbrio, a isenção, a responsabilidade e o caráter democrático que devem pautar a magistratura.

5. O PSDB manifesta sua crença de que o Poder Judiciário, por meio do Conselho Nacional de Justiça, saberá livrar suas fileiras de membros da magistratura que não atendem aos mínimos requisitos para o exercício de tão nobre missão.

6. O PSDB reafirma seu respeito ao Poder Judiciário e aos bons juízes federais e denuncia o Juiz Julier por conspurcar e macular a imagem dessa venerável instituição nacional.

Consultei todos os membros da Executiva Regional do PSDB de Mato Grosso, que autorizaram a publicação da nota.

Sr. Presidente, explico esses fatos. Esse Juiz, em plena campanha eleitoral – eu já havia feito esse registro na tribuna do Senado –, no primeiro turno das eleições em Cuiabá, para ajudar seu candidato, Alexandre César, mandou invadir a sede do PSDB de Mato Grosso, o escritório do ex-Governador, à época Presidente do PSDB, Dante de Oliveira, e o escritório político da Deputada Federal Telma de Oliveira, com exercício de mandato na Câmara dos Deputados. Tudo isso para apreender computadores e criar um factóide para colocar na imprensa nacional. Esse factóide eleitoral não deu certo, embora, no primeiro turno, Wilson Santos, candidato do PSDB, tivesse caído alguns pontos, e o candidato do PT tivesse subido, indo para o segundo turno das eleições. Mas o resultado final é que o PT perdeu, o Wilson Santos ganhou, a verdade venceu.

Após o segundo turno, no dia 9 de novembro, em entrevista na TV Gazeta de Cuiabá, exatamente a televisão atacada agora pelo mesmo Juiz, S. Ex^a asacou contra a minha honra.

Apresentei contra S. Ex^a – tenho aqui o documento e vou requerer solidariedade e providências da Mesa do Senado da República –, no dia 24 de novembro de 2004, portanto há mais de um ano, uma queixa-crime,

para que respondesse pelas declarações que deu na emissora de televisão há aquela época.

Até hoje a ação não foi julgada, após um ano e seis dias que a protocolei. Compreendo que a Justiça às vezes é lenta, mas quero advertir que, transcorridos dois anos, haverá a prescrição da ação no sentido de reparar a honra de um Senador da República.

Apesar de toda essa violência contra mim, depois da entrevista na TV Gazeta, em Cuiabá, e depois de eu ter protocolado a ação contra o Juiz, quando apresentei meu voto alternativo na CPMI do Banestado, tive oportunidade de fazer-lhe justiça: destaquei – e reafirmo aqui – o trabalho importante que fez no combate ao crime organizado no Estado, especialmente no combate à organização criminosa do Sr. João Arcanjo Ribeiro. Isso é mérito dele. Não lhe tiro esses méritos, embora tenham algumas posições jurídicas não muito bem decididas que acabam na contramão, apesar de talvez não ser essa a sua intenção, ajudando o próprio Arcanjo.

Sr. Presidente, nesse sentido, estou apresentando hoje à Mesa do Senado um requerimento ao Exmo. Sr. Ministro do Estado da Justiça, no qual solicito informações sobre o custo para a Justiça brasileira da troca da turbina do avião do Sr. João Arcanjo Ribeiro, assim como a atual situação do referido avião, porque o Juiz decidiu que aquele bem não era mais de propriedade do Sr. João Arcanjo Ribeiro e o Governo brasileiro reformou o avião. No entanto, a decisão não se sustentou, e o bem voltou para o Sr. João Arcanjo Ribeiro. Queremos saber quem vai responder por isso.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Antero Paes de Barros, V. Exª me concede um aparte?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Senador Mão Santa, peço a V. Exª dois minutos para terminar a exposição e, em seguida, concederei o aparte a V. Exª.

Portanto, mesmo depois de S. Exª ter feito tudo isso, no relatório da CPMI do Banestado, em meu voto em separado, reconheci o seu mérito.

Mais de oito meses depois de mandar invadir a sede do PSDB, o escritório de uma Deputada Federal e de um ex-Governador e ex-Presidente do Partido, os Tribunais Superiores mandaram que devolvesse os computadores, todos apreendidos nessas operações. E esse Juiz não teve a dignidade de vir a público para dizer: “Nada encontrei contra qualquer membro do PSDB nem contra o seu Partido”. Aliás, S. Exª não tinha interesse, pois aquele ato tinha a intenção apenas de ajudar a campanha do Alexandre César.

Recentemente, a Operação Curupira prendeu o Superintendente do Ibama em Mato Grosso. Nem lembro o nome dele, mas sei que ele foi indicado para o

cargo pelo candidato do Juiz petista, o Sr. Alexandre César. Esse Superintendente do Ibama declarou, alto e bom som, à Polícia Federal que ele foi articulador das finanças da campanha do Alexandre César. Acho até que seria absolutamente normal um superintendente do Ibama, indicado pelo Alexandre César, ser arrecadador de campanha junto a farmácias, drogarias, butiques, empresas, mas ele era o arrecadador de campanhas junto às madeireiras e ele era e ainda é o Juiz da Operação Curupira.

Sobre a violência da ação de mandar invadir o escritório do PSDB, de mandar invadir o escritório do Dante, de mandar invadir o escritório da Deputada Telma, ele silenciou-se, num silêncio sepulcral. O Alexandre nunca foi convidado a depor, nunca foi convocado. Há uma proteção, porque há o exercício da magistratura com uma toga petista. É o aparelhamento do Estado via concurso público. E não dá para aceitar isso, Sr. Presidente!

Agora o mais grave: o jornal **A Gazeta**, nos últimos sessenta dias, tem divulgado farto material sobre o caixa dois do PT em Cuiabá, na campanha do Alexandre César. As denúncias só foram conseguidas pelo jornal porque os credores concluíram que não iriam receber o dinheiro do PT. Então, já se divulgou e ficou comprovada a denúncia de mais de R\$3 milhões de caixa dois do PT de Cuiabá na campanha do Alexandre César.

Aí o que ocorreu? O jornal **A Gazeta** divulgou as denúncias dos credores. Há menos de trinta dias, para ser exato, acredito que no dia 1º de novembro, fui procurado pelo Diretor-Superintendente do Grupo Gazeta, que pretendia que eu desse recibo de uma carta em que ele relatava ter recebido informações de alguns amigos – jornalistas, acredito eu – de que o Juiz iria fazer uma ação contra ele se ele não parasse as denúncias contra o Julier. Eu disse: “Não acredito nisso. Não vai acontecer isso. Não é possível isso. A Justiça é inerte. A Justiça tem que ser provocada. A Justiça não age por impulso oficial. Isso não existe”. Mas ele retrucou: “Mas eu tenho essa informação. Dê o recibo para mim.” E eu dei o recibo.

Dessa forma, preocupado, ele mandou postar aqui em Brasília o que é uma prova antecipada da parcialidade desse Juiz. Antes dos fatos ocorridos ontem em Mato Grosso, ele mandou postar aqui o seguinte anúncio, num classificado do jornal **Tribuna do Brasil**: “Um importante ‘árbitro’ de futebol, torcedor do Botafogo, inconformado com prejuízos ao seu clube, promete usar seus poderes para melhorar o ano da estrela um dia antes de Finados. O Torcedor.”

Foi um pouco antes do dia de Finados que ele tomou conhecimento que isso iria ocorrer. Então, pos-

tou o anúncio. Ressalte-se que o Botafogo é o clube da estrela e a estrela é o símbolo do Partido político do juiz. Postou o anúncio no jornal aqui, comprovando antecipadamente a parcialidade de um juiz, de um magistrado. Eu disse ao Superintendente do Grupo Gazeta que não acreditava nisso e expliquei os motivos: “Estou estudando Direito. Quem propõe a ação é o Ministério Público. E aqui está o Chefe do Ministério Público em Mato Grosso”. Este assunto é de dois anos e meio atrás. O chefe do Ministério Público em Mato Grosso, em declaração à época, isenta o jornal e o jornalista. Está aqui a declaração do Ministério Público de Mato Grosso de que não havia nenhum crime cometido pela empresa.

O que ocorreu, Sr. Presidente? Eles fizeram um empréstimo na *factoring* que pertencia ao Sr. João Arcanjo Ribeiro. Nas operações de crédito, é normal que as empresas façam e tenham relações com *factoring*. Mas não foi só esse grupo. A cidade inteira tem relações com *factoring* lá em Cuiabá.

O Superintendente do Grupo entregou-me uma carta e postou uma carta para quem, Senador Arthur Virgílio? Para o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de Mato Grosso e para um Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, anunciando que isso iria acontecer. E o pior, aconteceu, para surpresa minha, inclusive.

Sr. Presidente, antes de conceder um aparte ao meus Pares, quero fazer uma última consideração sobre o que pretendo com este pronunciamento? Primeiro, que o Tribunal Regional Federal julgue a queixa-crime que impetrei contra o Sr. Julier. Não é possível que ele, por ser magistrado, tenha o direito de ser ladrão da honra alheia. Eu não aceito isso. E acho que nós temos que propor, no Senado da República, uma modificação, pois o prazo da proposição de ação nos crimes contra a honra é de dois anos, mas que, proposta a ação, o crime não prescreva. É assim em relação ao patrimônio. Para mim, a honra é o meu maior patrimônio.

Por que não ser assim com relação aos crimes contra a honra? Por que permitir que isso prescreva?

E a outra coisa: vou apresentar representação ao Conselho Nacional de Justiça. Quero acreditar que o Conselho Nacional de Justiça é uma das conquistas da sociedade moderna para a fiscalização do controle externo do Poder Judiciário. E, nesse sentido, eu quero crer que esse não será um instrumento para manifestar o corporativismo, mas será um instrumento para fazer justiça neste País.

Vou conceder os apartes primeiramente ao Senador Almeida Lima e, depois, aos Senadores Sérgio

Guerra, Eduardo Azeredo, Mão Santa, Lúcia Vânia e Arthur Virgílio.

Senador Almeida Lima.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Senador Antero Paes, quero me solidarizar com V. Exª pelo seu pronunciamento. É evidente que faria duas sugestões. Sobre a primeira delas, no final dessa parte do pronunciamento que faz, V. Exª já se referiu, sem dúvida, de forma acertada, que é o encaminhamento de uma representação ao Conselho Nacional de Justiça. Esse é, sem dúvida, o caminho mais adequado, e passemos a esperar pela manifestação desse Conselho superior. O segundo aspecto, permita-me repetir a mesma fala de ontem em aparte ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio. Ou seja, é preciso que a Comissão Parlamentar de Inquérito iniciada pela coleta de assinaturas pelo nobre Senador Arthur Virgílio, que se reporta à apuração do caixa dois nas campanhas eleitorais, seja efetivamente posta em prática, não apenas para apurar esses fatos a que V. Exª se refere, ocorridos no Mato Grosso, mas em todo o País. Como eu disse ontem, repito hoje: tenha certeza de que trarei contribuições importantes do caixa dois de campanha lá do Estado de Sergipe. Minha solidariedade a V. Exª.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Agradeço a solidariedade de V. Exª e concedo um aparte ao Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Antero, Senadores, no plural, e nós da sua Bancada, em especial, temos uma avaliação bastante clara do seu desempenho e do seu papel. V. Exª é alguém que tem uma palavra firme e a capacidade de indignação, que não aceita – e com muita vontade e determinação – atos de injustiça e atos absolutamente desqualificados como esses que são denunciados hoje ao Plenário do Senado. Tenho certeza de que sua capacidade e eloquência jamais se afastam da sua convicção, da verdade dos fatos que sustenta a sua oratória, a sua palavra, a sua presença neste Parlamento. Estou convencido de que as denúncias que V. Exª traz hoje ao Plenário do Senado reproduzem com firmeza, com absoluto e total conteúdo, a veracidade, a verdade dos fatos. E a nós não cabe outra posição senão nos solidarizarmos com V. Exª de maneira muito clara; manifestarmos-nos contra a violência, contra o arbítrio de pessoas que não respeitam a sua própria profissão nem o seu compromisso. Essas manifestações de precário autoritarismo não vão avançar, porque V. Exª terá força e receberá apoio nosso e do povo, para enfrentar esse exagero, desqualificá-lo e tomar as providências cabíveis. V. Exª tem seguramente todo o nosso apoio – o meu, completo e total – e empenhada disposição para colaborar com a sua luta.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Eu agradeço as palavras de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Permita-me dizer a V. Ex^a, Senador Antero Paes de Barros, ilustre 2º Vice-Presidente da Mesa do Senado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB

– MT) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – O assunto que V. Ex^a traz à baila é muito sério e grave, mas o tempo de V. Ex^a já extrapolou em 12 minutos. Dessa forma, gostaria de propor a V. Ex^a que cada Senador o aparteasse por apenas um minuto, para que pudéssemos, em seguida, ouvir a Senadora Ana Júlia Carepa, o Senador Marco Maciel, a Senadora Heloísa Helena e outros Senadores que estão inscritos. Cada Senador teria um minuto para apartear V. Ex^a, ainda porque toda a Casa quer apartear-lo, pelo que estou vendo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB

– MT) – Está certo.

Agradeço a V. Ex^a, até porque V. Ex^a tem sido generoso com todos os Senadores quando se trata de defender a honra dos membros do Poder Legislativo.

Senador Eduardo Azeredo, concedo a V. Ex^a um aparte.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Antero Paes de Barros, quero trazer também a minha solidariedade a V. Ex^a. Sou testemunha de que essa questão já se vem desenvolvendo há mais tempo. Ainda na época das eleições municipais de 2004 – eu, na época, Presidente em exercício do PSDB –, emitimos uma nota de protesto do Partido contra as invasões que V. Ex^a mencionou aqui, ocorridas em Mato Grosso. O desempenho de V. Ex^a nesta Casa é o de um Parlamentar corajoso, de um Parlamentar firme e de um Parlamentar que defende o Estado de direito. De maneira que, dentro do minuto que o Presidente nos concedeu para apartear-lo, receba a minha solidariedade pelo seu pronunciamento nesta data.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Agradeço a V. Ex^a.

Senador Flexa Ribeiro, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Antero, como todos os nossos Pares que já me antecederam e como os que vão me suceder, quero solidarizar-me com V. Ex^a, até pela forma destemida como V. Ex^a encarna a sua ação legislativa como Parlamentar pelo Estado de Mato Grosso. A forma didática do seu pronunciamento, até cronológica, demonstrou a todos nós que, lamentavelmente, houve a partidarização de um Poder que tem de ser a última bastilha da sociedade brasileira. Então, não há como entender o que está

ocorrendo no seu Estado de Mato Grosso. Creio que o encaminhamento ao Conselho Nacional de Justiça – que V. Ex^a vai propor – é o caminho natural, porque, como bem disse, aquele Conselho, em tão bom momento instalado, vai poder fazer a justiça que lhe falta no seu Estado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Senador Mão Santa, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sr. Presidente, eu queria apenas que V. Ex^a se inspirasse em Montesquieu: o espírito da lei. O tempo não pode ser encurtado porque já houve antecedentes, cujas honras atingidas levaram a defesas durante toda uma sessão. A honra desse homem simboliza muito, não só pelo seu mandato e por sua família. V. Ex^a está prestando um serviço, defendendo a sua honra, à democracia. A democracia é isto: V. Ex^a, jornalista, revive a coragem de Carlos Lacerda; V. Ex^a, jornalista e jurista, que está nos bancos do Direito. Rui Barbosa disse: “Quem não luta pelo seu direito não merece viver”. V. Ex^a está ensinando ao povo brasileiro o que é democracia. Democracia é isto: são os contrapoderes; um existe para frear o outro. Divino foi Moisés, que recebeu as leis de Deus – e aí se trata da justiça divina. V. Ex^a comportou-se como humano: “Bem-aventurados os que tem fome e sede de justiça”; sobretudo esse bem-aventurado, como todos nós. Quero dizer aqui que tem de acabar esse negócio de ordem judicial não se discutir. Há que se entender as coisas. Antes do Direito Romano, antes de tudo, já diziam: **Errare humanum est**. Então, essa Justiça é humana; é passível de erro; é falível. E V. Ex^a está dando esse ensinamento, como bravo Senador, a reagir, a lutar pelos seus direitos. Rui Barbosa o disse. V. Ex^a quer salvar o seu grande patrimônio: a honra; a honra de V. Ex^a, a do seu Estado e a deste Senado, onde V. Ex^a representa o seu povo, na grandeza de Rui Barbosa. Então, eu terminaria com Rui Barbosa para apoiar V. Ex^a. Ele é que é o nosso patrono: “A Justiça tardia é injustiça disfarçada”. Quero lhe dizer que, aqui, falo em nome do nosso PMDB, um Partido autêntico, que luta pela liberdade democrática. V. Ex^a tem também a nossa solidariedade.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Agradeço a V. Ex^a.

Senador Sibá Machado, concedo a V. Ex^a um aparte.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Antero, é a segunda vez que vejo V. Ex^a trazer esse problema à Casa. Desconheço o assunto e confesso que não dei a atenção devida a ele. Apesar de ser amigo pessoal de Alexandre César, colega do PT, desconheço o fato em si. Faço este aparte para dizer

que me solidarizo com V. Ex^a em relação àquilo que considero muito importante, que é o problema do abuso de autoridade. É muito complicado para a pessoa que representa a Justiça, que desempenha o papel de julgador de tantos fatos e de tantas querelas e diferenças, comportar-se como alguém que, segundo o ditado popular, “está puxando brasa para a sua sardinha”. Então, nesse caso, a situação é muito complicada. E, aqui, neste momento, volto a dizer que não conheço o fato em si, mas quero me solidarizar com V. Ex^a para o que considero, na voz de V. Ex^a, como um abuso de autoridade. Comprometo-me a procurar o meu colega Alexandre César para ouvir a sua versão, o que ele poderia nos dizer sobre uma situação como essa. Se ele achar importante, posso até fazer um pronunciamento aqui no sentido de tentar esclarecer o outro lado. Mas, quanto a esta matéria, quero dizer que estou solidário com V. Ex^a.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Agradeço a V. Ex^a e concedo um aparte ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Antero Paes de Barros, quero, seguindo as manifestações anteriores, dizer a V. Ex^a também da minha solidariedade, que, como já pude constatar, é o sentimento de toda a Casa. V. Ex^a, de fato, é um Parlamentar competente, sério e cuja vida pública merece o reconhecimento de todos nós. Daí por que, neste breve aparte, expresso-lhe minha solidariedade e reafirmo que a conduta de V. Ex^a o faz credor do apreço e da consideração desta Casa.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Agradeço o aparte do Senador Marco Maciel e concedo um aparte ao meu Presidente e companheiro Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Antero, eu gostaria de trazer, além da nossa solidariedade, em meu nome e em nome do nosso Partido, o registro da minha admiração pessoal. Tenho tido o privilégio de ser seu companheiro durante esses três anos e, a cada dia que passa, admiro não só o seu espírito público, mas a sua retidão de caráter. V. Ex^a é um dos homens mais íntegros com os quais tenho tido a oportunidade de conviver nesta Casa e também um dos mais corajosos. Talvez até por causa disso, V. Ex^a tenha sido objeto de grandes injustiças e de algumas das mais duras intervenções e agressões nesta Casa. Mais uma vez, acontece isso na sua vida pública, mas já o conheço o suficiente para saber que nem mesmo a Justiça vai abatê-lo. Pelo contrário, cada fato como esse o anima ainda mais nessa sua luta constante na vida pública contra as injustiças. Mais uma vez, parabeno-o pela coragem, que poucos têm, de trazer a

público uma luta contra a Justiça. A mais injusta das injustiças acontece quando a Justiça é injusta. Graças a Deus, isso não é geral, mas acontece muitas vezes, e poucos têm a coragem de fazer essa acusação publicamente, como V. Ex^a está fazendo agora, porque, na maioria das vezes, há impunidade. Por isso, receba a minha solidariedade total. Estarei ao lado de V. Ex^a até o final dessa luta, e não apenas a Bancada do Senado, mas o seu Partido também o fará, para que, de uma vez por todas, a Justiça brasileira seja transparente e igual para todos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Antero, não seria necessário mais uma pessoa falar e dar-lhe apoio, mas acredito que ficar calado, neste momento, é deixar de manifestar o apreço, a simpatia e a admiração que tenho pelo seu trabalho e posicionamento. V. Ex^a tem todo o meu apoio. Esta Casa traz-nos a grande alegria de podermos conviver com muita gente, mas, entre todos, V. Ex^a faz parte de um grupo muito seletivo de pessoas que prezo bastante.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Concedo o aparte ao Senador João Batista Motta.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Nobre Senador Antero Paes de Barros, também quero prestar-lhe minha solidariedade pela agressão que sofreu, principalmente quando, à frente dessas arbitrariedades, há uma estrela, que tem sido inconveniente em todos os setores da vida pública. Em qualquer repartição brasileira em que entremos, com relação a qualquer definição que devamos receber de alguma autoridade, quando essa estrela entra no meio, só vemos o crime, as dificuldades expostas, os entraves e as injustiças. Por isso, eu também queria cerrar fileira ao lado de V. Ex^a, dizendo-lhe que o admiro muito e que estou muito sensibilizado e muito triste com a agressão que sofreu. Receba o meu apoio e carinho, porque V. Ex^a os merece. Muito obrigado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Para concluir, concederei o aparte à Senadora Lúcia Vânia e aos Senadores Arthur Virgílio e Reginaldo Duarte.

Concedo o aparte à Senadora Lúcia Vânia.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senador Antero, a indignação manifestada por V. Ex^a com relação a essa denúncia é a mesma de seus Pares. V. Ex^a tem sido, na Casa, uma pessoa ética, determinada, corajosa. É um Parlamentar aplicado em todas as suas

ações. Portanto, a sua lealdade e o seu compromisso com a justiça têm feito, muitas vezes, surgir essa incompreensão em relação à sua pessoa. Estou certa, pelo conhecimento que tenho da sua trajetória, de que essa violência deverá ser esclarecida e de que V. Ex^a, mais uma vez, como em muitas outras oportunidades, sairá vencedor.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Concedo o aparte ao Senador Reginaldo Duarte.

O Sr. Reginaldo Duarte (PSDB – CE) – Quero apresentar ao meu companheiro de Partido, Antero, a minha solidariedade pelas agressões de que está sendo vítima em seu Estado. V. Ex^a recebeu uma manifestação muito grande de apoio, porque não somente os seus companheiros de Partido, mas toda a Casa se levantou para lançar seu repúdio à agressão que recebeu. Espero que V. Ex^a supere toda essa crise, porque acredito que a justiça tarda, mas não falha. V. Ex^a é homem íntegro, retilíneo e cumpridor de todas as suas obrigações cívicas e morais. Muito obrigado, Senador.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Muito obrigado.

Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio, Líder do meu Partido.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Antero Paes de Barros, antes de mais nada, presto-lhe a solidariedade tantas vezes repetidas por seus Pares e, com muita ênfase, pelos seus companheiros de Partido. Em primeiro lugar, juiz que deixa de ser isento deixa de ser juiz e passa a ser um cidadão qualquer, sujeito a todas as críticas e, portanto, a todas as intempéries que a sua posição política lhe acarreta. Esses rumores, eu já os conheço desde antes. V. Ex^a há tempos se queixa desse partidarismo, desse petismo enrustido que fez a desgraça de conceito daquele cidadão chamado Luiz Francisco. Quase esqueço o seu nome, porque ele era tão famoso ontem, e, hoje, quase o chamo de Luiz Alfredo ou algo assim. É Luiz Francisco. Perdeu o conceito, perdeu a respeitabilidade e, hoje, está calado. Não sei por que, mas está calado. Em um País em que todo mundo precisa falar, o Sr. Luiz Francisco não fala mais nada. É de estranhar. Daqui a pouco, esse Juiz vai acabar desse mesmo jeito. E juiz ruim pode ser posto em disponibilidade. Para isso existe, hoje, o Conselho Nacional da Magistratura. Devo pedir à Mesa que diligencie com urgência as providências solicitadas por V. Ex^a. Solicito que a Mesa do Senado faça isso com rapidez, para que o Juiz seja chamado às falas e para que os fatos sejam esclarecidos com todas as possibilidades de apenamento para quem tem

feito por onde receber essa admoestação pública de V. Ex^a e a condenação do Senado, para alguém que não se está portando à altura da responsabilidade de Magistrado que deveria ter.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Agradeço o aparte do Senador Arthur Virgílio.

Ao final, quero dizer que é importante que a imprensa de Mato Grosso recorra à Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), porque esse comportamento do Juiz foi intimidador à liberdade de imprensa, para que não fosse possível a divulgação de fatos absolutamente verdadeiros que ocorreram na campanha de 2004.

A Justiça deve ser digna desse nome. Confio no Poder Judiciário. Entretanto, alguns juízes não honram a tradição e a história da Justiça no Brasil. O Dr. Julier Sebastião da Silva não honra a toga, não merece o título de juiz, não promove a justiça. Usa seu cargo e seu poder para objetivos menores, para resolver questões pessoais, em favor de amigo e de um Partido. Não é isento, nem imparcial. Sepulta, no exercício da Magistratura, o critério da imparcialidade.

Sr. Presidente, ao final, encaminho à Mesa requerimento, para que se comprovem as responsabilidades pelos reparos feitos no avião do Sr. João Arcanjo Ribeiro. Se forem do Dr. Julier ou de qualquer outra autoridade, proponho ação popular, a fim de que o Erário seja ressarcido.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Mesa aguarda o requerimento de V. Ex^a para as providências, Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio relevante comunicar ao Senado e, por esta via, à Nação que, por seis votos contra cinco, o Supremo Tribunal Federal interpretou a favor do voto do Ministro Peluso e, portanto, pela retirada, do processo que sofre o Deputado José Dirceu, do nome da Sr^a Kátia Rabello. O nome dela sequer poderá ser mencionado hoje ao longo dessa parte, que se supõe final, do processo contra o Deputado.

Portanto, o Supremo Tribunal Federal, com a correção que se imagina própria daquela Casa, com a adequação que se imagina própria daquela instituição, que é, de fato, dignamente a Suprema Corte do País, o Supremo se decide por não obstaculizar o julgamento aprazado para hoje, na Câmara dos Deputados. É hoje. Nada mais justo do que o Sr. José Dirceu, hoje, se de-

frontar com a opinião que os seus Pares, Deputados, estejam fazendo a respeito dele e de sua atuação política. Então, é hoje. Não passa de hoje. A expectativa que a Nação toda tem é que a Câmara decida, livre e soberanamente, mas que decida, porque está na hora de algo chamado decisão a respeito de uma inquietação que sofre a Nação brasileira. Essa inquietação tem um nome e esse nome é José Dirceu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, do PT do Pará, por dez minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas consulto V. Ex^a acerca do início da Ordem do Dia, tendo em vista que me encontro inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Almeida Lima, estou apenas aguardando o Presidente titular, Senador Renan Calheiros, para que a Ordem do Dia tenha início.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não está trancada a pauta?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mesmo estando trancada a pauta, temos de registrar a Ordem do Dia.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, ontem, o Presidente Renan Calheiros comunicou a todos nós que, tendo em vista o trancamento de pauta, só haveria Ordem do Dia na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas precisa ser registrada, Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, por dez minutos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aos presentes a esta sessão e àqueles que nos assistem e nos ouvem pela TV Senado, quero, na minha manifestação, hoje, desta tribuna, refletir sobre o resultado final da CPMI da Terra, que, ontem, realizou sua última sessão, uma vergonhosa sessão. Depois de dois anos de funcionamento, aprovou ontem um relatório final que não faz justiça ao trabalho realizado e que não reflete minimamente a realidade da questão agrária no Brasil. Foi aprovado um relatório que é um engodo, do ponto de vista intelectual, uma farsa, do ponto

de vista político, e uma mentira absoluta, do ponto de vista da moral.

A proposta apresentada pelo Relator, Deputado João Alfredo, que procurou contemplar o objeto da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra em toda a sua amplitude foi vencida pelo voto em separado do Deputado Abelardo Lupion, representante da bancada ruralista. Venceu um remendo de relatório, mal redigido e parcial, raivoso, preconceituoso, instrumento dirigido contra os movimentos de trabalhadores no campo. A maioria dos membros da CPMI articulou-se favoravelmente ao atraso, negando-se a dar uma contribuição à reforma agrária já tão tardia em nosso País. Mais do que isso, negaram-se – o relatório e a Comissão que o aprovou – a enxergar a realidade, que temos o dever, como representantes da sociedade, de mudar.

Aliás, ontem, na reunião da CPMI, apareceram Parlamentares que eu, que acompanho esta Comissão há dois anos, tinha visto, no máximo, duas vezes em todo esse tempo. Foram apenas para votar.

Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, o Congresso Nacional perdeu a oportunidade de apresentar para a sociedade um documento oficial com contribuições importantes para a compreensão dos problemas do campo. Perdemos a oportunidade de indicar caminhos para a mudança e para a solução desses problemas.

O relatório do Deputado João Alfredo, que a bancada ruralista não permitiu que fosse transformado em documento oficial da CPMI da Terra e do Congresso Nacional, trazia, em seu texto, um diagnóstico fidedigno da questão fundiária. Foi fiel aos trabalhos realizados pela CPMI ao relatar todos os casos investigados, as viagens realizadas e a síntese dos depoimentos colhidos nessas viagens. Analisou não somente os depoimentos e testemunhos prestados nas várias reuniões, como também as informações documentais enviadas à CPMI. E, por fim, apresentou recomendações com base em tudo o que foi apurado.

As dez viagens que a CPMI da Terra realizou, visitando nove Estados da Federação, não foram suficientes para fazer com que alguns se despissem de suas convicções preconcebidas. O Relatório do Deputado Abelardo Lupion, afinal adotado pela Comissão, representa os melhores esforços e mais bem desenhados desejos da União Democrática Ruralista – UDR, essa triste entidade da qual o Deputado já foi presidente e é conhecida de todos os que são atentos à realidade desigual e violenta no campo no Brasil. E não sou a única, graças a Deus, a achar isso. Além dos vários integrantes da Comissão que se opuseram à sua aprovação, investigações que ocorreram em períodos semelhantes ao de funcionamento da CPMI da Terra apresentaram resultados bem diferentes.

Existem inúmeras incongruências e erros no relatório aprovado, ontem, pela CPMI da Terra. Ele trata os relatórios preliminares, elaborados pelos Analistas de Controle Externo do TCU, como se fossem manifestações conclusivas da instituição, quando, na verdade, não haviam passado das etapas iniciais. No que diz respeito aos convênios, o relatório do Deputado Lupion refere-se aos convênios de entidades dos trabalhadores sem sequer mencionar os convênios com as entidades ruralistas, nos quais foram constatadas irregularidades idênticas àquelas que apareceram nos convênios das entidades dos trabalhadores. O relatório do Deputado Lupion não faz diagnóstico da estrutura fundiária brasileira, até reconhece a concentração fundiária, mas não consegue dizer absolutamente nada sobre as causas; não fala sobre os processos de reforma agrária e urbana; não fala, por incrível que pareça, da violência no campo e da morte de milhares de trabalhadores, de apoiadores desses trabalhadores. O relatório do Deputado Lupion não toca no tema das milícias organizadas por fazendeiros. Esses são apenas alguns exemplos da parcialidade do relatório.

Para o Congresso Nacional, a vitória desse Relatório representa uma vergonha que nos diminui aos olhos dos cidadãos brasileiros e das cidadãs brasileiras, verdadeiros donos dos nossos mandatos. Nos curvamos, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais do que à mentira, às velhas concepções, ultrapassadas concepções sobre a terra. Nos curvamos ao preconceito e ao conservadorismo que vitima cidadãos nos seus direitos e nas suas vidas.

Segunda-feira passada, 28 de novembro, a Comissão Pastoral da Terra, juntamente com duas outras entidades – Terra de Direitos e Justiça Global – apresentaram um relatório denominado “Violação dos Direitos Humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense”. Esse livro, que aqui está, foi notícia na imprensa ontem, inclusive, dia da última reunião da CPMI da Terra.

Já vou lhe dar o aparte, Senador Cristovam Buarque.

Esse relatório reflete a dura realidade fundiária da Amazônia, especialmente na área rural do meu Estado. De acordo com o relatório, “de 1995 a 2004, o Pará foi o Estado campeão de assassinatos de trabalhadores rurais em conflitos relacionadas com a posse da terra.” Nos últimos dez anos, foram assassinados, em média, 13 trabalhadores por ano. Durante esse período, houve ainda 128 tentativas de assassinato e foram registradas 459 ameaças de morte contra trabalhadores rurais e outros defensores dos direitos humanos no Estado.

Para as entidades que assinam o relatório, a impunidade se constitui numa espécie de “licença para matar e garante a repetição desse ciclo”.

Dos 772 assassinatos de camponeses defensores de direitos humanos no campo no Pará, de 1971 a 2004, foram realizados até agora apenas três julgamentos de mandantes dos crimes! Três julgamentos de mandantes dos crimes! O documento traz também uma lista de 30 pistoleiros e mandantes que tiveram a prisão decretada, sem nunca ter sido cumprida. Demonstra, ainda, que “a atuação do Judiciário e da Polícia é muito mais rápida quando se trata de um trabalhador rural ou integrante do MST acusado injustamente”.

O relatório a que me refiro será entregue à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos); à Comissão de Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas); e à representante especial das Nações Unidas para Defensores de Direitos Humanos, Hina Jilani*, que chega ao Brasil.

Outro exemplo que demonstra quão mentiroso é o relatório aprovado na CPMI da Terra são as investigações realizadas por uma comissão aqui mesmo do Senado, criada pelo Presidente Renan Calheiros para acompanhar as investigações sobre o assassinato da Irmã Dorothy, ocorrido em fevereiro último, em Anapu, no Pará. Essa comissão, que eu presidi, teve seus trabalhos internacionalmente reconhecidos. Tivemos, durante o seu funcionamento, oportunidade de deparar com uma dura realidade: a inglória luta dos trabalhadores, de pequenos produtores que lutam por um pedaço de terra para a implantação de um projeto com o objetivo de produzir para o seu sustento, respeitando o meio ambiente.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senadora Ana Júlia, felizmente, V. Ex^a traz esse problema aqui. Hoje, quando eu vi nos jornais, que se transformava em crime hediondo a luta pela terra, V. Ex^a sabe a sensação que eu tive? Que se essa CPMI tivesse ocorrido no período da escravidão, seria considerado crime hediondo dar cobertura à fuga de escravos. Essa é uma situação que não podemos ver sem manifestar o nosso descontentamento. Não creio que a solução sejam invasões indiscriminadas de terras, de propriedades privadas, sobretudo, produtivas. Mas não enfrentar o problema das mortes no campo, da concentração da terra, da miséria ao redor e do outro lado das cercas é perder uma grande chance. Nós, do Senado, perdemos uma grande chance de fazer um documento que servisse à história do futuro do Brasil. Termina nos fazendo lembrar da história passada, do tempo da escravidão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Obrigada, Senador Cristovam.

Eu vou ler mais um pouco. Depois vou dar um aparte ao Senador Mão Santa e ao Senador Sibá Machado.

Sr. Presidente, como nós não temos Ordem do Dia e por ser esse tema muito importante, peço a compreensão de V. Ex^a

Nessa luta, que tinha – eu falava da comissão que acompanhou as investigações da morte da Irmã Dorothy –, do outro lado dos trabalhadores, grileiros de terra, madeireiros inescrupulosos, infelizmente foi covardemente vitimada uma de suas líderes, a Irmã Dorothy, que não mediu esforços e foi até às últimas consequências para defender seus liderados e seus ideais, usando, inclusive, a Bíblia.

Essa Comissão, Sr. Presidente, que eu tive a honra de presidir, apresentou um excelente relatório, feito pelo Senador Demóstenes Torres, do PFL, que, com sua sensibilidade e reconhecida competência, apresentou em seu relatório profunda análise que coloca entre as principais causas da violência no campo a concentração de terras e a impunidade. Teve, ainda, coragem de apontar a existência de um consórcio de malfetores que mandou matar a Irmã Dorothy. Alguns deles estão presos e vão a julgamento, mas vários ainda estão soltos.

Vemos, senhoras e senhores, que resolver o problema do latifúndio e da violência no campo não é uma questão partidária ou que pode ser vista do ponto de vista ideológico. É uma questão de bom senso, de desejo de justiça, de desejo de progresso, de superação de problemas que estão na estrutura de nosso País e enxergamos, felizmente, Parlamentares, em todo espectro ideológico que são pacifistas e buscam a justiça. Mas, infelizmente, muitas vezes ainda presenciamos a vitória do atraso.

E cito esses dois exemplos – tanto esse relatório quanto o relatório da comissão que apurou as circunstâncias em que foi assassinada a Irmã Dorothy – para mostrar que o relatório final da CPMI da Terra, aprovado somente com os votos da bancada ruralista, infelizmente sequer toca nesse assunto. O quanto é tendencioso esse relatório! O relatório do Deputado Abelardo Lupion reflete o ódio que alguns segmentos têm dos trabalhadores que lutam pelo direito à terra, pelos direitos humanos e contra os latifúndios.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senadora, concedo a V. Ex^a um minuto para concluir, por gentileza.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Peço dois minutos. Tenho certeza de que V. Ex^a compreenderá.

Foi aprovado o relatório do massacre, do incentivo à impunidade. Portanto, esse relatório é cúmplice de assassinatos.

Eu queria inclusive dar como lido todo o restante do meu discurso. Eu teria muitas coisas a apontar, mas quero dizer só uma coisa importantíssima: não foi a falta de tentativa de diálogo. Não foi, porque o Senador Sibá Machado, desde a semana passada, tentou. No início da reunião, falei pessoalmente com o Deputado Abelardo Lupion e obtive um sonoro “não” como resposta. A bancada ruralista não dialoga. A bancada ruralista, a bancada da UDR tratora, quando não está matando.

Concedo um aparte ao Senador Sibá e, depois, ao Senador Mão Santa.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Presidente, peço só um pouquinho de complacência a V. Ex^a. Senadora Ana Júlia, é claro que eu tentei chegar àquela reunião de maneira muito tranqüila e bastante frio. Já sabia de antemão o resultado da votação. Portanto, acho que cumprimos um dever, cumprimos uma missão. A CPMI tentou ajudar a encontrar soluções para o grave problema da terra no Brasil. Essa CPMI foi criada dentro de um contexto de um lado só. Quando ela foi iniciada, pensava-se em fazer um busca, rastrear a vida do movimento social pela luta da reforma agrária no Brasil. Depois, com um acordo, ela se estendeu aos conflitos agrários. De lá para cá, ficaram postos dois lados sempre. De um lado, aqueles que seguiam todas as diligências para encontrar soluções para o problema da grilagem, para o problema dos bárbaros assassinatos e coisa parecida. De outro, os que só seguiam as diligências quando era para escarafunchar, digamos assim, a documentação de repasse de recursos públicos para as organizações da reforma agrária. Então, ficamos num empate. É um jogo ideológico, extrapolam os partidos políticos, extrapola aqui a relação entre Governo e Oposição, extrapola todo tipo de entendimento. Isso deixa claro o que muitos colegas, no início da minha carreira política, tentaram me ensinar: o jogo de classe – Ranulfo Peloso, o Pedro Terra e tantos outros. Eu acho que ontem tive uma aula prática do que é a luta de classe. É um jogo ideológico. Eles precisavam imputar uma derrota àqueles que lutam pela reforma agrária. Não houve acordo. Eles não queriam tirar o excesso do relatório do Deputado Abelardo Lupion ou corrigir alguns excessos do relatório do Deputado João Alfredo; queriam uma derrota do nosso lado e uma vitória do outro lado para poder cantar um troféu: vencemos mais uma batalha na luta contra a reforma agrária no Brasil. Eu parabeno V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senadora, eu gostaria que V. Ex^a concluísse, por gentileza.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Certo. Eu não poderia então dar o aparte ao Líder do PFL?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senadora, V. Exª já excedeu cerca de 10 minutos o seu tempo. Os Senadores estão querendo usar a palavra. Os outros Senadores, todos, estão pedindo...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Não. Eu sei. Eu...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Senador Osmar Dias está toda hora ali. Também o Senador Marco Maciel está querendo usar a palavra.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Sr. Presidente, como não vamos ter Ordem do Dia, eu gostaria, se V. Exª permitir, ouvir o Líder do PFL, o que considero importante.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Sr. Presidente, inicialmente, agradeço a V. Exª pela benevolência, permitindo-me apartear a minha estimadíssima colega, Senadora Ana Júlia Carepa, Senadora por quem tenho o maior apreço pessoal – V. Exª sabe disto. Na discussão dos dois relatórios da CPMI da Terra, procurei agir de forma conciliatória. Eu nunca poderia trabalhar no sentido de impor posições a quem trabalhou durante dois anos, os Deputados e Senadores, membros da Comissão. Mas faço um reparo ao que V. Exª coloca. É claro que o confronto ideológico que se estabeleceu não foi agradável, e venceu o que a democracia normalmente recomenda, ou seja, quem tem a maioria. A maioria, na Comissão, foi composta por aqueles que são chamados de a Bancada Ruralista, mas, também, por parte da base de apoio ao Governo. O PMDB foi orientado por setores importantes do próprio Governo – setores do primeiro time do Governo a votar com o Relatório do Deputado Abelardo Lupion. E, mais do que isto, não houve, Senadora Ana Júlia Carepa, intransigência completa. Houve posições muito duras e, pela minha vontade, deveria ser até mais flexível. Mas, por exemplo, a Senadora Heloísa Helena, que é uma pessoa de posições muito duras, uma pessoa que eu diria que é de esquerda para valer, teve emendas acatadas pelo Relator Adjunto, pelo Relator alterno, Deputado Abelardo Lupion. A penalização de José Rainha e de João Pedro Stédile foi retirada do relatório, com o “de acordo” dos ruralistas e dos que fazem parte da Base de apoio. De modo que o episódio a que V. Exª se refere foi ideológico, mas não faltou a cota necessária de diálogo que eu recomendava aos meus companheiros. Ao final, ganhou quem tem teve votos. Democraticamente, é isso o que acontece.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Obrigada, Senador.

Quero só um minuto para concluir. Ao contrário, Senador José Agripino – por quem também tenho grande respeito –, não foi bem essa a realidade. Das dez viagens que a CPMI fez, o Deputado Lupion não

participou das duas que foram feitas ao Estado do Pará; S. Exª sequer citou o que eu já coloquei aqui, fruto do relatório Comissão Pastoral da Terra, fruto da comissão que acompanhou as investigações sobre o assassinato da Irmã Dorothy. Para ele não existiu violência, não existiram assassinatos no campo. Ou seja, se eu coloco no relatório de uma CPMI da Terra que não existiram esses assassinatos, que não existiu toda essa violência, que não existiu a violação aos direitos humanos pelo trabalho escravo, esse relatório se torna um incentivo à violência, à impunidade; portanto, cúmplice, sim, de assassinato.

O Senador Sibá Machado colocou que essa questão extrapola Governo e Oposição. Essa questão é, sim, de posição política, de quem apóia a luta dos trabalhadores rurais e de quem é contra.

Infelizmente, por exemplo, no Estado do Pará, enquanto o relatório do Deputado João Alfredo tem 70 páginas, o relatório do Deputado Abelardo Lupion tem 19 linhas apenas; faz apenas essa referência. Para ele, talvez a Irmã Dorothy tenha se suicidado.

Termino registrando um comentário da colunista Tereza Cruvinel, no jornal **O Globo** de hoje, para que todos leiam, já que não terei muito tempo.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Peço que V. Exª conclua.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Em um minuto apenas, Sr. Presidente.

A jornalista Tereza Cruvinel teceu o seguinte comentário:

A Senadora Ana Júlia rasgou e lançou aos ares o relatório do Deputado Abelardo Lupion. Se ela exagerou, mais ainda o fizeram os ruralistas da CPI, ao aprovar um parecer alternativo que ofende a realidade agrária do Brasil (...) A CPI terminou melancolicamente, aprovando um relatório unilateral, sem apresentar um bom diagnóstico e muito menos uma boa proposta.

Triste do país, e triste da instituição que, melancolicamente, encerra seus trabalhos sem diagnóstico e sem propostas. Mas nós, os que, por décadas, lutamos pela mudança, não desistiremos: outras frentes se abrirão, outras janelas, outras oportunidades. O atraso que nos aguarde.

Sr. Presidente, peço apenas que seja transcrito na íntegra o documento citado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRª. SENADORA ANA JÚLIA CAREPA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.)

Data: 30/11/2005 Fonte: O Globo - 02

TEREZA CRUVINEL - Panorama Político

Enfado e violência

Há uma perceptível mudança no ambiente do Congresso. Nota-se, de um lado, a banalização da crise, representada por uma espécie de enfado da maioria com o desenrolar da novela. Por outro lado, e quase contraditoriamente, há um aumento da violência política, que já deixa de ser apenas verbal para chegar às bengaladas de ontem contra o deputado José Dirceu.

Se a maioria já não anda excitada como antes, os que compõem a elite parlamentar, os generais da luta política, é que vêm fazendo subir o tom da beligerância. O homem que agrediu Dirceu certamente o fez porque se sentiu à vontade, estimulado pelo clima de ringue que predomina sobre a civilidade política. Há poucos dias um senador e dois deputados, além de uma senadora, falaram em surrar o presidente da República e não se ouviu uma reprimenda oficial. Se as excelências dizem isso, estimulam freqüentadores - e por ali passam milhares de pessoas por dia, além de parlamentares e servidores - como o homem da bengala, um senhor de cabelos brancos. Bengalada em deputado, tenha ele o nome e a biografia de José Dirceu ou seja um obscuro membro do baixo clero, é uma agressão à liturgia parlamentar.

Na sessão final da CPI da Terra, outras cenas de hostilidade. A senadora Ana Julia rasgou e lançou aos ares o relatório do deputado Abelardo Lupion. Se ela exagerou, mais ainda o fizeram os ruralistas da CPI, ao aprovar um parecer alternativo que ofende a realidade agrária do Brasil.

Antes, haviam rejeitado o parecer do relator João Alfredo (PSOL-CE), que apresentava a questão do ponto de vista exclusivo dos movimentos sociais que lutam pela terra e pela reforma agrária. Mas Lupion foi para o extremo oposto. Dedicou apenas 19 linhas à mais grave questão brasileira, a conflagração agrária do sul do Pará, que fomenta a violência e estimula o desmatamento. Esqueceu a existência de trabalho escravo (nos últimos três anos foram libertados mais de 12 mil em 400 fazendas), de grileiros, de milícias armadas por fazendeiros. Preferiu denunciar um suposto treinamento de guerrilheiros das Farc em assentamentos do MST e tipificar ocupação de terra como crime hediondo. Os movimentos, e sobretudo o MST, cometem seus excessos mas o problema agrário brasileiro vai muito além disso. A CPI terminou melancolicamente, aprovando um relatório unilateral, sem apresentar um bom diagnóstico e muito menos uma boa proposta. E numa sessão em que só faltaram bengaladas.

Enquanto isso, a maioria zanza por um Congresso dominado pelas CPIs, e mesmo elas já não acertam o passo. O depoimento de mais um assessor do ministro Palocci, Ademirson Ariovaldo, foi frustrante e curto. O próprio ministro, numa exposição sobre o Fundeb, teve que responder a ataques de líderes à política econômica, que não estava em pauta.

Enquanto isso, ainda, os partidos se dividem sobre manter ou derrubar a regra da verticalização, de olhos postos na eleição de 2006. E os presidentes do Senado e da Câmara, como se comandassem um Parlamento em plena normalidade e com grande disposição de trabalho, apresentam uma linda pauta de votações para estes dias finais do ano. Utópica, longa e repleta de projetos relevantes mas inteiramente inadequada ao ambiente em que se misturam tédio e hostilidade.

A caminho do patíbulo

No início, era comum a avaliação de que José Dirceu seria cassado por mais votos que Roberto Jefferson (que teve contra si 313). Se houver hoje a sessão de sua cassação, o placar pode surpreender. Para escapar, segundo seus articuladores, faltariam ainda uns 50 votos. Mas estão certos de que ele não será cassado por maioria humilhante.

A sessão só não acontecerá hoje se o ministro Sepúlveda Pertence, do STF, votar pelo refazimento do processo de Dirceu no Conselho de Ética.

Mas mesmo nesse caso, o julgamento não ficará para 2006, e nem o próprio Dirceu o deseja. Avalia que já teve muitos ganhos com sua luta dos últimos três meses, alterando a correlação interna na Câmara e fortalecendo, lá fora, o entendimento de que é vítima de um processo político, que exige do Congresso a decapitação de uma cabeça importante do PT e do governo para demonstrar que não houve pizza. Ou impunidade.

Se o julgamento não for hoje, uma data exigida pela oposição quando o STF forçou o adiamento do dia 23, será ainda em dezembro. Dirceu avalia que um adiamento para 2006 neutralizaria toda a sua luta recente, marcada por mobilizações e atos de apoio que podem não mudar o placar, mas *também farão* parte dessa narrativa que, garante ele, não porá fim à sua vida política.

Pedra no caminho

A CPI dos Correios está com uma dificuldade adicional para investigar os fundos de pensão. O Fundo Prece, dos funcionários da Cedae do Rio de Janeiro, e as corretoras Ipanema, Euro, Quality e Quantia conseguiram liminar no STF que impede a quebra do sigilo de suas operações. O sub-relator ACM Neto (PFL-BA) está protestando. Se o STF mantiver a decisão, será impossível descobrir quem lucrou com operações que resultaram em perdas para o fundo.

O PRESIDENTE LULA está felicíssimo, tocando seu bumbo com o resultado da pesquisa Pnad, mostrando redução da pobreza e aumento da renda em 2004. O ministro Patrus Ananias apresentará estudos mostrando a contribuição do Bolsa Família para essa mudança. Mas Lula já comentou com os seus: depois dessa pesquisa, a oposição vai recrudescer.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – V. Exª será atendida.

Concedo a palavra agora, pela liderança do PDT, ao Senador Osmar Dias, do Paraná. Em seguida, usará a palavra o Senador Marco Maciel.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição, como Líder do PSDB, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Exª está inscrito.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Desculpe, Senador Osmar Dias, V. Exª que já está na tribuna. Mas, Sr. Presidente, como estou inscrita, solicito de V. Exª que me informe qual será a ordem: se vão falar os Líderes inscritos, ou não; ou se vão falar todos os Líderes, porque senão posso falar pela Liderança do P-SOL também. O que V. Exª considerar melhor para garantir o andamento dos trabalhos, inclusive pelos outros que estão inscritos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Senadora, quando é por delegação, nós fazemos intercalado. Mas quando é o próprio Líder, ele tem preferência.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pronto, então vou me inscrever, porque como sou a própria Líder, eu me inscrevo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Exª falará logo após o Senador Marco Maciel.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Estou inscrita normalmente. Então, excelente, Sr. Presidente. Vai ser intercalado, então?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não. Falará o Senador Osmar Dias, que já está na tribuna, em seguida, o Senador Marco Maciel e o Senador Arthur Virgílio; após, V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero inscrever-me como Líder antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Então V. Ex^a será logo em seguida ao Senador Arthur Virgílio.

E V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, no caso, será após o Senador José Agripino, cuja palavra será por apenas cinco minutos.

Desculpe-me, Senador Osmar Dias. Com a palavra V. Ex^a, por cinco minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Lula está indo para o Paraná, hoje, e vejo, nos jornais, que acompanhado de dez Ministros. Espero que Sua Excelência vá ao Paraná para solucionar alguns problemas que estamos enfrentando e até usar aquilo que o próprio Governador Roberto Requião sempre fala da amizade dos dois. Requião sempre diz que tem alguma coisa de pele com o Presidente Lula – isso ele dizia na campanha; não tem falado ultimamente, mas, na campanha, o Governador Requião sempre dizia que tinha uma ligação de pele com o Lula. Espero que essa ligação de amizade possa resolver alguns problemas do Paraná, porque lá o Presidente Lula vai receber um documento de entidades que representam a sociedade organizada do meu Estado. Registro o nome delas: Rede Paranaense de Comunicação/Gazeta do Povo; Federação das Associações Comerciais e Empresariais (Faciap); Federação da Agricultura do Estado do Paraná; Federação do Comércio do Paraná; Federação das Indústrias do Estado do Paraná; Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade; Instituto Paraná Desenvolvimento; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná; Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar); Associação Comercial do Paraná e Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná.

Essas entidades organizaram o que se chamou de Fórum Futuro 10 Paraná, Paraná+10, que reuniu cinquenta mil e cem lideranças, durante alguns meses, em oito regiões do Estado, para debater os próximos dez anos do Paraná. Foi uma iniciativa interessante que gerou um documento ainda mais interessante.

Normalmente se fazem os planos de Governo a partir da própria estrutura pública: os próprios servidores públicos, funcionários de Governo é que acabam sendo convocados para elaborar o que se chama de Plano de Governo. E a sociedade, cansada de esperar por soluções aos seus problemas, no Paraná, se reuniu para elaborar um documento que trata, com muita responsabilidade, temas como a educação e a segurança pública, sobretudo nesse momento em que se denuncia pelo Estado a falta de segurança em todas as cidades, mais acentuadamente nas médias e grandes cidades,

quando Curitiba se coloca como a sexta cidade mais violenta do País, entre as cidades com mais de 100 mil habitantes. Vemos uma cidade como Foz de Iguaçu colocada como a décima cidade mais violenta do País. Precisamos resolver os problemas da insegurança da população, porque o negócio mais lucrativo em Foz de Iguaçu é o turismo, e turista nenhum frequenta uma cidade se não tiver segurança.

Então, queremos que esse documento não seja apenas recebido pelo Presidente Lula e seus Ministros, mas que seja recebido, lido e respeitado tanto pelo Presidente quanto pelo Governador do Estado, que precisam olhar para aquilo que a sociedade está reclamando. A sociedade pede mais segurança, porque há assaltos diários a farmácias, a padarias, aos pequenos comércios, e nas ruas – e isso tem se multiplicado de forma exagerada nas cidades do meu Estado.

Além disso, demanda-se uma educação de mais qualidade, com acesso mais fácil às camadas menos favorecidas da população. A educação de maior qualidade requer uma reforma no sistema educacional brasileiro, para que tenhamos a inclusão de milhares de crianças que, ainda hoje, não podem frequentar escola, até no meu Estado que é considerado, como sempre digo aqui, acima da média no que se refere aos índices de desenvolvimento humano. Na verdade, quando se observam os índices, isso não se verifica, porque 70% das cidades do Paraná estão abaixo do índice médio brasileiro.

E, também, a gestão pública é muito enfatizada nesse documento. As entidades organizadas pedem a profissionalização do serviço público; planejamento estratégico com a participação da sociedade; estímulo e fortalecimento dos conselhos comunitários e outras organizações; conscientização política da população por meio da educação para exercício da sua cidadania; equilíbrio das contas públicas; melhoria na educação; reforma política; Orçamento diferenciado para Municípios com baixos índices de desenvolvimento a fim de combater as desigualdades regionais.

Não se trata de um documento escrito por aqueles que, estando no Governo, muitas vezes acabam tendo uma visão distorcida dos problemas que a sociedade enfrenta. Esse documento foi elaborado, isto sim, por aqueles que estão enfrentando esses problemas e querem a sua solução. É um documento precioso, que todos os prefeitos, o próprio Governador do Estado, o Presidente da República e os Ministros devem levar em conta. É um documento precioso para aqueles que pretendem exercer com seriedade o seu mandato na vida pública, respeitando as prioridades estabelecidas pela população. Quando as entidades a que me referi se manifestaram, fizeram-no nas oito regiões, repre-

sentando o pensamento majoritário das populações daquelas regiões.

Cada região estabeleceu sua prioridade e disse ao Governo e ao futuro Governo o que espera para os próximos 10 anos dos agentes públicos, daqueles que, eleitos, devem representar as regiões, respeitando suas prioridades, e, sobretudo, seus potenciais.

Sr. Presidente, este documento **Fórum Paraná +10** será entregue ao Presidente da República. Espero que Sua Excelência o leia e possa aprender um pouco de políticas públicas, o que está faltando exatamente neste momento ao Paraná e ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, do PFL de Pernambuco. S. Ex^a dispõe de 10 minutos.

Em seguida, concederei a palavra aos Líderes partidários Arthur Virgílio, pelo PSDB, José Agripino, do PFL e Heloísa Helena, do P-SOL.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador João Alberto Souza, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para fazer considerações sobre o Metrô de Recife, o chamado Metrorec. Em março deste ano, fiz um pronunciamento para formular um apelo ao Governo Federal no sentido de que fosse dado um tratamento adequado ao projeto de extensão do Metrô do Recife, que estava com um volume reduzido de recursos financeiros para o atual exercício orçamentário.

Gostaria, por oportuno, lembrar que o Metrô de Recife se iniciou ao tempo em que governava o Estado de Pernambuco, no ano de 1980, portanto, há 25 anos. É uma obra fundamental para a Região Metropolitana do Recife no que diz respeito ao transporte coletivo. Como sabe V. Ex^a, Sr. Presidente, o metrô se destina à população de baixa renda, mas assegura um transporte de primeira qualidade; ou seja, é um transporte de primeiro mundo, podemos dizer, para todo mundo, sobretudo para os assalariados, aqueles que não têm ou não dispõem de transporte particular e, conseqüentemente, dependem basicamente do transporte coletivo.

Na ocasião em que fiz o último discurso sobre o tema, o Governo Federal havia previsto apenas um valor em torno de R\$26 milhões, quando era necessário um montante bem maior. Esse valor foi realizado em agosto deste ano, e o Metrorec continua sofrendo com a falta de recursos até a data de hoje.

No período 1998 a 2002 – vou falar apenas do segundo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e não do primeiro, dos quais fui o Vice-Presidente da República –, foram liberados cerca de R\$370

milhões, que, atualizados para dezembro de 2004, representam aproximadamente R\$600 milhões. O Governo atual liberou, de 2003 a 2005 – ou seja, nesses últimos três anos –, somente R\$122 milhões, atualizados na mesma base. O Metrô de Recife, que tinha uma média de liberação de recursos de R\$120 milhões por ano, teve esse valor reduzido para R\$26 milhões este ano, o que comprova o desinteresse e a baixa prioridade que o Governo Federal vem dando para a conclusão das obras de expansão do referido sistema de transporte coletivo.

Mas, Sr. Presidente, vou mais além: o que era desinteresse transformou-se, a meu ver, agora, em completa desconsideração, pois o Governo Federal não incluiu rubrica sequer para o Metrô do Recife na proposta orçamentária do ano 2006. Isto é: o Orçamento que estamos apreciando no momento não contempla um centavo de real para o Metrô no próximo ano.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite uma aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Esse fato significa um completo e total abandono das obras de expansão do Metrô, projeto fundamental e estratégico para a população da Região Metropolitana do Recife.

Concedo um aparte ao nobre Líder Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a traz à baila tema de enorme gravidade. O Presidente Lula, no afã de obter o tal lugar cativo de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, sai por aí distribuindo dinheiro do BNDES, perdendo dívidas de países e considerando a China uma economia de mercado, embora não o seja, causando muitos problemas para a indústria têxtil. Depois, recorre infantilmente à OMC para pedir salvaguardas contra a China, salvaguardas essas que são dadas exatamente para proteger economias de mercado contra economias que não são de mercado e que praticariam a concorrência desleal. Enfim, é complicada a mistura de objetivos políticos canhestros de política externa com objetivos comerciais pouco nítidos. Esses parceiros, aos quais vou me referir, Cuba e Venezuela, tão paparicados, tão adulados, na hora em que viram seus próprios interesses, votaram contra a presença de Sayad no BID e não foram solidários em outros momentos em que o Brasil colocou nomes na disputa; o mesmo Brasil que lançou como candidato o excelente Embaixador Seixas Corrêa e foi derrotado fragorosamente na Organização Mundial do Comércio, que não soube se unir ao Mercosul, que desprestigiou o Uruguai e teve de engolir um barão do protecionismo agrícola europeu, o Sr. Pascal Lamy, como Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio. Esta, uma con-

fusão que só mesmo este Governo confuso é capaz de projetar. Agora, vemos faltar dinheiro para os metrô e, mais ainda – o Senador Sérgio Guerra me advertia, e V. Ex^a acabou de ler o nosso pensamento: não há um tostão previsto para metrô no Orçamento de 2006. Realmente, isso mostra que o Presidente desconhece completamente a importância do transporte para o bem-estar dos trabalhadores, para a produtividade das empresas, em função do bem-estar que causa aos trabalhadores, para o lazer que o cidadão merece e para, de novo, a produtividade das empresas, porque o cidadão, que tem direito ao lazer, que chega mais rápido ao lazer e volta mais rápido do lazer para casa, na segunda-feira, volta para produzir melhor na empresa. Falta a compreensão global e profunda de fatores que misturam o psicológico, o social, o econômico na luta para construir um grande País. É uma advertência séria a que V. Ex^a faz, com a experiência de quem já presidiu esta Casa, já presidiu a outra Casa, foi Vice-Presidente da República, com toda a relevância que teve durante oito anos do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi Governador do Estado de Pernambuco. V. Ex^a é figura autorizada. Toda vez em que diz algo, seus colegas, imediatamente, têm o que V. Ex^a diz como verdade, porque V. Ex^a é sinônimo de credibilidade. Parabéns pelo discurso contundente, apesar do estilo tranqüilo que marca a personalidade firme e tranqüila de V. Ex^a! Mas é uma verdade difícil de ser rebatida.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado, nobre Líder Arthur Virgílio. Quero agradecer o substancial aparte que V. Ex^a ofereceu ao meu modesto discurso e devo dizer que V. Ex^a citou duas questões de enorme significação.

A primeira diz respeito aos equívocos da política externa do atual Governo, e naturalmente este não é o momento para tratar do tema, visto que a limitação do tempo que me é concedido é muito grande. Mas não podemos deixar de reconhecer que tais equívocos estão produzindo reflexos, inclusive na disponibilidade de meios, na execução de obras do interesse nacional.

Em segundo lugar, V. Ex^a salienta, com propriedade, que algumas obras essenciais, fundamentais, inclusive para a comunidade mais carente, estão sendo desprezadas, tornadas não prioritárias pelo Governo Federal. O Metrô do Recife é um caso muito característico do que V. Ex^a acaba de afirmar.

Mas prossigo, Sr. Presidente.

Não é possível aceitar esse descaso do Governo Federal com um projeto tão importante que irá aumentar o atendimento dos atuais 170 mil passageiros/dia, para 400 mil passageiros/dia.

É bom lembrar que, além de atender a população carente, melhoramos o tráfego da região metropolitana, porque muitos passageiros, que são transportados por ônibus ou outros tipos de coletivo, passam a ser pelo Metrô, propiciando, portanto, a fluidez do tráfego na região metropolitana, que no caso de Recife é um problema bastante agudo.

Não é, pois, possível aceitar que uma obra que melhorará consideravelmente a qualidade de vida da população do Grande Recife, além da geração de renda, seja abandonada. Em consequência, resolvi, Sr. Presidente, apresentar uma emenda ao OGU deste ano para que a obra do Metrô de Recife não pare.

Decidi apresentar a única emenda a que tenho direito, para alocar 60 milhões de reais, para permitir que as obras tenham continuidade. É lógico que o Metrô precisa de mais do que isso, mas meu limite é esse. É o que posso fazer. Devo dizer que o valor desta emenda é mais do que o dobro do que foi alocado no ano passado para ser liberado este ano pelo Governo Federal.

Ouçoo com prazer o nobre Líder do PFL nesta Casa, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Marco Maciel, eu queria fazer um registro rápido, para não tomar tempo do pronunciamento de V. Ex^a. Acabei de passar pelo Recife. Embarquei e desembarquei no aeroporto da cidade, que tem a digital do ex-Vice-Presidente Marco Maciel. Talvez seja o mais bonito aeroporto do Brasil. Tenho a certeza de que o Metrô de Recife, que começou faz tempo, mas que andou bastante à época do Governo Fernando Henrique Cardoso, tem também sua digital, porque V. Ex^a, quieto, calado, é operoso e, com certeza absoluta, operou no sentido de levar benefício para sua terra, como o aeroporto, o metrô. Tenho absoluta certeza de que essa obra tem sua digital. Tanto a tem, que V. Ex^a, que é um homem contido por natureza, está fora de seu normal, reclamando, encostando o Governo no canto da parede e apresentando sua emenda coletiva pessoal para o metrô de Recife, pelo fato de entender que uma obra que está com 85% de sua superfície física completa esteja sendo objeto de promessas não cumpridas do Governo. E quero lembrar só a V. Ex^a uma coisa: há alguns meses, quando se votou aqui a concessão de verba para deslocamento de tropas do Brasil para o Haiti, ou manutenção de tropas do Brasil no Haiti, nós, do Nordeste, indignamo-nos e fomos conversar com o Ministro Antonio Palocci, junto com o Senador Aloizio Mercadante, para protestar e dizer que não íamos votar aquela matéria antes que fossem liberados recursos, conforme tinham sido anunciados anteriormente, para cobrir as intempéries no Brasil, secas e enchentes de

norte a sul, leste a oeste, e para os metrô. Então, o Senador Antonio Carlos Magalhães foi valente, e fui incorporado, em nome da causa do Nordeste, ao Ministro Antonio Palocci, que assumiu o compromisso de destinar verba para prosseguimento e conclusão dos metrô de Salvador, de Recife, de Fortaleza e de Belo Horizonte. E V. Exª, agora, traz à baila a promessa do Presidente da República, que anuncia uma coisa com base no que o Ministro Antonio Palocci nos sinalizou e não cumpriu. É a palavra do Presidente, dizendo que vai concluir sem ter um centavo de real no Orçamento. O que se pode concluir é que a promessa pela palavra fácil deste Governo e de Sua Excelência, o Presidente, é um fato com o qual o Brasil não pode contar. Receba meu cumprimento e minha solidariedade.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite-me V. Exª um aparte, eminente Senador Marco Maciel?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Ilustre Senador José Agripino, antes de mais nada, agradeço a V. Exª o aparte e as generosas referências que fez no que diz respeito à minha atuação na vida pública brasileira.

Concedo um aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Marco Maciel, como fez o nosso Líder, Senador Arthur Virgílio, quero também realçar a ida de V. Exª à tribuna para fazer justiça com seu Estado, Pernambuco. É lamentável que não haja sensibilidade deste Governo para alocar recursos para a conclusão de obras da maior importância, como é o metrô, como é o caso das eclusas no rio Tocantins no meu Pará. Hoje – passem os telespectadores, os brasileiros e brasileiras que nos assistem! –, Senador Marco Maciel, no Bom Dia Brasil, foi-nos relatada pela TV Globo a incompetência desse Governo para gastar recursos que estão alocados. Existem R\$6 bilhões nos diversos Ministérios sem serem utilizados, por excesso de burocracia, por outros motivos, muitos deles ambientais. É lamentável a incompetência do atual Governo para gastar os recursos alocados. Quero solidarizar-me com V. Exª e dizer que o Estado de Pernambuco tem muito orgulho da atuação de V. Exª nesta Casa.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado, nobre Senador Flexa Ribeiro pelo apoio que trouxe às palavras que aqui profiro. Ao tempo em que agradeço a V. Exª, digo com toda a convicção que V. Exª, como representante do Estado do Pará, sente a necessidade de termos uma política regional que contemple os Estados, sobretudo aqueles mais carentes da Federação brasileira.

E ouço agora com prazer o nobre Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Marco Maciel, vou procurar ser breve nesta intervenção. Quero parabenizá-lo pela sua manifestação de hoje, o que, seguramente, abre perspectivas para que

essas questões sejam resolvidas, por várias razões: primeiro, pelo peso da sua palavra;...

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Obrigado.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – ...segundo, pela ampla legitimidade que V. Exª tem nesse tema. Eu acompanhei, durante muitos anos, o seu esforço para que a idéia se transformasse de fato no metrô em Pernambuco, no Recife, na área metropolitana. Na linha do que disse o Senador José Agripino, gostaria de dizer, primeiro, que eu e o Senador José Jorge estivemos com o Ministro Palocci há algum tempo, e S. Exª assumiu o compromisso de resolver a questão de quatro metrô. Fez uma proposta ao Governo de Pernambuco, que não pôde ser aprovada – recursos de menos para necessidades de mais; segundo, a transferência da responsabilidade de uma conta que o Governo de Pernambuco não tinha condições de assumir. Especialistas do Ministério da Fazenda comprovaram que aquela conta era demais para uma economia como a do Governo de Pernambuco, e, fazendo ajustes, não vai se desajustar assim. Fiquei espantado, na semana passada, em Fortaleza, com o discurso do Presidente da República. Percebo claramente que o Presidente não consegue separar suas intenções – eu acredito até nelas –, as suas promessas, dos fatos. Entre os fatos e intenções anunciadas, ele afirmou que já havia resolvido a questão de três metrô, entre os quais o de Fortaleza...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – ...questão do Metrô do Recife. Ora, nada menos concreto. O Governo não tem sequer uma dotação, um tostão, como sempre houve, de recursos federais para o metrô, nem para a sua manutenção, nem para seu sustento. Segundo, esses metrô na verdade estão envolvidos nesse projeto, nessa chamada PPI, que chega ao Congresso de maneira fechada. A parte do orçamento que vai ser cumprida, o Congresso não pode alterar; a parte do orçamento que não vale nada, aquela que é contingenciada, nesta o Congresso pode entrar. Uma medida autoritária, antidemocrática, que não pode ser considerada pelo Congresso. Agora, não há decisão, não há ação, muito menos obra. Tudo isso é virtual. Todos os projetos anunciados pelo Presidente são virtuais. Não tem uma pá de pedreiro nessa história. Então, eu quero dizer que V. Exª tem todo o nosso apoio. Ninguém poderia conduzir melhor, pela lucidez, importância e conhecimento dessa matéria, que o Senador Marco Maciel, para defender o interesse de Pernambuco e também do Nordeste e do Brasil.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, por gentileza, concluindo, por favor.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Ao tempo em que agradeço o Senador Sérgio Guerra pelo seu competente aparte, queria lembrar que S. Ex^a citou uma questão fundamental. O Governo Federal também vem tentando transferir a administração do Metrô do Recife para o Governo do Estado. Acontece que as condições apresentadas pelo atual Governo mutilariam totalmente o projeto em execução, além do que já está ocorrendo, pois, de um total de cerca de R\$300 milhões necessários para a conclusão das obras, o Governo Federal se propõe a repassar apenas R\$145,5 milhões, ou seja, somente 40% das necessidades orçamentárias, o que é um fato grave, porque, de alguma forma, posterga a conclusão das obras do Metrô do Recife. O Presidente Fernando Henrique Cardoso deixou o Governo em condições de iniciar a última etapa do Metrô, com 85% da ampliação feita.

Então, estamos agora diante dessa nova dificuldade, que seria a transferência para a administração estadual, que não tem condições de arcar com esse ônus. Em que pesem todos os esforços do Governo Jarbas Vasconcelos, que tem sido uma administração extremamente competente e operosa, certamente não disporá de recursos nesse volume para assumir a administração do Metrô.

Além disso, o déficit operacional se elevará a cerca de R\$120 milhões por ano, onerando ainda mais o Orçamento do Estado.

(Interrupção do som.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Mas, Sr. Presidente, concluo as minhas palavras, solicitando o apoio desta Casa para que a emenda ora apresentada seja acolhida, pois sua aprovação, na íntegra, permitirá que a população da região metropolitana do Recife, que é uma população pobre, possa ver concluído um projeto que teve início há mais de 25 anos, que representa a garantia de dotar o Recife de um transporte de boa qualidade, seguro, eficiente e com custos relativamente baixos em relação a outros meios de transporte e que, certamente, muito vai contribuir para melhorar a qualidade de vida no Recife e no Grande Recife.

Agradeço a V. Ex^a a oportunidade que me deu de usar a tribuna nesta tarde.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

A seguir, concederei a palavra ao Senador José Agripino e à Senadora Heloísa Helena e passarei à Ordem do Dia. Ainda há oradores inscritos para uma comunicação inadiável.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o IBGE acaba de divulgar o resultado do Produto Interno Bruto brasileiro referente ao terceiro trimestre de 2005, que aponta drástica desaceleração da economia em ritmo mais acentuado do que projetavam as análises mais pessimistas.

Dá para entender a vacina de ontem, aplicada pelo Presidente Lula com larga divulgação nos grandes telejornais. O social estaria descolado da economia. Por certo, Sua Excelência já sabia, naquele momento, que o resultado era o desastre. Meses atrás, diziam que a política estava descolada da economia. Agora, os arautos do mercado financeiro, súbita e “coerentemente”, querem imputar a desaceleração econômica à crise política. Ninguém fala no exagero da dosagem da carga tributária crescente, com recordes mensais da Receita Federal e da taxa real de juros, infelizmente campeã mundial, com larga dianteira sobre a média das economias emergentes. A Casa sabe que, se o Copom, ousadamente, cortasse a Selic em dois pontos, de uma só vez, a taxa básica seria, ainda assim, a mais alta do mundo. Hoje, só a título de ilustração, a taxa real de juros no Brasil está em 13,1%, o que é indecoroso, é imoral, é insustentável.

Confesso que não gosto muito de olhar o curtíssimo prazo, o resultado de trimestre contra trimestre anterior por conta das sazonalidades. Não gosto disso. Mas será esse o número mais divulgado hoje. Prefiro, então, chamar atenção para a taxa acumulada do ano e, melhor ainda, nos últimos quatro trimestres, contra igual período anterior – o que equivale à taxa anual.

Pior que o resultado já verificado são as perspectivas que se desenham para o futuro. Supondo que o ano terminasse em setembro, a expansão do PIB teria sido de 3,1%. Para essa taxa subir até o fim do ano, será necessário um excepcional desempenho da economia nos últimos três meses do ano, com grandes e súbitos recordes de produção – fato em que ninguém crê. É bom lembrar que, no último trimestre de 2004, o PIB cresceu 5,9% contra igual trimestre de 2003, representando o melhor resultado do indicador numa série recente. É esse resultado que teria que ser batido a título de expansão do PIB, no último trimestre de 2005. E, eu repito, ninguém, em sã consciência, acredita em tal proeza.

O detalhamento do resultado mostra, igualmente, elementos preocupantes. A perda de dinamismo da agropecuária é flagrante, olhando para trás, tanto a curto quanto a longo prazo. Só não é pior por conta das exportações. O que significa que o mercado interno se está deprimindo e contraria as últimas pesquisas que produziram comentários ufanistas sobre um suposto desempenho social. Se a agricultura já vai mal há algum tempo, a indústria pode ir pelo mesmo caminho – na taxa anual, seu desempenho ainda é bom, mas, na taxa trimestral, despencou, literalmente despencou –, junto com a construção e as comunicações, por exemplo.

O consumo das famílias está crescendo não em ritmo excepcional, pois não recupera tudo que caiu nos anos anteriores. O Brasil não conseguiu fazer a virada que grande parte da América Latina já realizou – no resto do continente, a economia está crescendo muito mais que no Brasil (a projeção para este ano é de 4,9% no sul do continente latino-americano, e, acredito eu, menos de 3% no Brasil) –, e a expansão do mercado interno é que explica toda essa expansão dos vizinhos. Já no Brasil, para a taxa anualizada, para o PIB crescer 3,1%, as exportações cresceram 13.7%. Ou seja, tal como nos trimestres anteriores, nosso crescimento continua dependendo, e muito, do desempenho da economia internacional, da economia mundial.

Estamos ficando cada vez para trás, mais para trás, no mundo e até mesmo no nosso subcontinente. Viramos – não quero aqui imitar o Ministro Magri – viramos uma economia “imergente”. Dirão que nossos fundamentos são sólidos. Precisamos, então, acreditar no que nos querem fazer acreditar: nossa lenta expansão econômica depende do dinamismo de outras economias, e apenas disso, para que continuem comprando muito do Brasil, e ainda assim crescemos menos que eles. Porém, quando houver uma desaceleração da economia mundial, ou mesmo que só dos Estados Unidos e da China – lembro, a título de curiosidade, que a China hoje é responsável, Senador Tasso Jereissati, por 28% do crescimento do mundo e a Índia sozinha, por 10% – nós vamos acreditar que, aí, nesse momento, quando o resto do mundo crescer menos, nós vamos conseguir fazer o movimento inverso. É um raciocínio aloucado, atoleimado, que não cai bem na análise que fazemos da economia brasileira.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permita-me um aparte, Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Daqui a um minuto, Senador Flexa Ribeiro.

Por último, para esse estéril debate sobre política fiscal, não custa insistir na questão que ninguém fala – de onde vem o excesso de superávit primário? Vem de um aumento absurdo de carga tributária. Não é do corte de despesas. Deveria vir – e sou a favor de superávits – do corte de despesas, despesas correntes que estão crescendo 8% ao ano e, portanto, mais que o PIB. Então, isso não pode dar certo. Fica faltando para o investimento, porque estão gastando de maneira fútil – nos “aerolulas”, no empreguismo – estão gastando de maneira fútil algo que deveria ser jogado, a título de investimento público, na dinamização da nossa economia.

A situação é tal que ajuda a aumentar a taxa de crescimento do PIB. O próprio IBGE declara, na taxa anualizada, que a expansão da economia foi de 3,1% e a dos impostos sobre produtos, de 5,5% (e eles afetam o primeiro resultado); tirando os impostos, o crescimento do PIB foi superior ao aumento da produção e da renda.

Mas podemos dormir tranquilos, já que o Presidente nos tranquiliza, dizendo que nada disso terá reflexo na qualidade de vida. E quero no final fazer uma homenagem a ele. Não é todo dia que podemos homenagear um adversário. Vou homenagear o Presidente, Senador Tasso Jereissati. É um dever; não podemos ser sectários. Quando merece, homenageamos, não tem por que só criticar. E vou até fazer uma proposta aqui.

O Presidente Lula diz que nada disso terá reflexo na qualidade de vida. Política social e seus resultados nada têm a ver com política econômica. E desempenho da economia nada tem a ver com o resto. Portanto, cada coisa, quando interessa, é compartimentada, tem que ser vista de per si, nos interesses das estatísticas deste Governo.

Então, sugiro que comecemos aqui uma coleta de assinaturas dos Senadores – e isto é de interesse nacional, é suprapartidário – para indicarmos o Presidente Lula para o Prêmio Nobel de Economia. Era algo que mostraria a unidade do Brasil diante de um objetivo nacional. Enfim, alguém que consegue ser tão original, que consegue separar o social do econômico, o político do social, o social do político, alguém que consegue imaginar que tem um País tripartite e que não se mistura para ter resultados bons ou ruins ao fim do ano, é alguém que, portador de idéias tão generosamente inteligentes e criativas, teria que ser – e vamos parar com esse complexo de inferioridade, aquela história do cachorro vadia a que se referia Nelson Rodrigues – teria que ser o Presidente homenageado por todos nós. Sou o primeiro signatário. Não admitirei que ninguém assine antes de mim: Prêmio Nobel de Economia, porque Sua Excelência está inovando, está de fato demonstrando idéias que estavam faltando nos compêndios de teoria econômica.

Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, ao encerrar, que considere todo o material gráfico e todo o material teórico que embasou esta modesta comunicação de Liderança como parte integrante do discurso que proferi nos Anais da Casa. E deixo aqui a sugestão de termos um Presidente... Outro dia tentaram indicá-lo para o Prêmio Nobel da Paz. Não sei, não colou. De Economia, tenho a impressão de que sim. De Economia, sim. Porque é original. Quando nada, se cria assim: categoria luxo – não sei para quem vai; categoria ciência – vai para um outro; e ele ganha na categoria originalidade. Desfila e ganha na categoria originalidade em matéria de análise da economia deste País – indigitado país, infeliz país, desafortunado país este que chamamos de Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

I. Resultados do 3º Trimestre de 2005

O cronograma das Contas Nacionais Trimestrais estabelece a realização, uma vez por ano, da revisão das séries trimestrais em virtude da divulgação das Contas Nacionais Anuais. As Contas Nacionais de 2004 calculadas como o somatório dos quatro trimestres do ano não foram reestimadas no sistema anual em virtude da proximidade da divulgação da Nova Base 2000. Sua revisão será divulgada em conjunto com a série das Contas Nacionais na Nova Base 2000. A revisão realizada é na série de Comunicações e se justifica por ser um subsetor de Serviços constantemente susceptível a mudanças devido aos avanços tecnológicos. A parte do índice de volume da produção referente à Telefonia Móvel continua a ser calculada deflacionando a Receita Operacional Líquida das empresas pelo IPCA de Telefonia Móvel. Já a parte da Telefonia Fixa, além dos pulsos excedentes, minutos interurbanos nacionais e minutos interurbanos internacionais já considerados, houve a inclusão das assinaturas, que tem peso relevante na receita das empresas do setor.

Como as informações utilizadas para o cálculo dos indicadores de volume de algumas atividades não são disponibilizadas a tempo da divulgação das Contas Nacionais Trimestrais – indicadores de volume, foram utilizados modelos de projeção para a estimação dos resultados provisórios para o último trimestre divulgado. Para o terceiro trimestre de 2005, foram estimados os resultados para a Pecuária (bovinos, suínos, ovos, leite e aves), Aluguel (efetivo e imputado) e Energia Elétrica (setembro).

A Tabela Resumo, a seguir, apresenta os principais resultados para o Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado referentes aos cinco últimos trimestres.

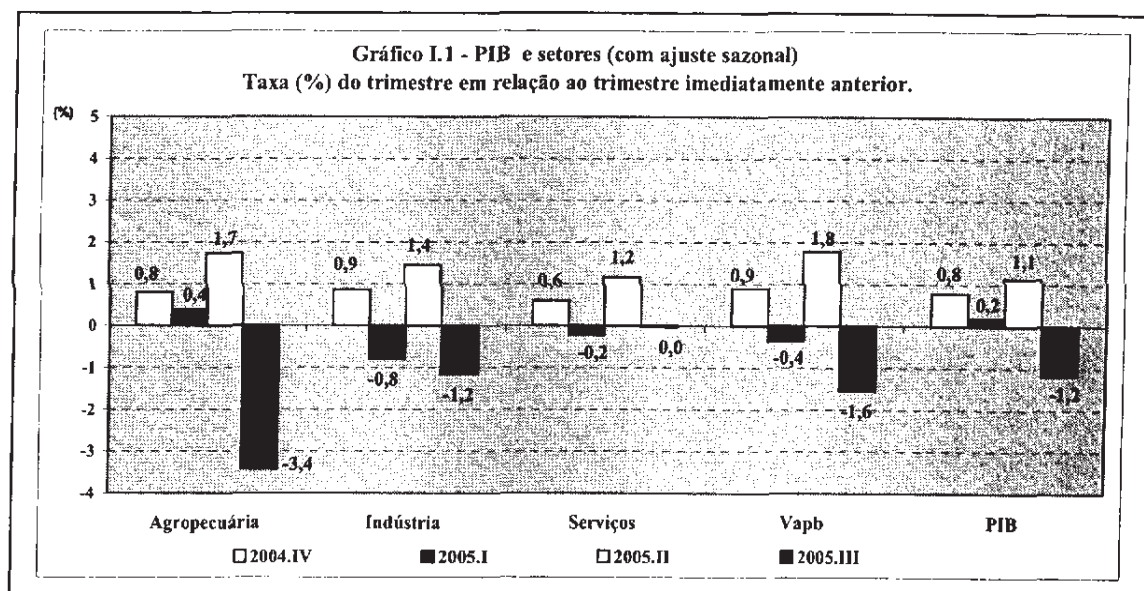
TABELA RESUMO – Principais resultados do PIB a preços de mercado
Do 3º trimestre de 2004 ao 3º trimestre de 2005

Taxas (%)	3º Trim 2004	4º Trim 2004	1º Trim 2005	2º Trim 2005	3º Trim 2005
Acumulado ao longo do ano / mesmo período do ano anterior - Tabela 3	5,0	4,9	2,8	3,4	2,6
Últimos quatro trimestres / quatro trimestres imediatamente anteriores - Tabela 4	4,0	4,9	4,6	4,4	3,1
Trimestre / mesmo trimestre do ano anterior - Tabela 2	5,9	4,7	2,8	4,0	1,0
Trimestre / trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal) - Tabela 7	1,4	0,8	0,2	1,1	(-) 1,2

A) TAXA TRIMESTRE CONTRA TRIMESTRE IMEDIATAMENTE ANTERIOR (COM AJUSTE SAZONAL)**TABELA 7 EM ANEXO**

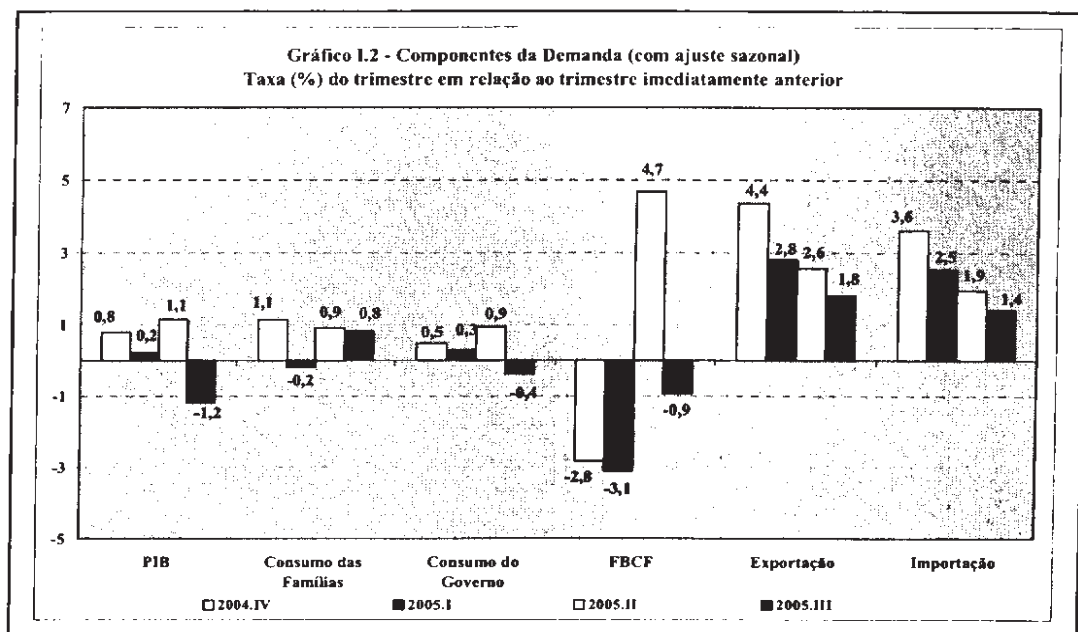
O PIB a preços de mercado apresentou queda de 1,2% na comparação do terceiro trimestre contra o segundo trimestre de 2005, levando-se em consideração a série com ajuste sazonal. A Agropecuária e a Indústria registraram queda de 3,4% e 1,2%, respectivamente. O setor de Serviços manteve-se estável (taxa de 0,0%). Cabe salientar que as séries são sazonalmente ajustadas de maneira direta, ou seja, as séries da Agropecuária, Indústria, Serviços, Valor Adicionado, PIB, Consumo do Governo, Consumo das Famílias, Formação Bruta de Capital Fixo, Exportações e Importações de Bens e Serviços são ajustadas individualmente.

O gráfico I.1, a seguir, apresenta as variações em relação ao trimestre imediatamente anterior do PIB a preços de mercado e de seus principais setores para os últimos quatro trimestres.

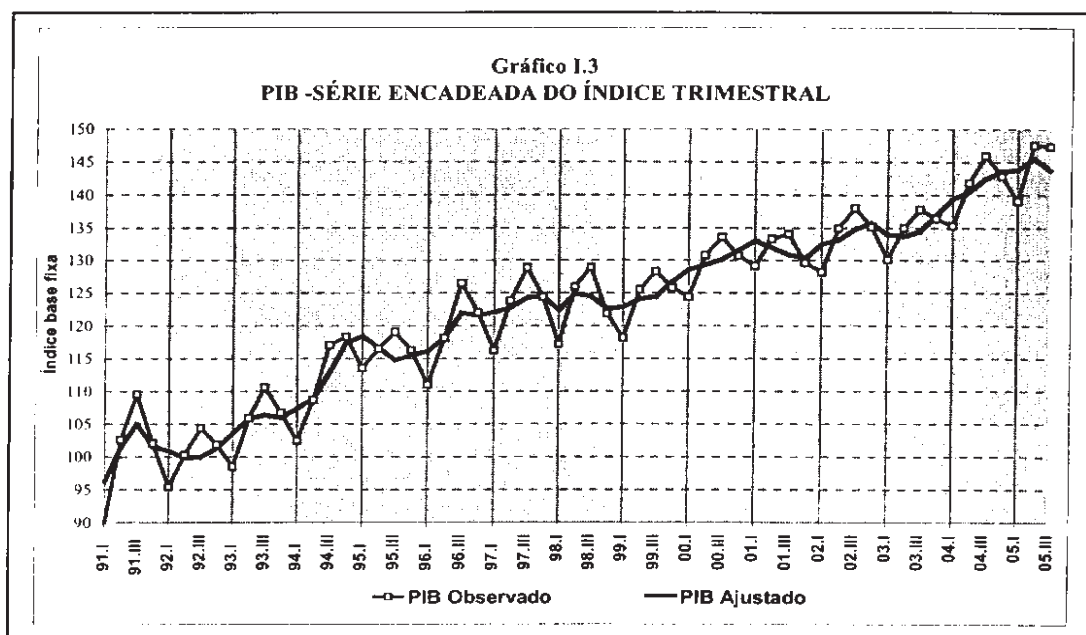


Em relação aos componentes da demanda, destaca-se a queda de 0,9% da Formação Bruta de Capital Fixo no terceiro trimestre deste ano após o aumento de 4,7% no segundo trimestre de 2005. O Consumo do Governo também apresentou resultado negativo, porém próximo da estabilidade, -0,4%. Além disso, as Importações de Bens e Serviços registraram pelo oitavo trimestre consecutivo um aumento, da ordem de 1,4%. Por outro lado, o Consumo das Famílias registrou variação positiva de 0,8%, neste tipo de comparação e as Exportações de Bens e Serviços seguiram a trajetória de crescimento, iniciada no segundo trimestre de 2003, obtendo crescimento de 1,8%.

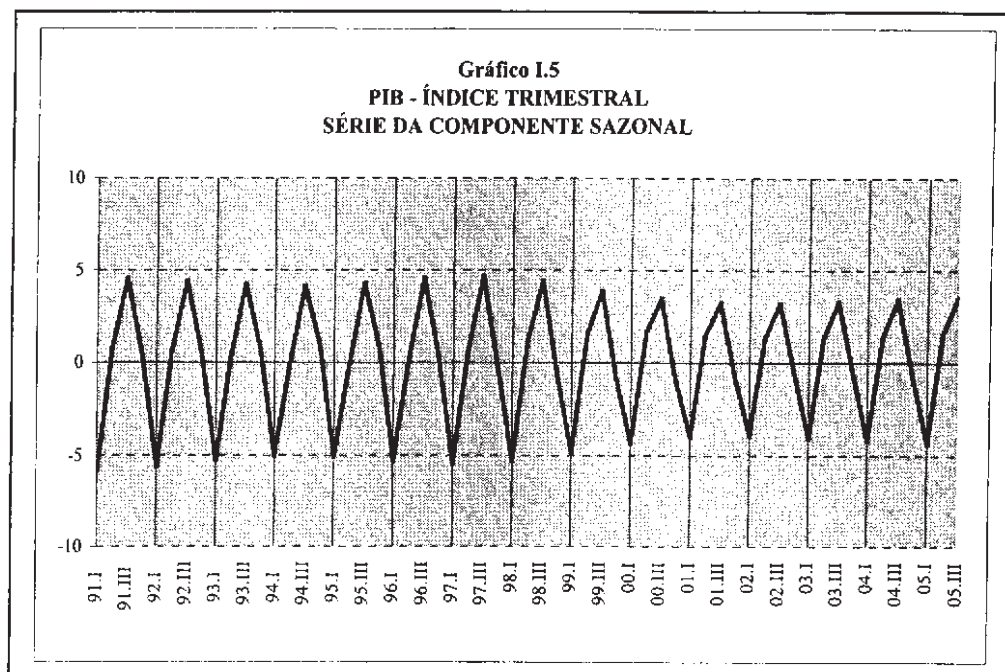
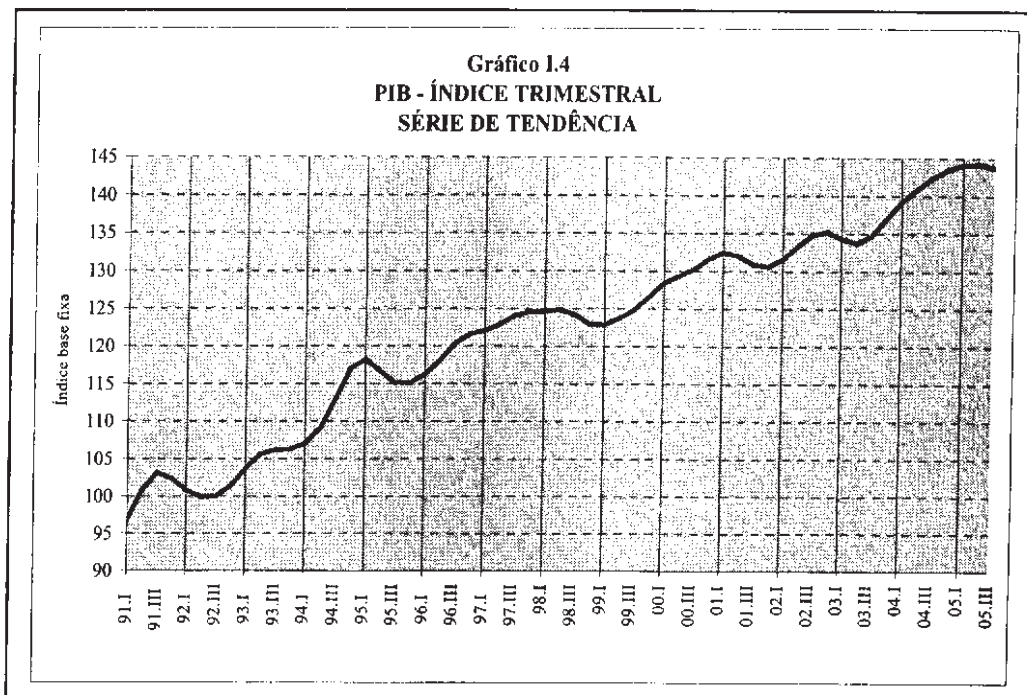
O gráfico I.2, a seguir, apresenta as variações em relação ao trimestre imediatamente anterior dos componentes da demanda para os últimos quatro trimestres.



As séries observadas e ajustadas para o PIB a preços de mercado são apresentadas no gráfico I.3, abaixo.



Abaixo estão apresentados os gráficos 1.4 e 1.5 mostrando a tendência e a sazonalidade da série do PIB a preços de mercado.



B) TAXA TRIMESTRAL EM RELAÇÃO AO MESMO TRIMESTRE DO ANO ANTERIOR

TABELA 2 EM ANEXO

O PIB a preços de mercado apresentou elevação de 1,0% no terceiro trimestre de 2005, em relação a igual período de 2004. O Valor Adicionado a preços básicos apresentou um aumento de 0,8% e os Impostos sobre Produtos uma elevação de 2,8%. A elevação do volume dos Impostos sobre Produtos deve-se em grande parte ao crescimento das Importações de Bens e Serviços que provocaram um aumento no volume do Imposto sobre Importação.

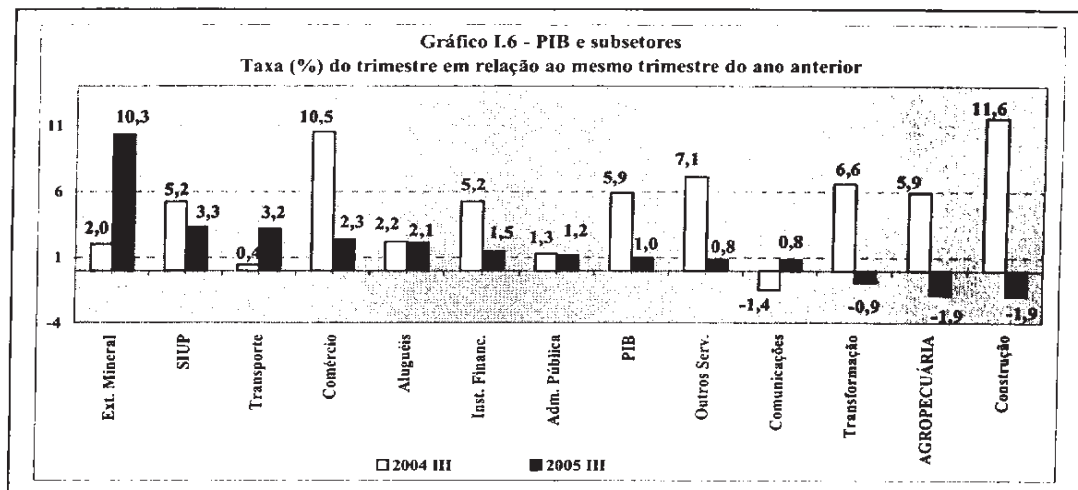
Dentre os setores que contribuem para a geração do Valor Adicionado, destaca-se o setor de Serviços com uma taxa positiva de 1,5%, seguido pela Indústria com variação de 0,4% na comparação com o mesmo trimestre de 2004. Por outro lado, a Agropecuária apresentou uma queda de 1,9%.

A taxa da Agropecuária pode ser explicada pelo declínio de produção no ano de 2005, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA-IBGE) de setembro¹, de alguns produtos cujas safras são relevantes no terceiro trimestre. Esse é o caso, por exemplo, do trigo (-11,0%), do café (-11,8%) e da laranja (-2,6%).

Na atividade industrial, o destaque foi a Extrativa Mineral apresentando uma taxa de 10,3%, seguida pelo desempenho positivo dos Serviços Industriais de Utilidade Pública com 3,3% de aumento. Os demais subsetores que compõem a Indústria tiveram resultado negativo nesta comparação. A Construção Civil registrou queda de 1,9% e a Indústria de Transformação declinou 0,9%, a menor taxa desde o primeiro trimestre de 2002, quando atingiu -1,6%.

O setor de Serviços apresentou melhor desempenho no terceiro trimestre de 2005 na comparação com o mesmo período de 2004, registrando taxas positivas em todos os subsetores que o compõem. Os maiores destaques foram para o Transporte (3,2%) e para o Comércio (atacadista e varejista), cuja elevação foi de 2,3%. Os demais subsetores tiveram os seguintes desempenhos: Aluguel (2,1%), Instituições Financeiras (1,5%), Administração Pública (1,2%), Outros Serviços (0,8%) e Comunicações (0,8%).

O gráfico I.6 apresenta as taxas trimestrais para o PIB e seus principais subsetores, no terceiro trimestre dos anos 2004 e 2005.



Dentre os componentes da demanda, a Formação Bruta de Capital Fixo, após seis trimestres apresentando resultados positivos, registrou queda de 2,1%, afetada negativamente pela base de comparação elevada do terceiro trimestre de 2004, quando houve crescimento de 19,3%. Além disso, ressalte-se que a média da taxa de juros efetiva Selic para o segundo e terceiro trimestre de 2005 é a mais elevada (19,7% ao ano) desde o terceiro trimestre de 2003. Comparando a taxa efetiva Selic do terceiro trimestre com o mesmo período do ano passado observa-se uma elevação de 3,7 pontos percentuais.

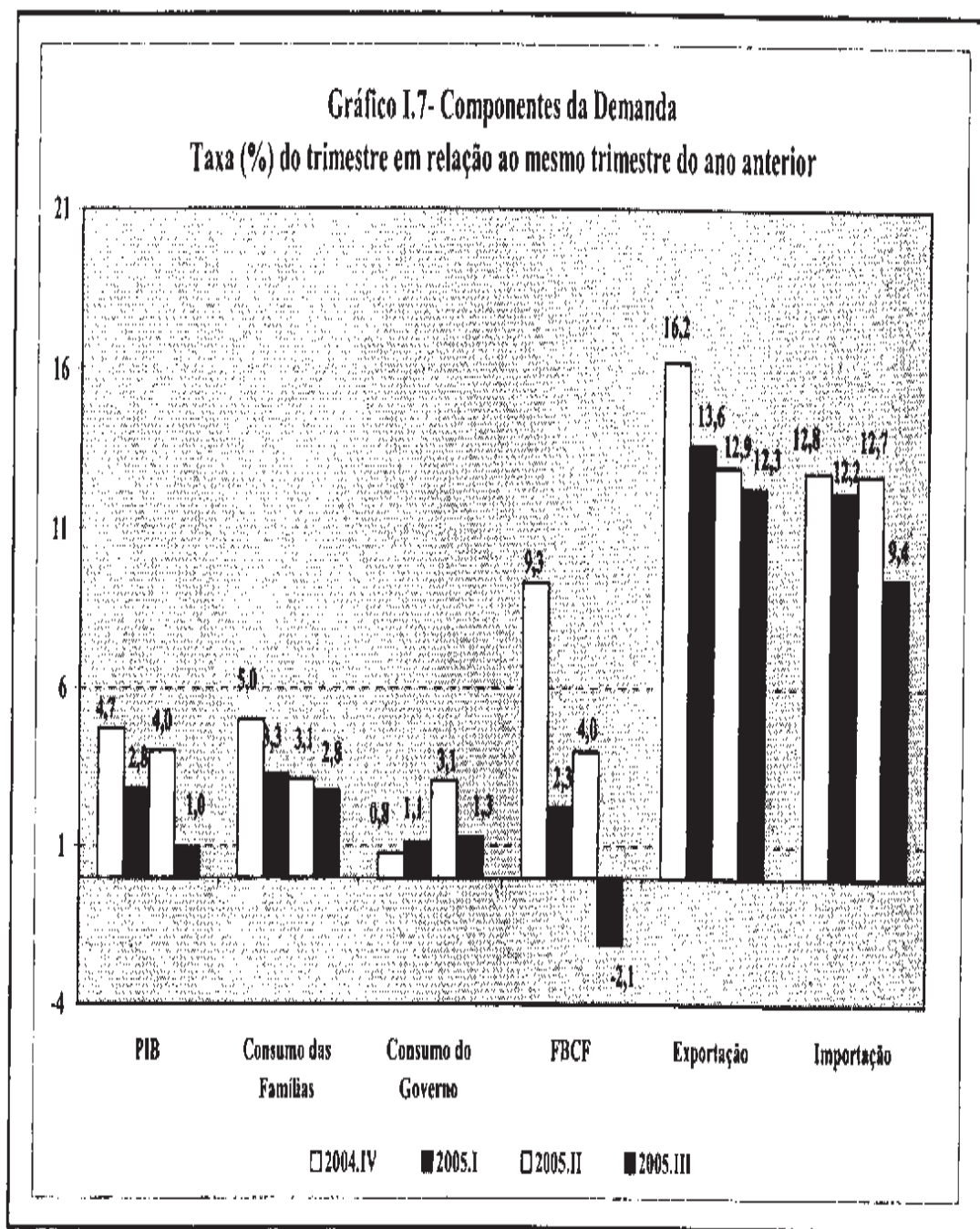
No terceiro trimestre de 2005 em relação a igual trimestre de 2004, o Consumo das Famílias alcançou a taxa positiva de 2,8%, o oitavo crescimento consecutivo nessa comparação. Um dos fatores que contribuíram para este resultado foi a elevação de 4,7% da massa salarial dos trabalhadores no trimestre, que ocorreu devido ao comportamento favorável tanto do Pessoal Ocupado como do Rendimento Médio Real do Trabalho Efetivamente Recebido (aumentos de 2,3% e 2,3%, respectivamente, na comparação com igual período de 2004)². Além disso, houve um crescimento, em termos nominais, de 39,1% do saldo de operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres para as pessoas físicas³. Por fim, o Consumo do Governo apresentou crescimento de 1,3% no terceiro trimestre de 2005 na comparação com o mesmo período de 2004.

Pelo lado da demanda externa, as Exportações de Bens e Serviços mantiveram-se em crescimento registrando taxa de 12,3% no período. As Importações de Bens e Serviços também apresentaram mais uma vez elevação nesta comparação, da ordem de 9,4%. Cabe registrar que é o oitavo trimestre consecutivo de crescimento tanto para as Exportações quanto para as Importação de Bens e Serviços.

² Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE).

³ Segundo a Nota para Imprensa "Política Monetária e Operações de Crédito do Sistema Financeiro".

O gráfico I.7, abaixo, apresenta as taxas de variação trimestral dos componentes da demanda para os quatro últimos trimestres.



C) TAXA ACUMULADA NOS ÚLTIMOS QUATRO TRIMESTRES (EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DO ANO ANTERIOR)

TABELA 4 EM ANEXO

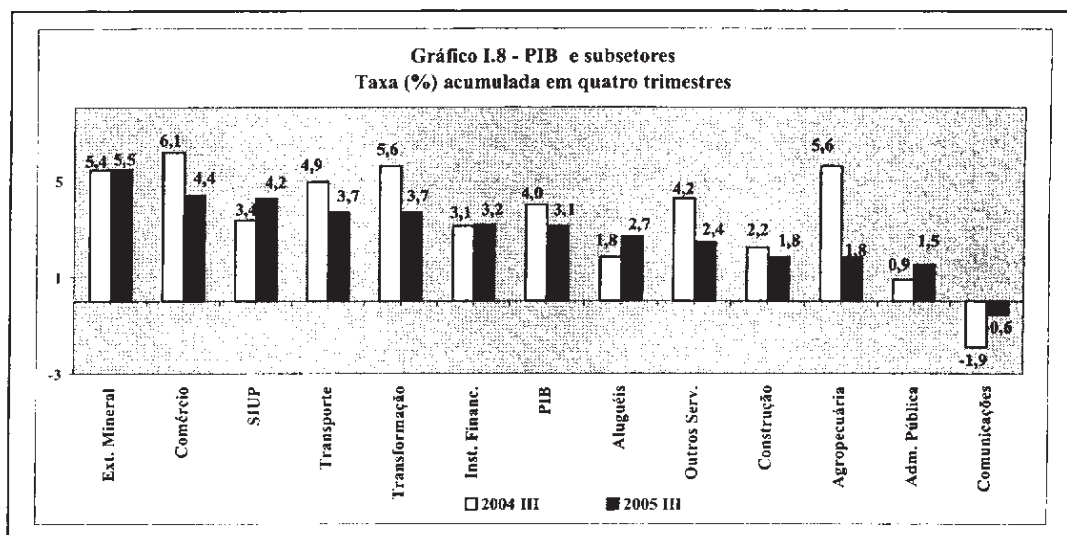
O PIB a preços de mercado acumulado nos quatro trimestres terminados no terceiro trimestre de 2005, apresentou crescimento de 3,1% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores. Esta taxa resultou da elevação de 2,8% do Valor Adicionado a preços básicos e do aumento de 5,5% nos Impostos sobre Produtos.

O resultado do Valor Adicionado neste tipo de comparação decorreu do desempenho dos três setores que o compõem: Indústria (3,7%), Serviços (2,5%) e Agropecuária (1,8%).

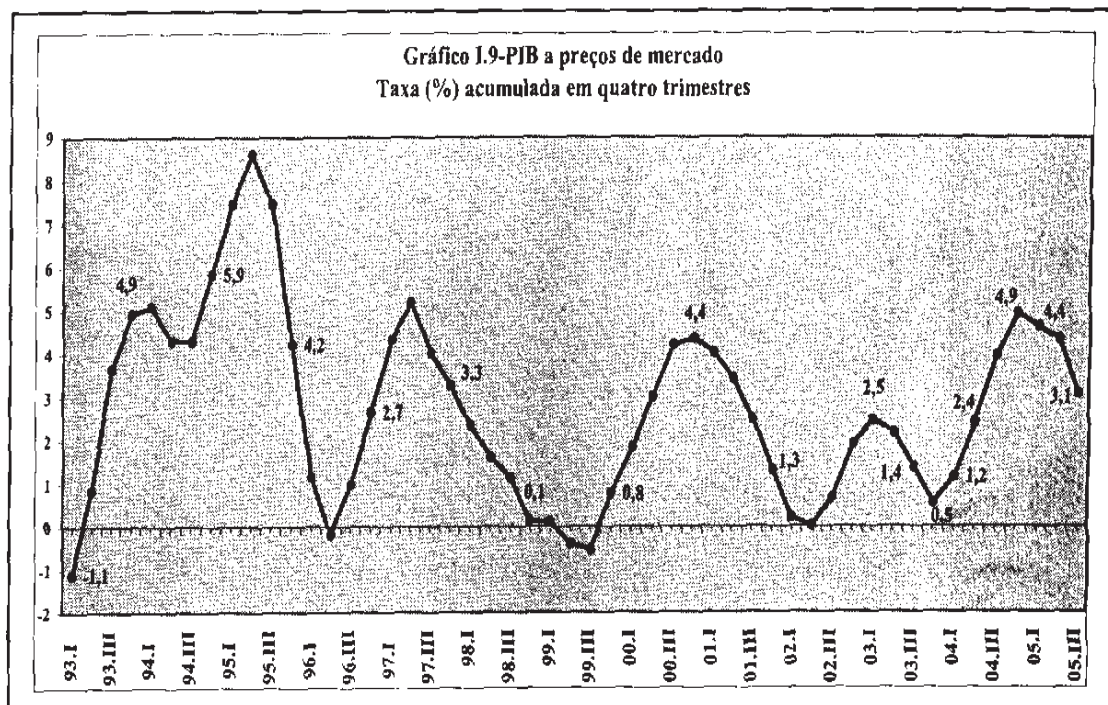
Dentre os subsetores da Indústria, a maior alta foi a da Extrativa Mineral (5,5%). Em seguida, vieram os Serviços Industriais de Utilidade Pública e a Indústria da Transformação com os respectivos crescimentos de 4,2% e 3,7%. Por fim, a Construção Civil apresentou o menor crescimento (1,8%).

As maiores elevações nos Serviços foram nos subsetores Comércio, Transporte e Instituições Financeiras (4,4%, 3,7% e 3,2%, respectivamente). Também apresentaram crescimento os subsetores Aluguéis (2,7%), Outros Serviços (2,4%) e Administração Pública (1,5%). Já o subsetor de Comunicações apresentou uma variação negativa de 0,6%.

O gráfico I.8, a seguir, mostra as taxas por subsetor acumuladas nos quatro trimestres terminados em setembro de 2005 e em igual período de 2004.



O gráfico 1.9 apresenta as taxas de crescimento acumuladas nos últimos quatro trimestres para o PIB a preços de mercado, a partir do primeiro trimestre de 1993. Nota-se que, após o vale do quarto trimestre de 2003 quando a taxa de crescimento do PIB atingiu 0,5%, houve uma aceleração da taxa atingindo 4,9% no final de 2004 e recuando para 3,1%, neste trimestre.

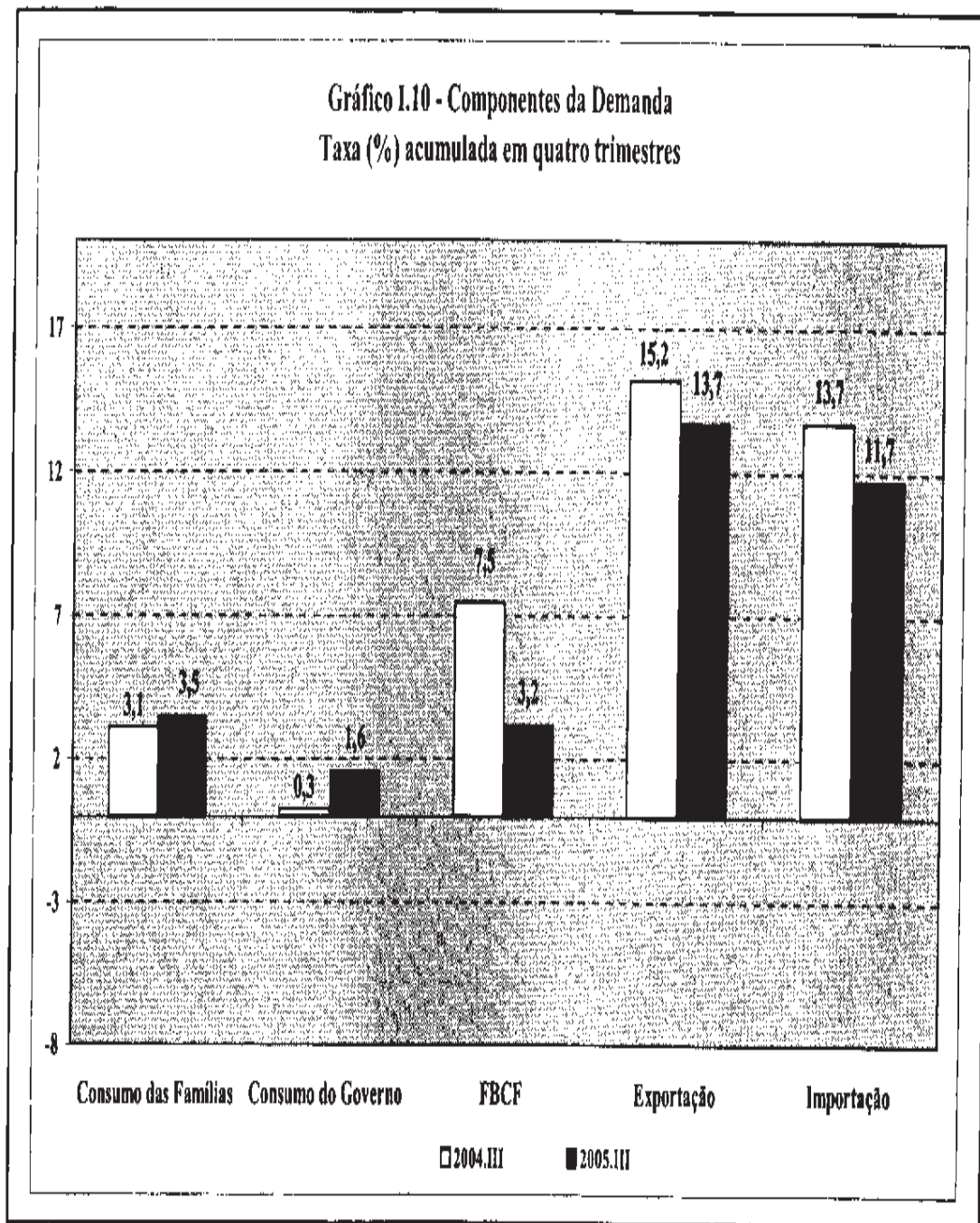


Na análise da demanda o Consumo das Famílias cresceu 3,5%, o sexto trimestre de crescimento consecutivo, favorecido pela elevação de 5,4% da massa salarial dos trabalhadores, em termos reais e pelo crescimento, em termos nominais, de 34,1% do saldo de operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres para as pessoas físicas. Já o Consumo do Governo apresentou crescimento de 1,6%.

A Formação Bruta de Capital Fixo também apresentou crescimento, 3,2%, mostrando uma desaceleração se comparada com os percentuais do primeiro e segundo trimestre de 2005 (11,0% e 8,6% respectivamente).

Já no âmbito do setor externo, as Exportações de Bens e Serviços apresentaram um crescimento de 13,7% e as Importações de Bens e Serviços tiveram elevação de 11,7%, neste tipo de comparação.

O gráfico I.10 apresenta as variações percentuais dos componentes da demanda em quatro trimestres até o terceiro trimestre dos anos 2005 e 2004.



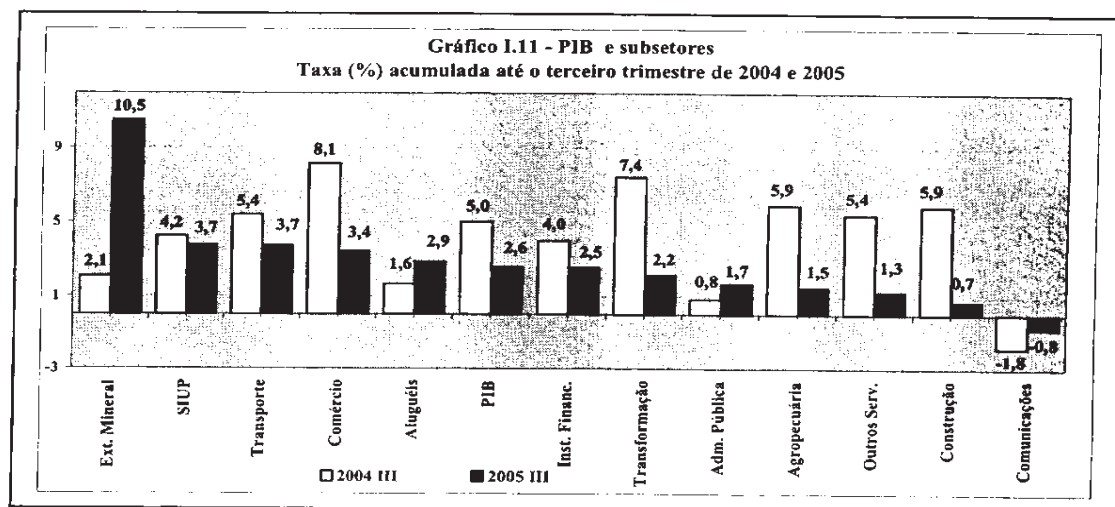
D) TAXA ACUMULADA AO LONGO DO ANO (EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DO ANO ANTERIOR)**TABELA 3 EM ANEXO**

O PIB a preços de mercado no acumulado de janeiro a setembro apresentou crescimento de 2,6%, em relação a igual período de 2004. Na mesma base de comparação, os setores da Indústria e Agropecuária cresceram 2,9% e 1,5%, respectivamente, e o setor de Serviços 2,1%.

Dentre os quatro subsetores do setor Industrial todos apresentaram taxas positivas na comparação do acumulado do ano, sendo que o destaque foi o crescimento da Extrativa Mineral (10,5%). Transformação e os Serviços Industriais de Utilidade Pública apresentaram respectivamente, crescimento de 2,2% e 3,7%. Já a Construção Civil registrou aumento de 0,7%.

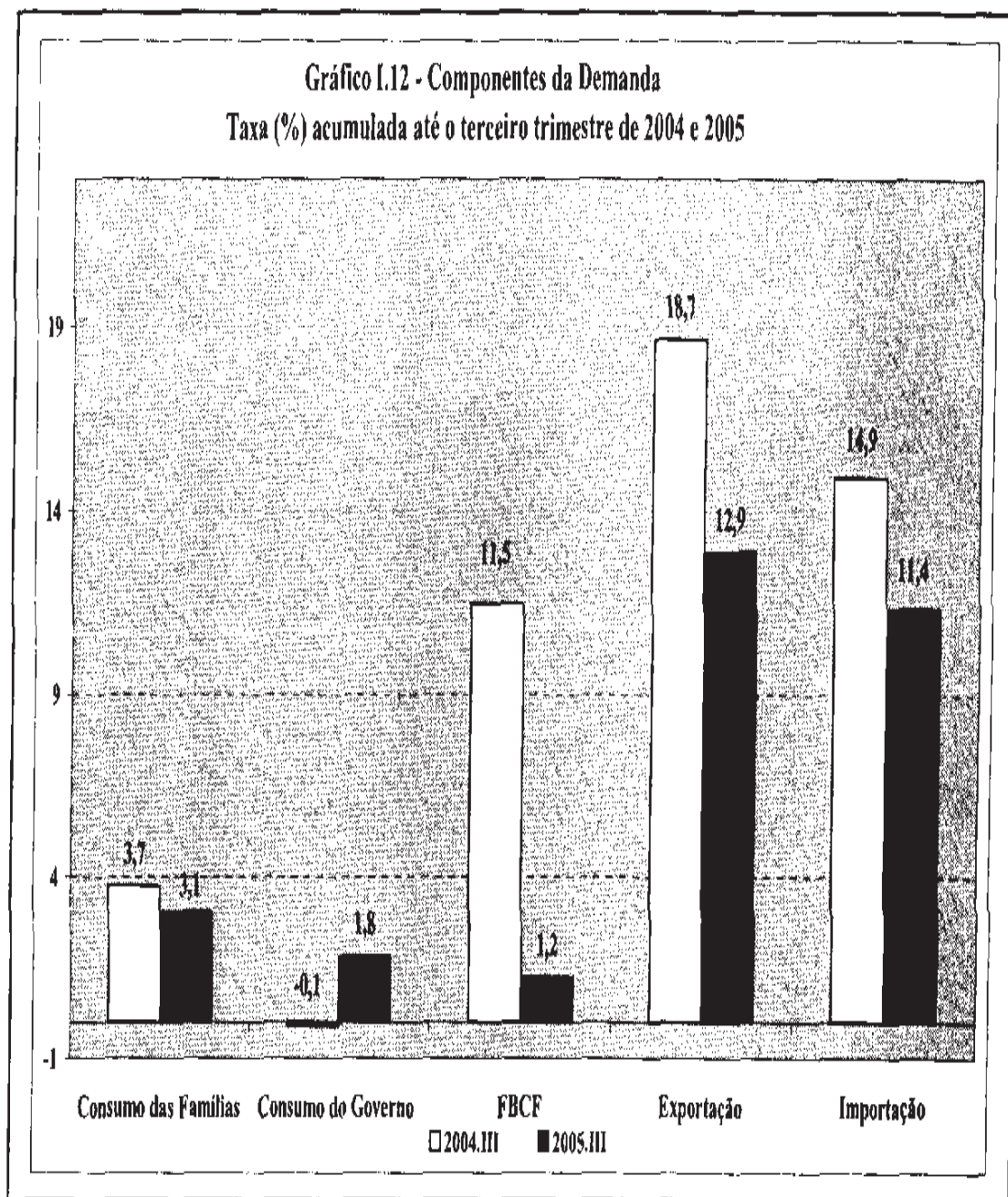
No setor de Serviços, as maiores elevações foram no Comércio e nos Transportes (3,4% e 3,7%, respectivamente). Também apresentaram crescimento os subsetores de Aluguéis (2,9%), Instituições Financeiras (2,5%), Administração Pública (1,7%) e Outros Serviços (1,3%). Comunicações foi o único subsetor de serviços a registrar declínio, de 0,8%.

O gráfico I.11, a seguir, mostra as taxas por subsetor do acumulado do ano de 2005 e de 2004.



Na análise da demanda, considerando a comparação do acumulado do ano contra o mesmo período de 2004, o Consumo das Famílias cresceu 3,1%. O Consumo do Governo ampliou-se em 1,8% enquanto a Formação Bruta de Capital Fixo apresentou taxa positiva de 1,2%. Analisando o setor externo, os componentes Exportações de Bens e Serviços e Importações de Bens e Serviços apresentaram taxas positivas de 12,9% e 11,4%, respectivamente.

O gráfico I.12 apresenta as variações percentuais dos componentes da demanda no acumulado do ano em 2004 e 2005.



PIB apresenta variação de -1,2% no terceiro trimestre de 2005 em relação ao trimestre anterior

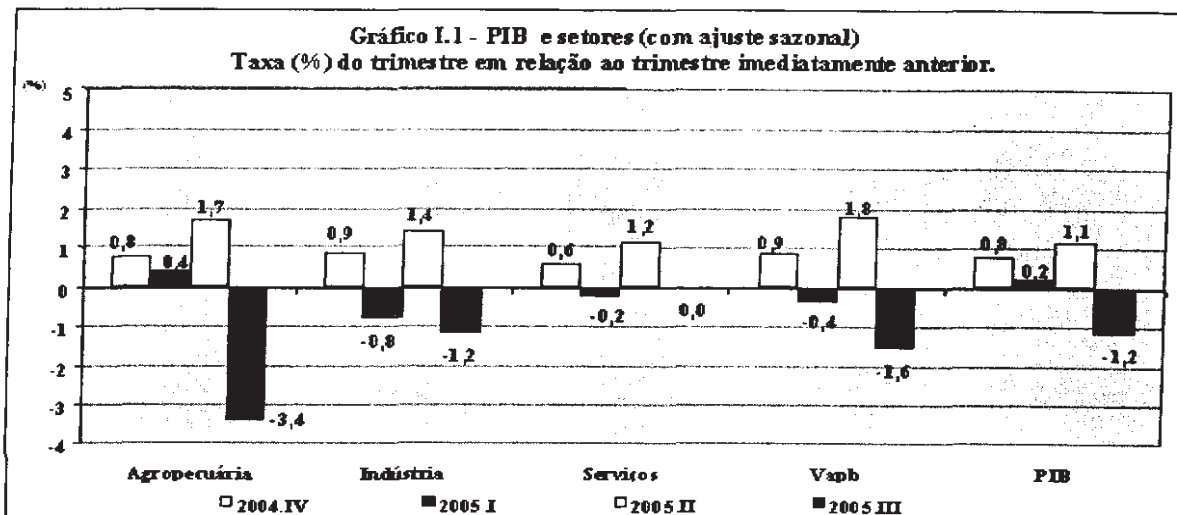
O Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado apresentou queda de 1,2% no terceiro trimestre de 2005, em relação ao segundo trimestre deste ano, na série com ajuste sazonal. Em relação ao terceiro trimestre de 2004, o crescimento foi de 1,0%. O acumulado no ano registrou crescimento de 2,6% em relação ao mesmo período de 2004. No acumulado em quatro trimestres, a taxa ficou em 3,1% quando comparada aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

Principais resultados do PIB a preços de mercado

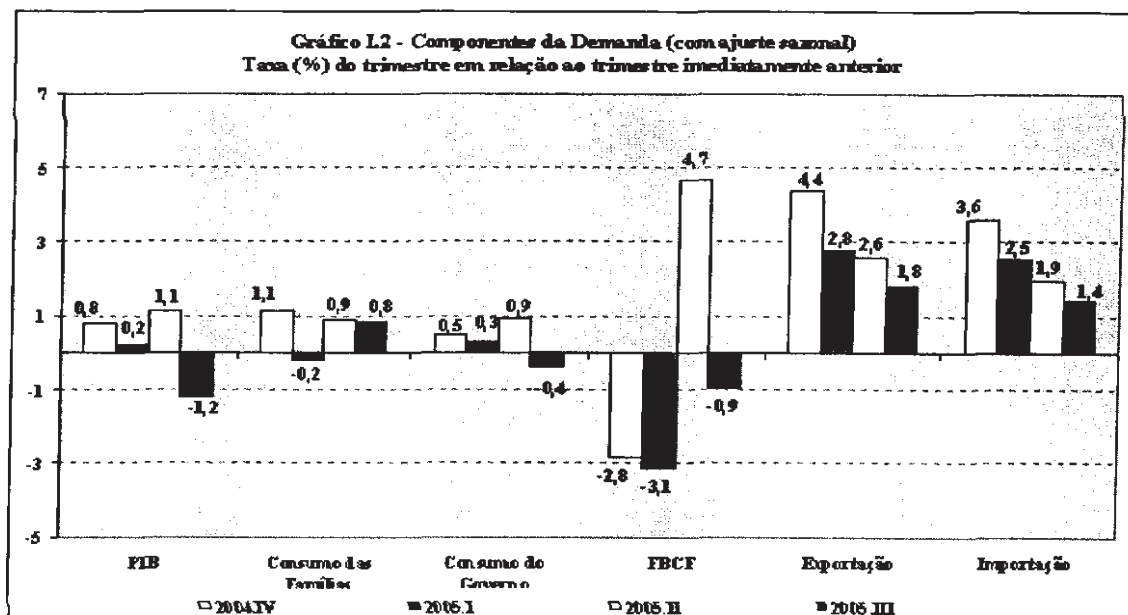
Do 3º trimestre de 2004 ao 3º trimestre de 2005

Taxas (%)	3º Trim 2004	4º Trim 2004	1º Trim 2005	2º Trim 2005	3º Trim 2005
Acumulado ao longo do ano / mesmo período do ano anterior - Tabela 3	5,0	4,9	2,8	3,4	2,6
Últimos quatro trimestres / quatro trimestres imediatamente anteriores - Tabela 4	4,0	4,9	4,6	4,4	3,1
Trimestre / mesmo trimestre do ano anterior - Tabela 2	5,9	4,7	2,8	4,0	1,0
Trimestre / trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal) - Tabela 7	1,4	0,8	0,2	1,1	(-) 1,2

O resultado do terceiro trimestre de 2005 (na série com ajuste sazonal), em relação ao segundo trimestre deste ano, foi influenciado, principalmente, pela *Agropecuária* e a *Indústria* que registraram queda de 3,4% e 1,2%, respectivamente. O setor de *Serviços* manteve-se estável (taxa de 0,0%).



Em relação aos componentes da demanda, destaca-se a queda de 0,9% da *Formação Bruta de Capital Fixo* no terceiro trimestre deste ano, após o aumento de 4,7% no segundo trimestre de 2005. O *Consumo do Governo* também apresentou resultado negativo de -0,4% e as *Importações de Bens e Serviços*, por sua vez, registraram pelo oitavo trimestre consecutivo um aumento da ordem de 1,4%. Por outro lado o *Consumo das Famílias* registrou variação positiva de 0,8% e as *Exportações de Bens e Serviços* seguiram a trajetória de crescimento, iniciada no segundo trimestre de 2003, com resultado de 1,8%.



Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, PIB cresceu 1,0%

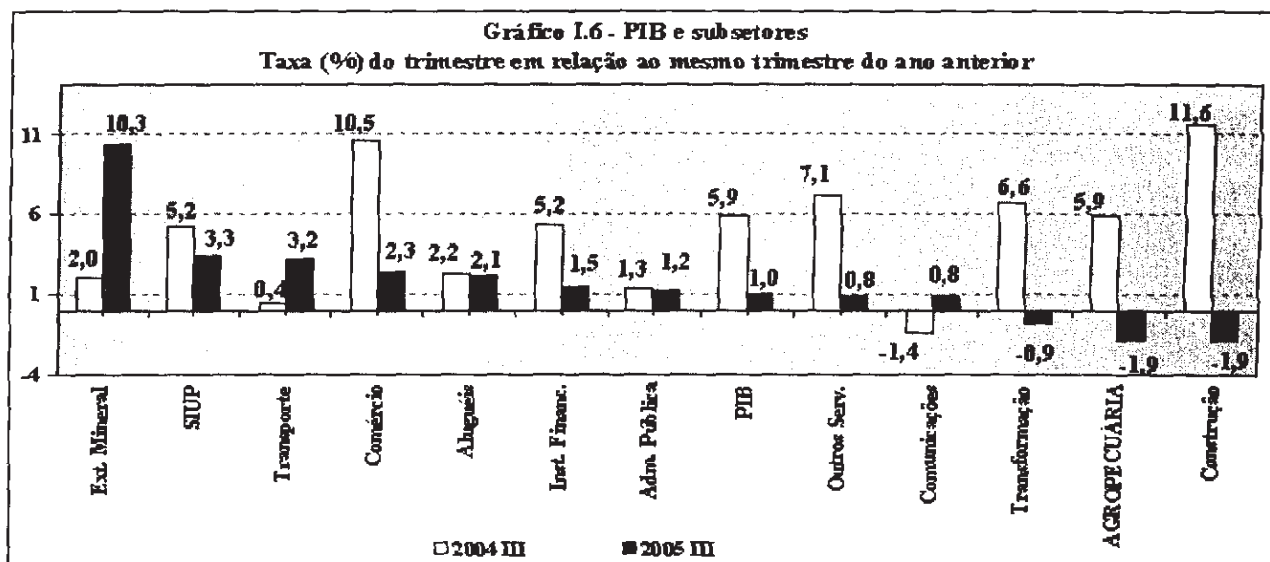
O PIB a preços de mercado apresentou elevação de 1,0% no terceiro trimestre de 2005, em relação a igual período de 2004. O Valor Adicionado a preços básicos apresentou um aumento de 0,8% e os Impostos sobre Produtos uma elevação de 2,8%.

Dois setores contribuíram para a geração do Valor Adicionado com taxas positivas na comparação com o mesmo trimestre de 2004. O setor de *Serviços* com uma taxa positiva de 1,5%, seguido pela *Indústria* com variação de 0,4%. Por outro lado, a *Agropecuária* apresentou uma queda de 1,9%.

A taxa da *Agropecuária* pode ser explicada pelo declínio de alguns produtos relevantes na safra de 2005 segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA-IBGE) de setembro. É o caso, por exemplo, do *trigo* (-11,0%), do *café* (-11,8%) e da *laranja* (-2,6%).

Na atividade industrial, o destaque foi a *Extrativa Mineral* com aumento de 10,3%, seguida pelo desempenho positivo dos *Serviços Industriais de Utilidade Pública* com 3,3%. Os demais subsetores que compõem a *Indústria* tiveram resultado negativo nesta comparação. A *Construção Civil* registrou queda de 1,9% e a *Indústria de Transformação* declinou 0,9%, a menor taxa desde o primeiro trimestre de 2002, quando atingiu -1,6%.

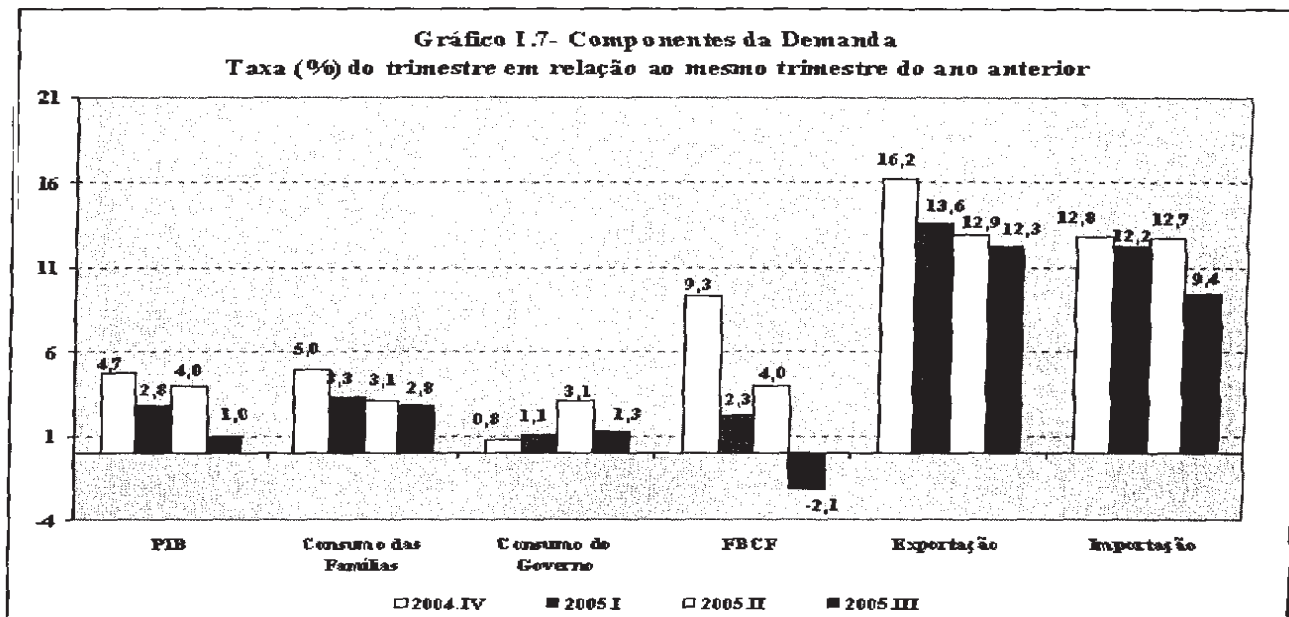
O setor de *Serviços* apresentou o melhor desempenho no terceiro trimestre de 2005, na comparação com o mesmo período de 2004, com taxas positivas em todos os subsetores. Os maiores destaques foram: *Transporte* (3,2%) e *Comércio* atacadista e varejista (2,3%). Os demais subsetores tiveram os seguintes desempenhos: *Aluguel* (2,1%), *Instituições Financeiras* (1,5%), *Administração Pública* (1,2%), *Outros Serviços* (0,8%) e *Comunicações* (0,8%).



Dentre os componentes da demanda, a *Formação Bruta de Capital Fixo*, após seis trimestres apresentando resultados positivos, registrou queda de 2,1%, afetada negativamente pela base de comparação elevada do terceiro trimestre de 2004, quando houve crescimento de 19,3%. Nesta mesma comparação, o *Consumo das Famílias* alcançou a taxa positiva de 2,8%, o oitavo crescimento consecutivo. Já o *Consumo do Governo* apresentou crescimento de 1,3% no terceiro trimestre de 2005 na comparação com o mesmo período de 2004.

Pelo lado da demanda externa, as *Exportações de Bens e Serviços* mantiveram-se em crescimento registrando taxa de 12,3% no período. As *Importações de Bens e Serviços* também apresentaram mais uma vez elevação nesta comparação, da

ordem de 9,4%. Cabe registrar que é o oitavo trimestre consecutivo de crescimento tanto para as *Exportações* quanto para as *Importações de Bens e Serviços*.



PIB acumulado nos últimos quatro trimestres cresceu 3,1%

O PIB, a preços de mercado acumulado nos quatro trimestres terminados no terceiro trimestre de 2005, apresentou crescimento de 3,1% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

O resultado do *Valor Adicionado* neste tipo de comparação decorreu do desempenho dos três setores que o compõem: *Indústria* (3,7%), *Serviços* (2,5%) e *Agropecuária* (1,8%).

Na análise da demanda o *Consumo das Famílias* cresceu 3,5%, o *Consumo do Governo* apresentou elevação de 1,6%. A *Formação Bruta de Capital Fixo* 3,2% e no âmbito do setor externo, as *Exportações de Bens e Serviços* apresentaram um crescimento de 13,7%, enquanto as *Importações de Bens e Serviços* tiveram elevação de 11,7%, neste tipo de comparação.

PIB acumulado ao longo do ano cresceu 2,6%

O PIB a preços de mercado no acumulado de janeiro a setembro apresentou crescimento de 2,6%, em relação a igual período de 2004. Na mesma base de comparação, os setores da *Indústria* e *Agropecuária* cresceram 2,9% e 1,5%, respectivamente, e o setor de *Serviços* 2,1%.

Na análise da demanda, considerando a comparação do acumulado do ano contra o mesmo período de 2004, o *Consumo das Famílias* cresceu 3,1%. O *Consumo do Governo* ampliou-se em 1,8% enquanto a *Formação Bruta de Capital Fixo* apresentou taxa positiva de 1,2%. Analisando o setor externo, os componentes

Exportações de Bens e Serviços e *Importações de Bens e Serviços* apresentaram taxas positivas de 12,9% e 11,4%, respectivamente.

Comunicação Social
30 de novembro de 2005

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT - AC) – Agradeço a V. Ex^a. V. Ex^a será atendido na forma do Regimento quanto ao material solicitado.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, para uma comunicação de Liderança, e, em seguida, ao Senador José Agripino.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, em Alagoas – inclusive nosso querido Deputado João Alfredo, do P-SOL do Ceará, já havia anunciado isto –, foi assassinado mais um dirigente do Movimento Sem Terra de Alagoas.

Jaelson dos Santos, de 25 anos, foi morto com cinco tiros de revólver na cabeça, enquanto dirigia uma motocicleta, no Município de Atalaia, por dois pistoleiros, que fugiram em outra moto em direção à BR-316.

Horas antes, a vítima tinha participado de uma aula junto ao Movimento Sem-Terra. O Jaelson Melquíades liderava cerca de 600 famílias de seis acampamentos da região de Atalaia e acabou sendo morto praticamente a 3km do local em que havia sido assassinado, no ano passado, um outro líder do Movimento Sem-Terra – episódio que eu já havia tido a oportunidade de aqui denunciar – o José Evanilson.

A esposa do Jaelson denunciou que ele vinha sofrendo ameaças de morte. Há problemas gravíssimos em relação à violência no campo, e vou aproveitar para tratar um pouco disso.

Ontem já foi motivo de debate aqui a polêmica criada na CPI da Terra. Claro que, se eu tivesse tido a oportunidade de votar – não tive essa oportunidade porque não sou membro da CPI da Terra –, eu votaria favorável ao Relatório do meu querido companheiro, Deputado João Alfredo, do P-SOL do Ceará.

Agora, existe algo absolutamente claro no debate sobre a violência no campo. Senador Jefferson Peres, a reforma agrária nunca foi uma bandeira da Esquerda em lugar nenhum do mundo. Pelo contrário, foi ora uma bandeira da burguesia, ora uma bandeira dos capitalistas, que sempre viram a reforma agrária, especialmente em países de dimensões continentais, como um mecanismo essencial para dinamização da economia local, para geração de emprego, geração de renda, produção de alimentos, acolhimento das pequenas famílias, especialmente por intermédio da agricultura familiar.

O que acontece no Brasil? O que aconteceu tanto na época do Governo Fernando Henrique como acontece agora no Governo Lula. O Governo não tem nem política de reforma agrária nem política agrícola para o pequeno e médio produtor rural. Não é à toa que o

último censo agropecuário chega quase a ser menor o número de famílias assentadas do que o número de pequenos e médios produtores que estão perdendo suas pequenas propriedades rurais para as execuções das instituições de crédito. Isso acontece em Alagoas, certamente acontece na Amazônia, acontece no Acre e em vários lugares.

E o que acontece, especialmente? Como o Governo se acovarda diante do latifúndio improdutivo e não tem a coragem política de fazer cumprir a lei segundo a qual terra improdutiva que não cumpre sua função social é destinada à reforma agrária, como o Governo não tem uma política também para o pequeno e médio produtor, cria-se uma guerra no campo, uma gigantesca violência no campo. E o atual Governo, do mesmo jeito que o Governo passado, é incapaz de fazer a reforma agrária. A reforma agrária não é só distribuição de terra. É distribuição de terra, renda e poder. Ao jogar homens e mulheres no meio da caatinga, onde não têm nem sequer a quem esmolar, elas deixam esse pedaço de terra, uma vez que ninguém fica em um pedaço de terra sem investimento, sem infra-estrutura, sem subsídio, crédito agrícola, assistência técnica, zoneamento agrícola e uma política de preços. É impossível! É uma grande farsa dizer que se faz reforma agrária desse jeito. Como é que a reforma agrária está sendo feita? O atual Governo, igual ao Governo passado, sai fazendo o debate sobre a reforma agrária atrás da violência no campo.

Assassine-se um dirigente do MST e, imediatamente, verá V. Ex^a que só depois da violência, do assassinato, os Governos tomarão as providências necessárias para instalar o processo de desapropriação das terras improdutivas e iniciar os assentamentos, que muitas vezes tornam-se verdadeiras favelas rurais pela incompetência, incapacidade e insensibilidade de os Governos fazerem a reforma agrária. É o que, infelizmente, está acontecendo mais uma vez no Estado de Alagoas; é o que vem acontecendo mais uma vez no Brasil.

O atual Governo, para completar, ainda tem a ambivalência, que não serve nem para a formação da personalidade individual. Aliás, os cristãos sempre diziam, bem como Jesus Cristo: ou quente ou frio, morno vomita; ninguém serve a dois senhores ao mesmo tempo, serve-se a Deus ou ao dinheiro.

Uma parte da Bancada do Governo estava lá para votar favoravelmente ao relatório do nosso querido companheiro José Alfredo; outra estava orientada, pelo Ministro da Agricultura do Governo Lula, para votar favoravelmente ao relatório do Relator do

Substitutivo, Deputado Abelardo Lupion. Pode um negócio desse?

Perdeu-se a oportunidade de fazer um debate sobre a violência no campo, sobre a reforma agrária, sobre as alternativas de dinamização da economia local, sobre a geração de empregos e renda, sobre a possibilidade de criação de parques produtivos no campo, sobre a criação de milhares de novos postos de trabalho pela reforma agrária, por uma política agrícola para a agricultura familiar e para o pequeno e médio produtor rural. E aí o que nos resta? O protesto, o **jus sperniandi**, porque, infelizmente, nós falamos, falamos, falamos, é o *parla, parla, parla*, mas quem manda é o rei, ou a sua base de bajulação, ou a sua promiscuidade política.

Vimos aqui protestar, chorar as dores dos que morrem, como chora hoje a viúva do Jaelson, como choraram as famílias do campo que eram lideradas por este dirigente do MST. E o Governo, na sua irresponsabilidade fiscal, social e administrativa, no mínimo, fará um discurso demagógico, mas não trará nenhuma medida concreta, nenhuma medida alternativa para garantir a reforma agrária e uma política clara de dinamização econômica, de investimentos, de crédito agrícola, de zoneamento, de política de preços para a agricultura familiar e para o pequeno e médio produtor rural.

Portanto, fica aqui o meu protesto em relação a mais um assassinato de mais um dirigente do MST pela irresponsabilidade dos Governos, que não fazem a reforma agrária nem estabelecem uma política clara de combate à violência no campo. E mais uma vez apenas se chora, apenas descerão as lágrimas, Senadora Iris de Araújo, dos filhos, da esposa e dos amigos de Jaelson, como já aconteceu em outras vezes.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exª está inscrito após o Senador José Agripino, Senador José Jorge.

Com a palavra o Senador José Agripino pela Liderança do PFL.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há menos de 15 dias, logo após a reunião

mensal do Copom, que baixou 0,5 ponto percentual na taxa de juros Selic, o jornal **O Estado de S. Paulo** me pediu opinião sobre essa atitude do Copom. Com toda a franqueza, eu disse que, se essa atitude tivesse sido tomada há quatro meses, eu aplaudiria publicamente o Governo, que combato e ao qual faço oposição. Como ele está tomando essa atitude agora, eu estou dizendo que a está tomando tarde, talvez até tarde demais.

Senador Tasso Jereissati, hoje divulgaram um dado que a nós, brasileiros que temos responsabilidade, só preocupa. Não é pelo fato de sermos Oposição, Senador Jefferson Péres, que a informação de queda do PIB de 1,2 ponto percentual no terceiro trimestre vai nos alegrar. Pelo contrário, vai nos entristecer, porque está vista, Senador Leonel Pavan, seis meses à frente, a prosseguir, a perspectiva de queda do PIB. Não é diferente, e vou circunstanciar. O que vai acontecer é violenta queda na curva de emprego, é infelicidade para pais e mães de família, para jovens que estão entrando no mercado de trabalho, para nós brasileiros. Fazemos oposição não ao País, mas ao Governo, que, na nossa visão, é incompetente. Mas o que está acontecendo é que a incompetência do Governo está levando à infelicidade do povo brasileiro, apesar de estarmos, Senadora Heloísa Helena, aqui, nesta tribuna, permanentemente denunciando. Quantas vezes já estive aqui falando de taxa de juros, apresentando números, fazendo sugestões, e nada. O Governo é cabeça-dura. Só o faz agora. É aquela história de trancar a porta depois de arrombada. É o que está ocorrendo. E aí vem dizer: “Não, a queda do PIB é decorrência da crise política e talvez dos juros”.

Crise política de quê? Crise política, Senador Arthur Virgílio, determina perturbação na economia, no mercado financeiro. Crise de confiança. Crise política produz efeitos negativos no mercado financeiro, que reage à insegurança política, à não-sustentação política do Governo. É o segmento mais sensível à especulação. Onde é que houve inquietação na Bolsa nos últimos quatro meses? Em canto nenhum. A Bolsa agiu pacificamente. Pelo contrário, em movimentos de crescimento, de alta.

A raiz da crise é a mais alta taxa de juros do planeta, maior do que a da Turquia, taxa de juros que evidentemente traz o mercado financeiro todo para o Brasil. Não digo todo, mas mais do que deveria trazer. O dinheiro que poderia estar na Wall Street, em Nova York, ou na City de Londres, sendo remunerado a 3,0 pontos percentuais, Senador Heráclito Fortes, está correndo para as Bolsas do Brasil, para o mercado

financeiro do Brasil, porque o cliente, a República Federativa do Brasil, paga, tem liquidez. Então, quem é que vai aplicar dólar a 3% na City londrina se pode aplicar a 14%, que é o juro real pago no Brasil, que é a taxa Selic descontada a inflação? Vêm na carreira para cá. Ah não, mas a taxa de juros é decorrente do superávit da balança comercial. Conversa!

O mercado do dólar está dessa forma porque os dólares do mundo todo estão sendo investidos aqui no Brasil. Daí existe superoferta de dólar, não há superoferta de real, pela política monetária enxuta, e deprime-se a cotação do dólar. Então, a taxa de juros está produzindo uma taxa irreal de câmbio. O dólar não poderia valer nunca R\$ 2,20. O dólar real era R\$ 2,70. E aí o que está acontecendo? Vem a crise. O mercado de exportação está em crise, apesar do superávit da balança comercial. Está-se exportando porque não há para quem vender no mercado interno. Não há mercado interno e tem-se que vender mesmo com o prejuízo. E o que está acontecendo? O Governo brasileiro mantém a taxa de juros alta para pilotar a inflação.

O.k.! Conseguiu pilotar a inflação. Não precisa-va desse remédio tão amargo. Não é quebrando-se o termômetro que se cura a febre. E eles quebraram o termômetro, geraram a queda do PIB de 1,2 ponto percentual. Produziram o que com essa taxa de juros maluca? Uma dívida pública monstruosa, que está chegando a R\$1 trilhão.

Ah, não, mas vamos conseguir equilibrar a relação entre dívida pública e o PIB! Ora, o PIB está caindo e a dívida pública subindo; pelo contrário, não vão conseguir melhorar a relação dívida pública/PIB nunca para atrair investimentos novos.

A taxa de juros está produzindo um dólar irreal que está inibindo as exportações, está inibindo os investimentos. Qual é o investidor, Senadora Lúcia Vânia, que vai tomar dinheiro emprestado a taxas de juros como as que estão no Brasil hoje, as mais altas do Planeta, para fazer um investimento? E para vender a quem, se os juros altos inibem o comprador? Os juros altos tanto encarecem o investimento como diminuem o mercado comprador. O investidor, obviamente, não vai evoluir para o investimento por conta da taxa de juros.

Sr. Presidente, o que quero expressar é minha preocupação com relação ao que se avizinha, aos próximos seis meses. Porque, se não tínhamos crise política para realimentar a debacle econômica a que estamos, lamentavelmente, assistindo, estamos vendo,

Senador Jefferson Péres, que, pelos próximos meses, a queda do PIB.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite-me um aparte, nobre Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Aguarde um momento, Senador.

A queda do PIB vai produzir desemprego, mas vai produzir – já está produzindo – desprestígio ao Ministro Palocci, que ainda é o homem que cuida, com equilíbrio, com acertos e desacertos – e nesta hora o desacerto, é verdade, é dele – da economia, que vai ficar fragilizada perante a turma que é interpretada pela Ministra Dilma. No embate entre os gastadores e os poupadores, os gastadores vão aumentar a sola do sapato. Os gastadores...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Os gastadores, comandados por Dilma Rousseff, vão aumentar o salto do sapato, e Palocci vai enfraquecer, porque ele errou. E da crise política que o mercado vai enxergar, do confronto intestino do Governo, aí sim, pode-se produzir queda e coice: queda, pela taxa de juros corrigida fora do tempo; e coice, pela crise política gerada dentro do próprio Governo.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senador José Agripino, o pronunciamento de V. Ex^a é perfeito. A análise que V. Ex^a faz da economia deve ser ouvida e refletida por este Governo. Ontem, na reunião da Confederação Nacional da Indústria, foi feita uma avaliação do cenário futuro da economia e, lamentavelmente, o que se prevê é algo como o naufrágio do Titanic na economia brasileira. O Brasil caminha no sentido inverso do restante do mundo. É como se estivéssemos marchando...

(Interrupção do som.)

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – O Brasil seria o único com o passo correto, e o batalhão todo com o passo errado, porque, com relação ao crescimento do PIB, o Brasil está no caminho contrário ao restante do mundo, ou seja, crescendo a taxas bem inferiores, e, com relação à valorização do real, esta foi a única moeda no mundo que valorizou em relação ao dólar. No resto do mundo, o dólar está valorizado em relação às moedas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Artificialmente. Uma valorização artificial.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Artificialmente. Então, o que está ocorrendo? A valorização do real se deve, como V. Ex^a bem disse, ao capital volátil, que está vindo buscar o lucro fácil nessa taxa absurda de juros da Nação brasileira. Além disso, como V. Ex^a também disse com muita propriedade, as exportações vão cair, porque essa taxa do dólar não sustenta essa exportação. Então, virá a crise econômica, que será refletida...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O tempo do orador está esgotado. Peço a V. Ex^a o máximo de objetividade.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Além da queda, o coice. Eu diria que o mal deste Governo foi não reconhecer que a diferença entre o remédio e o veneno é somente a dose. Ele aplicou o remédio com dose excessiva, no que tange à taxa de juros, e vai envenenar a Nação brasileira como um todo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

Permita-me concluir, Sr. Presidente.

A minha preocupação é com o País onde vivemos, onde temos nossos filhos. Queremos o bem-estar. Quero que a política econômica do Governo produza bem-estar. É possível ou impossível? Por que a Venezuela, a Argentina, o Uruguai, a Rússia, a Índia, a China podem crescer a 7%, 8% ou 9%, e o Brasil está condenado a essas pífias taxas de crescimento?

Sr. Presidente, a crise brasileira é de liderança. É preciso que o Presidente Lula, reconhecendo o problema em que estamos mergulhados – que vai além de uma crise política grave de ética na vida pública deste País, dentro do seu Governo e do seu Partido – ele bata na mesa, em nome do interesse do povo brasileiro, e comande o País, comande a política econômica e dê ordem para fazer o certo, para acelerar a baixa da taxa de juros e para acabar com a briga que está gerando uma crise política de resultados absolutamente imprevisíveis entre os gastadores e os poupadores do PT, entre Dilma e Palocci. Que faça isso, Lula, antes que seja tarde demais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati, pela Minoria. S. Ex^a dispõe de até sete minutos.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero primeiro agradecer ao Senador José Jorge por ter me cedido o seu precioso espaço, mas eu não poderia deixar de falar um pouco sobre essa notícia de hoje referente à queda do PIB trimestral de menos 1,2, que realmente é bastante preocupante para todos nós brasileiros.

Gostaria apenas de discordar um pouco do diagnóstico feito pelo Senador José Agripino, sempre tão precioso e profundo. Tenho a impressão de que a diferença que existe hoje entre o Brasil e o resto do mundo não se refere apenas aos juros, infelizmente. Senador José Agripino, eu gostaria muito de discutir o assunto com V. Ex^a, porque não é comum não termos o mesmo diagnóstico, e V. Ex^a sabe que o respeito muito.

O Brasil hoje é muito diferente dos outros países. Primeiramente, temos como razão, a meu ver, da depressão na economia um Governo extremamente heterogêneo, que não se entende internamente, que não transmite à economia como um todo, ao agente econômico, seja nacional ou estrangeiro, a confiança necessária para que haja o investimento. E este, como V. Ex^a sabe, é um elemento essencial para o crescimento econômico.

Por outro lado, a divergência na equipe do Governo é estimulada pela falta de liderança do próprio Governo. Apesar de fazê-lo por motivos completamente diferentes e a partir de visões diferentes, a Senadora Heloísa Helena falou em ambigüidade – se não me engano, esse foi o termo que S. Ex^a usou. A ambigüidade do Presidente da República, que estimula essas diferenças, faz com que tenhamos um Governo que não inspira a confiança de nenhuma das visões de mundo, gera uma paralisia geral e faz com que a falta de iniciativa de qualquer tipo de agente seja mais generalizada ainda.

Estamos assistindo a um processo que talvez – aí, sim – seja um dos maiores dos últimos anos. Em 2003, o investimento público foi o menor desde 1983, se não me engano, Senador Tião Viana. Todos sabemos que investimento público pequeno – o menor desde 1983 – aliado a investimento privado também pequeno, causado por essa falta de confiança e de clareza em relação ao que o Governo quer fazer realmente no futuro, não podem trazer perspectiva de crescimento da economia.

Se somarmos a isso – aí, sim, o diagnóstico do Senador José Agripino – a idéia dos juros altos e, mais ainda, o dólar apreciado, veremos que, evidentemente, estamos num quadro de economia

parada e sem crescimento, que leva à triste conclusão de que estamos vivendo o momento de maior desperdício de uma época.

Os últimos quatro anos, Senador José Agripino, foram os de maior prosperidade da economia mundial, mas nós os estamos jogando fora, sem recuperação. Não existe mais, com a notícia de hoje, a possibilidade de recuperação desse período. Estamos, definitivamente, jogando fora esse quadriênio e a possibilidade de recuperar essa época de prosperidade mundial. Definitivamente, nesses últimos quatro anos, nós nos distanciamos do resto do mundo, pois os países ricos cresceram mais do que nós.

Hoje, recebemos a notícia de que, enquanto o nosso PIB decresceu 1,2% no trimestre, o PIB dos Estados Unidos da América cresceu 4,17%. Ou seja, a diferença entre nós e os Estados Unidos, que já era gigantesca, aumentou mais de cinco pontos. Portanto, a diferença entre nós e os países ricos cresceu ainda mais. A diferença entre nós e os países emergentes, como a China e a Índia, cresceu ainda mais. Nós nos distanciamos de países que eram como o nosso. E a diferença entre nós e os países da América Latina cresceu ainda mais, fazendo com que o País ficasse mais pobre do que os países da América Latina.

Nem o trunfo da aparente diminuição da pobreza, que foi levantada aqui pelo Senador Tião Viana como um número inédito na história recente do Brasil – e sei da enorme honestidade intelectual do Senador Tião Viana quando aborda esses assuntos e fornece esses dados –, é um número exato. Não é o melhor número da última década e sequer é o melhor número dos últimos três anos.

Em 2004, é verdade, a pobreza decresceu. Esse é um número que oscila muito. Quanto ao percentual de famílias que saíram da situação de miséria, houve uma diminuição de 8%. Em 2003, aumentou 4%. Em 2002, último ano do Governo Fernando Henrique Cardoso, esse número tinha diminuído 9%. Foi um número melhor do que esses 8% negativos. Esse é um dado oficial.

Recentemente, ouvi, na televisão, o Presidente Lula – também não entendi – dizer que esse era o melhor número dos últimos tempos, inclusive fazendo alusão de que a economia não tinha nada a ver com o social, desafiando os teóricos a mostrarem o contrário, por causa desses números, numa referência absolutamente extemporânea e despropositada. Esse número é irreal, não é verda-

deiro. Aliás, o menor número dos últimos tempos é de menos 18%, ocorrido em 1995, exatamente no ano do Plano Real.

Se tomarmos a média do Pnad, que é a que temos, dos dois anos, teremos uma média de 2% negativos, já que o ano de 2003 foi de crescimento de 4% no número de miseráveis no Brasil. Portanto, o número bom foi em cima de uma base muito ruim de crescimento de famílias miseráveis no País.

É preciso até mais responsabilidade do Presidente da República, porque responsabilidade significa a seriedade com que trata essas questões, que são questões fundamentais com que deve lidar o Presidente, problemas muito sérios e muito importantes na vida brasileira, principalmente na vida social brasileira.

Portanto, este registro que faço agora, por cessação do Senador José Jorge, não o faço com nenhuma alegria, mas com muita tristeza.

Infelizmente, Senador Arthur Virgílio – a quem, em breve, concederei um aparte, se o Presidente permitir –, perdemos quatro anos fantásticos da história mundial. Talvez tenham sido, desta nossa geração, os quatro anos de maior prosperidade mundial em termos de economia, e nós, Brasil, ficamos para trás, jogamos fora esse período e não desfrutamos dessa época de prosperidade mundial. Inevitavelmente, foram quatro anos perdidos.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a tem razão. Já bati, aqui na Casa, na tecla de que esse crescimento supostamente maior deste período é relativamente menor do que o do período anterior. São dados bem simples. Em 2004, a América do Sul cresceu 13,5% sem os números brasileiros.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Desculpe-me, Senador, mas não vai ser maior do que o do período anterior. Este ano, com esse 1,2% negativo, provavelmente chegará a 2% de crescimento, que pode ser um número desastroso, que pode dar uma média, neste quadro mundial, em números absolutos, menor ainda do que a do período anterior. Isso é gravíssimo!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – O que V. Ex^a diz só corrobora o meu raciocínio, porque o Brasil, em 2001, que foi um ano de baixo crescimento, e em 2002, que foi ano de risco Lula, cresceu mais do que seus vizinhos. Tínhamos, em 2001, 32% do PIB da América Latina, passamos para 33% em 2002, decrescemos para 31% em 2003 e

em 2004 voltamos para 32%, como em 2001. Ou seja, o Brasil ficou menos rico do que a América Latina como um todo. A América do Sul cresceu 13,5% em 2004 sem os números do Brasil e cresceu apenas 9% com os números do Brasil. Agora, há um problema político muito grave a partir da constatação que se pode inferir do seu discurso tão brilhante e tão oportuno, Senador Jereissati, meu Presidente: é o fato de que as melhores e mais sensatas teses econômicas, pelo excesso de ortodoxia que o Governo embute, podem perder terreno para as aventuras, porque, se eu não gosto da qualidade do ajuste fiscal, porque ele se dá mais em cima do arrocho tributário do que propriamente do corte de despesas, eu prefiro, claro, uma economia superavitária a uma economia deficitária. Daqui para frente, cairão feitas hienas em cima da política econômica do Governo, enfraquecendo-a, em função desse péssimo resultado que vem, entre outras coisas, da falta de governo, pois o Governo não atua em cada Ministério, gastando o que pode com inteligência e com lucidez, que vem da falta de marcos regulatórios que atraíam investimentos e que vem, Senador Tasso Jereissati, também, evidentemente, do excesso de ortodoxia. Nada me diz que não atrairíamos capital de curto prazo a não ser com esses juros reais de 13,1%. Poderíamos fazer isso com 12% ou com 11%, que seriam ainda juros obscenos. Então, para mim, erram na intensidade e erram no *time*. Poderiam ter começado a baixar juros antes e poderiam ter baixado mais. Porque não o fizeram, estão agora se expondo a uma brutal crítica que vai ser feita, talvez pelos setores mais inconseqüentes da sociedade, àquilo que o Governo Lula tem de mais lúcido, que é precisamente a sua visão de políticas macroeconômicas. Parabéns a V. Ex^a, que faz um discurso que deve ser analisado e meditado por este País e por este Governo, se ele se dispuser à humildade de ouvir quem lhe fala com tanto...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, se V. Ex^a permitir, ainda há um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Agradeço ao Presidente. Senador Tasso Jereissati, em primeiro lugar, parableno-o pela Presidência do PSDB. O camponês acreano, quando é eleito a alguma coisa, diz que foi alumiado. V. Ex^a foi alumiado para a Presidência do PSDB. Com relação ao assunto, é claro que às vezes fico estudando determinados indicadores. Quando estudamos o Instituto

que publica o indicador, o critério que utiliza, muitas vezes somos induzidos a fazer cálculos muito, digamos, emocionais. Não quero entrar aqui nos números, até mesmo porque V. Ex^a é uma pessoa versada na área. O que me interessa dizer é que há algumas adversidades, e as condições que o atual Governo criou na economia não nos dá a velocidade que todos gostaríamos de ter. Temos ainda a taxa de juros bem acima do que se esperava, e uma série de condições. Mas o que me chama a atenção, primeiro, é o fato de a taxa de juros estar muito alta. Com a situação de um câmbio desfavorável à exportação, a exportação responde com números impressionantes. Isso também corresponde à criação de empregos com carteira assinada acima de uma média que poderia estar sendo esperada. E a questão da diferença entre ricos e pobres, considero importante apontar que o Brasil caminha para a redução dessas diferenças. Sendo maior ou menor, estando ou não o Pnad com a razão e indicar que foi um período alvissareiro para todos nós, quero concordar com V. Ex^a, que passa a ter alguns dados que não foram considerados ou que precisam ser melhor analisados. Mas o importante é que foi algo para que o Brasil precisa, no meu entendimento, olhar com mais carinho. Há, sim, um indicador de redução da diferença entre ricos e pobres no Brasil, e isso atende, no meu entendimento, a possibilidade de no futuro termos um País menos severo nessa distribuição de renda. No meu caso, é isso que eu gostaria de entender melhor, pretendo até procurar V. Ex^a...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...para entender o que V. Ex^a nos traz, porque é um indicador que quero ver. Não quero ser traído, digamos, pela emoção. Gostaria de ver a realidade. O número me chamou muito a atenção, mas quero vê-lo, a fim de podermos analisar melhor.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pois não, passo a V. Ex^a o quadro que há aqui.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – BA) – Presidente Tasso Jereissati, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência pede que os Senadores sejam breves, entendendo a importância do tema tratado, pois o tempo do orador está esgotado.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Serei brevíssimo, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, parabéns o Senador Tasso Jereissati pelo pronunciamento e o alerta à Nação para o desastre próximo que, infelizmente, irá ocorrer. Em segundo lugar, gostaria de justificar ou tentar explicar melhor ao Senador Siba Machado que, lamentavelmente, este Governo está pretendendo diminuir a disparidade entre ricos e pobres, tornando todo mundo pobre, quando deveria tentar tornar todo mundo rico. Era a explicação que gostaria de dar ao Senador Siba Machado.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Tasso Jereissati?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pois não, Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Tasso Jereissati, é uma pena que não tenhamos tempo. A fala de V. Ex^a está correta, mas há algo mais profundo. É a própria lógica da definição de pobreza que está errada nesses estudos.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Aqui já é de miséria, ou seja, sair da situação de miséria.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Chamo tudo da mesma maneira. Não são com três, cinco, dez ou vinte reais por dia que se vai sair da miséria. A linha que separa pobres de ricos não se baseia em uma linha horizontal de renda, mas em uma linha vertical de acesso ou não aos bens de serviços essenciais. Essa linha, pela vertical, não melhorou a situação do Brasil em nada, no ano de 2004. A Prova é que a Cepal, cuja análise é feita não por renda, mas por acesso, mostrou que a situação no Brasil piorou.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – V. Ex^a tem razão. Esta é uma discussão muito mais profunda e não pode ser reduzida a esse número. Tanto que V. Ex^a vê que, neste quadro, no ano de 2003, aumentou o número de miseráveis (de famílias em situação de miséria) em 4%; no ano seguinte, diminuiu 8%; já no outro ano, sobe mais 3%. É uma conta muito matemática e difícil de avaliar. Eu apenas quis contrapor os números a uma questão levantada pelo Senador Tião Viana – e sei, com a melhor das intenções –, repetida pelo próprio Senador Aloizio Mercadante e, em seguida, na televisão, pelo próprio Presidente Lula, e de maneira muito extravagante. E eu quis colocar que não é bem verdade.

Respondendo ao Senador Siba Machado, ao longo dos últimos anos –o fato citado por S. Ex^a não se refere à pesquisa do Pnad, mas ao chamado Coeficiente de Gini –, há uma leve tendência de melhoria de concentração de renda, que nos últimos anos do Governo Lula não melhorou, não é melhor que nos anos anteriores. Mantém a mesma tendência, muito leve e muito lenta, de melhoria que não satisfaz em função da concentração de renda existente no Brasil, que é muito alta e muito maior que a maioria dos países com renda semelhante ou menor que a do Brasil. Nesse sentido, não é melhor que a dos últimos anos.

Muito obrigado pela generosidade do tempo, Sr. Presidente.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – SP) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora) – Gostaria de saudar o gesto do Presidente da República assinando a regulamentação da Lei do Aprendiz. Por dois anos consecutivos, reforçamos da tribuna a importância da regulamentação dessa lei. É bom que, embora tardiamente, o Governo reconheça o fracasso do Programa Primeiro Emprego e defina agora, com a regulamentação da Lei do Menor Aprendiz, uma política pública que venha ao encontro das necessidades dos jovens de nosso País.

A exemplo do que disse o Senador Tasso Jereissati, as ações na área social não se dão de afogadilho e com políticas assistencialistas. Os resultados, os indicadores positivos da área social, sem dúvida nenhuma, virão com políticas permanentes a longo e médio prazos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Sérgio Cabral; em seguida, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Agradeço, Senador Tião Viana.

Eu gostaria de manifestar minha solidariedade às autoridades de Segurança Pública do Estado

do Rio de Janeiro em uma ação contundente que deve ser realizada em função dos atos de barbárie ocorridos ontem na cidade do Rio de Janeiro, no subúrbio, no Bairro da Penha Circular, em que marginais e traficantes pararam um ônibus e jogaram um coquetel molotov, matando cinco pessoas: uma criança de dois anos, sua mãe e três trabalhadores inocentes. Além, disso, doze pessoas foram gravemente feridas.

Isso porque, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um traficante do bando havia sido morto em um confronto com a Polícia Militar horas antes. Trata-se de um ato que tem de ser classificado como de terrorismo, de intimidação do Poder Público. E o Poder Público de meu Estado não pode se intimidar, tem de enfrentar esses bandidos com todos os instrumentos possíveis.

O povo do Rio de Janeiro não agüenta mais. A bandidagem tem de ser absolutamente combatida com todos os instrumentos possíveis. Não podemos aceitar que na cidade do Rio de Janeiro trabalhadores inocentes dentro de um ônibus sejam atacados por marginais inconseqüentes e assassinados dessa maneira. O povo não agüenta mais isso.

Esses marginais vieram de duas favelas: a favela do Quitungo e a favela da Fé. Nesses locais moram trabalhadores, empregadas domésticas, zeladores, garçons, camelôs, pessoas que são vítimas desses criminosos. Temos de tomar medidas duras, temos de fazer intervenções nessas favelas sim, temos de mudar a conformidade geográfica das favelas do Rio de Janeiro sim, que hoje são verdadeiras fortalezas do crime organizado, inacessíveis. Não se pode entrar nas favelas somente com brututu, temos de tomar medidas urbanas de acesso a essas comunidades. Não pode haver no Rio de Janeiro áreas proibidas, como hoje existem.

O Brasil inteiro está, no dia de hoje, assistindo, pela televisão, a cenas dantescas de um ônibus queimado por vagabundos que acabam com a vida de inocentes.

Sr. Presidente, aqui, do Senado Federal, nossa solidariedade a essas famílias que perderam pessoas inocentes, à família dessa mãe e dessa criança e às autoridades de segurança pública, que devem ser prestigiadas neste momento. A polícia tem de agir com veemência. Já foram dezenas e dezenas de ônibus queimados este ano no Rio de Janeiro. Não podemos mais tolerar isso, Sr. Presidente. Ao mesmo tempo, somadas a uma ação de segurança pública dura e enérgica, ações de intervenção

urbana para acabar com essas áreas proibidas, inacessíveis da cidade do Rio de Janeiro.

O povo do meu Estado não agüenta mais, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima, para uma comunicação inadiável.

Antes, pela ordem, concedo a palavra aos Senadores Arthur Virgílio e Alvaro Dias. Peço a V. Ex^{as} que se atenham ao Regimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa breve pronunciamento em que registro essa coisa curiosa de Duda Mendonça dar R\$10 mil a Delúbio Soares e dizer que é aposta. Ou seja, na melhor das hipóteses, é a chamada batota, o vício do jogo de azar. Na pior das hipóteses, é coisa mais grave, mas, de qualquer maneira, não tem como não se ter uma pitada de bom humor em algo trágico que encaminho à Mesa para que façamos o registro desse momento histórico que o Brasil vivencia, Sr. Presidente.

Obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está nos jornais: “Duda dá R\$10 mil a Delúbio e diz ser aposta.”

Que apostinha cara! E mais: só aposta R\$10 mil quem tem muito mais que isso em caixa.

É piada no Reino dos Mensaleiros! Na melhor das hipóteses, Delúbio será batoteiro, viciado em jogo de azar.

Segundo a notícia, o marqueteiro ficara devendo ao ex-tesoureiro por ter defendido que Serra não iria ao segundo turno em 2002. Essa teria sido a alegação dos advogados de Duda.

Para que o historiador de amanhã tenha elementos para aferir o que terá sido o Governo Lula, estou anexando a este pronunciamento a notícia que acabo de ler.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁG
FOLHA DE S. PAULO	30	Novembro/05	Brasil	A	1

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/O MARQUETEIRO

Marqueteiro ficou devendo a ex-tesoureiro por ter defendido que Serra não iria ao segundo turno em 2002; justificativa foi dada por advogado

Duda dá R\$ 10 mil a Delúbio e diz ser apost

MARTA SALOMON
FERNANDO RODRIGUES

DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

Durante a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva ao Planalto, o marqueteiro Duda Mendonça e o então tesoureiro do PT, Delúbio Soares, teriam feito uma aposta. Sem levar em conta o desempenho do candidato nas pesquisas, Duda teria oferecido R\$ 10 mil pelo palpite de que o tucano José Serra nem chegaria ao segundo turno das eleições de 2002.

A história da aposta foi contada ontem pelo marqueteiro e pelo ex-tesoureiro petista. Seus advogados a apresentaram como justi-

ficativa para a transferência de R\$ 10 mil da conta de Duda para a de Delúbio em setembro de 2003. A operação foi detectada pela CPI dos Correios, com base na quebra do sigilo bancário de Duda.

"Ele apenas honrou uma aposta feita numa conversa de amigos, enquanto tomavam uma cerveja", disse o advogado do marqueteiro, Tales Castelo Branco. Delúbio, se perdesse a aposta, pagaria R\$ 1.000 a Duda, contou Flávia Rahal, sócia do advogado do ex-tesoureiro, Arnaldo Malheiros.

Mais do que desvendar o motivo do pagamento de R\$ 10 mil a Delúbio, a CPI quer chegar à origem e ao destino de cerca de R\$

400 milhões movimentados pelo marqueteiro no BankBoston nos últimos cinco anos. O valor refere-se ao montante de operações cujas informações chegaram incompletas à CPI e que ameaçam as conclusões dos trabalhos.

"Não significa que esteja havendo má-fé dos bancos, não temos como afirmar isso, mas a falta de informações prejudica as investigações", avalia o sub-relator de movimentação financeira, Gustavo Fruet (PSDB-PR). "Estamos diante de um queijo suíço."

Segundo a Folha apurou, de 1,3 milhão de operações bancárias rastreadas pela CPI, 40 mil não têm origem ou destino especificados. Falhas aparecem nas informações fornecidas por BankBoston, Rural e Banco do Brasil.

O depósito de R\$ 10 mil feito por Duda na conta de Delúbio, por exemplo, já havia aparecido antes como crédito de origem não informada na quebra do sigilo do ex-tesoureiro petista.

A CPI também localizou a transferência bancária de R\$ 19,7 mil da corretora Stockolos Avenidis EB Empreendimentos, Intermediações e Participações Ltda, do doleiro Lúcio Funaro, um dos fundadores da Guaranhuns Empreendimentos. As duas empresas estão sob investigação da CPI.

Segundo o advogado de Duda, a transferência bancária feita em 12 de maio deste ano pela corretora faz parte do pagamento ao marqueteiro da venda de bois de uma fazenda de sua propriedade no Pará. "O Duda vendeu bois a um frigorífico e recebeu vários cheques em pagamento. Entre eles, estava o da Stockolos", afirmou Tales Castelo Branco.

Duda recebeu R\$ 15,5 milhões do caixa dois do PT. Parte do dinheiro (R\$ 10,5 milhões) foi para uma conta nas Bahamas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– V. Exª será atendido na forma do Regimento.

Tem a palavra o Senador Alvaro Dias, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª a inserção nos Anais da Casa do artigo “A Amizade Argentina-Brasil, 20 anos depois do Encontro de Foz do Iguaçu”, da professora Mônica Hirst, em comemoração

aos 20 anos desse acontecimento, uma vez que o Presidente Lula está em Puerto Iguazu com o Presidente Kirchner exatamente para essa comemoração.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

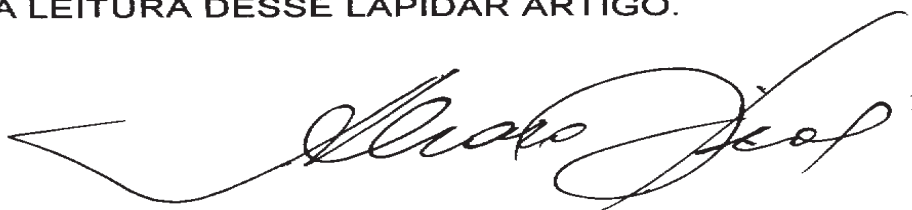
► OS PRESIDENTES LULA E NÉSTOR KIRCHNER SE ENCONTRAM HOJE NA CIDADE ARGENTINA DE PUERTO IGUAZU PARA COMEMORAR O DIA DA AMIZADE BRASIL-ARGENTINA.

► HOJE, 30 DE NOVEMBRO, É MARCO DA CELEBRAÇÃO DOS 20 ANOS DOS PRIMEIROS ACORDOS BILATERAIS DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS DOIS PAÍSES, ACORDOS ESTES QUE POSTERIORMENTE EVOLUÍRAM PARA A CRIAÇÃO DO MERCOSUL.

► NA VERDADE O MERCADO COMUM DO SUL NÃO VIVENCIA UM MOMENTO DE EUFORIA QUE JUSTIFIQUE GRANDES COMEMORAÇÕES.

► EM FACE DA EXIGÜIDADE DE TEMPO, SOLICITO A TRANSCRIÇÃO NA ÍNTEGRA DO PRIMOROSO ARTIGO DA PROFESSORA DE POLÍTICA INTERNACIONAL DA *UNIVERSIDAD TORCUATO DI TELLA* DE BUENOS AIRES, PROFESSORA MÔNICA HIRST, PUBLICADO NO JORNAL CLARÍN NO DIA 28 DE NOVEMBRO ÚLTIMO, INTITULADO: “ A AMIZADE ARGENTINA-BRASIL, 20 ANOS DEPOIS DO ENCONTRO DE FOZ IGUAÇU”

► A PRECISÃO E A LUCIDEZ DA ANÁLISE DE MÔNICA HIRST RECOMENDAM A LEITURA DESSE LAPIDAR ARTIGO.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Alvaro Dias', with a small superscript '1' at the end.



Observatório Político Sul-Americano
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro IUPERJ/UCAM



A amizade Argentina-Brasil, 20 anos depois do Encontro de Foz do Iguaçu

Artigo publicado no jornal Clarín (28/11/2005)

Mônica Hirst

Professora de Política Internacional
Universidad Torcuato Di Tella, Buenos Aires

Quando se faz um balanço das últimas duas décadas na história das relações entre a Argentina e o Brasil, duas conclusões – aparentemente contraditórias – saltam simultaneamente: uma que constata uma profunda transformação; e outra que reconhece uma notável continuidade. A primeira, de cunho positivo, ressalta o conjunto de novos atores, interesses e temas que passaram a outorgar complexidade e densidade a este relacionamento; a segunda, que parte de uma visão pessimista, observa a persistência dos aspectos fragmentadores, motivados por diferenças e rivalidades que impedem a consolidação de uma sólida aliança bilateral. O que torna essa conclusão ainda mais desconcertante é a semelhança entre as agendas dos encontros presidenciais mantidos em 1985 pelos presidentes Raúl Alfonsín com Tancredo Neves em Buenos Aires (fevereiro) e com José Sarney (novembro) em Foz do Iguaçu, e o que terá lugar no próximo dia 30 entre Nestor Kirchner e Luiz Inácio Lula da Silva.

Quais são os temas de fundo sobre os quais se divergiu e sobre os quais se concordou nos 20 anos que transcorreram? A título de sistematização, poder-se-ia apontar quatro macroquestões: o desenvolvimento econômico, o da projeção internacional, o da estabilidade democrática regional e o da cooperação bilateral. Enquanto os dois primeiros são movidos por interesses nacionais que dificultam a convergência e geram percepções conflitivas, os dois últimos estimulam o entendimento e a construção de um projeto associativo.

A presença da questão do desenvolvimento na agenda argentino-brasileira já perdura por mais de meio século. Havendo inaugurado sua aparição nos anos 50 como um ponto de diálogo intelectual comandado por dois ícones do pensamento econômico de ambos os países – Raul Prebisch e Celso Furtado – se converteu, por um breve momento, em um elemento de aproximação política nos anos dos governos Frondizi e Kubitschek. Logo, na década de 70, foi a causa do arrebatado embate entre Buenos Aires e Brasília em torno da construção da hidroelétrica de Itaipu. Desde então, mesmo superada a discórdia com a negociação do Tratado Itaipu Corpus, o tema do desenvolvimento passou a habitar com maior ou menor visibilidade a agenda bilateral. Sua presença já não se dava com um sentido de aproximação, mas sim com um fator de desencontro. Ao mesmo tempo, foi também nesse período que o crescimento industrial brasileiro torna irreversíveis as assimetrias econômicas entre os dois países. Nos anos 80, a instabilidade macroeconômica argentina e brasileira comprometeu a expectativa de que seria possível arquitetar um processo de integração baseado em uma retomada simultânea de projetos de desenvolvimento, como fora idealizado pelo Programa de Integração e Cooperação -- PICE. Posteriormente, com a adesão ao regionalismo aberto por via do Mercosul, juntamente com as políticas de liberalização comercial, a Argentina parecia abandonar definitivamente o modelo substitutivo.

Não obstante, o atual governo argentino vem mostrando enorme empenho em reverter esse descarte, o que inevitavelmente o tem levado a rediscutir a estratégia econômica do Mercosul. Para o Brasil, que foi menos drástico que o seu vizinho na desativação de seu projeto industrialista, as reivindicações argentinas geraram reações contraditórias. Por um lado, estas são percebidas positivamente por fortalecerem o ideário desenvolvimentista do Mercosul; mas por outro, implicam a flexibilização do código associativo ferindo interesses internos que já convivem com as restrições impostas pela política de estabilidade e os desafios de um sistema comercial internacional profundamente competitivo.

A segunda questão aludida refere-se ao do terreno da política internacional e à constatação de que tem sido uma constante na história das relações Argentina-Brasil a dificuldade de compatibilizar momentos de inflexão nas políticas externas respectivas e o aprofundamento do relacionamento bilateral. No lado argentino, isso ocorreu nos períodos do primeiro e

segundo peronismo e mais recentemente na etapa menemista. Do lado brasileiro, essa “incompatibilidade” aparece no início da vida republicana – na gestão do Barão do Rio Branco no Itamaraty – na Era Vargas, no governo Geisel, e também no momento atual. Desde o início da gestão de Lula, a política externa brasileira passou a estar fortemente associada à idéia de mudança, imprimindo-se uma marca afirmativa à presença do país nos foros multilaterais, nas negociações globais e no âmbito regional – especialmente o sul-americano. Como parte desse esforço, o país revelou-se disposto a ampliar suas responsabilidades internacionais, o que o fez mais ambicioso para obtenção de altos cargos na burocracia internacional e justificou sua campanha por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, quando este fosse ampliado. Para a Argentina, que em raras ocasiões vem apoiando as aspirações brasileiras, esse empenho não tem sido identificado como projeto que contemple simultaneamente o fortalecimento do vínculo bilateral.

Deve-se, entretanto, fazer uma importante ressalva quando se aborda o tema da política internacional. A dificuldade maior parece prevalecer no que se refere à forma e não ao conteúdo das posturas externas atuais de ambos os países, já que estas obedecem a premissas bastante semelhantes. Portanto, o problema não se refere à política que se formula, mas sim a forma como esta é projetada internacionalmente.

Já os dois temas seguintes da agenda bilateral suscitam conclusões mais promissoras do que as anteriores. Sem dúvida, estabilidade democrática na região corresponde a um campo de enorme convergência e cooperação entre a Argentina e o Brasil. Identificada com uma preocupação comum desde os primeiros contatos de alto nível, há 20 anos atrás, parece plenamente incorporada pelos dois governos a percepção de suas responsabilidades compartilhadas para a preservação do Estado de direito na América do Sul. Países como a Bolívia e o Paraguai representam uma fonte de preocupação permanente, como também a atuação de forças insurgentes – ontem o Sendero Luminoso e hoje as FARC. A ausência de um diálogo construtivo sobre a matéria com os Estados Unidos para lidar com as turbulências na região também se repete – em 1985 a preocupação estava na América Central, hoje na Venezuela. Um corolário interessante dessa idéia de “missão conjunta” tem sido o comportamento cauteloso adotado reciprocamente nos momentos de crise doméstica

de um e outro. Assim se observou na queda do governo De La Rúa, como também nos meses recentes de enfraquecimento das bases de sustentação do governo Lula. Prevalece, de fato, na Casa Rosada e no Palácio do Planalto a visão de que *hoy por hoy* o eixo interdemocrático Argentina-Brasil representa a principal fonte de estabilidade na América do Sul.

E finalmente vale sublinhar o campo da cooperação bilateral no qual se inclui a interação intergovernamental e societal. O processo de crescimento e diversificação dessas agendas é sem dúvida o aspecto mais grato da história recente desse relacionamento. Enquanto o diálogo diplomático e entre as autoridades econômicas continua subordinado à dinâmica do “avança e estanca”, a expansão de contatos em todos as áreas de atividade pública e privada – saúde, educação, segurança, cultura, turismo – ganhou um dinamismo próprio alimentado lado a lado. Nesse caso, mesmo partindo de realidades e culturas diferentes, o impulso é simétrico e irreversível. Vinte anos depois, o conhecimento do outro corresponde também a uma nova visão do outro, no qual a soma parece ter substituído a subtração. Menos no futebol, naturalmente.



O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estive nesta sessão plenária desde sua abertura e uma série de pronunciamentos foram feitos, todos mostrando o quadro terrível por que passa nosso País. Evidentemente, é um quadro em preto e branco.

Há momentos em que me pergunto se temos e se vivemos exatamente em dois Brasis – um real, que é o Brasil onde há uma larga faixa de pobreza, de miseráveis de um lado e de outro, em que há concentração de riquezas, e o segundo Brasil, que é o Brasil da ficção, como tive a oportunidade de ouvir, ontem, em pronunciamentos da Senadora Ideli Salvatti e do Senador Líder do Governo Aloizio Mercadante, que é o País da ficção dos números, da beleza.

Sinceramente, não sei qual segmento deste Governo vai bem, porque se falarmos da questão ética, esta é a pior possível. A política econômica, da mesma forma. Quando vemos a infra-estrutura geradora de desenvolvimento deste País no estado em que se encontra é uma ruína. A reforma agrária não é feita. E, agora, Sr. Presidente, as universidades públicas brasileiras estão em greve, algumas desde o final do mês de agosto e outras desde o início do mês de setembro. A de Sergipe está em greve desde o dia 11 de outubro.

Isso porque encontrava-se de férias no período em que as demais já estavam em greve.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi das mãos de professores da Universidade Federal de Sergipe este documento, um panfleto, um comunicado à sociedade sergipana, que fala da universidade em crise e da Universidade Federal de Sergipe em greve.

Diz o texto:

O que é necessário para que uma Nação seja autônoma, soberana, independente e seu povo tenha liberdade e seja sujeito político da sua história? A resposta passa pelo acesso à educação com qualidade, socialmente referenciada, que contribua para a formação da cidadania crítica e ativa.

Como esse não é o projeto de sociedade dos nossos dirigentes, que apostam no atraso, na submissão e alienação da população para continuarem sugando a Nação e colocando em prática suas ações corruptas sem risco de serem punidos, o ensino público no Brasil tem sido colocado como um item descartável e sem importância.

Esse descaso está presente nas universidades públicas do Brasil. E mais uma vez nós docentes e os técnicos administrativos somos obrigados a paralisar nossas atividades para, a partir do enfrentamento, conquistarmos, através da luta e da resistência, o direito de continuarmos tendo unidades de ensino que façam a diferença, que promovam cidadania e sirvam como caixa de ressonância da sociedade brasileira, que almeja um país mais justo, mais igualitário, mais

comprometido com seu povo, sua gente, denunciando a sangria de nossas riquezas em benefício do capital internacional.

Paramos! E o Governo Federal tem feito manobras visando dividir e desarticular os profissionais da educação, pois está em xeque uma reforma do ensino superior que irá deixar cada vez mais distante a possibilidade de todos os cidadãos brasileiros terem direito a um ensino público, gratuito e de qualidade.

Lutamos para resgatar nossa dignidade como profissionais, resgatar o valor do ensino público e o valor do conhecimento enquanto direito de todo cidadão.

Os Três Eixos da Nossa Pauta:

- Salário digno;
- 18% no salário-base;
- incorporação das gratificações;
- retomada dos anuênios.

1. Plano da Carreira que permita a correção das distorções e viabilize um adequado desenvolvimento acadêmico-profissional.

2. Concursos públicos já: atualmente um terço dos professores são substitutos com contratos de trabalho precários.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de um documento da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe, acompanhada dos Sindicatos Andes e Adufs.

Pergunto, então, se todos os outros segmentos encontram-se como todos os brasileiros temos conhecimento, e a educação, pilar básico para o desenvolvimento de uma sociedade livre e soberana, para o desenvolvimento de uma Nação que tenha em mente o destino e os caminhos a percorrer de forma consciente e soberana.

Portanto, estamos, na verdade, diante de um Governo medíocre. E o mais grave, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é a postura diversionista, a postura de divisão que o Governo procura estabelecer, tendo em vista que – e aqui é uma denúncia que faço – procurou atender os professores do segundo grau, das escolas técnicas, dos Cefets. A denúncia que faço é baseada em informações, inclusive algumas recebidas hoje, de que os entendimentos com esse segmento, que nós aprovamos, decorrem do fato de os seus sindicatos, Sinasefes, ainda permanecerem na base da CUT, enquanto a Andes e a Adufs se retiraram da CUT e recebem tratamento diferenciado. Tanto é verdade que os professores dos colégios de aplicação, que também são do segundo grau – assim como os Cefets –, embora vinculados às universidades, numa demonstração clara de discriminação, não receberam o mesmo tratamento que os professores das escolas

técnicas, pois são vinculados às universidades e não aos Cefets, aos Sinasefes.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, além dos absurdos cometidos diariamente por este Governo, é preciso dar um basta a esse tipo de tratamento. O Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação, precisa reabrir o diálogo com os Sindicatos que agregam os profissionais das universidades públicas brasileiras, pois, se não tivermos a educação necessária, a educação que proporciona autonomia e liberdade ao indivíduo, jamais teremos uma Nação soberana. Com certeza, o Governo do Presidente Lula dá uma contribuição em sentido contrário.

Chega de todos esses abusos!

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet, para uma breve comunicação.

Em seguida, passaremos à Ordem do Dia.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem ocupei a tribuna para render minhas homenagens ao Presidente da Câmara e ao do Senado da República porque ambos trabalham pela votação daquilo que será possível para este ano.

Entre os itens a serem votados, um se refere ao que o Congresso Nacional pode fazer pela segurança do povo brasileiro, em outras palavras, pela segurança de nossas famílias. Uma lei pode resolver o assunto? Fazer leis é a solução? Eu não vim aqui tratar disso hoje, mas ouvi, nesta sessão, a voz indignada de um dos representantes do povo do Estado do Rio de Janeiro nesta Casa, o Senador Sérgio Cabral, pedindo providências para que absurdos não continuem ocorrendo, como de fato estão. Na noite de ontem, segundo relato dele, e como notícia a imprensa, uma bomba explodiu em um ônibus, cinco pessoas faleceram e outras ficaram feridas.

Pensei comigo mesmo: o Senador Sérgio Cabral tem razão, parece que não adianta fazer lei. É preciso fazer outra coisa, Senador Sérgio Cabral. Sabe o que é preciso fazer? Investimento público na área social, o que não existe. Estamos pagando juros e não há investimento público!

Fico imaginando o que é uma favela. Como se chega a uma favela? A quase todos os lugares, com certeza, chega-se andando, mas há outros em que, por exemplo, uma ambulância não entra. Até uma ambulância precisa ter passaporte dos traficantes ou dos donos das favelas, porque a bandidagem está vencendo o Poder público! Se há escola, a quem a professora obedece? Há ruas, há avenidas? Se houvesse isso, se houvesse um lugar por onde pudessem transitar os

caminhões-pipa que levam água para as famílias, talvez não ocorressem tantos crimes. Há uma violência, portanto, que não depende da lei, mas de ação, que me parece não ser apenas policial – parece-me não; tenho convicção disso.

Está na hora de acabarmos com esta situação no Brasil, de darmos prioridade ao social. Dar prioridade ao social é humanizar um pouco a vida daqueles que vivem nas favelas e que hoje dependem dos remédios fornecidos por aqueles que vivem do crime – o que é grave – e não pelos postos de saúde que deveriam existir em quantidade suficiente para atender à população brasileira. Essa é a verdade. Que tipo de lei vamos votar? Vamos estabelecer penas? Vou cumprir a minha missão, Sr. Presidente. Entendo que a legislação precisa ser aperfeiçoada, mas não é dessa maneira que vamos resolver esse gravíssimo problema do Brasil.

Senador Sérgio Cabral, gostei de sua atuação. Proteste, continue protestando, porque a voz de V. Ex^a e outras tantas devem erguer-se no sentido de haver mais investimentos no Brasil, investimentos na educação, investimentos na saúde, investimentos que humanizem, investimentos que urbanizem e que diminuam as favelas existentes nos grandes centros. Para mim, isso significa desenvolvimento. Desenvolvimento não é número. O que adianta discutirmos e ficarmos falando em números nos nossos discursos? Os números não podem comandar a economia. Acima da economia está o povo brasileiro, está a nossa sociedade. Estão economizando para aplicar quando?

O Sr. Sérgio Cabral (PMDB – RJ) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MT) – Ouvirei V. Ex^a com prazer, Senador Sérgio Cabral, e encerrarei.

Sr. Presidente, somente agora percebi que V. Ex^a me concedeu a palavra para uma comunicação inadiável, mas, perdoe-me, pois trata-se de um representante do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Srs. Senadores, penso apenas que se trata de um prejuízo para o Plenário, tendo em vista a Ordem do Dia. Peço, então, que o Senador Sérgio Cabral use o tempo concedido ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Sérgio Cabral (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, dentro do tempo do Senador Ramez Tebet, gostaria de agradecê-lo por ter dado continuidade a este tema. Senador Ramez Tebet, V. Ex^a, com a autoridade de Presidente do Congresso Nacional que foi e de um Senador respeitado no Brasil inteiro, trata deste problema e tem toda a razão. É preciso muito mais do que apenas operação de segurança

pública. É preciso haver investimentos em habitação, em saneamento básico e em acessibilidade. Se V. Ex^a verificar a história do Rio de Janeiro do começo do século XX, com o Prefeito Pereira Passos, o que verá? O que era o centro da cidade do Rio de Janeiro antes e depois de Pereira Passos? Intervenção urbana, saneamento básico e organização da cidade. Podemos também ver o que aconteceu em Paris, com o Barão Haussmann. O que era essa cidade antes de Napoleão III ter feito investimentos fundamentais no campo da acessibilidade? Vamos transportar isso para a realidade nacional brasileira, para os grandes centros. Não é possível, Senador Ramez Tebet. Se V. Ex^a chegar ao Rio de Janeiro, ao aeroporto do Galeão e atravessar a Linha Vermelha, verá que há favelas de um lado e do outro. É uma área inacessível para a cidade legal, e os milhares de trabalhadores que moram naquelas comunidades sabem que são reféns exatamente do que V. Ex^a descreveu muito bem: de organizações criminosas, por conta da acessibilidade. V. Ex^a colocou bem. Hoje, na cidade do Rio de Janeiro, estas favelas – Complexo do Alemão, Complexo da Penha, Rocinha, Vidigal – são áreas que, pela sua conformidade física, morfológica, impedem o acesso do Poder Público, do caminhão de água, da ambulância, da polícia. Isso é absolutamente inaceitável. Mais do que ninguém o trabalhador,...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço a V. Ex^a que conclua, Senador Sérgio Cabral.

O Sr. Sérgio Cabral (PMDB – RJ) – ...o morador da favela sabe que é um refém do tráfico de drogas. Sr. Presidente, o Senador Tebet colocou muito bem. Nós ficamos discutindo aqui números frios da economia. Nós estamos discutindo algo muito duro, o Brasil inteiro está chocado hoje. Isso sim é o Brasil real, Sr. Presidente. Nós estamos discutindo a morte de cinco pessoas, de trabalhadores, dentro de um ônibus, de uma criança de dois anos. Esse é o Brasil real. E o Senador Tebet foi muito feliz em colocar essa questão num plano maior. São R\$140 bilhões pagos de juros e os trabalhadores morrendo nos ônibus, vítimas de organizações criminosas, que crescem exatamente com a miséria, com a desorganização social. Então V. Ex^a colocou muito bem, nós não podemos tergiversar nessa questão, não podemos tolerar. Há que se ter uma ação dura, uma ação eficiente, nos três níveis de poder: Governo Federal, Governo estadual e Governo local, municipal. Não podemos tolerar. E passa, sim...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Sérgio, peço que V. Ex^a conclua.

O Sr. Sérgio Cabral (PMDB – RJ) – Vou concluir. Passa por investimento em educação pública e passa por intervenções urbanas. Parabéns a V. Ex^a, Senador Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Pronto, V. Ex^a concluiu o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, muito obrigado. O que me motivou a vir à tribuna foi justamente a indignação de V. Ex^a, que é de toda a Casa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço que V. Ex^a me inscreva para usar a palavra, pela Liderança do Partido, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Heloísa Helena. Logo após, passo a palavra ao próximo orador inscrito.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de solicitar a V. Ex^a minha inscrição, após a Ordem do Dia, pela Liderança do P-Sol, e também de fazer um apelo a V. Ex^a, na condição de 1º Vice-Presidente da Casa e de Presidente, neste momento.

Em solidariedade às famílias e às crianças que acabam sendo assassinadas, todos os dias, em função da violência, como aqui relatou o Senador Sérgio Cabral e o Senador Ramez Tebet, solicito a V. Ex^a que agilize a implantação da Comissão Especial que foi aprovada pelo Senado.

Vários Senadores subscreveram esse requerimento, inclusive V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro, e eu também, a fim de que seja instalada, imediatamente, essa Comissão Especial para tratar dos assuntos da segurança pública, para, em trinta dias, apresentar uma alternativa concreta, a curto, a médio ou a longo prazo, para a questão da violência no País, que pode incluir tanto mudanças estruturais profundas, como aqui foi relatado pelo Senador Sérgio Cabral, pelo Se-

nador Ramez Tebet – trezentas vezes, muitos de nós aqui na Casa falamos – quanto das políticas públicas e sociais, como mecanismos concretos para o aparato de segurança pública.

Então, solicito o empenho de V. Ex^a para que, o mais rápido possível, essa comissão seja instalada e, de fato, possamos apresentar, em trinta dias, alternativas ao Brasil para a área de segurança pública.

Desculpe-me, Senador Aelton, mas precisava fazer esse apelo.

SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT) – Encaminho pessoalmente ao Senador Renan Calheiros a solicitação de V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT) – Senador Pavan, há um orador na tribuna. Peço a V. Ex^a o estrito cumprimento do Regimento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Eu me inscrevi para falar pela Liderança do PSDB e fui o primeiro após a Ordem do Dia. Bem no início da sessão de hoje, eu me inscrevi para falar pela Liderança do PSDB.

SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT) – Ex^a está inscrito após a Ordem do Dia, como primeiro Líder inscrito, intercalando com os oradores.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT) – Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, companheiros e vereadores da cidade de Uberaba que se fazem presentes, o Vereador Kleber Cabeludo, Vereador Durval Chaves, o Durval da Farmácia, quero cumprimentar também, aqui presentes hoje, os companheiros da cidade de Conselheiro Lafaiete, José César e o Sr. Renzo. Faço questão, Sr. Presidente, de registrar nesta data, desta tribuna, nosso reconhecimento à postura adotada pelo Governador de Minas Gerais na prevenção contra o surgimento de febre aftosa em nosso Estado e também o meu incentivo aos planos de expansão de produção agropecuária de Minas Gerais.

Os proprietários de rebanho das regiões do Triângulo Mineiro, principalmente, Alto Paranaíba, sul, sudoeste e noroeste de Minas, estão atualizando, desde o dia 1º de novembro, o cadastro de todos os animais, numa antecipação do início do processo de vacinação do nosso rebanho.

Outra providência importante adotada pelo Governo de Minas foi intensificar as medidas preventivas nas fronteiras do nosso Estado, fortalecendo, assim, a estrutura de monitoramento. As preocupações se justificam, uma vez que Minas Gerais possui o terceiro maior rebanho bovino do País, com 21 milhões de cabeça. Trata-se de uma atividade de grande significado para a economia do Estado de Minas Gerais, pois emprega milhares e milhares de pessoas, gera divisas e leva internacionalmente o nome do Estado de Minas.

Sem querer crucificar ninguém, talvez tenha faltado a determinados setores do nosso Governo, do Governo Federal, do qual integro a base, a percepção da importância crucial de investimento em defesa sanitária animal. Não se trata de opção, mas sim de uma necessidade absoluta.

A verdade, Sr. Presidente, é que a classe agropecuária não pode continuar negociando com o Governo sempre de pires na mão, pois precisa enfrentar os desafios que exigem um emprego crescente e satisfatório de recursos. O próprio Ministro da Agricultura, competente e amigo Roberto Rodrigues, já reconheceu em algumas oportunidades que a sintonia entre a sua Pasta e o Ministério da Fazenda não acontece com eficiência demandada pelo setor.

Que fique bem claro, não se trata aqui de simplesmente colocar no colo da equipe econômica do Governo a responsabilidade por todos os problemas. Mas a sua relação com o agronegócio, de uma forma geral, precisa sim de bastantes ajustes. Quem afirma isso, como faço agora, é porque deseja o melhor para nosso Governo e para o nosso País.

Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, é muito importante que cada Estado brasileiro possa adotar medidas preventivas mais rígidas quanto a doenças animais. Quanto menos focos surgirem, menores os prejuízos. Minas Gerais, mesmo fazendo divisa com Unidades afetadas pela aftosa, foi até aqui uma referência, em termos de fiscalização e prevenção.

Não é possível, Sr^{as} e Srs. Senadores, dizer que os produtores mineiros estejam 100% tranquilos, mas é um alento o fato de o Instituto Mineiro de Agropecuária, o IMA, ter gasto quase a totalidade dos seus R\$2 milhões, empenhados no Orçamento estadual no início do ano, aplicados em ações de defesa animal, além de outro R\$1,9 milhão disponibilizado após o surto de aftosa no Mato Grosso do Sul.

É com satisfação, Sr. Presidente, que acompanho a expectativa positiva construída em torno da pecuária mineira, que planeja triplicar suas exportações

a partir do ano de 2006, gerando milhares de novos empregos, principalmente se receber incentivos fiscais compatíveis, como a devolução de parte do ICMS pago pelos produtores mineiros na compra de boi em outros Estados.

Quanto à questão da defesa sanitária, nunca é demais lembrarmos ser necessário também contar com a responsabilidade e a boa-vontade dos produtores. Em algumas regiões de Minas, por exemplo, durante algum tempo, determinados produtores mais humildes chegavam a comprar vacina para driblar a fiscalização, através da apresentação de nota fiscal, mas jogavam os frascos fora, por considerarem muito trabalhoso e demorado o processo de aplicação da vacina. Esta prática já não é usual, mas, na verdade, ela precisa ser mesmo abominada por completo, para que o rebanho não fique vulnerável.

Encerro este breve discurso, reiterando a defesa de um ponto que considero crucial nesta crise deflagrada na pecuária brasileira. O certo é que, sem sombra de dúvida, retomar um controle de sanidade animal eficiente no nosso País exige comprometimento absoluto de todas as partes envolvidas, pois se não houver uma consciência coletiva, sempre sobrarão brechas para que o indesejável aconteça.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Um minuto, Sr. Presidente.

Os governos e administrações do País, no âmbito federal, estadual ou municipal, podem ter certeza de que, mesmo enfrentando obstáculos, a agropecuária será sempre um setor com muito potencial para atender as demandas sociais, desde que apoiado adequadamente. Os sucessivos recordes de produtividade do setor não me deixam mentir.

Antes de encerrar, quero parabenizar publicamente o Governo de Minas Gerais pelo lançamento do programa “Minas Leite”, pelo qual serão investidos R\$88 milhões de reais na modernização da cadeia produtiva da pecuária leiteira, além de prever a redução da carga tributária, melhoria de estradas rurais e melhor aproveitamento do produto na merenda escolar. Que o programa tenha sucesso e realmente se traduza em importantes benefícios para os milhares de produtores do Estado!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Flexa Ribeiro.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.388, DE 2005

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-Deputado Estadual e Federal, ex-Ministro da Justiça e Ministro Aposentado do Supremo Tribunal Federal, Oscar Dias Corrêa, ocorrido hoje:

- a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família;
- c) ao Supremo Tribunal Federal;
- d) à Academia Brasileira de Letras; e
- e) à Academia Mineira de Letras.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2005.

– Senador **Renan Calheiros**.

REQUERIMENTO Nº 1.389, DE 2005

Requeiro voto de pesar pelo falecimento do Deputado, ex-Ministro de Estado e ex-Ministro do STF, Dr. Oscar Dias Correia.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 30 de novembro de 2005, do ex-Deputado Federal, ex-Ministro de Estado e ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Oscar Dias Correia.

Requeiro, também, que o voto de pesar do Senador seja comunicado aos familiares do ilustre homem público.

Justificação

Um dos mais aguerridos políticos contemporâneos, Oscar Dias Correia foi por excelência jurista e, por isso, como detentor de notório saber, chegou em 1982 ao ponto mais alto, o Supremo Tribunal Federal, do qual foi um dos mais ilustres Ministros e, nessa condição, também integrou o Tribunal Superior Eleitoral. Oscar Correia não foi apenas jurista, foi também o político respeitado, integrante da extinta-UDN, vindo integrante da famosa Banda de Música, como eram chamados os grandes e mais aguerridos udenistas da Câmara dos Deputados, para a qual ele se elegeu por Minas Gerais, em 1945. Soube ser altivo nos difíceis momentos do fim do Estado Novo e, depois, já no Governo autoritário implantado pelos militares em 1964, abandonou a vida parlamentar, em sinal de protesto. Foi professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, depois da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal de Minas Gerais. Foi também Ministro da Justiça no Governo Sarney.

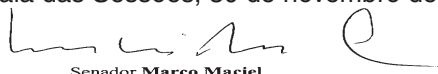
Sala das Sessões, 30 de novembro de 2005.

– Senador **Sérgio Guerra**.

REQUERIMENTO Nº 1.390, DE 2005

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal. Oscar Dias Corrêa :

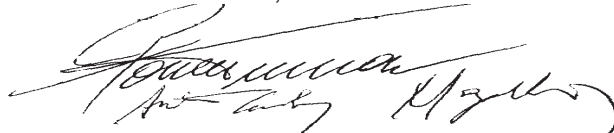
- a) inserção em ata de voto de profundo pesar; e
 - b) apresentação de condolências à família.
 - c) ao Supremo Tribunal;e
 - d) academia Brasileira de Letras
 - e) academia Mineira de Letras
- Sala das Sessões, 30 de novembro de 2005.


Senador Marco Maciel

REQUERIMENTO Nº 1.391, DE 2005

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal. Oscar Dias Corrêa :

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar; e
 - b) apresentação de condolências à família.
 - c) ao Supremo Tribunal;e
 - d) academia Brasileira de Letras
 - e) academia Mineira de Letras
- Sala das Sessões, 30 de novembro de 2005.

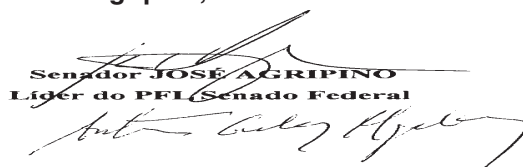


REQUERIMENTO Nº 1.392, DE 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 218 do Regimento Interno, requeiro a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento, ocorrido nesta madrugada, do ilustre brasileiro Oscar Dias Corrêa, ex-Parlamentar, ex-Ministro da Justiça e ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2005. – Senador **José Agripino**, Líder do PFL Senado Federal


Senador JOSÉ AGRIPINO
Líder do PFL Senado Federal

REQUERIMENTO Nº 1.393, DE 2005**Requeiro Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Deputado, ex-Ministro de Estado e ex-Ministro do STF, Dr. Oscar Dias Correia.**

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 30 de novembro de 2005, do ex-Deputado Federal, ex-Ministro de Estado e ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal Dr. Oscar Dias Correia.

Requeiro, também, que o Voto de Pesar do Senado seja comunicado aos familiares do ilustre homem público.

Justificação

Um dos mais aguerridos políticos contemporâneos, Oscar Dias Correia foi por excelência jurista e, por isso, como detentor de notório saber, chegou em 1982 ao ponto mais alto, o Supremo Tribunal Federal, do qual foi um dos mais ilustres Ministros e, nessa condição, também integrou o Tribunal Superior Eleitoral. Oscar Correia não foi apenas jurista, foi também o político respeitado, integrante da extinta-UDN, vindo integrante da famosa “Banda de Música”; como eram chamados os grandes e mais aguerridos udenistas da Câmara dos Deputados, para a qual ele se elegeu por Minas Gerais, em 1945. Soube ser altivo nos difíceis momentos do fim do Estado Novo e, depois, já no Governo autoritário implantado pelos militares em 1964, abandonou a vida parlamentar, em sinal de protesto. Foi professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, depois da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal de Minas Gerais. Foi também Ministro da Justiça no Governo Sarney.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2005.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Para encaminhar a votação do requerimento, concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Para encaminhar a votação. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, ilustre Vice-Presidente desta Casa, Sr^{as} e Srs. Senadores, faleceu hoje pela manhã o Ministro Oscar Dias Corrêa, homem público e intelectual nascido em Minas Gerais e casado há mais de cinquenta anos com dona Diva Gordilho Corrêa. Do casamento brotaram dois filhos: Ângela e Oscar Corrêa Júnior. Este, é bom lembrar, foi Deputado Federal e é membro do Diretório Nacional do Partido da Frente Liberal.

Devo também dizer que, entre os netos de Oscar Corrêa, encontra-se um jovem e talentoso político, o Deputado Estadual, pertencente à Bancada do PFL e à Assembléia Legislativa de Minas, Gustavo Corrêa.

Em apertada síntese, Sr. Presidente, eu poderia dizer que Oscar Corrêa foi a um só tempo um homem de pensamento e de ação, um político e um intelectual, algo que não é comum entre os mortais. Se formos olhar Oscar Corrêa, enquanto político, constataremos em primeiro lugar a sua coerência de vida.

Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e posteriormente foi, sempre pela legenda da UDN, Deputado Estadual à Assembléia Legislativa e três vezes Deputado Federal. É bom lembrar que nesse entretempo ele ocupou a função de Secretário de Educação do Governo Magalhães Pinto.

Oscar Corrêa foi posteriormente Ministro do Supremo Tribunal Federal. Ele exerceu as funções com o talento que lhe era peculiar entre 1982 e 1989 e só se afastou da Corte para desempenhar as funções de Ministro da Justiça, convidado pelo então Presidente José Sarney.

No STF, ele pôde mais uma vez revelar as suas notáveis qualidades de jurista. Aliás, é bom lembrar que, além de advogado, Oscar Corrêa era um brilhante parecerista e foi professor de reputadas escolas de ensino superior não só na área do Direito, mas também na da economia política. Aí estão os traços básicos da sua característica de político, de homem público.

Por outro lado, Oscar Corrêa era um pensador, um intelectual e se manifestou, quer como articulista, quer como conferencista, quer como orador – era um excelente orador –, quer como autor de poesias e também como tradutor. Se não me engano, é dele uma tradução da “Divina Comédia”, de Dante, a qual ele quase que recitava de cor. Entre seus livros estão “Meus Versos dos Outros” tradução de poetas italianos juntamente com Geraldo Vididal, Ives Gandra, Miguel Reale e Saulo Ramos, o romance “Basílio” e “Vultos e Retrao”, coletânea de discursos acadêmicos, palestras e estudo sobre o Visconde de Cairu – e deixou vasta obra não apenas no território da literatura, mas também no campo do Direito.

Para concluir, eu diria que Oscar Corrêa*, além dessas suas qualidades de político e de intelectual...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – ... ele era sobretudo um humanista. A ele podia-se aplicar o que disse Terêncio: nada do que era humano lhe era estranho. Ele tinha uma vasta cultura, conseguia-se expres-

sar em várias línguas e tinha uma compreensão muito ampla dos problemas do mundo e do País.

Ademais, era uma pessoa de grande espírito público e enorme seriedade intelectual. Integrou a ilustre escola da UDN (União Democrática Nacional)...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – ... de Minas Gerais, da qual poderia destacar Milton Campos, Afonso Arinos, Bilac Pinto, Pedro Aleixo e tantos outros.

Era um modelo de político probo, lúcido, extremamente preocupado com a compatibilidade entre pensamento e ação, coerência de vida, portanto. E também era, não podemos deixar de enfatizar esse fato, um ente múltiplo, pois era capaz de ser um excelente político e ao mesmo tempo um grande intelectual.

Daí a razão, neste momento em que registramos o seu desaparecimento, de o Senado manifestar aqui o seu pesar. Ele pertenceu a diversas instituições, por exemplo, a Assembléia Legislativa de seu Estado, a Câmara dos Deputados, nossa Casa irmã, e instituições de caráter cultural. Era membro da Academia Brasileira de Letras, onde foi recebido por Afonso Arinos de Melo Franco, e também da Academia Mineira de Letras e da Academia Brasileira de Letras. Vou citar apenas algumas das academias entre muitas que Oscar Corrêa integrava. Devo dizer que ele era membro da OAB e integrava muitas entidades na área jurídica, no Brasil e no Exterior.

Com sua morte, nós queremos dizer que ele deixa um exemplo. A vida é breve, já se disse; somos passageiros neste mundo, estamos em viagem, e certamente, no momento em que Oscar Corrêa a conclui aqui na Terra, ele vai deixar um grande exemplo, de um político digno e lúcido, de um intelectual versado em várias áreas no campo da cultura, mas também de alguém que deixou um exemplo de cordura, de vida pessoal e familiar.

A vida não é uma coleção de dias; o importante não é quanto tempo se vive, é como se vive, e Oscar Corrêa nos deixa um testemunho de quem viveu exemplarmente em todas as áreas em que atuou. Com a tristeza de seu desaparecimento, fica registrado nosso reconhecimento. Queremos juntar, com nosso pesar, nossa oração, com a certeza de que ele será acolhido nos braços do Criador, e sua postura de vida vai ajudar a fertilizar não somente a política mineira, mas igualmente a do País, pelo legado de homem público e de pensador que ele nos ofereceu neste momento tão difícil da vida nacional.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Exª o justo reconhecimento que faz.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, que vai prestar também sua homenagem, pela Liderança do PFL.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estamos encaminhando requerimento de pesar pelo falecimento de um homem que foi referência neste País, um cidadão a quem conheci. Conheci também sua esposa. Sou amigo pessoal de seu filho mais velho, que foi Deputado Federal, Oscar Corrêa Filho. Tenho também amizade com seu neto Gustavo, que é Deputado Estadual em Minas Gerais. Sou amigo da família inteira. É uma amizade herdada do meu pai, o qual foi amigo do Ministro Oscar nos velhos tempos da UDN. Eles foram udenistas, como os Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Sarney, como Eliomar Baleeiro e muitas figuras eméritas neste País, companheiros, solidários e amigos numa agremiação política que já não existe, que tem sua história de luta e que tem Oscar Corrêa um de seus expoentes.

O Dr. Oscar Corrêa, jurista reconhecido pela sua competência profissional, foi, acima de tudo, um grande advogado. Foi um homem de letras, um homem culto, preparado e ilustrado. Lia autores de profundidade. Contudo, sua vida pública é igualmente rica. Foi Deputado Estadual, Deputado Federal, Secretário de Educação de Minas Gerais, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, membro da Academia Brasileira de Letras. Ele foi muita coisa, mas foi acima de tudo uma referência de dignidade, homem de convicções muito firmes, muito fortes, desse tipo de gente que vai fazer falta pelo exemplo que deixa.

O Dr. Oscar Corrêa, o Ministro da Justiça, o amigo de meu pai, o político de respeito, honrou um partido político e esta Casa, o Congresso Nacional. Ele se foi e deixa saudade na sua esposa, viúva, nos filhos e netos. E deixa saudade pela referência que foi na política do Brasil.

Por esta razão, o meu Partido, o Partido da Frente Liberal, por cujas idéias, com certeza, ele tinha grande simpatia, homenageia-o e reverencia a sua memória. Que Deus o leve e o tenha, amigo Ministro Oscar Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana /Bloco/PT – AC) – Agradeço, Senador José Agripino.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães e, a seguir, ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, assinei as moções de pesar – todas elas – pelo falecimento

de Oscar Dias Corrêa. E o fiz com muito sofrimento, porque acompanhei de perto a sua vida e fui seu colega por muito tempo no Palácio Tiradentes e uma parte do tempo aqui, em Brasília.

Oscar Corrêa era um professor de Direito, um grande amigo de Baleeiro, de Adauto, de Luiz Viana, grupo ao qual eu pertencia. Eu era bem mais jovem, mas muito ligado a eles.

O Oscar teve uma vida de combatente. Quando vejo a Oposição aqui hoje lutando, lembro do exemplo de Oscar Corrêa, que era um lutador intransigente. Dificilmente aparecia na tribuna alguém mais cáustico e mais duro. Inclusive, muitas vezes reagia contra o Líder da Oposição, o nosso grande e mais brilhante orador da República, Carlos Lacerda. Havia debates partidários, como infelizmente hoje não há. Daí por que muitos problemas hoje existem no Senado e na Câmara, porque as bancadas não se reúnem como nos reuníamos, na rua México 3, para deliberar sobre todos os problemas da UDN naquela época. Saíamos de lá com uma linha certa e pronta para o combate, e Oscar foi um grande combatente. Entretanto, depois, foi elevado – bem como, antes dele, Bilac Pinto, que era seu amigo pessoal – ao Supremo Tribunal Federal. E passou a ser juiz; e juiz competente; e juiz que sabia dar sentenças; e juiz que não acumulava processos.

Daí por que, quando homenageamos esse homem público, que honrou a Câmara dos Deputados, o Supremo Tribunal Federal e, mais ainda, a Universidade do Rio de Janeiro, onde ele ensinava, estamos fazendo apenas justiça – no meu caso, além de justiça, há a amizade pessoal.

O seu filho também lidou conosco, o sempre generoso Oscar Dias Corrêa Júnior. Quero transmitir a ele e a sua família o meu pesar. Sei que o Presidente José Sarney também deve ter feito o mesmo, mas quero dizer, com todo o sentimento, que ele foi uma figura marcante da política nacional. É pena.

Talvez sirva como uma boa bússola se V. Ex^a, por meio do Presidente, Senador Renan Calheiros, ou quem quer que seja da Mesa, fizesse uma coleção dos discursos de Oscar Corrêa no Parlamento brasileiro. Seria uma obra perfeita. Desejo que também seja feita a coleção dos discursos de Carlos Lacerda e dos grandes oradores que eu ouvi e que foram meus colegas na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, junto a minha voz à do meu Líder, à do Senador Marco Maciel e à de quantos, neste instante, fazem esta justa homenagem a um dos maiores brasileiros da sua época.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Maga-

lhães. Levarei, pessoalmente, ao Senador Renan Calheiros a sugestão de V. Ex^a em relação ao Ministro Oscar Dias Corrêa.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra aos Senadores Sérgio Guerra, Arthur Virgílio e Ney Suassuna.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fui acordado hoje, logo nas primeiras horas do dia, com a notícia do falecimento do ex-Deputado e ex-Ministro Oscar Dias Corrêa. Sou amigo de sua família: de seu filho Oscar, de sua filha Ângela e de Ricardo Fernandes, casado com ela. Dr. Oscar era amigo do meu pai e do meu irmão, o ex-Deputado Federal José Carlos Guerra.

Sempre tive por ele uma admiração enorme. Era um desses políticos raros que, a cada dia, são mais raros: primeiro, pela sua convicção, pois ele acreditava no que dizia; segundo, pela sua coerência, porque era imensamente coerente e, em alguns momentos, até quixotesco; e terceiro, pelo seu brilho e inteligência. Na verdade, um dos homens mais competentes que conheci. Excelente homem público, grande advogado, pai de família exemplar, um brasileiro que o País perde, seguramente, em razão do seu valor e da sua competência, nos quadros que formam – eu não diria a elite, porque é uma visão simplificada – um certo núcleo que deve parametrizar um país.

Um país deve ter símbolos, referências e homens públicos que signifiquem algo, pela sua vida, pelo seu exemplo, pela sua palavra e pelo seu pensamento. Oscar Dias Corrêa é desses homens cuja coerência, firmeza e convicção são referências para que este País não se desestruture e não se perca na mediocridade, na falta de convicção – assim como tantos brasileiros no Senado, a exemplo de Antonio Carlos Magalhães e outros grandes homens. Gente desse tipo pode e deve continuar a falar neste País, estabelecendo caminhos e fazendo valer a sua experiência para que haja uma condução, uma rota que construa um país de fato, que respeite a grande Nação, que é o Brasil, e melhore a condição do seu povo.

Sinto a morte do Dr. Oscar, homem de outra geração. Sei – sou de uma família de udenistas – que homens como aquele não vão repetir-se com facilidade. Eles fazem falta ao Brasil, dominado por um palavris-mo inconseqüente. Falam-se palavras que nada têm a ver com os fatos e fazem-se promessas que não são cumpridas. Não há responsabilidade pública. Isso tudo é o contrário de Oscar Corrêa, cujo compromisso era com o País, com as leis e com a democracia.

Em nome de meus companheiros e da minha própria família, eu gostaria de passar essa mensa-

gem à família da grande figura pública que foi Oscar Dias Corrêa.

Durante o discurso do Sr. Sérgio Guerra, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)

– Para que o Senado continue prestando justas homenagens ao ex-Ministro da Justiça e do Supremo Tribunal Federal, prorrogo a sessão por mais dez minutos, a fim de que possam usar da palavra os Senadores Arthur Virgílio e Ney Suassuna.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tomei de manhã cedo a iniciativa de apresentar à Mesa um voto de pesar pelo falecimento do Deputado e Ministro Oscar Corrêa.

Ouvi aqui amigos queridos dele, como os Senadores Antonio Carlos Magalhães, Marco Maciel, José Agripino, Sérgio Guerra, mas ouvi sobretudo a Casa, unissonamente, homenageando um grande brasileiro.

Sou amigo de seu filho, Oscar Corrêa Júnior, que foi meu colega de Parlamento e colega de V. Ex^a, Sr. Presidente. Conheci – e ela me contou histórias deliciosas dessa figura genial da política brasileira que é Carlos Lacerda – sua irmã Ângela, apresentado que a ela fui pelo Senador Sérgio Guerra, em Recife, certa vez.

Porém, quero mesmo referir-me é a Oscar Corrêa. Com ele travei conhecimento – eu, menino; meu pai, amigo dele e colega de Câmara dos Deputados. Pela atenção que me deu – eu muito jovem, com 13 ou 14 anos –, dava para, a partir dali, compreender a sua bondade, o seu sentimento humano, a sua grandeza.

Ao mesmo tempo, era o combatente inflexível. E era o homem de princípios morais inarredáveis. Registro dois fatos e não me canso de fazê-lo. Um: Mário Martins, discrepando da UDN em uma questão de fundo, entendendo que o mandato pertencia a seu Partido e não a ele próprio – uma concepção altamente avançada para o tempo –, entrega o mandato, deposita-o nas mãos da UDN e renuncia, voltando à vida pública, muito tempo depois, já não mais pelo Espírito Santo, e sim pelo Rio de Janeiro, Senador da República, eleito em 1966, para ser cassado, junto com meu pai e Mário Covas, em 1969, quando alvorecia o Ato Institucional nº 5.

O outro exemplo também veio da UDN: o Deputado Oscar Corrêa, discrepando da UDN, também em questão programática, em questão de fundo, ime-

diatamente anuncia que saía da vida pública – não renunciou, mas completou o seu mandato e não se candidatou mais a qualquer cargo eletivo.

Esses dois exemplos deveriam servir de espelho em uma hora tão crítica para a Nação brasileira, que está vivenciando um de seus piores momentos, do ponto de vista do compromisso com a ética, haja vista o que estamos vendo nos episódios do mensalão e de outros que tais. São dois exemplos: Mário Martins e Oscar Corrêa, que, depois, foi o grande Ministro do Supremo Tribunal Federal que todos vimos.

É difícil, agora, fugir do lugar-comum e não dizer que a sua perda foi irreversível e insubstituível. Digo tudo o que o lugar-comum sugeriria, mas, sobretudo, quero registrar, de maneira muito singela, que a homenagem final que faço é ao homem que, do alto da sua sabedoria e do seu nome político, dedicou a mim, quando eu tinha 13 ou 14 anos, uma atenção tão bonita, em uma viagem que fizemos, que o tempo inteiro o olhei como amigo, e um amigo, felizmente, admirável. O amigo que não hesitou em encerrar sua carreira pública porque discrepava do seu partido, a UDN, União Democrática Nacional, seu único partido, e não poderia ser outro.

Portanto, é alguém que merece todos os elogios, toda a reverência de uma Nação que precisa não de cultivar mitos, cultivar heróis, cultivar salvadores-da-Pátria; nada disso, mas, sim, de cultivar homens simples e puramente íntegros, corretos, decentes, como em vida foi essa figura hoje homenageada por todos nós chamada Oscar Dias Corrêa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)

– Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sinto muito a perda do Dr. Oscar, que foi meu companheiro na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mas, antes de termos essa amizade consolidada e sermos companheiros, foi ele, como diretor, que fez comigo o contrato inicial como auxiliar de professor na Universidade e incentivou-me a fazer o concurso. Prestei concurso na Universidade Federal, na Escola de Economia.

Ele, com aquela sua bondade, com aquela simplicidade, era um homem incrível, porque todo mundo sabia da sua sapiência, do seu currículo, que era incrível, mas ele era de uma simplicidade e de uma modéstia que encantava a todos na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Faculdade de Economia, ali na Praia Vermelha. Tornamo-nos amigos e, cada vez mais, eu o admirava.

É uma perda muito grande para o País, seja pelo Parlamentar que foi, seja pela coerência que ele tinha, uma coerência incrível – foi um dos poucos que vi renunciar a um mandato que estava garantido –, seja porque nem como Ministro ele se impunha ostensivamente; ele se impunha pela sabedoria, pela correção, pela modéstia, por tudo isso que todos conhecíamos dele.

Tive com ele depois, quando voltou a advogar, depois de aposentado da Universidade, após ter sido Ministro, e ele continuava uma pessoa encantadora. Lamento muitíssimo. Devo muito a ele, não só, como disse, pela minha primeira inserção na universidade como também pelo incentivo para que eu fizesse concurso. Como professor, a convivência com ele sempre foi proveitosa para mim, pelos seus conselhos, pela sua orientação.

Ele, então diretor da universidade onde fiz os cursos de Administração e Economia, teve para comigo o cuidado, o zelo de orientar-me, um jovem migrante paraibano. Graças a ele, consegui tornar-me professor do quadro da Universidade e, mais que isso, receber muitos bons conselhos, pois não há fortuna no mundo que pague as orientações, os conselhos que me deu e a forma como me ajudou. Por isso, a minha solidariedade. E mais do que isso: faço questão de subscrever todas as homenagens, mais que justas, que Oscar Corrêa recebe deste Senado da República. O País, com certeza, perde um grande cidadão.

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Edison Lobão, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, fiz inscrição para falar pela Liderança do PSDB e gostaria de saber se há possibilidade de prorrogar a sessão um pouco mais, pelo menos para que eu, por cinco minutos, possa expor o meu pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pois não, Senador Leonel Pavan. V. Exª poderá fazer uso da palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho evitado, permanentemente, inscrever-me como Líder e sempre tenho me inscrito como orador. Porém, este é o terceiro dia que, como orador, não consigo falar. E eu seria o próximo orador, mas o tempo da sessão está se esgotando. O meu discurso é pequeno e, como disse, este é o terceiro dia seguido que tento falar pela ordem regular de inscrição, sem pedir a palavra como Líder.

Sr. Presidente, ocupo duas Lideranças, mas faço tudo para não usar da palavra como Líder, porque acho um pouco abusivo. Por isso, se for possível, peço que seja me dada a palavra, por dez minutos, para minha manifestação. logo após a fala do Líder. Ficarei grato, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, tem a palavra V. Exª.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu também não ia usar da palavra, mas, já que os dois Senadores vão ter oportunidade de fazê-lo, eu gostaria de usar da palavra para um brevíssimo registro, de cinco minutos, após os dois Senadores, já que eu também estava inscrita pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Srª Senadora e Srs. Senadores, todos estão inscritos. Nós vamos pôr em prática o critério que sempre utilizamos e que continuaremos utilizando: vamos alternar a palavra do Líder com a palavra de um orador inscrito. Concederemos a palavra a todos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Exª, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o motivo de eu pedir a palavra pela ordem é o mesmo lugar-comum dos companheiros anteriores. Porém, compreendo o motivo do atraso da lista de oradores, que foi a justa homenagem que este Senado presta a uma extraordinária figura de brasileiro que foi Oscar Dias Corrêa, à qual eu me associo em meu nome pessoal e em nome do meu Estado. Peço a V. Exª compreensão, pois já encaminhei à Mesa, pelo Dr. Carreiro, um pronunciamento que solicito a V. Exª que considere como lido nesta tarde.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES.

DO SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)

Senhor presidente,

Senhoras e senhores senadores,

Louvo, em primeiro lugar, o esforço do presidente da Casa, senador Renan Calheiros, que, juntamente com o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, tenta um grande esforço para limpar a pauta neste fim de ano, votando propostas da maior importância. Terá, claro, nosso apoio, embora acredite que a intenção é ambiciosa demais.

O próprio senador Renan fez recentemente um balanço dos trabalhos do Senado, provando que não foi pouco o que fizemos nos últimos sete meses, quando eclodiu a grave crise política que o Brasil vive. Um olhar mais cuidadoso vai apontar ainda dois aspectos interessantes: a oposição ajudou muito o governo e o governo abusou do direito de se atrapalhar.

Falo não apenas pela prática incansável do fogo amigo -, que parece nunca se extinguir -, mas também pela falta de coordenação entre os diversos órgãos, pela incapacidade de gastar até o que está liberado, pela lentidão em tomar decisões.

Temos feito nossa parte. Cobrei várias vezes do governo que enviasse as indicações para as agências reguladoras, que estão à míngua neste governo. Sempre que os nomes chegaram à Comissão de Infra-Estrutura, foram votados sem demora. Há, no entanto, pelo menos dez cargos vagos, aguardando indicação.

O caso mais grave é o da Agência Nacional de Aviação Civil. Fizemos um grande esforço para sua aprovação, inclusive para não criar um vácuo entre a extinção do DAC (Departamento de Aviação Civil) e o nascimento da ANAC.

O jornal *O GLOBO* desta segunda-feira, em matéria assinada por Geralda Doca, alerta que a Agência ainda não saiu do papel e que o governo não pode perder os prazos legais. Até agora estamos aguardando a proposta de regulamentação e a definição da fonte de recursos que vai manter a ANAC. Teoricamente, os diretores também deveriam ser indicados ainda este ano, para que ela pudesse funcionar a partir de março.

Se a ANAC não for criada, os prejuízos serão muito grandes para a aviação civil e a indústria brasileira, em especial para a Embraer, que tem sido até agora uma ilha de excelência no Brasil. A segurança será afetada, bem como a fiscalização e até nossas relações com outros países.

O problema da ANAC é um caso-limite. Mas o contingenciamento imposto pelo governo aos recursos das outras agências, somado à falta de empenho na escolha dos diretores, torna sua situação muito parecida.

O caso mais grave é o da Agência Nacional de Aviação Civil. Fizemos um grande esforço para sua aprovação, inclusive para não criar um vácuo entre a extinção do DAC (Departamento de Aviação Civil) e o nascimento da ANAC.

O jornal *O GLOBO* desta segunda-feira, em matéria assinada por Geralda Doca, alerta que a Agência ainda não saiu do papel e que o governo não pode perder os prazos legais. Até agora estamos aguardando a proposta de regulamentação e a definição da fonte de recursos que vai manter a ANAC. Teoricamente, os diretores também deveriam ser indicados ainda este ano, para que ela pudesse funcionar a partir de março.

Se a ANAC não for criada, os prejuízos serão muito grandes para a aviação civil e a indústria brasileira, em especial para a Embraer, que tem sido até agora uma ilha de excelência no Brasil. A segurança será afetada, bem como a fiscalização e até nossas relações com outros países.

O problema da ANAC é um caso-limite. Mas o contingenciamento imposto pelo governo aos recursos das outras agências, somado à falta de empenho na escolha dos diretores, torna sua situação muito parecida.

Há poucos dias, votamos dois nomes para a Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL, pois a autarquia já não tinha nem mais como deliberar, por falta de quorum. E este é um problema que se arrastava há meses. Mas nem assim a questão está resolvida, pois o mandato de outros dois diretores está por vencer dentro de muito pouco tempo.

A Agência Nacional de Petróleo, ANP, passou praticamente todo o ano com um presidente interino. Se isto não é descaso com um setor da maior importância estratégica para o país, então não sei o que é. Acontece que quem virou presidente foi um ex-diretor que deixou, portanto, um cargo vago.

Se formos examinar a situação da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, a situação melhora um pouco. Ainda assim, a agência está hoje sem presidente efetivo e há uma disputa na base do governo pela indicação.

Senhor presidente,

Senhoras e senhores senadores,

Estamos falando aqui de petróleo, energia, telecomunicações. Temos ainda as estradas. Ontem mesmo aprovamos um novo nome para o Departamento Nacional de Infra-Estrutura, o DNIT, mas sabemos que ele nada poderá fazer sem recursos.

Estamos falando de infra-estrutura. Nenhum país cresce sem investimentos pesados neste setor. A situação das estradas está levando as pessoas à exasperação, como vimos na noite de ontem no *Jornal Nacional*. A precariedade das nossas rodovias chega ao ponto de levar as pessoas a brigar no meio de buracos, nervosismo, falta de assistência e de perspectivas.

No último domingo, um dos maiores empresários brasileiros e uma voz sempre ponderada, Antônio Ermírio de Moraes, também insistia no tema, em sua coluna dominical na *Folha de S. Paulo*. Ele dizia que é falsa a polêmica entre gastar e não gastar, porque o mais importante é gastar bem. E a infra-estrutura, prosseguia, é um dos maiores gargalos do desenvolvimento do Brasil, e só pode ser atacado com investimentos pesados.

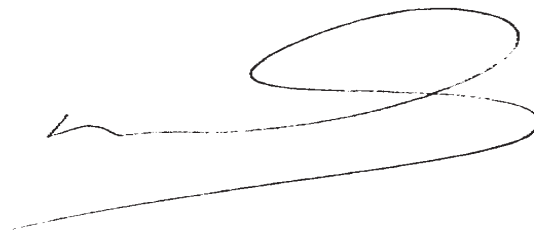
Ele lembrava ainda que, enquanto o Brasil investe cerca de 19% do PIB, a China – que, todos sabemos, é um caso à parte –, investe 46%. Não podemos ficar mais tempo parados.

Antônio Ermírio também afirmava que o governo precisa aprimorar seus mecanismos de controle e tenho chamado muito a atenção para isso, sobretudo no que diz respeito às estradas. Vejamos, por exemplo, as reuniões da Comissão de Orçamento: nelas, quase não se percebe a presença de técnicos dos ministérios, mas é nítida a participação de lobistas do mais variados segmentos, principalmente de empreiteiras.

Faltam também informações sobre a aplicação do dinheiro da Cide, o chamado imposto dos combustíveis. O governo arrecada cerca de R\$ 6 bilhões por ano com a cobrança desse imposto, e deveria repassar 40% do total para construção e manutenção de rodovias, mas ninguém sabe realmente o que acontece.

Portanto, senhores senadores, ao mesmo tempo em que presto contas aqui das atividades da Comissão de Infra-Estrutura no tocante às agências – e que não se limitam à aprovação de indicados para suas respectivas diretorias –, faço um apelo. Enquanto é tempo, enquanto não entramos num ano eleitoral que se vislumbra de ânimos muito acirrados, vamos pensar não apenas no Brasil de hoje, mas dos próximos anos. Vamos eleger as prioridades certas e, aí sim, com seriedade e eficiência, poderemos gastar naquilo que dará maior retorno ao país.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Heráclito Fortes, será atendido o pedido de V. Ex^a.

Em votação os requerimentos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

A Presidência encaminhará os votos solicitados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sr^{as} e Srs. Senadores, é com grande tristeza que registro a perda de um dos maiores nomes de nosso cenário nacional, o Ministro Oscar Dias Corrêa.

Um exemplo inspirador de fidelidade partidária, principalmente neste momento em que nos debruçamos na análise da reforma política e no fortalecimento de nossas legendas.

A UDN foi o único Partido em que Oscar Dias Corrêa militou durante toda a sua vida política. Quarenta anos depois da extinção da legenda, ele ainda fazia questão de usar, na lapela do paletó, o velho distintivo da UDN. Também fez questão de manter até hoje, pagas do próprio bolso, com alguns amigos e aliados,

as duas salas que foram ocupadas pelo Partido no centro do Rio de Janeiro.

Com o fim da UDN, Oscar Dias Corrêa dedicou-se à advocacia, à literatura e aos ensaios jurídicos. Era um dos mais respeitados advogados do País. Também deixou sua marca no cenário nacional como imortal da Academia Brasileira de Letras, como Ministro do Supremo Tribunal Federal e Ministro da Justiça no Governo José Sarney.

O exemplo de Oscar Dias Corrêa, especialmente sua fidelidade partidária, deve inspirar a todos nós na luta por um Brasil mais ético e mais justo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.394, DE 2005

Requer voto de pesar ao Sr. Danilo Remor, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 e 221 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consigna-

do, nos anais do Senado, as seguintes homenagens pelo falecimento, no último dia 24 de novembro, do Sr. Danilo Remor, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA):

a) Inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento;

b) Apresentação de condolências à viúva Clarice Remor e aos filhos Adriano e Marcelo Remor;

c) Apresentação de condolências à Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA);

d) Apresentação de condolências à Confederação Nacional das Indústrias (CNI).

As citadas homenagens devem ser comunicadas à família do Sr. Danilo Remor.

Justificação

O voto de pesar que ora requeiro justifica-se pela notável vida de Danilo Remor, pelo líder empresarial que foi, pela luta em prol dos interesses do Estado do Pará, pela defesa da indústria paraense e pelo grande espírito de cidadão, que adotou o Estado.

Sala das Sessões 30 de novembro de 2005. – Senador **Flexa Ribeiro**, Senador **Luiz Otávio**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não havendo chegado à Presidência informação sobre acordo de Líderes para apreciação da matéria constante do Item 1, está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 31, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 261, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 261, de 2005), que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Previdência Social e de Encargos Financeiros da União, no valor global de novecentos e trinta e três milhões e quatrocentos mil reais para os fins que especifica.*

Relator revisor:

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.359, de 2005 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, de autoria dos Senadores João Capiberibe e Paulo Octávio, que *altera os arts 16, 68, 81, 82, 86 e revoga o § 7º do art. 68 da Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para disciplinar autoria e exibição pública de obras audiovisuais e cinematográficas.*

Parecer sob nº 120, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Sérgio Cabral e Augusto Botelho.

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em audiência, nos termos do Requerimento nº 1.351, de 2005.

3

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera os incisos XVIII e XIX do art. 7º da Constituição Federal, para conceder licença-maternidade e licença-paternidade em casos de adoção.*

Parecer sob nº 1.861, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

4

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, que *altera o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2016, a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de*

Valorização do Magistério (Fundef) e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno.

Parecer sob nº 1.769, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2003**
(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *acresce parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal para aumentar, nas cidades com população inferior a trezentos mil habitantes, a extensão das áreas urbanas passíveis de terem a propriedade transferida por usucapião especial.*

Parecer sob nº 1.860, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999**
(Votação nominal, caso não haja emendas.)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 66, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresenta-

da como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Volta-se à lista de oradores.

Prorrogo a sessão por mais 40 minutos para que todos possam falar.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan. Em seguida, darei a palavra ao primeiro orador inscrito.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz minha inscrição para falar em nome do PSDB, primeiro, porque tivemos, ontem, um projeto do Senador César Borges, o Projeto nº 517, de 2003, que trata da repactuação da dívida de agricultores que sofreram com catástrofes climáticas.

O Relator, Senador Jonas Pinheiro, que emitiu um relatório favorável, acatou a nossa emenda para que se incluísse nesse projeto a região Sul do nosso País.

Os agricultores familiares, os miniagricultores, os produtores, as cooperativas, as associações, agricultores que não têm como pagar as dívidas arcadas com bancos, que financiaram o plantio de soja, de milho, de fumo, de algodão, produtores que se sentem sem as mínimas condições de cumprir os compromissos assumidos com os bancos, como empréstimos e financiamentos.

Essa lei vem prorrogar, renegociar as dívidas dos produtores – 30% de Santa Catarina; 20% do Paraná; e 85% do Rio Grande do Sul. Eu e o Senador Osmar Dias, do PDT do Paraná, trabalhamos para que nossas emendas fossem aprovadas. Felizmente, foram acatadas pelo Senador Jonas Pinheiro no projeto do Senador César Borges. Se não houver nenhum recurso por parte da Base do Governo ou do Líder do Governo, após ser lida na Casa, a matéria, com parecer favorável, será encaminhada para a Câmara dos Deputados, e estaremos beneficiando os pequenos agricultores do País.

Requeiro ao Presidente Renan Calheiros que esse relatório do Senador Jonas Pinheiro ao projeto do Senador César Borges, com a minha emenda e a do Senador Osmar dias, seja lido o mais breve possível para que não o tempo não passe antes que os agricultores que sofreram com estiagem, com chuvas de granizo, com a seca, possam ter condições de renegociar suas dívidas.

Esse seria um gesto de grandeza do Governo, esse seria um gesto para com os miseráveis, para com aqueles que realmente trabalham, que dedicam suas a produzir alguma coisa em benefício do nosso País.

São os pequenos produtores, pequenos agricultores, cooperativas, Senadora Heloísa Helena, os que sofrem. São os pequenos, que pegaram R\$30 mil, R\$35 mil, R\$40 mil, até R\$50 mil de empréstimo, os que precisam ser atendidos em função do projeto do Senador César Borges, do parecer do Senador Jonas Pinheiro e da minha emenda e do Senador Osmar Dias.

Temo, Senador César Borges, que já haja, por trás, um plano para algum recurso, prejudicando esse projeto, que tramita desde 2003, tantas e tantas vezes discutido. E, nesse caso, ele poderá ser prejudicado, e passar mais este ano.

Concedo aparte, com muita honra, à Senadora Heloísa Helena.

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Quero saudar o pronunciamento de V. Exª, Senador Leonel Pavan. Tenho tido também a oportunidade de trabalhar um pouco nessa área. Já tive oportunidade várias vezes, tanto com o Senador César Borges como com o Senador Jonas Pinheiro, de trabalhar esse assunto. A insensibilidade da cúpula palaciana do PT e do Governo Lula é tão grande! Para V. Exª ter uma idéia, no tribunal de inquisição de que fui vítima dentro do PT, o debate que fiz nesta Casa, Senador César Borges, a respeito da repactuação da dívida dos pequenos produtores, especialmente de Alagoas – foi feito um acordo e o Governo mentiu para a opinião pública e para os produtores de Alagoas dizendo que estava repactuando a dívida, que estava resolvendo o problema – tudo o que falei aqui para defender os pequenos e médios produtores da minha Alagoas, estava reproduzido no tribunal de inquisição de que fui vítima. Sei que o Governo tem patrocinado três anos de arrocho fiscal, e agora, de forma demagógica, cria uma falsa polêmica na imprensa entre o Ministro Antônio Palocci e a Ministra Dilma Rousseff, que não têm nada a ver com o debate ideologizado e programático, Senador Ney Suassuna, entre monetaristas e desenvolvimentistas. Eles não têm nada a ver com isso. São três anos de arrocho fiscal, e agora fazem uma encenação de libertinagem financeira e eleitoreira para viabilizar os interesses eleitoralistas da sua base de bajulação e fazer de conta que estão, de alguma forma, mudando a política econômica. Portanto, mais do que a minha solidariedade, V. Exª tem o meu empenho no sentido de que possamos agilizar na Câmara dos Deputados o projeto do Senador César Borges, aqui já aprovado em caráter terminativo; da mesma forma, um projeto aprovado naquela Casa e que vai chegar no Senado Federal, a fim de que possamos, em uma Casa ou em outra, votar o regime de urgência para que, de preferência, até o final do ano, possamos repactuar a dívida desses setores. Melhor seria ainda se tivéssemos a co-

ragem de cobrar do Governo a correção das distorções do saldo devedor, que são dívidas impagáveis, corrigidas de forma imoral e insustentáveis juridicamente. É essencial que sejam corrigidas. Portanto, saúdo com entusiasmo o pronunciamento de V. Exª.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senadora Heloísa Helena, o fato é o seguinte: seguidamente, ouvimos aqui pessoas falando que o Governo trabalha pelo social, para os pobres, que é um governo para os pequenos, mas não é o que estamos sentindo. Não é dessa forma que o Governo se apresenta. Infelizmente, o Governo Lula usa muita demagogia, muita falácia, palavras fáceis, boas para os ouvidos, mas as coisas não acontecem. Se houve a aprovação na Comissão com pessoas ligadas ao Governo – por unanimidade, Senador César Borges –, não é possível que até agora o projeto não tenha sido encaminhado para cá a fim de que seja lido, que transcorram os cinco dias de sessões e que vá à Câmara dos Deputados, propiciando, o mais rapidamente possível, condições de atender os pequenos agricultores do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste e também do Sul do Brasil – do Rio Grande do Sul, Estado em que nasci, onde 85% dos agricultores foram prejudicados pela estiagem; de Santa Catarina, onde 30% dos produtores foram prejudicados pela estiagem e por chuva de granizo; e do Paraná, onde 20% dos produtores foram prejudicados pela estiagem.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Exª me permite um aparte, Senador Leonel Pavan?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pois não. Concedo o aparte, com muita alegria, ao autor do projeto, o Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Leonel Pavan, em primeiro lugar, agradeço a V. Exª pela referência que faz ao nosso projeto. V. Exª está cheio de razão quando expõe a necessidade dos pequenos agricultores de todo o País. É claro que tive a mesma preocupação com relação ao Nordeste, assim como a Senadora Heloísa Helena. Comprovo aqui todo o debate travado. Permita-me, Senadora Heloísa Helena, que eu possa fazer justiça. Inspirei-me nas palavras e no projeto de V. Exª. A verdade foi essa. Já que não foi acatado naquele momento pelo Governo, pensei que deveria encaminhar o projeto, que, lamentavelmente, desde março, estamos vendo ser procrastinado. O Governo, mediante sua Base aqui e na Comissão de Assuntos Econômicos, não aprovou a matéria, que poderia ter sido aprovada em março, e promoveu toda uma discussão com o Banco do Brasil e o Ministério Fazenda. A argumentação é que era contra o superávit, porque causaria um impacto de um bilhão e seiscentos milhões nas contas do superávit primário. Vejam bem: somos hoje subordinados à ditadura do superávit primário, pela qual

o Governo não pode assistir os pequenos produtores, mas pode fazer toda a sua demagogia com o aumento dos gastos correntes. Nosso projeto pretendia destinar R\$100 mil para investimento e R\$50 mil para custeio. Acordamos em reduzir para R\$50 mil para investimento e R\$30 mil para custeio. Mesmo assim, lamentavelmente, o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, disse que vai solicitar que o projeto vá à Comissão de Agricultura. Não é necessário, porque a Comissão de Agricultura, por intermédio de seu Presidente, o Senador Sérgio Guerra, abriu mão que tramitasse por lá, uma vez que tramitava na Comissão de Assuntos Econômicos. Então, faço esse pleito aqui. Peço ao Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB, que tem uma influência muito grande junto ao Governo e ao próprio Senador Aloizio Mercadante, que faça ver ao Líder do Governo que é hora de mandar ler aqui. Acredito que não tenha sido lido talvez pelo fato de que há um trancamento da pauta por conta da medida provisória, mas que, logo após a liberação da pauta, seja lido. Parabenizo V. Ex^a. A nossa preocupação é com os pequenos produtores, com a questão social daqueles que vivem no campo, para que não percam o seu sustento e vão viver na periferia das grandes cidades praticamente de subemprego e de mendicância. Muito obrigado e parabéns V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Vou conceder, com muita honra, o aparte ao grande amigo Senador Ney Suassuna.

É lamentável, pois parece que o PT virou a casaca, virou a cueca, ficou diferente, mudou. Passou a defender os grandes contra os pequenos. É lamentável. Isto não pode acontecer: um governo que tinha uma proposta social a inverte totalmente por interesses que não são nem eleitorais, porque, se o fossem, deveria atender aos pequenos. É falta de sensibilidade política, de manha política para com os mais pobres, aqueles que mais necessitam.

Concedo o aparte ao Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador, agradavelmente surpreso com o tamanho dos cinco minutos de uma interveniência de Líder, solidarizo-me com V. Ex^a, porque, embora sendo da base do Governo, este é um assunto suprapartidário e transpõe a linha de governo ou não governo. Na minha região, assim como na de V. Ex^a, os agricultores também estão sacrificados. Se multiplicar por dez as dificuldades que V. Ex^a tem em sua região talvez chegue perto das dificuldades da minha Paraíba, e talvez isso ocorra em todo o Nordeste, onde não há um agricultor que não tenha tomado um empréstimo e que não esteja inteiramente sacrificado. Por essa razão, quero me solidarizar com V. Ex^a e dizer que, em todas as ocasiões em que se falou sobre o assunto, a minha opinião e a que desejo que os meus pares sigam é a de se encontrar

uma solução rápida, porque se vem empurrando com a barriga este assunto; e lá a aflição é ainda maior por causa da seca. Para V. Ex^a ter uma idéia, dos 223 municípios do meu Estado, 145 estão sob calamidade, mas os juros estão aumentando, o que é impossível, inaceitável, e os bancos estão executando, por meio de seus advogados, propriedades que, mesmo sendo vendidas, não são suficientes para pagar o pequeno empréstimo que foi tomado para comprar uma vaca.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Peço ao Presidente, Senador Renan Calheiros, mais dois minutos para encerrar.

Agradeço ao Senador Ney Suassuna, que é da base do Governo, lembrando que o Governo poderia se inspirar nas palavras do Líder do PMDB para assim termos projetos melhores para a sociedade brasileira.

Ontem, fiz um pronunciamento aqui sobre aquele senhor que agrediu o Ministro José Dirceu. Há um comentário maldoso dizendo que a bengala que ele usou seria a que uso. A minha está aqui, e a manifestação não tem nada a ver conosco.

Mas quem com ferro fere, com ferro será ferido. Sabem por quê, Senadora Heloísa Helena e Senador César Borges? Em 2001, Mário Covas estava muito doente, quase em estado terminal, fazendo tratamento de quimioterapia em função do câncer que tinha. Houve uma greve de professores. Mário Covas saiu de seu gabinete para conversar com os grevistas e foi agredido por um manifestante. A imprensa noticiou que quem mandou fazer a manifestação e até agredir tinha sido o presidente do PT – na época, José Dirceu. Eu não acredito que tenha sido.

Só que o José Dirceu disse em um artigo: “Vamos bater nas ruas e nas urnas. Tem de apanhar nas ruas e nas urnas”. Isso foi dito por José Dirceu em 2001. Hoje, lamentavelmente, infelizmente – somos contra qualquer tipo de agressão, qualquer tipo de violência –, aconteceu um caso contra ele, praticado por alguém que era do seu Partido, que nem era do PSDB. No passado, não aprovamos quando agrediram o saudoso Mário Covas, com a aprovação do presidente do PT na época, José Dirceu. Lamentavelmente, agora, acontece com ele algo feito por pessoas do próprio Partido dele.

Faço esse registro para que fique bem esclarecida essa questão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. É a minha vez de falar, mas, como a Senadora Heloísa Helena me subornou com um sorriso, pedindo para falar antes de mim por apenas dois minutos, aceitei o suborno.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder a palavra à Senadora Heloísa

Helena e, em seguida, ao Senador César Borges e ao Senador Ney Suassuna.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, como o Regimento possibilita ao Parlamentar falar sentado, solicito a V. Exª essa prerrogativa.

Informo que o Senador Ney Suassuna também tentou me subornar com um sorvete de jaca, que eu tomei e, milagrosamente, não estava envenenado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Defiro o pedido de V. Exª.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero prestar uma homenagem a Jorge Oliveira, um jornalista de Alagoas muito conhecido de todos.

O jornalista Jorge Oliveira recebeu, ontem à noite, em Brasília, a estatueta pelo prêmio de Menção Honrosa pelo filme “O Poeta e o Capitão”, no encerramento do Festival de Cinema de Brasília, que, como todos sabem, é um dos mais importantes do País.

O filme “O Poeta e o Capitão” é uma história belíssima. É a história do poeta chileno Pablo Neruda e do comunista Luiz Carlos Prestes, em fatos ocorridos em 1945, quando Neruda fez uma homenagem belíssima, em pleno estádio do Pacaembu, em São Paulo, a Luiz Carlos Prestes.

O filme, baseado no livro “Confesso que Vivi”, recebeu muitos convites internacionais, e estão sendo feitas cópias para serem exibidas nos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e em outros locais interessados no documentário.

Ao conceder o prêmio Menção Honrosa ao “O poeta e o capitão”, o júri homenageou a obra pelo que ela representa no resgate da história não só do Brasil, mas de toda a América do Sul, como observou o chefe do cerimonial na apresentação do evento, que disse que o filme estava sendo destacado pela lealdade de transportar para a tela uma história linda, poética e política esquecida nesses últimos 40 anos.

Ao receber o prêmio, o jornalista Jorge Oliveira, que estava lá com Aninha, sua esposa maravilhosa, com a família e com todos os que se envolveram na produção, destacou a importância do evento, foi crítico em relação à indústria cinematográfica do País e disse, por exemplo, que cinema no Brasil é só para os abnegados, que não existe apoio financeiro do Governo para a realização de filmes que resgatem a história e a memória do País e acusou uma máfia de produtores do Rio de Janeiro e de São Paulo, que concentram toda a verba do incentivo fiscal do Ministério da Cultura. O que resta para os pequenos produtores, Senador Ney Suassuna, são migalhas, sobras de financiamentos que mal pagam a produção de curta metragem.

Ao falar para uma rede de televisão espanhola, Jorge Oliveira também denunciou o americanismo das produções brasileiras, que visam, única e exclusivamente, à arrecadação de bilheteria, não tendo os filmes brasileiros chance de concorrência, com exceção dos produzidos pela TV Globo, e disse mais: não adianta ter lei de incentivo fiscal, quando o Brasil está cheio de empresários sonegadores que não querem apostar na produção do audiovisual no Brasil

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero deixar aqui a homenagem a todos os envolvidos na produção desse filme maravilhoso, nessa homenagem poética, O Poeta e o Capitão, em que Pablo Neruda faz uma belíssima homenagem, em pleno estádio, a Luiz Carlos Prestes.

É só, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Goellner.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, como Líder, por cinco minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, agora estou me sentindo culpada, porque o Senador Ney Suassuna acabou trocando comigo porque o meu pronunciamento era breve, e eu estava certa de que seria ele depois.

Então, me desculpe.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – Pois não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho, para publicação nos Anais da Casa, pronunciamento de análise, e análise dura, das razões que envolvem essa drástica queda do PIB no último trimestre em 1,2%, superando as mais pessimistas análises dos que se preocupam em analisar a economia brasileira.

Obrigado a V. Exª.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o IBGE acaba de divulgar o resultado do PIB do terceiro trimestre de 2005, que aponta drástica desaceleração da economia, em ritmo mais acentuado do que projetavam as análises mais pessimistas.

Dá para entender a vacina de ontem de Lula, com larga divulgação nos grandes telejornais – o social está descolado da economia. Por certo, Sua Excelência

sabia, àquela altura, que o resultado era o desastre. Meses atrás, diziam que a política estava descolada da economia. Agora, os arautos do mercado financeiro, subitamente e “coerentemente”, querem imputar a desaceleração econômica à crise política.

Ninguém fala do exagero da dosagem de carga tributária (crescente, com recordes mensais da Receita Federal) e da taxa real de juros (campeã mundial, com larga dianteira sobre a média das economias emergentes – se o Copom, ousadamente, cortasse a Selic em 2 pontos, de uma só vez, ainda assim teríamos a taxa básica mais alta do mundo. Hoje, só a título de ilustração, a taxa real de juros, no Brasil, está em 13,1%.

Confesso que não gosto muito de olhar o curtíssimo prazo – o resultado de trimestre contra o trimestre anterior, por conta das sazonalidades. Mas será esse o número mais divulgado hoje. Eu preferia chamar a atenção para a taxa acumulada no ano e, melhor ainda, nos últimos quatro trimestres contra igual período anterior – o que equivale à taxa anual.

Pior que o resultado já verificado, são as perspectivas que se desenham para o futuro. Supondo que o ano terminasse em setembro, a expansão do PIB teria sido de 3,1%. Para essa taxa subir até o final do ano, será necessário um excepcional desempenho da economia nos últimos três meses do ano, com grandes e súbitos recordes de produção – fato em que ninguém crê. É bom lembrar que, no último trimestre de 2004, o PIB cresceu 5,9% contra igual trimestre de 2003, representando o melhor resultado do indicador numa série recente. É esse resultado que teria de ser batido, a título de expansão do PIB, no último trimestre de 2005.

O detalhamento do resultado mostra, igualmente, elementos preocupantes. A perda de dinamismo da agropecuária é flagrante, olhando para trás, tanto em curto quanto em longo prazo. Só não é pior por conta das exportações. Isto quer dizer que o mercado interno se está deprimindo e contraria as últimas pesquisas, que produziram comentários ufanistas sobre um suposto desempenho social. Se a agricultura já vai mal há algum tempo, a indústria pode ir pelo mesmo caminho – na taxa anual, seu desempenho ainda é bom, mas, na taxa trimestral, despencou (literalmente) – junto com a construção e as comunicações, por exemplo.

O consumo das famílias está crescendo mas não em ritmo excepcional, pois não recupera tudo que caiu nos anos anteriores. O Brasil não conseguiu fazer a virada que grande parte da América Latina já fez – no resto do continente, a economia está crescendo muito mais que no Brasil (a projeção para este ano é de 4,9% quando aqui será muito difícil atingirmos 3%) e a expansão do mercado interno é que explica toda essa expansão dos vizinhos. Já no Brasil, para a taxa anual,

lizada, para o PIB crescer 3,1%, as exportações cresceram 13,7%. Ou seja, como nos trimestres anteriores, nosso crescimento continua dependendo, e muito, do desempenho correto da economia mundial.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Apenas pela ordem, para dizer que, como o Presidente Renan tinha informado quealaria um orador pela Liderança e em seguida um por inscrição, e estou inscrito – eu não quis pedir a palavra como Líder –, quero que depois me seja garantida a palavra.

Com muito prazer, cedo a vez para o nobre Senador César Borges. Todos nós somos nordestinos. Embora adversários de partidos, somos amigos de coração.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – Tem a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Por pouco tempo, eu espero, Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a delicadeza e a gentileza do Senador Ney Suassuna.

Eu gostaria de tratar desse assunto que, hoje, domina todos os meios de comunicação do nosso País: a divulgação do resultado do crescimento baixo do País. Estamos crescendo como rabo de cavalo, estamos crescendo para baixo.

De acordo com o IBGE, o PIB, no terceiro trimestre deste ano, teve uma diminuição de 1,2% em relação ao segundo trimestre de 2005. Isso surpreendeu, Sr. Presidente, até mesmo os analistas mais pessimistas, porque foi a maior queda percentual dos últimos dois anos e meio, trazendo, inclusive, à cena e colocando na berlinda a política econômica do Ministro Palocci, a política econômica desse Governo que privilegia apenas o superávit primário. Em que se baseia o superávit primário? Em juros altos, na inibição dos investimentos. Ao mesmo tempo – isso é o mais dramático –, no crescimento dos gastos correntes do Governo, que continua empregando e procurando, por meio de programas assistencialistas que não resolvem o problema do crescimento do País, fazer o superávit primário por meio de redução de investimentos e do aumento dos gastos correntes.

Ouvimos, por diversas vezes, o Ministro Palocci dizer que agora entramos num ritmo seguro de crescimento, que não teremos sustos em virtude de um crescimento elevado e, depois, uma queda. Estamos assistindo exatamente a isso, Sr. Presidente! No ano passado, houve

um crescimento em torno de 4% do Produto Interno Bruto; este ano não haverá, sequer, os 3% anunciados! Provavelmente, ficará em 2,5%, o que é quase metade da média dos países emergentes do mundo inteiro.

Estamos perdendo uma oportunidade praticamente ímpar quando o mundo inteiro é comprador, está investindo em todos os setores. A China cresce a 9%, os países da América Latina também crescem. A Argentina, por exemplo, renegociou a dívida e o país volta a crescer; o Chile, da mesma forma. Enquanto isso, nós estamos com esse crescimento medíocre de 2,5%, isso porque ainda existe o efeito do ano de 2004; senão o crescimento seria menor ainda, Sr. Presidente.

Então, está bastante claro para todos que não embarcamos no tal crescimento sustentado, como reiteradas vezes afirmou o Ministro Palocci e foi encampado pelo Presidente Lula. O Brasil, mais uma vez, está sofrendo as consequências de uma política econômica que, reafirmo, é equivocada, prejudicial, danosa, é suicida. Ela está sustentando esse superávit, está sustentando o mercado financeiro com taxas baixas de risco país porque o juro praticado no Brasil – que é duas vezes maior do que o juro do segundo país colocado, que já não é a Turquia, mas o México. Estamos com taxas de 13% a 14% de juros reais, descontada a inflação, contra 7%, que é a praticada no país que ocupa o segundo lugar no *ranking* dos juros altos. Se olharmos a taxa da média de juros praticados pelos países emergentes, veremos que a nossa é três vezes superior em termos de taxa de juros. Isso desanima os setores produtivos e prejudica todos os trabalhadores brasileiros, porque o País não cresce e perde uma oportunidade única de se desenvolver.

Portanto, Sr. Presidente, em nome dessa falsa estabilidade econômica, estamos sacrificando todo o País. Nos últimos três anos, queira o Governo ou não, temos assistido ao aumento de impostos. Isso penaliza todos neste País, pois o cidadão mais comum paga imposto quando compra um quilo de feijão ou um quilo de arroz, e os empresários, que produzem, estão sendo escorchados por taxações, como a da Cofins, que foi elevada mais de 150%. A título de não haver acumulatividade, o Governo eleva a taxa da Cofins – antes 3%; agora, 7,6%. Um verdadeiro presente de grego é o que foi dado.

Então, há mais impostos, mais juros e menos investimentos. Portanto, o resultado alcançado não poderia ter sido outro.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador César Borges, V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Permitto, com muito prazer, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Queria apenas ressaltar que me parece que V. Ex^a está torcendo

para que as coisas não caminhem tão bem, porque já existem indícios de recuperação nesses últimos meses. O crescimento da economia brasileira em 2005 será superior – e bem superior – a 2,5%. Ademais, as taxas de juros estão diminuindo, embora menos do que eu gostaria. A probabilidade de que em 2006 a taxa de crescimento seja bem acentuada e bem maior que a deste ano é alvissareira. Então, eu apenas gostaria de ressaltar que V. Ex^a poderá, em breve, dar boas notícias ao povo brasileiro, pois a taxa de crescimento do PIB será muito positiva no final da gestão do Governo Lula.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Eduardo Suplicy, eu o tenho em alta conta, não só como grande Senador que é, mas também como homem sensato, inteligente e que raciocina bem.

Não acredito que V. Ex^a incorpore esse discurso do Presidente Lula, que não possui essas qualidades que V. Ex^a detém. O Presidente Lula diz que “são agourentos aqueles que combatem a sua política econômica”. Isso é um verdadeiro absurdo! Também não posso aceitar que V. Ex^a diga que estou torcendo pelo pior. O problema é que nós alertamos que essa é uma política danosa e que não vai levar o País ao crescimento econômico. Leva, sim, à satisfação ao mercado, à satisfação das entidades financeiras, que não precisam emprestar ao produtor; basta emprestar sempre ao Governo, que detém quase 70% da política de crédito.

Agora, o que está acontecendo neste trimestre é o IBGE que está divulgando. Seria muito bom que fosse diferente, mas dizíamos que iria acontecer isso.

Saiba V. Ex^a que a imprensa noticia que o País, para crescer acima de 2,5% – por exemplo 2,8% – vai precisar, neste trimestre, crescer a pelo menos 3,7%. Se for para 3%, precisaremos crescer 4%. Isso não será alcançado em hipótese nenhuma.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu acho que vai, porque V. Ex^a tem trabalhado arduamente aqui, o que significa uma maior produtividade para o Brasil. Nós todos estamos trabalhando intensamente. Se formos medir a produtividade do Senado, justamente neste último trimestre, veremos que foi a mais alta – só para dar um exemplo daqui, onde podemos acompanhar de perto.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Eduardo Suplicy, mais uma vez apelo para sua inteligência. Lamentavelmente, não é a produtividade do Senado – que acho elevada – que levará o País ao desenvolvimento, mas a política macroeconômica. Não é possível manter essa taxa de juros elevada dessa forma. O que tem causado essa taxa de juros? Toda a produção cai, ganham os que estão emprestando ao País, e o dólar, deprimido.

O que está acontecendo com o agronegócio, Sr. Presidente? É a maior crise que o agronegócio vive. Até o ano passado, o Governo mencionava o agronegócio como sua grande obra. Na verdade, não fez absolutamente nada pelo agronegócio. Não fez infra-estrutura, não abriu crédito, não protegeu, inclusive, o valor da nossa mercadoria. Deveria haver um dólar mais realista. Esse que está aí é um dólar artificial. Então, lamentavelmente, na verdade, é uma incorreção de uma política mal formulada e que não está atendendo à maioria do povo brasileiro, atende simplesmente a um segmento.

Então, está aí, Sr. Presidente – não abusarei da sua paciência –, o que o País não queria que acontecesse, mas lamentavelmente está ocorrendo. Voltamos a não crescer; ao contrário, tivemos um retrocesso, uma recessão no terceiro trimestre do ano. Lamentavelmente, o País terá um crescimento irrisório e pífio neste ano por conta da malfadada política econômica do Governo Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – Pelo prazo de cinco minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente não pedi a palavra como Líder, falarei como inscrito. Meu prazo seria de vinte minutos, mas não vou gastar nem dez minutos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um aspecto controverso da legislação sobre direitos autorais vigente tem provocado vultosos prejuízos às salas de cinema do Brasil, chegando mesmo a ameaçar sua sobrevivência. E o Senado tem agora a possibilidade de pôr termo a essa situação, estudando inclusive uma solução, estudando bem o caso antes da votação do Item 12 da pauta (PLS nº 532, de 2003), que está atualmente obstruída.

Refiro-me ao vasto contencioso patrocinado pelo Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais (Ecad) contra as empresas exibidoras brasileiras, com o intuito de arrecadar direitos autorais de obras musicais inseridas nos filmes nacionais e estrangeiros.

Ocorre que o art. 81 da Lei nº 9.610, de 1998, não deixa claro que o autor da obra musical ou titular de um fonograma, quando autoriza – na forma do art. 29, inciso V, da mesma lei – a sua inclusão em produção audiovisual, está automaticamente autorizando sua comunicação ao público pelas salas exibidoras cinematográficas, eis que indissociável a trilha sonora

do filme por se tratar de obra única e complexa, não passível de mutilação.

É com base nessa dubiedade do texto legal que o Ecad vem tentando promover a cobrança dos direitos autorais sobre as obras musicais inseridas nos filmes, logrando, inclusive, a obtenção de liminares judiciais para interromper o funcionamento de salas de exibição.

Desse modo, o Ecad tem acarretado graves prejuízos econômicos às empresas exibidoras, além de prejudicar o interesse da coletividade em ter acesso a esse importante produto cultural que é o cinema.

Essa controvérsia, Sr^{as} e Srs. Senadores, quanto à necessidade de que os detentores dos direitos autorais de músicas inseridas em obras audiovisuais autorizem, previamente, sua exibição cinematográfica pública, precisa urgentemente ser superada.

Final, tal exigência de autorização é, segundo os exibidores, completamente descabida, levando-se em conta que a obra audiovisual é uma criação distinta daquelas obras que a compõem, e restaria descaracterizada na falta de qualquer de seus elementos.

Assim, a única solução lógica é considerar que, ao contratar a inserção de uma música em uma obra audiovisual, seu titular está automaticamente autorizando a sua exibição cinematográfica. E, conseqüentemente, que a remuneração pactuada nos contratos de licença para distribuição e exibição cinematográfica pública de obras brasileiras e estrangeiras compreende todos os direitos de autor e conexos que deram origem à respectiva obra cinematográfica.

Revela-se ainda mais imperioso regular dessa forma a matéria quando se leva em conta que perto de 90% dos filmes exibidos no Brasil – e, por conseqüência, das músicas neles inseridas pelos produtores – são estrangeiros, e a quase totalidade desses de origem norte-americana.

Nos Estados Unidos da América, Srs. Senadores, vigora o sistema de *copyrights* e não o de “direito de autor”, ao qual o Brasil, mediante convenções internacionais, é aderente.

Assim, naquele país, as salas exibidoras de cinema não pagam direitos de execução pública relativos às músicas incluídas nos filmes.

Portanto, para os filmes brasileiros lá exibidos, não são coletados, para os compositores brasileiros, direitos autorais de execução pública de suas músicas.

Em contrapartida, nos filmes americanos passados no Brasil, coletam as músicas e, dizem eles, mandam para os Estados Unidos. Ora, mas aí não há igualdade de tratamento.

As invectivas do Ecad para arrecadar direitos autorais das empresas exibidoras cinematográficas visam, pois à remessa de divisas para compositores e

gravadoras estrangeiros, na sua maioria norte-americanos, sem que se verifique a necessária reciprocidade, princípio básico do relacionamento entre as nações, consagrado, inclusive, pelo parágrafo 1º do art. 2º da nossa Lei de Direitos Autorais.

Não estou aqui defendendo, de forma alguma, que se suprima a remuneração ao compositor pela execução pública de suas músicas, inclusive em obras audiovisuais.

Trata-se, isso sim, de explicitar, no ordenamento legal pertinente, que, no que tange à exibição cinematográfica pública, não pode o compositor impedir a utilização de sua obra após tê-la licenciado ao produtor do filme.

Ao licenciar sua composição para um produtor cinematográfico, o autor lhe está transferindo, automaticamente, os parâmetros de exploração econômica, evitando que editoras e gravadoras estrangeiras continuem a se beneficiar da dubiedade da legislação brasileira, sem o instituto da reciprocidade.

É de ressaltar, ainda, que a aprovação desse projeto de lei deverá produzir significativo impacto favorável na situação do cinema brasileiro, Senadora Heloísa, pois se estima que a vigência dos novos dispositivos possibilitará a construção de seiscentas novas salas de cinema no País num prazo de dez anos, ao impedir que os recursos originariamente destinados à construção de novas salas sejam transferidos pelo Ecad a compositores, editoras e gravadoras estrangeiras, em detrimento dos interesses do cinema nacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diversas salas de cinema já tiveram de ser fechadas em virtude da descabida e abusiva cobrança de direitos autorais efetuada pelo Ecad. A cultura nacional não pode arcar com esse prejuízo.

De forma igualmente inaceitável, os valores correspondentes a esses direitos abusivamente cobrados são, na sua quase totalidade, remetidos ao exterior, enquanto para filmes brasileiros exibidos no estrangeiro, não há recolhimento de direitos autorais em favor dos compositores brasileiros que têm suas músicas neles incluídas.

A economia nacional não está em condições de abrir mão, sem motivo algum, dessas divisas.

Precisamos nos debruçar sobre essa situação e resolver. E isso será, provavelmente, mal abra a pauta, o assunto que debateremos aqui.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB - PB) – Pois não.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – É de apoio ao seu pronunciamento. V. Ex^a traz uma questão im-

portante. Se o cinema nacional tem tantas dificuldades para sobreviver, bem como as nossas salas de projeção, nós não podemos onerá-las mais dessa forma.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB - PB) – Até porque não está havendo paridade, nobre Senador César Borges. Há pouco, ouvimos a Senadora Heloísa falar sobre a reclamação de um produtor de cinema. Arrecadamos aqui dinheiro e mandamos para os Estados Unidos, e eles não fazem o mesmo. Então, por que fazemos isso? Será que estamos tão ricos que podemos dar a eles o pagamento de músicas sem que eles nos dêem reciprocidade? Então, creio que temos que pensar duas vezes nisso.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Ney Suassuna, parabeno-o pelo seu pronunciamento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, Senador César Borges.

Agradeço a V. Ex^a também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Juvêncio da Fonseca, Antero Paes de Barros, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, João Batista Motta, Alvaro Dias, Teotônio Vilela Filho e Efraim Morais enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial da **Folha de S. Paulo** do último dia 22 de novembro do corrente intitulado “Plano humorístico”.

O editorial trata da “abissal distância entre discurso e prática que marcou a ascensão de Lula à Presidência da República”. Segundo o editorial, “como já se observou em outras frentes do atual governo, a maior parte das mudanças prometidas durante a campanha foi abandonada após a posse”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o editorial acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A 2 terça-feira, 22 de novembro de 2005

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A

Presidente: LUÍS FRIAS

Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

Editora-executiva: ELEONORA DE LUCENA

Conselho Editorial: LUIZ ALBERTO BAHIA, ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, LUÍS NASSIF, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUÍS FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (SECRETÁRIO)

EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

PLANO HUMORÍSTICO

EM 2002, durante a campanha eleitoral que terminou com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o PT apresentou aos brasileiros um documento intitulado "Combate à Corrupção, Compromisso com a Ética". Entre os responsáveis pela elaboração dessa peça de marketing, destinada a fortalecer o ilusório sentido moralizador da candidatura petista, figurava o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu (PT-SP), hoje muito perto de ter seu mandato de deputado cassado pela Câmara.

Como já se observou em outras frentes do atual governo, a maior parte das mudanças prometidas durante a campanha foi abandonada após a posse. Segundo reportagem publicada ontem por esta *Folha*, das dez medidas mais relevantes do programa, apenas três foram integralmente postas em prática.

É significativo, por exemplo, que não tenha saído do papel a criação de uma agência nacional anticorrupção, a ser formada por representantes do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público e da

sociedade civil, com amplos poderes para coordenar o combate aos desvios praticados na máquina pública e formular um "Plano Nacional Anticorrupção". Não só não se elaborou plano algum como a agência foi reduzida a um conselho ornamental.

Muitas outras decisões que poderiam contribuir para conter as irregularidades ficaram, na melhor das hipóteses, inconclusas. Foi o que ocorreu, por exemplo, com a proposta de criação de ouvidorias independentes nos diversos ministérios e com a promessa de ampliar a liberação dos registros e dados do Siafi (sistema informatizado de acompanhamento do Orçamento federal).

Diante das evidências de envolvimento do PT e de membros do governo numa miríade de ilicitudes, tendo como pano de fundo um projeto de captura do Estado, o plano poderia soar ao leitor de hoje como um texto humorístico — não fosse mais um dramático testemunho da abissal distância entre discurso e prática que marcou a ascensão de Lula à Presidência da República.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “A dupla solidão de Palocci”, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 23 de novembro do corrente.

A matéria acima trata das denúncias de corrupção e das críticas à política econômica dirigidas ao ministro da Fazenda, Antônio Palocci. Com relação às denúncias de corrupção, a revista afirma: “não se ouve do Palácio do Planalto uma única voz a defendê-lo de modo inequívoco”. Já sobre as críticas à condução da política econômica, a matéria mostra que os ministros Ricardo Berzoini e Dilma Rousseff têm sido os mais ativos defensores de mudanças. Segundo a matéria,

“a dupla de conselheiros anda sugerindo ao presidente menos rigor nos gastos públicos e um gesto dramático que sinaliza a guinada. Não admitem, mas no fundo o que querem é um ‘supermensalão’ que inunde os parlamentares aliados com dinheiro público de modo a comprar-lhes as simpatias na campanha de 2006”.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento e, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A DUPLA SOLIDÃO DE PALOCCI

Lula nunca foi tão tentado a cair na vereda do aventureirismo econômico, mas tem resistido às pressões — sem estender a mão a Palocci

Otávio Cabral

As vésperas de completar três anos como ministro da Fazenda, Antônio Palocci nunca esteve tão só no governo — e a solidão se manteve mesmo depois de seu longo depoimento no Senado. Em primeiro lugar, Palocci está só diante das denúncias de corrupção de que tem sido alvo nas últimas semanas, pois não se ouve do Palácio do Planalto uma única voz a defendê-lo de modo inequívoco. Em segundo lugar, o ministro da Fazenda começa a sentir-se isolado no campo das idéias econômicas, sobretudo em razão da ambiguidade do comportamento público do presidente Lula. Nos últimos tempos, os ouvidos de Lula têm sido constantemente ocupados por conselheiros que lhe sugerem mudanças na condução da política econômica, em especial no que diz respeito à contenção dos gastos públicos. A ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, e o deputado Ricardo Berzoini, presidente do PT, têm sido os mais ativos defensores de mudanças. O abismo entre essa gente e Palocci se aprofundou de tal forma que, na semana passada, ele parecia muito mais um “ministro do Brasil” do que um funcionário do governo petista. Ele recebeu mais apoio da oposição e da sociedade do que de seus colegas de governo.

A proximidade de um ano eleitoral, no qual o PT enfrentará sua mais dura campanha devido à desmoralização ética provocada pelo mensalão, serve como atrativo adicional para Lula pensar em aumentar a gastança. Lula, claramente, está dividido. Entre tantas questões cujo funcionamento o presidente desconhece, as de natureza econômica são, em especial, uma caixa-preta para ele. Como era para Palocci antes de se tornar ministro. Nessas questões, os governantes dependem em muito maior grau da qualidade dos conselheiros que escutam. No caso de Berzoini e Dilma aconselhando Lula em temas econômicos, tem-se o clássico

caso de um cego guiando outro. Berzoini tem formação secundária em economia. Dilma possui diploma de curso superior na matéria, mas suas convicções econômicas se cristalizaram naquele berço populista e nacionalista jurássico, o PDT gaúcho, que produziu acidentes políticos como Leonel Brizola. Palocci pode estar só. Com essa dupla a guiá-lo, Lula está perdido. Em resumo, a dupla de conselheiros anda sugerindo ao presidente me-

nos rigor nos gastos públicos e um gesto dramático que sinalize a guinada. Não admitem, mas no fundo o que querem é um “supermensalão” que inunde os parlamentares aliados com dinheiro público de modo a comprar-lhes as simpatias na campanha de 2006.

Felizmente, o presidente Lula não dá sinais inequívocos de que vá ceder a essas pressões. Apenas deixa claro que está ouvindo outro coro grego que não aquele que vem da Fazenda e do Banco Central. Na semana passada, os gestos e as palavras de Lula poderiam ser traduzidos por um posicionamento em que ele se mostra comprometido com a política econômica, mas não necessariamente com o atual ministro. **VEJA** ouviu dois ministros, um ex-ministro e dois parlamentares petistas com trânsito no gabinete presidencial. Todos afirmam que Lula tem dito que, mesmo sem Palocci, a política econômica não muda. “Ele está convencido de que o atual tripé, de metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário, é insubstituível”, diz um ministro que

despacha diariamente com o presidente. Lula diz ainda que ele próprio, e não o ministro, é a garantia da estabilidade econômica e, caso tenha de substituir Palocci, vai recorrer a alguém com o mesmo perfil. Sua primeira opção é o atual número 2 da Fazenda, Murilo Portugal. Se optar por alguém com peso político, Lula tem o nome do senador Aloizio Mercadante, que, nos bastidores, vem fazendo o que parece ser uma legítima defesa da manutenção de Palocci no governo.

A forma clássica de reduzir o isolamento do ministro da Fazenda é o presidente defendê-lo publicamente em um pronunciamento. Fernando Henrique Cardoso fez isso com Pedro Malan em momentos cruciais de ataques especulativos e fogo amigo contra seu ministro da Fazenda. Lula ainda não fez isso. Na manhã de quarta-feira, enquanto Palocci se preparava para falar aos senadores, Lula, em discurso a uma plateia de cientistas,

**“Penso diferente
dela sobre
equilíbrio fiscal.
Mas essa é uma
questão para a
área econômica,
e é assim que vai
continuar.”**

*Antonio Palocci,
ministro da Fazenda*

defendeu a política econômica e não tocou no nome do ministro. Mais tarde, questionado por um assessor sobre o silêncio, saiu-se com uma metáfora equina: “Não posso montar em cavalo com a pata machucada. Não sei se ele vai precisar ser sacrificado”. No dia seguinte, indagado sobre o depoimento de Palocci, Lula

chegou a dizer que não o assistira mas soube que o ministro "foi bem" — e isso à saída de um encontro com produtores de biodiesel durante o qual fez elogios abertos à ministra Dilma. A ambigüidade pública de Lula pode soar como descumprimento com a política econômica, mas há um metódico cálculo político por trás. Lula não desautoriza publicamente a ministra Dilma porque sabe que ela tem o apoio do PT — e Lula quer o PT unido em apoio ao seu governo. "Um conflito aberto com Dilma poderia colocar Lula em rota de colisão com o partido. É tudo de que Lula não precisa", diz um senador petista.

O depoimento de Palocci no Senado foi o show de habilidade de sempre. Em mais de dez horas, o ministro manteve seu tom cordial e respeitoso, dissolvendo focos de antipatia no plenário. Dessa vez contou também com a imensa boa vontade da audiência, em especial da oposição. Os líderes do PFL e do PSDB decidiram não fazer nenhu-

ma pergunta sobre as denúncias de corrupção, deixando assim em aberto a possibilidade de convocar Palocci para depor em alguma CPI. Com isso, Palocci deu explicações iniciais sobre algumas denúncias, mas não se aprofundou. Voltou a negar a propina de 50 000 reais mensais quando era prefeito de Ribeirão Preto, conforme denúncia de seu ex-assessor Rogério Buratti. "Não houve mensalidade, mensalinho e caixa dois em Ribeirão Preto. Aquela acusação é falsa e não será comprovada." Mas ninguém lhe perguntou sobre o fato de que a empresa acusada de pagar a propina, a Leão&Leão, comprovadamente recebia pagamentos superfaturados da prefeitura de Palocci e, nos seus computadores apreendidos, há saques de 50 000 reais destinados para um tal "dr".

Palocci também negou a acusação de que se envolveu na captação de 1 milhão de reais por binguieiros angolanos para o caixa dois de Lula. "Na campanha do presidente Lula, eu não fui tesoureiro", disse. Em seguida, garantiu que a campanha não recebeu recursos do exterior. "Não houve recursos de Cuba, não houve recursos de Angola, não houve recursos das Farc. Afirmando isso com segurança porque participei integralmente da campanha." Se os senadores estivessem dis-

postos a tratar do assunto, o depoimento não seria encerrado sem o esclarecimento de uma aparente contradição: ou Palocci não se envolvia com tesouraria ou se envolvia com tudo.

A tática do silêncio, decidida em conjunto pelos líderes do PSDB e do PFL, mostrou-se eficaz para manter Palocci sangrando em público por mais tempo, mas revelou o caráter desbragadamente oportunista de tucanos e pefelistas. A decisão indicou que, na realidade, a oposição não anda interessada em esclarecer as suspeitas, clarear zonas obscuras, obter respostas esclarecedoras. Nada disso. Seu negócio é fazer politicagem, de olho apenas em suas próprias arquiteturas eleitorais. Eis o que diz um líder tucano: "Se Palocci cair, teremos obrigatoriamente de ir para cima de Lula. E não há apoio popular nem para discutir o impeachment do presidente". Com o mais importante ministro do governo acossado por denúncias de corrupção, um país apreensivo sobre os rumos econômicos, um presidente que envia sinais ambíguos em público — e, para completar, uma oposição que só enxerga o próprio umbigo —, pode-se apostar que nem a crise nem o governo acabam tão cedo. É justamente o que quer a oposição. ■

Com reportagem de Júlia Dealibí, de Brasília

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesse momento para registrar o artigo intitulado "Os dois Palocci", de autoria da colunista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 17 de novembro do corrente.

A colunista, em seu artigo, faz uma pergunta: "Até quando Palocci vai conseguir suportar as denúncias, o fogo amigo e a pressão de dentro do próprio governo — aliás, do próprio Planalto — para flexibilizar a política econômica? Tudo junto, a sobrevida dele parece estar se esgotando."

Ainda segundo a colunista, "o prefeito Palocci está matando o Ministro Palocci".

Sr. Presidente, requiero que o artigo acima citado seja dado como lido e considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELIANE CANTANHÊDE

Os dois Palocci

BRASÍLIA - O que mais surpreende a oposição, especialmente o senador Tasso Jereissatti (PSDB-CE), é a existência de dois Palocci: um é o ministro da Fazenda, em Brasília, assessorado por técnicos de primeiro time; o outro é o ex-prefeito de Ribeirão Preto, cercado por uma gente atolada em suspeitas cabeludas.

"Afim, qual é o Palocci verdadeiro?", pergunta Tasso desde os depoimentos de Rogério Buratti e de Vladimir Poletto às CPIs. Histórias mal contadas, cinismo, milhões voando em jatinhos de empresários amigos.

Em Brasília, Palocci recrutou os suprapartidários Murilo Portugal, para a secretaria executiva da Fazenda, Marcos Galvão, para a chefia de gabinete, Jorge Rachid, para a Secretaria da Receita, Bernardo Appy, para a de Política Econômica. Alguns deles, aliás, exibidos ontem na CAE.

Palocci só teve de mandar para casa, pela porta dos fundos, justamente Juscelino Dourado, auxiliar que vinha da Prefeitura de Ribeirão Preto e acabou, como os demais, envolvido em denúncias. Agora, só falta Ademirson não sei das quantas.

Somados, Buratti, Poletto, Juscelino, Ademirson e o pivô Ralf Barquete, morto no ano passado, deixam um rastro de dúvidas sobre licitações para coleta do lixo, desvio de dinheiro público para campanhas eleitorais, dólares ilegais vindos de Cuba em caixas de bebida. E Buratti tenta salvar Palocci nos adjetivos, mas depois de comprometer-lo no objetivo.

A situação do ministro é dramática. Ele passou bem por aquela coletiva num domingo para falar dos desvios acusados por Buratti. Pode ter passado também pelo depoimento de ontem, poupado pela oposição. Mas a experiência mostra que, quando a coisa começa, não acaba nunca.

Até quando Palocci vai conseguir suportar as denúncias, o fogo amigo e a pressão de dentro do próprio governo — aliás, do próprio Planalto — para flexibilizar a política econômica? Tudo junto, a sobrevida dele parece estar se esgotando.

O prefeito Palocci está matando o ministro Palocci.

© → elianec@uol.com.br

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “A ursa e o equilibrista”, de autoria do jornalista Tales Alvarenga, publicado na revista Veja em sua edição de 23 de novembro do corrente.

O artigo trata da discussão entre os Ministros Antônio Palocci e Dilma Rousseff sobre a condução da política econômica. Segundo o jornalista, a proposta da ministra Dilma Rousseff de redução dos juros e aumento dos gastos públicos soou como “o canto de sereia

eleitoral” para o presidente Lula. “Nesse momento, foi selado o destino do equilibrista Palocci”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TALES ALVARENGA

A ursa e o equilibrista

O escritor Gore Vidal criou uma piada sobre Ronald Reagan que se adapta a Lula. Vidal disse que a biblioteca de Reagan pegou fogo e nada se salvou. Os dois livros ficaram carbonizados. O que mais entristeceu Reagan foi que ele ainda não tinha colorido as figuras. Ronald Reagan era tido como carismático mas mentalmente inepto (coisa que não era). Lula é tido como carismático e mentalmente inepto (coisa que é).

O governo Lula foi um grande blefe, menos num ponto. Antonio Palocci, o ministro da Fazenda, deu a Lula uma economia estável. Seus índices são melhores que os do governo FHC para inflação, contas externas, dívida pública e risco Brasil.

Esse era o trunfo de Lula para se reeleger em 2006. Com a descoberta da quadrilha petista pilhando o Erário, a carta da estabilidade econômica deixou de ser suficiente. Era preciso produzir outras mágicas. Foi então que a ministra Dilma Rousseff, tal como uma ursa de circo, entrou em cena plantando bananeira, girando bambolês na perna e andando de patinete para o presidente ver.

Chefe da Casa Civil, Dilma começou seu número dando uma patada no colega Antonio Palocci, abaixo da cintura. Declarou que a política de Palocci era uma tolice “rudimentar”. Propôs, no lugar disso, redução de juros e aumento dos gastos públicos. Nesse momento, o vice-presidente José Alencar, ele também um ursa, encontrou sua alma gêmea. E o presidente Lula descobriu seu canto de sereia eleitoral. Sim, sim, claro. Menos juros, mais ganância e crescimento ao ritmo de Juscelino! Todo

político fica assanhado quando alguém, com o peso de Dilma, acena com a fórmula da ganância em ano eleitoral.

Nesse momento, foi selado o destino do equilibrista Palocci. Vai virar homem-bala e ser expelido do circo pelo canhão, através de um buraco na lona de cobertura. Em primeiro lugar, por sua “ribeirão-pretagem”. Não vai dar para contornar essa questão diante da opinião pública. O grande enigma é saber que destino Lula dará ao único ponto forte do seu governo, a política de Palocci.

Ninguém pediria a Lula que sasse por aí defendendo a honestidade

de Palocci pessoa física, depois das denúncias de que ele estava metido num mensalão como prefeito de Ribeirão Preto, para engordar o caixa dois do PT. O que se esperaria do presidente é que defendesse a política econômica seguida por seu ministro, mostrando que a avaliza cabalmente e sem hesitação.

Resta alertar para o fato de que uma queda significativa dos juros aliada a

mais gastos do governo são coisas que colidem e se explodem mutuamente. Quanto mais gastar esse governo, que já é esbanjador e deficitário, mais altos terão de ser os juros para evitar a desconfiância do mercado e a explosão inflacionária. Seria reconfortante imaginar que Lula está vacilando entre caminhos econômicos diversos. Mas Dilma não teria sido tão agressiva em relação a Palocci sem o sinal verde do presidente. Se isso for verdade, a substituição ou não de Palocci torna-se irrelevante. O problema passa a ser Lula. Cercado por sua gigantesca Operação Tabajara.

“A substituição ou não de Palocci tornou-se irrelevante a essa altura. O problema passa a ser Lula. Cercado por sua gigantesca Operação Tabajara”

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial da **Folha de S.Paulo** do dia 24 de novembro do corrente intitulado “Empréstimo obscuro”.

O editorial trata do episódio, mal explicado, do empréstimo de R\$29,4 mil feito pelo PT ao presidente Lula, cujo responsável pela quitação seria o atual presidente do Sebrae, Paulo Okamoto. As várias explicações desencontradas apresentadas até hoje tornam o fato cada vez mais intrigante.

Segundo o editorial, “as evasivas alimentam a especulação de que recursos de caixa dois teriam sido utilizados para quitar a dívida”. E conclui: “O caso leva

ao paroxismo a inabilidade do PT em articular seus movimentos e fornecer explicações aceitáveis sobre suas práticas. Não por acaso, sobre elas pairam as piores suspeitas”.

Para concluir, Sr. Presidente, requeiro que o editorial da **Folha de S.Paulo** do dia 24 de novembro seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art, 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

EMPRÉSTIMO OBSCURO

DENTRE OS abundantes episódios mal-explicados que frequentam o noticiário da crise política, um dos mais enigmáticos é o do empréstimo de R\$ 29,4 mil feito pelo PT ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A sucessão de versões desencontradas e as circunstâncias escusas que o envolvem atestam o comportamento errático de dirigentes do partido quando instados a fornecer respostas claras à sociedade.

A história tem contornos anedóticos. Quando, em julho deste ano, esta **Folha** divulgou reportagem acerca da operação, o Palácio do Planalto omitiu-se e transferiu a questão para o PT. Na sequência, o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, apresentou-se como o responsável pela quitação. Tesoureiro da campanha de Lula em 1989, Okamoto afirmou ter retirado de sua conta pessoal os recursos para saldar o compromisso. O presidente, por sua vez, até hoje não reconhece a transação.

Na última terça-feira, em depoimento à CPI dos Bingos, Okamoto atribuiu ao ex-tesoureiro Delúbio Soares a responsabilidade pelo lançamento da dívida, assim como a orientação para que o débito fosse quitado em dinheiro. Mas não forneceu detalhes ou comprovantes das operações. Como a verba do empréstimo tem origem no fundo partidário —logo, em dinheiro público—, é preciso investigar a forma como os repasses foram empregados.

As evasivas alimentam a especulação de que recursos de caixa dois teriam sido utilizados para quitar a dívida. Até porque não é razoável crer que Okamoto tenha arcado sozinho com o prejuízo —e nem se dado ao trabalho de avisar o presidente Lula sobre o generoso gesto. O caso leva ao paroxismo a inabilidade do PT em articular seus movimentos e fornecer explicações aceitáveis sobre suas práticas. Não por acaso, sobre elas pairam as piores suspeitas.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr.s e Sr.s Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Lula foi avisado de esquema em Santo André, diz empresária”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 24 de novembro do corrente.

A matéria destaca que, ao depor na CPI dos Bingos, a empresária Rosângela Gabrilli, dona de companhia de ônibus em Santo André, disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi informado, em 2003, sobre o esquema de extorsão montado na cidade

para beneficiar o PT. Segundo a empresária, o relato foi feito por sua irmã, Mara, na presença da primeira-dama, Marisa Letícia.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lula foi avisado de esquema em Santo André, diz empresária

Dona de frota de ônibus, Rosângela Gabrilli diz na CPI que sua irmã fez plantão no prédio do presidente para falar da propina

TCR/RENO GOVERNO LULA
Rosa Costa
BRASILIA

Ao depor ontem na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos, a empresária Rosângela Gabrilli, dona de companhia de ônibus em Santo André, disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi informado, em 2003, sobre um esquema de extorsão montado na cidade para beneficiar o PT. De acordo com Rosângela, o relato foi feito por sua irmã Mara para a primeira-dama, Marisa Letícia.

Mara, segundo Rosângela, tomou a iniciativa porque a empresa da família estava sofrendo de retaliações da prefeitura depois que os Gabrilli decidiram denunciar o esquema ao Ministério Público. Para falar com Letícia, Mara aproveitou a presença do presidente em São Bernardo do Campo. Foi até a porta do prédio onde Lula tem um apartamento e só saiu de lá depois de ser recebida pelo presidente.

Rosângela informou aos senadores que sua irmã é tetraplégica e a avaliação que essa circunstância lhe facilitou o acesso ao presidente. “Minha irmã foi à casa de Lula e se plantou com a cadeira de rodas na frente do edifício, dizendo que só sairia depois de falar com ele. Acho que, pela situação física dela, foi prontamente atendida”, contou Rosângela.

“Ela ficou por volta de 15 a 20 minutos com o presidente, foi muito bem atendida pela primeira-dama e o presidente, tomou café, e expôs rapidamente o que queria continuar acontecendo na cidade. Disse que Santo André precisava de uma intervenção”.

Procurado ontem para falar da bustaria corrompida pela empresária, o Palácio do Planalto não quis se manifestar. Rosângela repetiu na CPI a denúncia que já havia feito ao Ministério Público cinco dias depois do assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel (PT), em janeiro de 2002. Ela disse que, desde 1977, no início da gestão do prefeito, os donos de ônibus eram obrigados a contribuir para a câmara da PT. A extorsão era calculada pelo total de veículos, sendo R\$ 550 por ônibus, cabendo a sua empresa, a Expresso Guarani, pagar R\$ 40 mil por mês. Disse que era estúpido dinheiro vivo, mas por um período os empresários faziam com que o prefeito Sérgio Gomes da Silva, o ex-governador de Daniel concesso.

Ela entregou à comissão cópia de documentos e enviou uma nota de R\$ 60 mil feitos na conta de Sombra no Bancoa. “Era

CASO SANTO ANDRÉ



Rosângela Gabrilli, dona de companhia de ônibus em Santo André, disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi informado, em 2003, sobre um esquema de extorsão montado na cidade para beneficiar o PT. De acordo com Rosângela, o relato foi feito por sua irmã Mara para a primeira-dama, Marisa Letícia.

Mara, segundo Rosângela, tomou a iniciativa porque a empresa da família estava sofrendo de retaliações da prefeitura depois que os Gabrilli decidiram denunciar o esquema ao Ministério Público. Para falar com Letícia, Mara aproveitou a presença do presidente em São Bernardo do Campo. Foi até a porta do prédio onde Lula tem um apartamento e só saiu de lá depois de ser recebida pelo presidente.

Rosângela informou aos senadores que sua irmã é tetraplégica e a avaliação que essa circunstância lhe facilitou o acesso ao presidente. “Minha irmã foi à casa de Lula e se plantou com a cadeira de rodas na frente do edifício, dizendo que só sairia depois de falar com ele. Acho que, pela situação física dela, foi prontamente atendida”, contou Rosângela.

“Ela ficou por volta de 15 a 20 minutos com o presidente, foi muito bem atendida pela primeira-dama e o presidente, tomou café, e expôs rapidamente o que queria continuar acontecendo na cidade. Disse que Santo André precisava de uma intervenção”.

Procurado ontem para falar da bustaria corrompida pela empresária, o Palácio do Planalto não quis se manifestar. Rosângela repetiu na CPI a denúncia que já havia feito ao Ministério Público cinco dias depois do assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel (PT), em janeiro de 2002. Ela disse que, desde 1977, no início da gestão do prefeito, os donos de ônibus eram obrigados a contribuir para a câmara da PT. A extorsão era calculada pelo total de veículos, sendo R\$ 550 por ônibus, cabendo a sua empresa, a Expresso Guarani, pagar R\$ 40 mil por mês. Disse que era estúpido dinheiro vivo, mas por um período os empresários faziam com que o prefeito Sérgio Gomes da Silva, o ex-governador de Daniel concesso.

Ela entregou à comissão cópia de documentos e enviou uma nota de R\$ 60 mil feitos na conta de Sombra no Bancoa. “Era

uma propina organizada, mensal, cobrada em dinheiro, feita para não deixar pistas, mas deixou o nome do senador José Jorge (PFL-PR).

“O senhor é responsável pelo esquema de corrupção”, disse Rosângela, cobrada em dinheiro, feita para não deixar pistas, mas deixou o nome do senador José Jorge (PFL-PR).

“O senhor é responsável pelo esquema de corrupção”, disse Rosângela, cobrada em dinheiro, feita para não deixar pistas, mas deixou o nome do senador José Jorge (PFL-PR).

“O senhor é responsável pelo esquema de corrupção”, disse Rosângela, cobrada em dinheiro, feita para não deixar pistas, mas deixou o nome do senador José Jorge (PFL-PR).

“O senhor é responsável pelo esquema de corrupção”, disse Rosângela, cobrada em dinheiro, feita para não deixar pistas, mas deixou o nome do senador José Jorge (PFL-PR).



Rosângela Gabrilli, dona de companhia de ônibus em Santo André, disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi informado, em 2003, sobre um esquema de extorsão montado na cidade para beneficiar o PT. De acordo com Rosângela, o relato foi feito por sua irmã Mara para a primeira-dama, Marisa Letícia.

Mara, segundo Rosângela, tomou a iniciativa porque a empresa da família estava sofrendo de retaliações da prefeitura depois que os Gabrilli decidiram denunciar o esquema ao Ministério Público. Para falar com Letícia, Mara aproveitou a presença do presidente em São Bernardo do Campo. Foi até a porta do prédio onde Lula tem um apartamento e só saiu de lá depois de ser recebida pelo presidente.

Rosângela informou aos senadores que sua irmã é tetraplégica e a avaliação que essa circunstância lhe facilitou o acesso ao presidente. “Minha irmã foi à casa de Lula e se plantou com a cadeira de rodas na frente do edifício, dizendo que só sairia depois de falar com ele. Acho que, pela situação física dela, foi prontamente atendida”, contou Rosângela.

“Ela ficou por volta de 15 a 20 minutos com o presidente, foi muito bem atendida pela primeira-dama e o presidente, tomou café, e expôs rapidamente o que queria continuar acontecendo na cidade. Disse que Santo André precisava de uma intervenção”.

Procurado ontem para falar da bustaria corrompida pela empresária, o Palácio do Planalto não quis se manifestar. Rosângela repetiu na CPI a denúncia que já havia feito ao Ministério Público cinco dias depois do assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel (PT), em janeiro de 2002. Ela disse que, desde 1977, no início da gestão do prefeito, os donos de ônibus eram obrigados a contribuir para a câmara da PT. A extorsão era calculada pelo total de veículos, sendo R\$ 550 por ônibus, cabendo a sua empresa, a Expresso Guarani, pagar R\$ 40 mil por mês. Disse que era estúpido dinheiro vivo, mas por um período os empresários faziam com que o prefeito Sérgio Gomes da Silva, o ex-governador de Daniel concesso.

Ela entregou à comissão cópia de documentos e enviou uma nota de R\$ 60 mil feitos na conta de Sombra no Bancoa. “Era

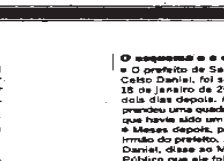
uma propina organizada, mensal, cobrada em dinheiro, feita para não deixar pistas, mas deixou o nome do senador José Jorge (PFL-PR).

“O senhor é responsável pelo esquema de corrupção”, disse Rosângela, cobrada em dinheiro, feita para não deixar pistas, mas deixou o nome do senador José Jorge (PFL-PR).

“O senhor é responsável pelo esquema de corrupção”, disse Rosângela, cobrada em dinheiro, feita para não deixar pistas, mas deixou o nome do senador José Jorge (PFL-PR).

“O senhor é responsável pelo esquema de corrupção”, disse Rosângela, cobrada em dinheiro, feita para não deixar pistas, mas deixou o nome do senador José Jorge (PFL-PR).

“O senhor é responsável pelo esquema de corrupção”, disse Rosângela, cobrada em dinheiro, feita para não deixar pistas, mas deixou o nome do senador José Jorge (PFL-PR).



Rosângela Gabrilli, dona de companhia de ônibus em Santo André, disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi informado, em 2003, sobre um esquema de extorsão montado na cidade para beneficiar o PT. De acordo com Rosângela, o relato foi feito por sua irmã Mara para a primeira-dama, Marisa Letícia.

Mara, segundo Rosângela, tomou a iniciativa porque a empresa da família estava sofrendo de retaliações da prefeitura depois que os Gabrilli decidiram denunciar o esquema ao Ministério Público. Para falar com Letícia, Mara aproveitou a presença do presidente em São Bernardo do Campo. Foi até a porta do prédio onde Lula tem um apartamento e só saiu de lá depois de ser recebida pelo presidente.

Rosângela informou aos senadores que sua irmã é tetraplégica e a avaliação que essa circunstância lhe facilitou o acesso ao presidente. “Minha irmã foi à casa de Lula e se plantou com a cadeira de rodas na frente do edifício, dizendo que só sairia depois de falar com ele. Acho que, pela situação física dela, foi prontamente atendida”, contou Rosângela.

“Ela ficou por volta de 15 a 20 minutos com o presidente, foi muito bem atendida pela primeira-dama e o presidente, tomou café, e expôs rapidamente o que queria continuar acontecendo na cidade. Disse que Santo André precisava de uma intervenção”.

Procurado ontem para falar da bustaria corrompida pela empresária, o Palácio do Planalto não quis se manifestar. Rosângela repetiu na CPI a denúncia que já havia feito ao Ministério Público cinco dias depois do assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel (PT), em janeiro de 2002. Ela disse que, desde 1977, no início da gestão do prefeito, os donos de ônibus eram obrigados a contribuir para a câmara da PT. A extorsão era calculada pelo total de veículos, sendo R\$ 550 por ônibus, cabendo a sua empresa, a Expresso Guarani, pagar R\$ 40 mil por mês. Disse que era estúpido dinheiro vivo, mas por um período os empresários faziam com que o prefeito Sérgio Gomes da Silva, o ex-governador de Daniel concesso.

Ela entregou à comissão cópia de documentos e enviou uma nota de R\$ 60 mil feitos na conta de Sombra no Bancoa. “Era

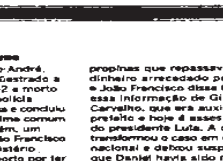
uma propina organizada, mensal, cobrada em dinheiro, feita para não deixar pistas, mas deixou o nome do senador José Jorge (PFL-PR).

“O senhor é responsável pelo esquema de corrupção”, disse Rosângela, cobrada em dinheiro, feita para não deixar pistas, mas deixou o nome do senador José Jorge (PFL-PR).

“O senhor é responsável pelo esquema de corrupção”, disse Rosângela, cobrada em dinheiro, feita para não deixar pistas, mas deixou o nome do senador José Jorge (PFL-PR).

“O senhor é responsável pelo esquema de corrupção”, disse Rosângela, cobrada em dinheiro, feita para não deixar pistas, mas deixou o nome do senador José Jorge (PFL-PR).

“O senhor é responsável pelo esquema de corrupção”, disse Rosângela, cobrada em dinheiro, feita para não deixar pistas, mas deixou o nome do senador José Jorge (PFL-PR).



Rosângela Gabrilli, dona de companhia de ônibus em Santo André, disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi informado, em 2003, sobre um esquema de extorsão montado na cidade para beneficiar o PT. De acordo com Rosângela, o relato foi feito por sua irmã Mara para a primeira-dama, Marisa Letícia.

Mara, segundo Rosângela, tomou a iniciativa porque a empresa da família estava sofrendo de retaliações da prefeitura depois que os Gabrilli decidiram denunciar o esquema ao Ministério Público. Para falar com Letícia, Mara aproveitou a presença do presidente em São Bernardo do Campo. Foi até a porta do prédio onde Lula tem um apartamento e só saiu de lá depois de ser recebida pelo presidente.

Rosângela informou aos senadores que sua irmã é tetraplégica e a avaliação que essa circunstância lhe facilitou o acesso ao presidente. “Minha irmã foi à casa de Lula e se plantou com a cadeira de rodas na frente do edifício, dizendo que só sairia depois de falar com ele. Acho que, pela situação física dela, foi prontamente atendida”, contou Rosângela.

“Ela ficou por volta de 15 a 20 minutos com o presidente, foi muito bem atendida pela primeira-dama e o presidente, tomou café, e expôs rapidamente o que queria continuar acontecendo na cidade. Disse que Santo André precisava de uma intervenção”.

Procurado ontem para falar da bustaria corrompida pela empresária, o Palácio do Planalto não quis se manifestar. Rosângela repetiu na CPI a denúncia que já havia feito ao Ministério Público cinco dias depois do assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel (PT), em janeiro de 2002. Ela disse que, desde 1977, no início da gestão do prefeito, os donos de ônibus eram obrigados a contribuir para a câmara da PT. A extorsão era calculada pelo total de veículos, sendo R\$ 550 por ônibus, cabendo a sua empresa, a Expresso Guarani, pagar R\$ 40 mil por mês. Disse que era estúpido dinheiro vivo, mas por um período os empresários faziam com que o prefeito Sérgio Gomes da Silva, o ex-governador de Daniel concesso.

Ela entregou à comissão cópia de documentos e enviou uma nota de R\$ 60 mil feitos na conta de Sombra no Bancoa. “Era

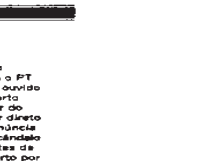
uma propina organizada, mensal, cobrada em dinheiro, feita para não deixar pistas, mas deixou o nome do senador José Jorge (PFL-PR).

“O senhor é responsável pelo esquema de corrupção”, disse Rosângela, cobrada em dinheiro, feita para não deixar pistas, mas deixou o nome do senador José Jorge (PFL-PR).

“O senhor é responsável pelo esquema de corrupção”, disse Rosângela, cobrada em dinheiro, feita para não deixar pistas, mas deixou o nome do senador José Jorge (PFL-PR).

“O senhor é responsável pelo esquema de corrupção”, disse Rosângela, cobrada em dinheiro, feita para não deixar pistas, mas deixou o nome do senador José Jorge (PFL-PR).

“O senhor é responsável pelo esquema de corrupção”, disse Rosângela, cobrada em dinheiro, feita para não deixar pistas, mas deixou o nome do senador José Jorge (PFL-PR).



Rosângela Gabrilli, dona de companhia de ônibus em Santo André, disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi informado, em 2003, sobre um esquema de extorsão montado na cidade para beneficiar o PT. De acordo com Rosângela, o relato foi feito por sua irmã Mara para a primeira-dama, Marisa Letícia.

Mara, segundo Rosângela, tomou a iniciativa porque a empresa da família estava sofrendo de retaliações da prefeitura depois que os Gabrilli decidiram denunciar o esquema ao Ministério Público. Para falar com Letícia, Mara aproveitou a presença do presidente em São Bernardo do Campo. Foi até a porta do prédio onde Lula tem um apartamento e só saiu de lá depois de ser recebida pelo presidente.

Rosângela informou aos senadores que sua irmã é tetraplégica e a avaliação que essa circunstância lhe facilitou o acesso ao presidente. “Minha irmã foi à casa de Lula e se plantou com a cadeira de rodas na frente do edifício, dizendo que só sairia depois de falar com ele. Acho que, pela situação física dela, foi prontamente atendida”, contou Rosângela.

“Ela ficou por volta de 15 a 20 minutos com o presidente, foi muito bem atendida pela primeira-dama e o presidente, tomou café, e expôs rapidamente o que queria continuar acontecendo na cidade. Disse que Santo André precisava de uma intervenção”.

Procurado ontem para falar da bustaria corrompida pela empresária, o Palácio do Planalto não quis se manifestar. Rosângela repetiu na CPI a denúncia que já havia feito ao Ministério Público cinco dias depois do assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel (PT), em janeiro de 2002. Ela disse que, desde 1977, no início da gestão do prefeito, os donos de ônibus eram obrigados a contribuir para a câmara da PT. A extorsão era calculada pelo total de veículos, sendo R\$ 550 por ônibus, cabendo a sua empresa, a Expresso Guarani, pagar R\$ 40 mil por mês. Disse que era estúpido dinheiro vivo, mas por um período os empresários faziam com que o prefeito Sérgio Gomes da Silva, o ex-governador de Daniel concesso.

Ela entregou à comissão cópia de documentos e enviou uma nota de R\$ 60 mil feitos na conta de Sombra no Bancoa. “Era

uma propina organizada, mensal, cobrada em dinheiro, feita para não deixar pistas, mas deixou o nome do senador José Jorge (PFL-PR).

“O senhor é responsável pelo esquema de corrupção”, disse Rosângela, cobrada em dinheiro, feita para não deixar pistas, mas deixou o nome do senador José Jorge (PFL-PR).

“O senhor é responsável pelo esquema de corrupção”, disse Rosângela, cobrada em dinheiro, feita para não deixar pistas, mas deixou o nome do senador José Jorge (PFL-PR).

“O senhor é responsável pelo esquema de corrupção”, disse Rosângela, cobrada em dinheiro, feita para não deixar pistas, mas deixou o nome do senador José Jorge (PFL-PR).

“O senhor é responsável pelo esquema de corrupção”, disse Rosângela, cobrada em dinheiro, feita para não deixar pistas, mas deixou o nome do senador José Jorge (PFL-PR).

Presidente teria prometido tomar providências

Segundo secretária Mara Gabrilli, no encontro em 2003 Lula ouviu ‘frialemente e não pareceu surpreso’

Mariana Castanho

A secretária especial da Presidência, Deficiência e Mobilidade Reduzida da Prefeitura de São Paulo, Mara Gabrilli, agredida há dois anos e 8 meses um resumo do presidente Lula Inácio Lula da Silva, que teria se comprometido a “averiguar e tomar providências” sobre o suposto esquema de corrupção no plano da Prefeitura de Santo André. “Nunca tive uma resposta”, conta a secretária.

Em 23 de março de 2003, Mara, que é tetraplégica, esteve no seu escritório de rodadas diante do prédio onde mora o presidente, em São Bernardo do Campo. “Ele me levou à sala de ser recebido. Lula permitiu que eu me ajeitasse no sofá dele, e ele veio até meu apartamento, esteve reunido com Mara por 40 minutos no lado da primeira-dama, Marisa Letícia, e ele disse: ‘Fui pedir uma intervenção federal em Santo André. Contei como era o esquema, quem cobrava a propina, e como a prefeitura tirou a licença

para a empresa da minha família (Expresso Guarani) operar algumas linhas em república. Ao fim de tudo, Lula me pagou o meu salário (Lula me pagou o meu salário) a partir de certo momento”, relatou Mara. O presidente ouviu frialemente, disse ela. Não pareceu surpreso, mas fez perguntas “como se nunca tivesse ouvido falar do tema” e “queria mudar de assunto a todo momento”. Apesar da promessa que fez, Mara acredita que Lula preferiu “fazer o caso”.

Nasáida, ela lembra ter recebido a recomendação de um assessor de Lula – cujo nome não se recorda – para que não revelasse.

“Nunca ninguém me procurou, não houve resposta”, afirma Mara.

Assa à imprensa a verdadeira teor da conversa com o presidente. “Ele pediu que eu dissesse

se nos jornalistas que estavam de plantão na porta do prédio que a conversa tinha sido sobre ressaltar, mas eu contei a verdade”.

Mara Gabrilli revelou a Lula detalhes do suposto esquema: O Sérgio Gomes da Silva recolheu o dinheiro da propina todo mês; como o então secretário de Serviços Municipais, Klinger Luiz de Oliveira, coordenava o esquema dentro da prefeitura, como a cobrança cessou após a morte do prefeito Celso Daniel. Segundo

ela, o presidente “não teve uma postura de quem realmente recebia uma informação importante e deveria tomar uma atitude”. Mara acredita que foi recebia porque estava no seu cadeira de rodas à porta do presidente. “Fui ouvida para não provocar escândalo na rua”, supõe ela. “Acho que ele magoou que eu ficaria assustada ao pelo feito de ser recebida”.

A época, Mara dirigia o Projeto Próximo Passo. Lula pediu a primeira-dama que visitasse a ONG. “Mas a Marisa não foi e até hoje não recebi nem a nossa foto que tiraram no apartamento”. No ano passado, Mara disputou pelo PSD, sem sucesso, uma vaga na Câmara Municipal. Foi então convidada pelo PSB de José Serra para assumir a secretaria.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a queda registrada na produção no mês de agosto, segundo os resultados divulgados pelo IBGE no começo de novembro.

Segundo matérias publicadas em jornais de grande circulação no país, a queda na produção industrial foi afetada por estoques elevados, juros altos, câmbio desfavorável às exportações e crédito em arrefecimento. A situação negativa levou economistas a reavalia-

rem seus cálculos para crescimento do PIB para algo abaixo de 3% no ano.

Sr. Presidente, é nesse contexto que requeiro que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas parte deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DOCUMENTO JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:
10	Nov/05	Economia	

Indústria encolhe e esfria PIB

Produção caiu 2% em setembro. Economistas já vêem crescimento abaixo de 3% no ano

Luciana Rodrigues, Fabiana Ribeiro e Aguinaldo Novo

RIO e SÃO PAULO

Juros altos, dólar baixo e perda de fôlego no crédito derrubaram a indústria em setembro, quando a produção caiu 2% frente a agosto, já com ajuste sazonal. O resultado do setor, divulgado ontem pelo IBGE, decepcionou os analistas. E o cenário para o último trimestre do ano também não é otimista: às vésperas do Natal, grandes redes de varejo adiaram suas encomendas ou mantiveram o mesmo volume de pedidos do ano passado. Economistas já prevêem que o Produto Interno Bruto (PIB, conjunto das riquezas produzidas pelo país em um ano) ficará abaixo de 3% este ano, depois de um crescimento de 4,9% em 2004.

A carioca Tele-Rio já encerrou as encomendas para o Natal, mantendo a mesma quantidade de pedidos de 2004. Estratégia idêntica à da paulista Lojas Cem, que teme, porém, terminar o ano com encolhimento nas prateleiras.

— Fechamos outubro com queda real de 6% nas vendas e novembro já começou fraco — diz Valdemir Colleoni, supervisor-geral da rede.

O setor de bens duráveis (móvel, eletrodoméstico e automóvel), que vinha puxando as vendas no varejo, teve o pior desempenho na produção industrial de setembro: queda de 8,9% frente a agosto. Segundo Isabella Nunes Pereira, gerente da pesquisa do IBGE, a indústria fez um forte ajuste nos seus estoques, o que explica a queda da produção, sobretudo nos bens duráveis.

— As vendas industriais estavam

em queda há três meses, mas a produção mantinha uma certa estabilidade. Em setembro, houve um ajuste.

A produção da linha branca (geladeira e ar-condicionado) caiu 36,4%, devido principalmente a esse ajuste nos estoques. Mas, segundo analistas, também pesou nos bens duráveis o avanço nas importações de eletrônicos, que concorrem com o produto nacional. O setor é ainda muito influenciado pelo crédito, que perdeu fôlego nos últimos meses.

Roberto Padovani, da consultoria Tendências, vê também um efeito da crise política, que poderia ter abalado a confiança dos consumidores. A Tendências prevê um PIB abaixo de 3% este ano. O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) também estima PIB inferior a 3% e projeta aumento da produção industrial de apenas 2,5% — um terço da expansão de 2004, de 8,3%.

— As encomendas não estão crescendo. Não sei se o Natal será bom para o varejo, para a indústria não será — diz o diretor-executivo do Iedi, Júlio de Almeida.

Para Estevão Kopschitz, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os números do IBGE mostram uma queda generalizada da indústria, que pode ser o efeito de faseado da alta de juros promovida pelo Banco Central (BC) desde setembro de 2004. Mas Kopschitz acredita em uma melhora no último trimestre, graças ao início do corte de juros e a um possível aumento das despesas do governo, após resultados fiscais recordes.

Já a Fecomércio-RJ prevê crescimento do PIB de 3,5% este ano. Segundo João Gomes, economista da entidade,

parte do varejo deixou as encomendas para outubro e novembro, mas isso não indica pessimismo para o fim de ano. Numa sondagem da Fecomércio-RJ, 44,85% dos entrevistados afirmaram que costumam fazer seus pedidos de Natal em novembro — eram 43,07% no ano passado.

— O comércio está confiante no Natal. Quem atrasou os pedidos estava atento à perspectiva de queda de juros. As encomendas de agora ajudarão na recuperação da indústria — prevê Gomes.

Essa confiança contrasta com levantamento do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV), que constatou queda real (descontada a inflação) de 14,7% no volume de novas encomendas em outubro. A sondagem para este mês prevê recuo de 12,2%. Para o IDV, o arrefecimento dos negócios, antes concentrado nos bens duráveis, se generalizou em novembro.

— Pode ser que a antecipação das campanhas de Natal estimule o consumidor, mas não é esse o cenário que vemos hoje — afirma Marcos Gouyêa, diretor do IDV.

Mas algumas redes mantêm o otimismo. A Leader Magazine aumentou em 18% suas encomendas em relação ao Natal de 2004. E 10% de seus pedidos devem ser feitos este mês. Na Ambient'Air, com quatro lojas no Rio, as encomendas começaram há cerca de dez dias. E os pedidos da linha marrom (áudio e vídeo) aumentaram 30%. ■

FOLHA DINHEIRO

PÁGINA B 1 ★ SÃO PAULO, QUINTA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO DE 2005 ★ CONCLUÍDO ÀS 23H

PÉ NO FREIO Produção industrial cai 2% em setembro e 0,7% no trimestre; analistas já reduzem previsão para o PIB do período

Câmbio e juro fazem indústria recuar no 3º tri

PEDRO SOARES

DA SUCURSAL DO RIO

Afetada por estoques elevados, juros altos, câmbio desfavorável às exportações e crédito em arrefecimento, a produção da indústria fechou o terceiro trimestre do ano com queda de 0,7% na comparação livre de influência sazonais (típicas de cada período), segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O resultado, o pior desde o segundo trimestre de 2003 (-0,9%), fez especialistas revisarem para baixo suas projeções para o PIB, que deve ter variado de zero a 0,5% do segundo para o terceiro trimestre deste ano. A alta do PIB havia sido de 1,4% no segundo trimestre.

O desaquiecimento da economia fez com que as taxas futuras de juros recuassem ontem na BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuros). Os investidores entenderam que o movimento abriu espaço para que a taxa básica de juros caia mais rapidamente (leia mais na pág. B10).

Setembro

Depois de reagir em agosto (alta de 0,9%), a produção da indústria voltou a cair em setembro —2% em relação ao mês anterior. Na comparação com setembro de 2004, houve expansão de 0,2%.

número que releva a desaceleração da indústria. Foi a 25ª alta consecutiva em relação ao mês anterior, mas a menor taxa desde setembro de 2003.

Com exceção de bens de capital (máquinas e equipamentos), todas as categorias de uso tiveram queda na comparação entre agosto e setembro.

O destaque negativo ficou com bens duráveis (automóveis, eletrodomésticos e móveis), cuja produção caiu 8,9% ante agosto, na terceira queda mensal consecutiva. No trimestre, o recuo foi de 4,4%. Com altos estoques e prejudicado pela concorrência de produtos importados, o ramo de eletrodomésticos foi o que mais contribuiu para a retração dos bens duráveis —celulares e veículos, por sua vez, tiveram desempenhos melhores.

Sob influência da menor fabricação de calçados e artigos de vestuário, os bens não-duráveis (alimentos, bebidas, calçados, vestuário e outros) registraram retração de 3,4% de agosto para setembro. No terceiro trimestre, o decréscimo ficou em 0,6%.

Para Isabella Nunes, gerente da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, estoques excessivos, câmbio desfavorável às exportações e be-

nético às importações (o que reduz a competitividade de produtos nacionais), menor confiança e maior nível de endividamento do consumidor e perda de fôlego do crédito explicam a retração da indústria em setembro.

Segundo Nunes, houve um descompasso entre produção e vendas, que levou à formação de estoques. "Com vendas da indústria em queda há três meses e a produção estável nesse período, o setor industrial acumulou estoques e teve de ajustá-los em setembro." De acordo com a CNI (Confederação Nacional da Indústria), a indústria vendeu menos em julho (-0,60%), agosto (-1,02%) e setembro (0,47%).

Capacidade instalada

Estêvão Kopschitz, do Ipea, cita mais dois fatores: o esgotamento da capacidade instalada da indústria —que cresceu de meados de 2004 a meados de 2005 no rastro de ociosidade das linhas de montagem provocada pelo fraco desempenho de 2003— e o efeito defasado dos juros elevados. "A indústria chegou a um ponto que mais crescimento depende de mais investimento", afirmou.

Se ficar estagnada até o final do ano, o setor industrial crescerá 3,3% na comparação com 2004,

considerando o atual patamar de produção.

Na avaliação de Jason Vieira, economista da GRC Visão, a política monetária restritiva, sem corte de juros de setembro do ano passado a setembro de 2005, teve duplo efeito na indústria: fez com que os investimentos no aumento da produção fossem adiados e diminuiu a demanda pelos produtos, o que levou o setor a acumular estoques.

A única boa notícia em setembro foi o aumento na produção de bens de capital —1,1% no mês e

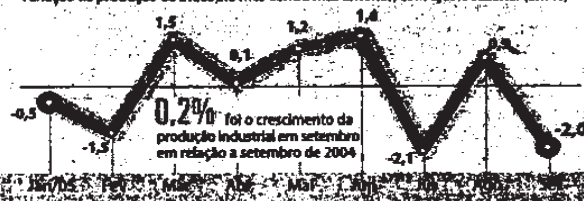
0,5% no terceiro trimestre.

De acordo com Nunes, do IBGE, a alta indica que prosseguem os investimentos em máquinas e equipamentos que permitirão ampliar a capacidade de produção e a infraestrutura. Tal movimento, diz Nunes, eleva, consequentemente, o potencial de crescimento do país.

→ LEIA MAIS nas págs. B3, B4 e B10

QUEDA NA INDÚSTRIA

Variação da produção da indústria mês contra mês anterior, com ajuste sazonal (em %)



O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Luzes sobre a farsa”, publicada pela revista Época em sua edição de 21 de novembro do corrente.

A matéria mostra que a CPMI dos Correios deverá convocar o ex-superintendente do Banco Rural, Carlos Godinho, para depor sobre a suposta farsa dos empréstimos que o PT e o empresário Marcos Valério teriam feito no banco mineiro. Segundo a matéria, “Godinho examinou os contratos de empréstimo firmados com o PT e Marcos Valério. Com base neles e na conduta adotada pela instituição no caso, sustenta que os empréstimos eram fajutos, pois o PT e Valério conseguiam renovar as dívidas e obter mais dinheiro

sem ter pago nada do que deviam antes – coisa que, em situação normal, não acontece em banco. Além disso, Godinho diz ter avisado os diretores da instituição de que a movimentação bancária da SMP&B em 2003 e 2004 era tão absurdamente alta que havia fortes indícios de lavagem de dinheiro”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

BRASIL

Luzes sobre a farsa

A CPI e a Polícia Federal querem ouvir Carlos Godinho sobre empréstimos do Rural para o PT

A vigia que há cinco meses sustenta a versão petista para a origem do dinheiro do mensalão pode estar com os dias contados. A CPI dos Correios deverá aprovar, na terça-feira 22, a convocação do ex-superintendente do Banco Rural Carlos Godinho para depor sobre a suposta farsa dos empréstimos que o PT e o empresário Marcos Valério teriam contraído no banco mineiro. A Polícia Federal também vai chamar Godinho para prestar esclarecimentos, com base nas informações dadas pelo executivo a ÉPOCA em sua edição passada.

“As declarações de Godinho são importantes à medida que ratificam o relatório parcial da CPI”, diz o senador Delcídio Amaral (PT-MS), presidente da CPI dos Correios. No documento citado pelo senador, o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), sub-relator de movimentação financeira da CPI, conclui que os empréstimos nunca existiram: foram inventados para esconder a verdadeira origem do dinheiro. Para chegar a ela será necessário investigar mais e cruzar dados de sigilos bancários já quebrados.

As declarações de Carlos Godinho a ÉPOCA mostram que a CPI está na pista certa. Como superintendente de compliance (área responsável pela prevenção de riscos e cumprimento das regras bancárias) e funcionário do Rural por 17 anos, Godinho examinou os contratos de empréstimo firmados com o PT e Marcos Valério. Com base neles e na conduta adotada pela instituição no caso, sustenta que os empréstimos eram fajutos, pois o PT e Valério conseguiam

renovar as dívidas e obter mais dinheiro sem ter pago nada do que deviam antes – coisa que, em situação normal, não acontece em banco. Além disso, Godinho diz ter avisado os diretores da instituição de que a movimentação bancária da SMP&B em 2003 e 2004 era tão absurdamente alta que havia fortes indícios de lavagem de dinheiro. Mesmo com a conta tão bem abastecida, a empresa de Valério não pagava nada dos empréstimos tomados no banco e ainda pegava mais. Godinho afirma que foi proibido pelo banco de fazer relatórios por escrito sobre as irregularidades ocorridas com os dois clientes. Acredita que isso acontecia porque nesse caso os papéis poderiam ser acessados por inspetores do Banco Central *(leia a carta do Rural à pág. 18)*.

A versão dos empréstimos é a pedra fundamental da defesa do governo e do PT no caso do mensalão. Desde que o escândalo estourou, Valério e o ex-tesoureiro petista Delúbio Soares juram que o dinheiro distribuído a parlamentares veio de empréstimos em banco. Por pura amizade, Valério teria intercedido junto aos bancos Rural e BMG para que financiassem o PT. Para ajudar mais ainda, tomou dinheiro em nome de sua agência, a SMP&B. Os recursos, R\$ 55,9 milhões no total, foram distribuídos a parlamentares e teriam sido usados apenas para bancar dívidas de campanhas eleitorais. Agora a CPI e a Polícia Federal têm um novo elemento para duvidar dessa versão. ■

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Agenda de Celso Daniel intriga CPI”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 24 de novembro do corrente.

A matéria destaca que a CPI dos Bingos quer aprofundar as investigações sobre a agenda do ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel. Segundo consta, Celso Daniel registrava todos os seus compromissos, mesmo pessoais, na agenda, contudo não havia registro do encontro que teria na noite de seu seqüestro com o empresário Sérgio Gomes da Silva. Além

disso, se verificou que no dia seguinte o prefeito teria que acordar cedo para participar de um Seminário de Programa de Governo do PT, e por essa razão não dormiria tarde na noite anterior.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Agenda de Celso Daniel intriga CPI

Comissão suspeita que Sombra tenha convidado ex-prefeito de surpresa para jantar porque não há registro do encontro

CRISE NO GOVERNO LULA

Marcelo de Moraes
Rosa Costa
BRASÍLIA

Integrantes da CPI dos Bingos querem aprofundar as investigações sobre a agenda do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel, assassinado em janeiro de 2002. A CPI acha inexplicável o fato de Daniel não ter registrado na agenda o encontro que teria à noite com o empresário Sérgio Gomes da Silva, o Sombra – investigado como suposto mandante do crime –, dia 18 de janeiro, quando foi seqüestrado, em São Paulo.

Daniel registrava na agenda, à qual o Estado teve acesso, todos os compromissos, mesmo pessoais, a ponto de apontar idas ao dentista, alfaiate, treinos e até a jogos do time de basquete de Santo André. As anotações dos encontros eram feitas por sua secretária.

Além disso, a agenda indica que Celso Daniel precisaria acordar cedo no dia seguinte, sábado, para participar, das 9h às 18h, do Seminário de Programa de Governo do PT, com o então deputado federal José Genoino, que seria indicado como candidato do PT ao governo de São Paulo nas eleições daquele ano. Isso torna pouco provável que Daniel marcasse qualquer compromisso que durasse até tarde.

O relator da CPI, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), reconhece que o documento deve ser analisado

A AGENDA DO ÚLTIMO DIA

JANUAR GENNAIO ENERO JANUARY JANEIRO			
17 QUINTA FRIEDAY FRIEDAY FRIDAY	18 SEXTA SATURDAY SATURDAY SATURDAY	19 SÁBADO SATURDAY SATURDAY SATURDAY	20 DOMINGO SUNDAY DOMINGO DOMINGO
17-01-2002 1. Reunião da Comissão - 9h 2. Reunião da Comissão - 10h 3. Reunião da Comissão - 11h 4. Reunião da Comissão - 12h 5. Reunião da Comissão - 13h 6. Reunião da Comissão - 14h 7. Reunião da Comissão - 15h 8. Reunião da Comissão - 16h 9. Reunião da Comissão - 17h 10. Reunião da Comissão - 18h 11. Reunião da Comissão - 19h 12. Reunião da Comissão - 20h 13. Reunião da Comissão - 21h 14. Reunião da Comissão - 22h 15. Reunião da Comissão - 23h 16. Reunião da Comissão - 24h	18-01-2002 1. Reunião da Comissão - 9h 2. Reunião da Comissão - 10h 3. Reunião da Comissão - 11h 4. Reunião da Comissão - 12h 5. Reunião da Comissão - 13h 6. Reunião da Comissão - 14h 7. Reunião da Comissão - 15h 8. Reunião da Comissão - 16h 9. Reunião da Comissão - 17h 10. Reunião da Comissão - 18h 11. Reunião da Comissão - 19h 12. Reunião da Comissão - 20h 13. Reunião da Comissão - 21h 14. Reunião da Comissão - 22h 15. Reunião da Comissão - 23h 16. Reunião da Comissão - 24h	19-01-2002 1. Reunião da Comissão - 9h 2. Reunião da Comissão - 10h 3. Reunião da Comissão - 11h 4. Reunião da Comissão - 12h 5. Reunião da Comissão - 13h 6. Reunião da Comissão - 14h 7. Reunião da Comissão - 15h 8. Reunião da Comissão - 16h 9. Reunião da Comissão - 17h 10. Reunião da Comissão - 18h 11. Reunião da Comissão - 19h 12. Reunião da Comissão - 20h 13. Reunião da Comissão - 21h 14. Reunião da Comissão - 22h 15. Reunião da Comissão - 23h 16. Reunião da Comissão - 24h	20-01-2002 1. Reunião da Comissão - 9h 2. Reunião da Comissão - 10h 3. Reunião da Comissão - 11h 4. Reunião da Comissão - 12h 5. Reunião da Comissão - 13h 6. Reunião da Comissão - 14h 7. Reunião da Comissão - 15h 8. Reunião da Comissão - 16h 9. Reunião da Comissão - 17h 10. Reunião da Comissão - 18h 11. Reunião da Comissão - 19h 12. Reunião da Comissão - 20h 13. Reunião da Comissão - 21h 14. Reunião da Comissão - 22h 15. Reunião da Comissão - 23h 16. Reunião da Comissão - 24h

COMISSÃO SUSPEITA
O dia 18 de janeiro, quando ocorreu o seqüestro, tem na agenda de Celso Daniel cinco compromissos marcados. Às 9 horas uma "preparação" reunião diretoria-agência, às 10 uma "reunião com consultoria" e outros três compromissos. Ao meio-dia, às 15 e às 16 horas. Nada há sobre o jantar com Sérgio Sombra à noite.

mais detalhadamente. O senador José Jorge (PFL-PE), titular da comissão, vai mais longe. Ele avalia que a ausência do registro do encontro pode indicar uma estratégia de Sombra para surpreender o prefeito. "Acho estranho que não haja referência a isso na agenda. Pode indicar que Sombra estivesse montando uma armadilha para surpreender Daniel e tenha avisado do encontro apenas pouco tempo antes", diz o senador.

O documento foi entregue há poucos dias à CPI pelo ex-secretário de Serviços Municipais de Santo André Klinger Oliveira, durante depoimento à comissão. A agenda repassada

por Klinger cobre apenas os últimos três meses de vida de Daniel, com anotações de 1º de outubro até uma semana depois de sua morte em janeiro, quando registra eventos já com a participação do novo prefeito, João Avamileno. Klinger não explicou à CPI como conseguiu ter acesso a essa parte da agenda. Na última semana de Daniel como prefeito, sua agenda não faz referências a qualquer contato com Sombra. Para o presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), a omissão do encontro é estranha. "Perguntei sobre isso para Klinger, quando entregou a agenda, e ele não soube explicar." ●

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna do Senado na tarde de hoje, para destacar matéria publicada no **O Jornal**, de Maceió, edição de 29 do corrente mês, intitulada “O vice e o ministro têm razão”. De minha autoria, sobre reportagem veiculada na revista **The Economist** acerca da projeção de crescimento do PIB de 25 países emergentes.

O artigo, Sr. Presidente, cujo teor solicito seja dado como lido e considerado como parte integrante

deste pronunciamento, para que conste dos Anais da Casa, coloca o Brasil em antepenúltimo lugar, mesmo antes da revisão para baixo de nosso PIB: Vamos crescer menos de 3%.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado!

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O vice e o ministro têm razão

*“Os países emergentes estão aproveitando e crescendo.
Nós estamos ficando para trás”*

Teotônio Vilela Filho

www.senado.gov.br/teotonio

O mês de novembro está terminando com notícias inquietantes sobre o Brasil, seu futuro próximo e sua inserção no mundo. A prestigiosa revista **The Economist** lista a projeção de crescimento do PIB de 25 países emergentes. O Brasil ocupa um vexatório antepenúltimo lugar, mesmo antes da revisão para baixo de nosso PIB: vamos crescer menos de 3%.

Estamos crescendo menos da metade do Chile, um terço da Argentina, mesmo sem considerar que, em 2.003, nosso PIB foi negativo. É um vexame.

O levantamento da revista coincide com as notícias internas sobre a visível desaceleração da economia. É fim de ano e tempo de aumento de contratações, mas o desemprego ficou estável. Significa que vem índice ruim por aí. Caíram as importações, porque caiu a compra de matérias primas e de máquinas e equipamentos. Ou seja: a indústria vai patinar. Aliás, já está marcando passo nesse trimestre.

Só quem não parece ver isso é o presidente Lula. Ele proclama números que escondem meias-verdades e a realidade de que estamos perdendo um momento favorável da economia mundial. Os países emergentes estão aproveitando e crescendo. Nós estamos ficando para trás.

Alguns organismos internacionais chegaram a vaticinar, nas últimas semanas, que o Brasil tem tudo para se transformar no principal exportador mundial de alimentos na próxima década. Se o governo deixar.

Nossos portos estão saturados, as rodo-

vias e ferrovias, idem. Não há investimento na infra-estrutura, que chegou ao limite. Não há investimento em setores essenciais, como o da geração e transmissão de energia. Nossos portos saturaram sua capacidade de exportação. Estamos ainda vivendo do que foi feito nos últimos anos. Daqui pra frente só Deus sabe.

Mas nós sabemos que não há investimentos por conta dos juros imorais que o governo está praticando. Para pagá-los há um superávit primário que se aproxima dos 6% do PIB, mais de R\$ 100 bilhões este ano. Não sobra nada pra investir, mas ainda não dá para pagar os juros.

Ainda por conta dos juros absurdos, os especuladores estrangeiros canalizam para o Brasil dólares da especulação. O câmbio cai, comprometendo a competitividade das exportações. O Banco Central intervém no mercado, mas em vão: a moeda americana continua a cair.

O Ministro do Desenvolvimento diz pelos jornais que não tem uma só palavra de conforto para os exportadores. E confessa temer pelo comércio exterior brasileiro no próximo ano. O vice-presidente da República, crítico contumaz do nosso patamar dos juros, contraria o governo e diz que não há nenhuma responsabilidade fiscal na condução da política econômica. Ao contrário, há total irresponsabilidade orçamentária, pois deixamos os juros à solta e o crescimento da dívida sem controle. Pensando bem, o ministro e o vice-presidente têm razão. Só o Lula não sabe.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, o motivo d manifestação hoje é a preocupação que temos com o descaso com que o Governo Lula vem tratando a gestão dos recursos hidroviários de nosso País.

Todos os estudos demonstram que as hidrovias constituem-se no melhor modal de transporte pesado, com a melhor relação custo-benefício possível para grandes quantidades de carga. Seu emprego maciço contribui significativamente para a redução dos preços finais das mercadorias comercializadas por um país, em especial, no que se refere às suas exportações. Se um país dispõe de malha hidroviária substancial, seu uso adequado impõe-se como verdadeira obrigação para seu governo e para seus nacionais, sob pena de prejudicar irremediavelmente o próprio futuro. A hidrovia, entre os meios disponíveis na matriz de transportes de um país, é o que dispõe do mais evidente caráter de polivalência, com evidente efeito sinérgico. Não somente permite a obtenção de excelente relação custo-benefício para o transporte de grandes cargas, como é, por suas naturais características de penetração interior e de apelo paisagístico, inegável fator de estímulo ao implemento de outras atividades ancilares, tanto industriais quanto comerciais e turísticas. Até mesmo do ponto de vista estratégico-militar a hidrovia tem indiscutível relevância, uma vez que permite a mobilização de grandes quantidades de material e efetivos de tropas, não expõe embarcações aos riscos de ataque e não é tão suscetível a sabotagens como uma rodovia ou uma linha férrea.

Em que pese sabermos disso, o potencial brasileiro para o transporte hidroviário encontra-se subutilizado. De acordo com informações fornecidas pela Administração da Hidrovia do Paraná, dos 40.000 quilômetros de vias navegáveis disponíveis, 28.000 quilômetros são aproveitáveis comercialmente em condições praticamente naturais. No entanto, desse total, apenas 10.000 quilômetros são utilizados efetivamente e, mesmo assim, refletem um uso bastante aquém de sua capacidade. Com isso, perde-se o referenciado efeito sinérgico das hidrovias e transporta-se carga pesada por via rodoviária, o que aumenta significativamente o chamado “Custo Brasil”. Haja vista que há estimativa de perda de até 30% da produção, quando da utilização do transporte rodoviário.

A economicidade das hidrovias é notável. Por meio delas pode-se transportar cargas maiores por distâncias maiores, a custo significativamente inferior em relação aos demais modais. No relatório do Tribunal de Contas da União, objeto do processo 005.178/2002-8, a equipe de auditoria consignou que um comboio hidroviário de soja conseguia transportar de Porto Velho, Estado de Rondônia, a Manaus, Estado do Amazonas, o equivalente em carga a 900 caminhões de 20 toneladas. No Rio Paraguai, registra-se a ocorrência de comboios

ainda maiores para o transporte das chamadas cargas tipicamente hidroviárias: aquelas de baixo valor agregado, que, em grandes quantidades, devam ser transportadas a longa distância.

Pesquisa econômica realizada em 2000 pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (USP/ESALQ), e coletada junto à Administração da Hidrovia do Paraná indica que o custo de frete médio no transporte interior de grãos, no Brasil, tomando-se como distância média 1200 quilômetros, por modal hidroviário corresponde a R\$ 0,014 tkm (toneladas por quilômetro), enquanto o mesmo custo, nos modais ferroviário e rodoviário, monta a R\$ 0,037 tkm e R\$ 0,019 tkm, respectivamente.

A excelente relação custo-benefício para o transporte de cargas pesadas que caracteriza o transporte hidroviário não passa despercebida dos órgãos de Controle Externo dos países industrializados. Por meio de relatório apresentado em novembro de 1995 ao Congresso dos Estados Unidos da América, o United States General Accounting Office (GAO), órgão de Controle Externo, fez ver aos congressistas a importância do assunto. Ressaltou, na ocasião, que ao longo de 25 anos (1970 a 1995), a tonelagem nacional de carga transportada ao longo das hidrovias interiores dos Estados Unidos havia dobrado e a relação toneladas transportadas/milhas percorridas havia crescido mais de cinco vezes. O GAO deixou claro que os benefícios conseguidos eram resultantes da competitividade ímpar do transporte hidroviário quando utilizado para deslocar grandes volumes de carga, sobretudo as de baixo valor agregado, como minérios em estado bruto.

Ademais, estudos técnicos reconhecem que, entre os modais de transporte de carga pesada, a hidrovia constitui-se não somente no de melhor relação custo-benefício, mas, também, no que acarreta menor nível de alteração ambiental. Isso porque o caminho a percorrer já se encontra definido em sua maior parte, sendo o próprio leito do rio. Uma rodovia, ao contrário, exige enorme interferência ambiental, caracterizada, entre outras, pelas atividades de desmatamento e nivelamento de solo, envolvendo grandes movimentos de terra.

As intervenções necessárias à manutenção de uma hidrovia são de caráter pontual e de baixa intrusividade. Não prescinde, como a rodovia, da realização de obras extensas e de grande envergadura, como seria o caso, por exemplo, de uma pista dupla de algumas centenas de quilômetros. A área de influência principal da hidrovia é o próprio leito do rio. A sinalização de margem, o balizamento e mesmo as dragagens, são realizadas em pontos específicos, sem efeitos mais graves em termos de alteração ambiental.

Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, a análise, contudo, do quadro atual da gestão de todo esse potencial nos revela motivos para intranquilidade.

Em recente trabalho acerca do tema em foco, o Tribunal de Contas da União apresentou algumas conclusões que nos preocupam e que queremos compartilhar com os Nobres Colegas.

A primeira e mais importante conclusão reportada pela Egrégia Corte de Contas da União, obtida a partir de levantamento de auditoria, é que o setor de transporte hidroviário no Brasil encontra-se enfraquecido e subutilizado. Vítima, inicialmente, de uma política de transportes que se orientou francamente para o desenvolvimento do modal rodoviário, o setor convive, ainda, com a falta de empenho do atual Governo em resolver problemas estruturais. O desequilíbrio flagrante da matriz de transportes do País constitui evidência quase irrefutável do virtual abandono do transporte pelos rios pelo atual governo.

Levantamento que realizamos no SIAFI comprovou tal situação apontada pelo TCU. A média de gastos na subfunção 784 - transporte hidroviário, entre 1993 e 2002, foi, em valores atualizados para o ano corrente, pelo IGP-DI, de R\$1.135.000.000,00 (Um bilhão cento e trinta e cinco milhões de reais). Já no Governo Lula a média anual de gastos tem sido de apenas 380 milhões de reais, quase quatro vezes menos.

Outra conclusão de grande importância para o entendimento do setor hidroviário a que chegou o TCU diz respeito à sua multiplicidade organizacional e normativa. Fruto da necessária convivência de interesses variados, essa multiplicidade não seria em si perniciosa se as evidências não apontassem para a falta de cooperação e articulação entre os diversos órgãos e entidades que compõem o setor diretamente ou sobre ele exercem decisiva influência. O caso mais marcante diz respeito ao choque entre órgãos da política de transportes e da política ambiental, bem como órgãos essenciais à justiça, os quais vêm agindo de maneira quase adversarial, o que indica uma coordenação de esforços deficiente.

Nesse aspecto, existe atualmente uma questão crítica no âmbito do DNIT que diz respeito à situação das Administrações de Hidrovias. Estas se constituem nas entidades executoras do setor hidroviário, a ponta-de-lança do setor, e, de acordo com as informações obtidas pelo Tribunal de Contas da União, vêm sendo tratadas muito mais como problemas administrativos do que como instrumentos de ação de governo. A situação atual evidencia a deficiente estrutura de pessoal, associadas a uma falta de empenho no sentido de se chegar a uma solução adequada.

Outra deficiência identificada diz respeito à absoluta ausência de programas de qualificação e treinamento voltados para o setor hidroviário. A equipe confirmou que, nos últimos três anos, o pessoal do setor hidroviário ficou alijado de qualquer iniciativa nesse sentido. Com isso, vê-se comprometida a oportunidade de o setor entregar seu produto à sociedade de maneira aperfeiçoada e mais eficiente.

Por fim, o setor hidroviário mostra-se mal administrado em sua gestão de recursos humanos e carece de pessoal especializado. As informações obtidas na Administração da Hidrovia do Rio Paraná dão conta que, de um quadro de lotação que contempla 13 (treze) funcionários, apenas 8 (oito) encontram-se em atividade na Administração, estando os demais disponibilizados a outros órgãos e entidades. Um dos oito funcionários da Administração é o próprio superintendente e outros três são chefes de núcleos. Há somente um técnico de vias navegáveis e apenas um eletricista para fiscalizar e realizar manutenção em mais de mil quilômetros de hidrovia. A situação repete-se nas demais Administrações Hidroviárias do País.

Desta sorte, podemos afirmar claramente que também no setor hidroviário as marcas do Governo Lula estão presentes, quais sejam elas a falta de visão estratégica, a descontinuidade das ações empreendidas no passado, o baixíssimo nível de investimentos e a má gestão.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos da sessão do dia 30 de novembro de 2005 do Senado Federal, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Às 15:30 horas

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 31, DE 2005

*(Proveniente da Medida Provisória nº 261, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 261, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Previdência Social e de Encargos Financeiros da União, no valor global de novecentos e trinta e três milhões e quatrocentos mil reais para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 29.03.2006

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, DE 2003 *(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.359, de 2005 – art. 336, II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, de autoria dos Senadores João Capiberibe e Paulo Octávio, que altera os arts 16, 68, 81, 82, 86 e revoga o §

7º do art. 68 da Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para disciplinar autoria e exibição pública de obras audiovisuais e cinematográficas.

Parecer sob nº 120, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Sérgio Cabral e Augusto Botelho.

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em audiência, nos termos do Requerimento nº 1.351, de 2005.

3

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000 (Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera os incisos XVIII e XIX do art. 7º da Constituição Federal, para conceder licença-maternidade e licença-paternidade em casos de adoção.*

Parecer sob nº 1.861, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

4

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002 (Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, que *altera o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2016, a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno.*

Parecer sob nº 1.769, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2003 (Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o

Senador Sérgio Cabral, que *acresce parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal para aumentar, nas cidades com população inferior a trezentos mil habitantes, a extensão das áreas urbanas passíveis de terem a propriedade transferida por usucapião especial.*

Parecer sob nº 1.860, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999 (Votação nominal, caso não haja emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – Está encerrada a sessão.

OS (18122/05)

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 30 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 29 DE NOVEMBRO, DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma explicação pessoal. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, em seu talentoso discurso de 35 minutos, o Senador Aloizio Mercadante comete uma habilidade e uma outra nem tanto. Habilidade na defesa do ainda Deputado José Dirceu, de certa forma, para aplinar as arestas com o grupo liderado pelo ainda Deputado, com vistas, quem sabe, à consolidação de sua candidatura ao Governo de São Paulo.

A outra é insinuar que poderia haver divisionismo na Oposição e que, portanto, os Líderes anunciaram que haverá a obstrução ao Orçamento, mas que *Senadores muito respeitados da Casa* – como se os Líderes não fossem – pensariam de forma diversa. Inclusive, estou aguardando as manifestações dos Senadores tão respeitados e tão acatados que iriam, neste momento, contrariar os seus Líderes. Estou aguardando, Senador Mercadante, e acredito que não haverá voz nenhuma que se contraponha à decisão que tomamos de obstruir o Orçamento, sim, enquanto não se definir o julgamento do Sr. José Dirceu.

Muito bem. V. Ex^a falou “*qualquer delito*”. Não é qualquer delito, não. Alguém acusado de ter assassinado alguém, pode ser verdade, pode não ser, não sei se está impedido de julgar o Orçamento. Não sei. Alguém que sofra um processo regular no Supremo Tribunal Federal e que não esteja com o seu mandato pendurado, com o seu mandato ameaçado, não sei se deva estar impedido eticamente de deliberar sobre o Orçamento. Está impedido o Sr. José Dirceu, que é acusado de ser chefe do “mensalão”, de ter montado e orquestrado o maior esquema de corrupção que esta República já presenciou. Esse é o fato e esse é o dado essencial.

O Líder do Governo refere-se aos 550 mil votos do Sr. José Dirceu. Era o Sr. José Dirceu no mínimo para tê-los honrado. Era para ter honrado esses 550 mil votos! Foram 550 mil votos de pessoas que acreditaram em sua proposta e que, certamente, jamais poderiam imaginar que ele haveria de direcionar o seu mandato para esse aparelhamento brutal do Estado e para todo esse desrespeito à condição que a democracia coloca como essencial, que é o respeito à ética, à honradez, ao bom trato no manuseio do dinheiro público.

Dois pesos, Senador Cristovam, e duas medidas. Coloquei nos **Anais** da Casa, hoje, Tales Alvarenga. Tales Alvarenga diz: uma senhora de 84 anos, acusada de tráfico de drogas não sei quando, terminal, vai morrer em quarenta ou cinquenta dias. Estão lhe negando

o direito de morrer em casa, com seus filhos, bisnetos e netos, e ela não tem mais nenhuma possibilidade de fazer nenhum mal à sociedade. Ela não pode sair da prisão, e o Sr. Delúbio Soares não pode ir para a prisão; ela não pode sair da prisão, e o Sr. José Dirceu é intocável até o momento. Ela não pode ser tratada como ser humano decentemente, na hora final da sua vida, e, no entanto, estamos vendo a impunidade do Sr. Sílvio “*Land Rover*” Pereira não sei mais de quê.

Mas o Sr. Aloizio Mercadante está muito abespinhado com a idéia de a Oposição fazer obstrução ao Orçamento e se contradiz, quando afirma: “Eu já fiz obstrução ao Orçamento no Governo passado.” E fez. Fez como Líder e como liderado. Fez! Então, os motivos dele certamente foram nobres, os nossos não são nobres. Havia legitimidade em fazer obstrução antes, mas não há agora, quando ele é Líder do Governo.

Eu vou aqui relembrar o episódio em que se deu uma das obstruções que tentaram fazer ao Orçamento. Em determinado momento, Senador Jefferson Péres, reúno-me com os Líderes de Oposição no Gabinete do nosso querido amigo Deputado Miro Teixeira, Líder do seu Partido à época. Aí, pediram R\$ 50 milhões para as universidades públicas. Eu dizia: “Meu Deus! É muito pouca esmola para tanto milagre que querem aguardar!” Quem presidia o Congresso, à época, era o Senador Antonio Carlos Magalhães. Eu digo: muito bem, isso aí não tem o que discutir. Depois, queriam mais não-sei-o-quê para a agricultura familiar, uma outra bobagem, mais cinquenta, setenta ou oitenta milhões de Reais. E eu disse, Senador Sibá Machado: De novo? Isso eu atendo tranquilamente. Se estão obstruindo por isso, então parem a obstrução, porque sobre isso eu não preciso consultar ninguém, porque isso aí eu autorizo agora, lastreado na minha condição de Líder do Governo.

Mas não era isso, Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a se lembra bem. Eles estavam obstruindo o Orçamento, e a exigência me foi colocada às claras: eles queriam uma votação nominal, uma votação aberta, com o único objetivo de, perto da eleição, ter os nomes daqueles Deputados e Senadores do Governo que iriam para os *outdoors* da CUT, financiados com o dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador, para serem atacados como inimigos dos trabalhadores. Era isso o que queriam, foi isso o que me exigiram! Eu telefonei para o Presidente Fernando Henrique e disse: Presidente, eles estão querendo a cabeça de dezena de companheiros nossos. Eles não querem R\$70 milhões para as universidades coisa alguma; eles não querem R\$80 milhões para pesquisas coisa alguma; eles estão querendo a cabeça das pessoas que vão votar conosco, em sessão aberta, em voto aberto, o salário mínimo”. E o Presidente Fernando Henrique

me disse: “É fundamental nós tocarmos essa política. Então, converse com os Líderes. E a minha determinação é que seja feito desse jeito”.

Então, naquele momento, eu desci me sentindo alguém com um peso muito grande na cabeça, nas costas, nos braços, Senadora Heloísa Helena, porque eu sabia que, naquele momento, eu estava assinando a sentença de morte de dez, vinte, trinta, quarenta ou cinquenta Deputados, que não se reelegeram porque foram para os *outdoors* da CUT, pagos – eu repito – com o dinheiro do Fundo do Amparo ao Trabalhador. Foi isso o que aconteceu.

E eu pergunto: é mais nobre se obstruir o Orçamento em defesa da ética e da política ou é mais nobre se fazer a obstrução ao Orçamento, visando a derrotar candidatos para eleger outros candidatos? O motivo mesquinho de luta política foi esse. Ontem, podiam obstruir o Orçamento até por isso, Senador Roberto Jefferson. Hoje, nós não podemos exercitar nosso direito de obstruir o Orçamento, levando em conta a perseguição a parlamentares, a liberação de emendas de parlamentares escolhidos, levando em conta a injustiça que praticam, levando em conta que a Senadora Heloísa Helena joga dinheiro para áreas onde há doença de chagas e que os doentes continuam sofrendo com o mal de chagas porque as emendas são da Senadora Heloísa Helena e não são de alguém da base do Governo.

Sei de uma pessoa no Itamaraty – minha companheira, minha colega –, ótima pessoa, uma figura humana fantástica, profissionalmente perfeita, seria nomeada – e acabou sendo – para um departamento. Pergunta lá o Secretário-Geral: – “Mas ela é das nossas?” Com aquela cara alvar, aquela cara que quase se assemelha a de um ser humano, enfim.

– “Ela é das nossas?”

Que das nossas! Uma Casa como o Itamaraty que sempre se notabilizou por não ser dos deles nem dos nossos, por ser, sim, de profissionais voltados para o serviço do Estado brasileiro, como aliás pede quem acredita no sistema parlamentarista.

Eu aceito aqui completamente até os elogios ao Ministro Velloso. Mas, se tivessem mesmo todo esse apreço pelo Ministro Velloso, não teriam tratado a passo de tartaruga a mudança para os setenta e cinco anos. Essa é que é a grande verdade. O Ministro Velloso não é mais Ministro a partir de janeiro. E nós não vamos votar coisa nenhuma a partir de janeiro. Assim também que não venha para cá o Sr. Tasso Genro sendo indicado para o STF! Não passará, não passará por esta Casa. Ou vem um nome completamente isento, ou vem um nome de reputação ilibada. Eu não tenho nada a dizer contra a reputação do Sr. Tarso Genro, mas tenho a dizer quanto ao seu saber jurídico. É um

bom advogado trabalhista e só. E sobretudo é um militante petista de carteirinha que iria para lá para aparelhar o Supremo.

Ele não irá para o Supremo Tribunal Federal. Esse é um juramento que eu faço. E, portanto, que escolham logo outro nome e que indiquem logo um outro nome. Desta vez vai ter sabatina séria, desta vez pode passar ou não. Não vai bastar tapinha nas costas, não. Para substituir Velloso, vai ter que ser alguém como Velloso. Para substituir Velloso, vai ter que ser alguém como Celso de Mello. Não pense que vem um nome qualquer e aí começam os pedidos: “É meu amigo”, “Tocou serenata comigo”, “É boa pessoa”. Desta vez não será assim.

Então, não há despreço ao Supremo coisa alguma. O que há é, de certa forma, desafivelarmos certas máscaras. Estamos fazendo obstrução ao Orçamento porque é legítimo, é legal, é constitucional, é regimental e o motivo é nobre. Não era nobre era aquele motivo, Senador Agripino. Exigiram que fizéssemos uma votação aberta só para colocarem retratinhos dos nossos companheiros que votaram a favor do salário mínimo menor, para ganharem as eleições, derrotarem essas pessoas. Eu me senti naquele momento como se eu fosse o carrasco de dezenas de companheiros nossos, do seu Partido, do meu Partido, que perderam a eleição para que os deles ganhassem. Então para eles isso era motivo nobre, e para mim isso é motivo fútil, para mim foi motivo baixo, foi motivo relés até. O nosso motivo é nobre. O Sr. José Dirceu...A não ser que tenha número. Governo é Governo. Ponha número, ponha número para votar o Orçamento, ponha número. Tente fazer o atropelamento da votação no Congresso, coloque essa gente aqui dia 31 de dezembro para votar, mas só vota, só vota se tiver número, se não tiver número não vota.

Outra verdade da Democracia é que não se vota sempre em conchavo, não se vota sempre com conversinha macia no ouvido da Oposição, não. Vota-se quando se tem número e só se vota o Orçamento se o Governo, primeira hipótese, tiver número, segunda hipótese, se o Governo... – não tem nada a ver com o Governo – quando estiver marcada, aprazada, definida a votação do processo, em plenário, do Sr. José Dirceu de Oliveira e Silva, ainda Deputado Federal.

Quinhentos e cinquenta mil votos. Traiu a confiança dos 550 mil votos. É acusado de ser o chefe do Mensalão. E, se ele não é chefe do Mensalão, se ele não é o corruptor, então não tem corrompido. Se ele não é corrompido, vamos fazer uma estátua homenageando cada um dos mensaleiros. Inclusive sugiro como modelo para a estátua – escolhendo um arquiteto bem anarquista, bem debochado – uma cueca como símbolo desta Era.

AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

30-11-2005
quarta-feira

11:00 – II Marcha Nacional em Defesa do Salário Mínimo, organizada pelas centrais sindicais e representada pelo

Deputado Vicentinho
Senhor Paulo Pereira da Silva, Força Sindical
Senhor João Felício, CUT
Senhor Antonio Carlos dos Reis Salim, CGT
Senhor Enilson Simões de Moura, SDS
Senhor Laerte Teixeira da Costa, CAT
Senhor Antonio Fernandes dos Santos, CGTB

Sala de Audiências da Presidência da Câmara dos Deputados

11:30 – Embaixador Jean Gliniasty, Embaixador da França

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

12:00 – Senhora Glória Braga, Superintendente do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD, acompanhada do

Senhor Fernando Brant, Diretor da Associação Musical – UBC
Senhor Jorge Costa, Diretor da Associação Musical – SOCIMPRO
Senhor Roberto Melo, Diretor da Associação Musical – ABRAMUS
Senhor Marcus Vinicius, Diretor da Associação Musical – AMAR
Senhor Luis Carlos Prestes Filho, Coordenador do Livro “Cadeia Produtiva da Economia da Música”
Cantora Zezé Motta

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

15:30 – Lançamento do Documentário “O Castelhinho”, sobre o jornalista Carlos Castelo Branco, produzido pela TV Senado

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

16:00 – Ordem do Dia – Sessão Deliberativa
Plenário do Senado Federal

SECRETARIA-GERAL DA MESA 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura – 2005

**Resenha Mensal das matérias apreciadas
referente ao mês de novembro de 2005
(Período de 1º a 30/11/2005)**



I - MEDIDAS PROVISÓRIAS

1 – APROVADA COM ALTERAÇÕES E DEVOLVIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Total 1

Emenda do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 259, de 2005), que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Sessão: 08.11.2005

2 – APROVADA NA FORMA DE PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO, APRESENTADO PELO SENADO FEDERAL, E DEVOLVIDO À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Total 1

Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2005 (oferecido pelo Senado Federal à Medida Provisória nº 260, de 2005), que abre crédito extraordinário ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa e, em consequência, também ao Orçamento de Investimento, em favor da Infraero, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.

(Prejudicado o Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2005)

Sessão: 23.11.2005

II – PROJETOS DE LEI APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO:

De iniciativa da Câmara dos Deputados	8
De iniciativa do Presidente da República ..	2
Total.....	10

Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2005 (nº 3.584/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao §5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994 (permite que a União crie novas unidades de educação profissional a serem geridas e mantidas pela Administração Federal).*

Sessão: 09.11.2005

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que *altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí.*

Sessão: 09.11.2005

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que *denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Sessão: 09.11.2005

Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que *institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.*

Sessão: 09.11.2005

Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2005 (nº 2.518/2003, na Casa de origem), que *determina a quebra da fiança, no caso de o agente comparecer ao local do qual fora impedido pelo juiz, nos termos daquela, alterando o art. 328 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.*

Sessão: 10.11.2005

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2005 (nº 392/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Alfeo Almeida Velozo” o trecho da rodovia BR-376 entre o entroncamento com a rodovia BR-163 e a cidade de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.*

Sessão: 10.11.2005

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2003 (nº 1.830/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre o exercício da profissão de Turismólogo.*

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2005 (nº 2.485/2003, na origem), *que dá nova redação ao art. 12 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, que cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Técnico em Contabilidade, e dá outras providências.*

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2005 (nº 6.031/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, *que fixa os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas.*

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2005 (nº 3.729/97, na Casa de origem), *que dispõe sobre as condições exigíveis para a identificação do couro e das matérias-primas sucedâneas, utilizados na confecção de calçados e artefatos.*

Sessão: 24.11.2005

III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

De iniciativa do Senado Federal . 12
De iniciativa da Câmara dos Deputados.01
Total..... 13

Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.807, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos), *que aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2005.*

Sessão: 09.11.2005

Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, *que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.*

Sessão: 09.11.2005

Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi e outros Senhores Senadores, *que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Enólogo e Técnico em Enologia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 10.11.2005

Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2004, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que *dá nova redação ao § 2º do art. 46 e ao caput do art. 52 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, sobre adoção internacional.*

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 21.11.2005

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que *acrescenta §§ 1º, 2º e 3º ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, para dispor sobre o exame do produto pelo consumidor no ato da compra.*

Sessão: 23.11.2005

Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que *institui o Estatuto da Igualdade Racial.*

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 25.11.2005

Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2002, de autoria do Senador Arlindo Porto, que *dispõe sobre a instalação de aparelho para a medição de pulsos telefônicos no Serviço Telefônico Fixo Comutado e do Serviço Móvel Celular.*

(Decisão terminativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

Sessão: 29.11.2005

Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2004, de autoria do Senador Valdir Raupp, que *altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para disciplinar o voto do eleitor que se encontrar fora de seu domicílio eleitoral.*

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 29.11.2005

Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2003, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *acrescenta inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, definindo como nula a cláusula de eleição de foro em prejuízo da defesa do consumidor.*

(Decisão terminativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle)

Sessão: 30.11.2005

Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel, que *dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.11.2005

Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2005, de autoria do Senador Flávio Arns, que *institui a data de 6 de junho como o “Dia Nacional do Teste do Pezinho”.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.11.2005

Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2005, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Tocantins (Univat), com sede no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.11.2005

IV - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

De iniciativa do Senado Federal ...	4
De iniciativa da Câmara dos Deputados.	73
Total.....	77'

Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2005 (nº 1.377/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.*

Sessão: 09.11.2005

Projeto de Resolução nº 44, de 2004, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Governo do Estado do Maranhão a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), no valor total equivalente a trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, com garantia da República Federativa do Brasil.*

Sessão: 10.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2005 (nº 2.513/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação na Área da Indústria de Energia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia, celebrado em Kiev, em 16 de janeiro de 2002.*

Sessão: 10.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 352, de 2005 (nº 756/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, celebrado em Brasília, em 21 de outubro de 2002.*

Sessão: 10.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2005 (nº 1.026/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Nova Lista de Compromissos Específicos do Brasil, resultante da Segunda Rodada Negociadora de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços, aprovada pela Decisão 56/00 do Conselho do Mercado Comum do Sul, em 14 de dezembro de 2000.*

Sessão: 10.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2005 (nº 1.063/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Estabelecimento de Requisitos Comuns Máximos para a Instrução de Processos de Visto de Curta Duração, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002, por ocasião da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP.*

Sessão: 10.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2005 (nº 3.000/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Regional de Cooperação para a Promoção da Ciência e da Tecnologia Nucleares na América Latina e no Caribe – ARCAL, celebrado no âmbito da Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA, assinado em Viena, em 25 de setembro de 1998.*

Sessão: 10.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2005 (nº 3.002/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Conjunta sobre o Gerenciamento Seguro de Combustível Irrradiado e dos Rejeitos Radioativos, celebrada em Viena, no âmbito da Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA, em 5 de setembro de 1997.*

Sessão: 10.11.2005

Projeto de Resolução nº 84, de 2005, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD, no valor total de US\$ 502.520.000,00 (quinhentos e dois milhões, quinhentos e vinte mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos constituirão o Empréstimo Programático para Crescimento com Equidade: Política do Setor de Habitação – 1ª Etapa, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil (PAFIB).*

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Resolução nº 85, de 2005, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza a contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil entre o Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor total de até US\$ 54.350.000,00 (cinquenta e quatro milhões e trezentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada a financiar, parcialmente, o Projeto de Combate à Pobreza no Interior da Bahia – Produzir II – 2ª Fase.*

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 356, de 2005 (nº 1.023/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo Complementar ao Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para a Continuidade do Desenvolvimento Conjunto de Satélites de Recursos Terrestres, assinado em Brasília, em 27 de novembro de 2002.*

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2005 (nº 1.298/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, República da Bolívia e República do Chile, assinado em Buenos Aires, em 5 de julho de 2002.*

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 819, de 2003 (nº 2.594/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Belo Oriente a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Oriente, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.218, de 2004 (nº 1.018/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Ponte para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.357, de 2004 (nº 509/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Vanguarda do Vale do Aço Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipatinga, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.477, de 2004 (nº 723/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Projeto Avançar a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2005 (nº 804/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 2005 (nº 1.489/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Nevasca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 250, de 2005 (nº 1.521/2004, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Imbituba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Imbituba, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2005 (nº 1.488/2004, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à Portugal Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 384, de 2005 (nº 1.536/2004, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Aliança a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arco Verde, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2005 (nº 1.399/2004, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desterro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quiterianópolis, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2005 (nº 1.421/2004, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária Luiz Moraes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vicência, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2005 (nº 1.517/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Bodoquena – ACB – denominada FM Comunitária da Bodoquena a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bodoquena, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2005 (nº 1.599/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade de Piancó Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piancó, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2005 (nº 1.603/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Independência - Acordi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Independência, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2005 (nº 1.611/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Centro Comunitário de Radiodifusão de Santa Quitéria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Quitéria, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 401, de 2005 (nº 1.616/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Casson de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 402, de 2005 (nº 1.670/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação José Possidônio Peixoto para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caucaia, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 406, de 2005 (nº 1.480/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Padre Nestor a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Japoatã, Estado de Sergipe.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 407, de 2005 (nº 1.535/2004, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Baixa Grande a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baixa Grande, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 411, de 2005 (nº 803/2003, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade de Radiodifusão Padre Eduardo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 413, de 2005 (nº 1.583/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Piquete a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piquete, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 415, de 2005 (nº 1.587/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza o Centro de Serviços Socioeducativos e Técnico-Científicos para o Desenvolvimento Comunitário a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Solânea, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2005 (nº 1.610/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Serrote Educativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrolândia, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 419, de 2005 (nº 1.644/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato outorga permissão ao Sistema Plug de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sarandi, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2005 (nº 1.648/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Radiodifusão Independente – ACRDI, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Passé, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 421, de 2005 (nº 1.650/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Nova Esperança de Promoção Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Malhada de Pedras, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2005 (nº 1.657/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Sócio Cultural dos Moradores de Itiúba/BA – ACSCMI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itiúba, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 424, de 2005 (nº 1.664/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Gráfica e Editora Diário do Sudoeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Livramento do Brumado, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 425, de 2005 (nº 1.673/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Club FM de Nova Aurora Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Aurora, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 426, de 2005 (nº 1.678/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Mãe Rainha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Independência, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 427, de 2005 (nº 1.679/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Difusão Comunitária de General Câmara a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de General Câmara, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 428, de 2005 (nº 1.688/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Ivaiporã – Arci a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ivaiporã, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 429, de 2005 (nº 1.689/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Rural de São Sebastião do Paraíso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 431, de 2005 (nº 1.744/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Magia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Não-Me-Toque, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2005 (nº 1.745/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Amei – Associação Comunitária Municipal Educacional e Informativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aragarças, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2005 (nº 1.754/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Itagi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itagi, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.11.2005

Projeto de Resolução nº 79, de 2005, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até dez milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).*

Sessão: 24.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 975, de 2004 (nº 304/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Difusora Eldorado Catarinense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2005 (nº 1.383/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio República de Morro Agudo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Morro Agudo, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 256, de 2005 (nº 1.385/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Cajobi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajobi, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 266, de 2005 (nº 1.520/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Campeche a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 306, de 2005 (nº 1.528/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Amparo Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Álvares Machado, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2005 (nº 1.567/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Mesópolis – Adacme a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mesópolis, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2005 (nº 1.604/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a AADC - Associação Cultural Aracanguaense de Difusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio de Aracanguá, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 335, de 2005 (nº 1.501/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à FH Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Europa, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 374, de 2005 (nº 829/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Vale do Tietê de Salto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média local na cidade de Salto, Estado de São Paulo;*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 385, de 2005 (nº 1.538/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Assistencial Educacional e Cultural Audio para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2005 (nº 1.498/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Legal-Cat Catanduva Comunicações Ltda. - ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pirangi, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 414, de 2005 (nº 1.607/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Conselho das Associações ONGS e Rádio Comunitária de Moreilândia/PE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moreilândia, Estado de Pernambuco;*

Projeto de Decreto Legislativo nº 433, de 2005 (nº 1.748/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Recreativa e Educacional de Cordeirópolis (Acreco) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cordeirópolis, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 434, de 2005 (nº 1.752/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá – Codesem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mauá da Serra, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2005 (nº 1.753/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Assaí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Assaí, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 469, de 2005 (nº 1.797/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Barcarena de Comunicação e Assistência Social para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barcarena, Estado do Pará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 482, de 2005 (nº 1.675/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Artística de Sertaneja - Acase a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sertaneja, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 412, de 2005 (nº 1.509/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Juti – Acodecaj a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juti, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2005 (nº 1.643/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Ondas Verdes FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tacuru, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2005 (nº 1.693/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Comunitária “Educar” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2005 (nº 128/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Fundação Nossa Senhora Aparecida para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2005 (nº 1.659/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Pró Desenvolvimento de Cerro Branco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cerro Branco, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 443, de 2005 (nº 1.665/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Dom Edilberto Dinkelborg – Funded para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Oeiras, Estado do Piauí.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 445, de 2005 (nº 1.669/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente de Cubati – A. B. C. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cubati, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 447, de 2005 (nº 1.686/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Pereira Barreto a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pereira Barreto, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 454, de 2005 (nº 1.704/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural dos Moradores de Faina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Faina, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 474, de 2005 (nº 1.742/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio 90,7 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goianápolis, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.11.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 475, de 2005 (nº 1.777/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Piracanjuba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piracanjuba, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.11.2005

V - MENSAGENS RELATIVAS A ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA:

Total	10

Mensagem nº 110, de 2005 (nº 148/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do nome do Senhor *Carlos Augusto Rego Santos Neves*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Turcomenistão.

Sessão: 08.11.2005

Mensagem nº 117, de 2005 (nº 155/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Carlos Augusto Rego Santos Neves*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República do Uzbequistão.

Sessão: 08.11.2005

Mensagem nº 164, de 2005 (nº 377/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor *José Vicente de Sá Pimentel*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Nepal.

Sessão: 08.11.2005

Mensagem nº 208, de 2005 (nº 527/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor *Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.

Sessão: 08.11.2005

Mensagem nº 209, de 2005 (nº 528/2005, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor *Fausto Martha Godoy*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Afeganistão.

Sessão: 08.11.2005

Mensagem nº 210, de 2005 (nº 529/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor *Dante Coelho Lima*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Sérvia e Montenegro.

Sessão: 08.11.2005

Mensagem nº 227, de 2005 (nº 591/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Senhor *Adhemar Gabriel Bahadian*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, os cargos de Embaixador do Brasil na República de San Marino e na República da Albânia, desde que obtido os *agréments* dos governos desses países.

Sessão: 08.11.2005

Mensagem nº 132, de 2005 (nº 226/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Luiz Augusto de Castro Neves*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular Democrática da Coreia.

Sessão: 23.11.2005

Mensagem nº 244, de 2005 (nº 720/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor *Edgard Telles Ribeiro*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, e, cumulativamente, os cargos de Embaixador do Brasil na República Socialista da União de Myanmar, na República Democrática Popular de Laos e no Reino do Camboja, desde que obtido os *agréments* dos governos daqueles países.

Sessão: 23.11.2005

Mensagem nº 249, de 2005 (nº 732/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor *Almir Franco de Sá Barbuda*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica e, cumulativamente, exercer o de Embaixador do Brasil no Grão-Ducado de Luxemburgo, desde que obtido o *agrément* do governo desse país.

Sessão: 23.11.2005

VI – PARECERES REFERENTES A MENSAGENS DE ESCOLHA DE AUTORIDADES:

Total	3

Parecer nº 1.522, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 211, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor *Arthur Badin* para exercer o cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

Sessão: 09.11.2005

Parecer nº 1.885, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 240, de 2005 (nº 666/2005, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Luis Fernando Schuartz* para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

Sessão: 09.11.2005

Parecer nº 1.895, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 248, de 2005 (nº 728/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora *Maria Cecília Martins Brito* para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Sessão: 23.11.2005

**VII - REQUERIMENTOS DE VOTO DE APLAUSO,
CENSURA OU SEMELHANTE:**

De iniciativa do Senado Federal 4
Total..... 4

Substitutivo ao Requerimento nº 823, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando seja concedido voto de consternação ao Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília, pela tragédia ocorrida há sessenta anos com o lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e em Nagasaki, no Japão, ocasionando a morte de centenas de milhares de pessoas.*

Sessão: 09.11.2005

Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, *solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.*

Sessão: 09.11.2005

Requerimento nº 1.278, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Rádio Tupi, do Rio de Janeiro, pelo transcurso de seu 70º aniversário de criação.*

Sessão: 09.11.2005

Requerimento nº 1.023, de 2005, do Senador José Jorge, *solicitando que seja concedido voto de aplauso à Unesco pela publicação "Mortes matadas por armas de fogo no Brasil".*

Sessão: 09.11.2005

**VIII - REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE COMISSÃO
TEMPORÁRIA:**

Tota..... 1

Requerimento nº 1.261, de 2005, de autoria da Senadora Heloísa Helena, *solicitando a criação de Comissão Temporária Interna de Segurança Pública, com a participação de 07 (sete) Senadores titulares e 07 (sete) suplentes, com a finalidade de estudar os principais problemas de segurança pública no País.*

Sessão: 09.11.2005

**IX – REQUERIMENTO DE AUDITORIA DO TRIBUNAL
DE CONTAS DA UNIÃO:**

Total..... 1

Requerimento nº 1243, de 2005, de autoria do Senador José Agripino, *que requer, nos termos do § 2º, do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro Adilson Motta, Presidente do Tribunal de Contas da União, informações sobre a realização de auditoria a respeito dos eventuais investimentos do Ministério da Agricultura, no setor de defesa sanitária animal, em áreas de fronteira e, em caso afirmativo, quais foram as conclusões.*

Sessão: 08.11.2005

X - REQUERIMENTOS DIVERSOS:

Total.....	23

Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

Sessão: 09.11.2005

Requerimento nº 1.080, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2005, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.*

Sessão: 09.11.2005

Requerimento nº 1.081, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.*

Sessão: 09.11.2005

Requerimento nº 1.082, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2004, com o de nº 84, de 1999, já apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607, de 1999; 94, 190 e 232, de 2000; 50 e 56, de 2001, e 210 e 368, de 2003, por regularem sobre a mesma matéria.*

Sessão: 09.11.2005

Requerimento nº 1.129, de 2005, de autoria do Senador Romeu Tuma, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 128 e 168, de 2005, por regularem a mesma matéria.*

Sessão: 09.11.2005

Requerimento nº 1.150, de 2005, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 470, de 2003, e 82, de 2005, por regularem a mesma matéria.*

Sessão: 09.11.2005

Requerimento nº 1.168, de 2005, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

Sessão: 09.11.2005

Requerimento nº 1.172, de 2005, de autoria do Senador Aloizio

Mercadante, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 174 e 213, de 2001, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 09.11.2005

Requerimento nº 1.179, de 2005, de autoria do Senador Delcídio Amaral, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2002, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

Sessão: 09.11.2005

Requerimento nº 1.216, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Cabral, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, com os Projetos de Lei do Senado nºs 182, de 2003, e 352, de 2004, que já se encontram apensados, por tratarem do mesmo assunto.*

Sessão: 09.11.2005

Requerimento nº 995, de 2005, de autoria do Senador Fernando Bezerra, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

Sessão: 10.11.2005

Requerimento nº 1.011, de 2005, de autoria do Senador José Jorge, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 418, de 2003 e 49, de 2005-Complementares, por regularem a mesma matéria.*

Sessão: 10.11.2005

Requerimento nº 1.014, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.*

Sessão: 10.11.2005

Requerimento nº 1.024, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.*

Sessão: 10.11.2005

Requerimento nº 1.025, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.*

Sessão: 10.11.2005

Requerimento nº 1.026, de 2005, de autoria do Senador Gerson

Camata, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

Sessão: 10.11.2005

Requerimento nº 1.295, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, *que solicita a tramitação conjunta do Ofício "S" nº 11, de 2003, com os de nºs 11, 15 e 17, de 2002, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.*

Sessão: 23.11.2005

Requerimento nº 1.245, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2005, seja ouvida, também, a Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.*

Sessão: 23.11.2005

Requerimento nº 1.246, de 2005, de autoria do Senador Romeu Tuma, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2005, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2004, por regularem a mesma matéria.*

Sessão: 23.11.2005

Requerimento nº 1.247, de 2005, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 27 e 81, de 2002, por regularem a mesma matéria.*

Sessão: 23.11.2005

Requerimento nº 1.248, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2003, seja ouvida também a Comissão de Educação.*

Sessão: 23.11.2005

Requerimento nº 1.249, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2003, seja ouvida também a Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.*

Sessão: 23.11.2005

Requerimento nº 1.256, de 2005, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2005, com o de nº 116, de 2003, que já se encontra apensado ao de nº 62, de 2005, por regularem a mesma matéria.*

Sessão: 23.11.2005

XI – MATÉRIAS PREJUDICADAS:

De iniciativa do Senado Federal	3
Total.....	3

Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcante, que *acrescenta inciso X ao parágrafo único do artigo 145 e §§ 6º e 7º ao artigo 148 da Lei nº 4737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para permitir que o eleitor vote fora de sua seção eleitoral.*

(em virtude da aprovação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2004)

Sessão: 29.11.2005

Projeto de Lei do Senado nº 339, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que *altera o artigo 62 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para autorizar o voto em trânsito no sistema eletrônico de votação e adota outras providências.*

(em virtude da aprovação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2004)

Sessão: 29.11.2005

Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2004, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *acrescenta o art. 59-A à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que "estabelece normas para as eleições", para prever o voto em trânsito e dá outras providências.*

(em virtude da aprovação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2004)

Sessão: 29.11.2005

XII – MATÉRIAS REJEITADAS:

De iniciativa do Senado Federal	4
Total.....	4

Requerimento nº 1.601, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, *solicitando voto de solidariedade ao povo da Costa do Marfim e ao seu Presidente LAURENT GBAGBO pelos graves incidentes havidos no mês de dezembro de 2004.*

(Art. 254 do Regimento Interno)

Sessão: 09.11.2005

Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, *que dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios aos Tribunais de Contas dos Estados.*

Sessão: 10.11.2005

Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2000 – Complementar, de autoria do Senador Osmar Dias, *que cria instrumento de redistribuição do Fundo de Participação dos Estados para entes da federação que cumpram todos os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e dá outras providências.*

(Art. 254 do Regimento Interno)

Sessão: 24.11.2005

Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2003, de autoria do Senador Paulo Octávio, *que modifica o art. 37 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para ampliar as condições de criação dos Comitês de Bacia Hidrográfica nos rios federais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle)

Sessão: 30.11.2005

XIII - MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES:

De iniciativa do Senado Federal	4
Total.....	4

Requerimento nº 306, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de lembrança, na ocasião em que, na região do ABC paulista, é festejado o 30º aniversário da posse de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

(Retirado pelo Requerimento nº 1.262, de 2005)

Sessão: 08.11.2005

Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

(Retirado pelo Requerimento nº 1130, de 2005)

Sessão: 09.11.2005

Projeto de Lei do Senado nº 527, de 2003, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, e a Lei nº 8918, de 14 de julho de 1994, para determinar que os alimentos e bebidas que contenham cafeína indiquem, em rótulo, a presença e a concentração dessa substância.*

(Retirado pelo Requerimento nº 1.054, de 2005)

Sessão: 10.11.2005

Requerimento nº 1.343, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, *solicitando ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria na Caixa Econômica Federal a fim de analisar a compra de créditos consignados feitos por esta instituição da carteira de crédito do BMG, nos exercícios de 2004 e 2005, principalmente em relação ao “ágio” pago na operação.*

(Retirado pelo Requerimento nº 1.354, de 2005)

Sessão: 23.11.2005

XIV - OUTRAS DELIBERAÇÕES:

De iniciativa do Senado Federal	68
Total.....	68

Requerimento nº 1.222, de 2005, de autoria da Senadora Roseana Sarney e dos Senadores Edison Lobão e João Alberto Souza, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Eduardo Carvalho Feitosa, ocorrido no dia 28 de outubro de 2005.*

Sessão: 1º.11.2005

Requerimento nº 1.223, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, *solicitando voto de congratulações ao Governo do Estado da Bahia e ao Empresário Dionísio Pestana, pela inauguração da Pousada de Portugal, no Centro Histórico de Salvador.*

Sessão: 1º.11.2005

Requerimento nº 1.225, de 2005, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de aplauso à jornalista Mirian Leitão, pelo recebimento do prêmio Maria Moors Cabot, da Universidade de Columbia.*

Sessão: 1º.11.2005

Requerimento nº 1.227, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao pesquisador Roberto Mendonça, do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA, pelos seus livros sobre a História de Manaus.*

Sessão: 1º.11.2005

Requerimento nº 1.228, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do escritor e jornalista Roberto Múrcia Moura, ocorrido no Rio de Janeiro, em 26 de outubro de 2005.*

Sessão: 1º.11.2005

Requerimento nº 1.229, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do poeta Moacyr Felix, ocorrido no Rio de Janeiro, em 25 de outubro de 2005.*

Sessão: 1º.11.2005

Requerimento nº 1.230, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso às jornalistas Cristiane Segatto, Gisela Anauate e Maira Termero, autoras da reportagem Super-remédios a quem?, contemplada com o Prêmio Alexandre Adler de Jornalismo em Saúde, publicada na Revista época, em 2 de maio de 2005.*

Sessão: 1º.11.2005

Requerimento nº 1.231, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso a Academia Feminina de Letras do Rio Grande do Norte.*

Sessão: 1º.11.2005

Requerimento nº 1.232, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à educadora Creuza Ferreira Barbosa, que coordenou no Amazonas o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil.*

Sessão: 1º.11.2005

Requerimento nº 1.233, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao cientista Carlos de Souza Jr., do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON, pelo desenvolvimento de sistema de sensoramento remoto para detectar a devastação na floresta amazônica.*

Sessão: 1º.11.2005

Requerimento nº 1.234, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando voto de aplauso ao brasileiro Syllas Silveira, cidadão do município de São Jerônimo (RS), nascido em São Félix do Araguaia (MT), filho de gaúchos, que viaja o mundo no auxílio de missões de resgate a vítimas de catástrofes naturais.*

Sessão: 1º.11.2005

Requerimento nº 1.238, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, *solicitando voto de congratulação ao jornalista Luiz Eduardo Costa, pelo ingresso na Academia Sergipana de Letras.*

Sessão: 07.11.2005

Requerimento nº 1.240, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao filósofo e jurista Sr. Miguel Reale.*

Sessão: 07.11.2005

Requerimento nº 1.241, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar falecimento da Sra. Walquyria Lomba Cavalcante, ocorrido no dia 2 de novembro de 2005.*

Sessão: 07.11.2005

Requerimento nº 1.242, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao compositor Ivan Lins.*

Sessão: 07.11.2005

Requerimento nº 1.253, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento de membros da comitiva do Presidente Lula, ocorrido ontem, dia 7 de novembro de 2005, no interior do Estado de São Paulo, no curso de missão oficial da Presidência da República.*

Sessão: 08.11.2005

Requerimento nº 1.264, de 2005, de autoria do Senador Leonel Pavan, *solicitando voto de aplauso à Associação Brasileira da Indústria de Hotéis -*

ABIH-SC, pelo transcurso de seus 40 anos de fundação.

Sessão: 09.11.2005

Requerimento nº 1.265, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Iolanda Pires, esposa do Ministro Waldir Pires, da Controladoria-Geral da União.*

Sessão: 09.11.2005

Requerimento nº 1.267, de 2005, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Iolanda Azena Nunes de Souza, esposa do Ministro Waldir Pires, da Controladoria-Geral da União.*

Sessão: 09.11.2005

Requerimento nº 1.279, de 2005, de autoria do Senador Almeida Lima, *solicitando voto de congratulações ao povo do município de Nossa Senhora das Dores, no Estado de Sergipe.*

Sessão: 09.11.2005

Requerimento nº 1.287, de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Arcebispo Ordinário Militar do Brasil, Dom Geraldo do Espírito Santo Ávila, ocorrido no dia 13 de novembro de 2005.*

Sessão: 14.11.2005

Requerimento nº 1.288, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Arcebispo Ordinário Militar do Brasil, Dom Geraldo do Espírito Santo Ávila.*

Sessão: 14.11.2005

Requerimento nº 1.289, de 2005, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Pedro Simon, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista João Avelino, ocorrido no dia 13 de novembro, em Porto Alegre.*

Sessão: 14.11.2005

Requerimento nº 1.290, de 2005, de autoria dos Senadores Ramez Tebet e Juvêncio da Fonseca, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ambientalista, presidente da Fundação para a Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul, jornalista e diretor-executivo da Editora Saber Ltda., Francisco Anselmo de Barros, ocorrido no último dia 13 de novembro de 2005.*

Sessão: 16.11.2005

Requerimento nº 1.291, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando voto de aplauso à Bióloga Ana Beatriz Gorini da Veiga, cidadã do município de Porto Alegre, vencedora da 21ª Edição do Prêmio*

Jovem Cientista, Categoria Graduados, por sua pesquisa com o veneno da lagarta taturana (lonomia obliqua) causadora da síndrome hemorrágica.

Sessão: 16.11.2005

Requerimento nº 1.298, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ambientalista Sr. Francisco Anselmo Gomes de Barros, ocorrido no Mato Grosso do Sul.*

Sessão: 17.11.2005

Requerimento nº 1.326, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Rádio Rio Mar, pelo transcurso de seu 51º aniversário de fundação.*

Sessão: 17.11.2005

Requerimento nº 1.328, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao judoca Antônio Carlos Gonçalves Leite.*

Sessão: 17.11.2005

Requerimento nº 1.329, de 2005, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando voto de congratulações ao Deputado Federal Eduardo Barbosa, pela sua eleição como Presidente da Federação Nacional das APAEs – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, para o biênio 2006/07.*

Sessão: 17.11.2005

Requerimento nº 1.330, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Seleção Brasileira Feminina de Vôlei, pela conquista da Copa Mundial dos Campeões, em Nagoya, Japão, no mês de novembro de 2005.*

Sessão: 21.11.2005

Requerimento nº 1.331, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso aos jornalistas Gustavo de Almeida e Waleska Borges, vencedores do Prêmio Ibero-americano da Comunicação pelos Direitos da Infância e da Adolescência, da UNICEF.*

Sessão: 21.11.2005

Requerimento nº 1.332, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao médico Cid Nogueira, agraciado com o Grande Colar do Mérito, conferido pelo Tribunal de Contas da União.*

Sessão: 21.11.2005

Requerimento nº 1.333, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao ex-Deputado Alberto Hoffmann, agraciado com o Grande Colar do Mérito, conferido pelo Tribunal de Contas da União.*

Sessão: 21.11.2005

Requerimento nº 1.334, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Dr. Carlos Ivan Simonsen Leal, agraciado com o Grande Colar do Mérito, conferido pelo Tribunal de Contas da União.*

Sessão: 21.11.2005

Requerimento nº 1.335, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Professor Paulo Bonavides, agraciado com o Grande Colar do Mérito, conferido pelo Tribunal de Contas da União.*

Sessão: 21.11.2005

Requerimento nº 1.336, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao ex-Senador e Constituinte Bernardo Cabral, agraciado com o Grande Colar do Mérito, conferido pelo Tribunal de Contas da União.*

Sessão: 21.11.2005

Requerimento nº 1.337, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, Paulo Brossard, agraciado com o Grande Colar do Mérito, conferido pelo Tribunal de Contas da União.*

Sessão: 21.11.2005

Requerimento nº 1.338, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso a Dom José Freire Falcão, agraciado como Grande Colar do Mérito, conferido pelo Tribunal de Contas da União.*

Sessão: 21.11.2005

Requerimento nº 1.339, de 2005, de autoria do Senador Luiz Otávio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento, na cidade de Belém, no dia 20 de novembro de 2005, do engenheiro José Maria de Azevedo Barbosa, Ex-Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Pará.*

Sessão: 21.11.2005

Requerimento nº 1.344, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Associação Brasileira de Supermercados-ABRAS, pelo transcurso do Dia Nacional do Supermercado, em 22 de novembro.*

Sessão: 22.11.2005

Requerimento nº 1.349, de 2005, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Magalhães, *solicitando voto de aplauso ao Sr. Pedro Alexandrino Moreira Guerra, pelo transcurso de seu centenário em 26 de novembro de 2005.*

Sessão: 23.11.2005

Requerimento nº 1.350, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, *solicitando votos de congratulações à Dra. Valéria Cunha Campos Guimarães, pelo profícuo trabalho que desenvolve na Medicina.*

Sessão: 23.11.2005

Requerimento nº 1.356, de 2005, de autoria da Senadora Roseana Sarney, *solicitando voto de aplauso ao Governador do Estado de São Paulo, Dr. Geraldo Alckimin, por ter designado a Dra. Suely Vilela, Reitora da Universidade de São Paulo – USP.*

Sessão: 24.11.2005

Requerimento nº 1.357, de 2005, de autoria da Senadora Roseana Sarney, *solicitando voto de aplauso à Dra. Suely Vilela, por ter sido designada Reitora da Universidade de São Paulo – USP.*

Sessão: 24.11.2005

Requerimento nº 1.358, de 2005, de autoria da Senadora Roseana Sarney, *solicitando voto de aplauso à Ministra Dra. Nilcéia Freira, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, pela designação da Dra. Suely Vilela, como Reitora da Universidade de São Paulo – USP.*

Sessão: 24.11.2005

Requerimento nº 1.362, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Marco Uchôa, ocorrido no dia 23 de novembro de 2005.*

Sessão: 24.11.2005

Requerimento nº 1.363, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à professora Suely Vilela, primeira mulher a ocupar o cargo de reitora da Universidade de S.Paulo – USP.*

Sessão: 24.11.2005

Requerimento nº 1.366, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do empresário Danilo Remor, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará.*

Sessão: 25.11.2005

Requerimento nº 1.367, de 2005, de autoria do Senador José Sarney, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Élvia Lordelo Castello Branco, Ministra do Tribunal de Contas da União, ocorrido no dia 25 de novembro de 2005, na cidade do Rio de Janeiro.*

Sessão: 28.11.2005

Requerimento nº 1.368, de 2005, de autoria do Senador Roberto Saturnino, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Jornalista Luiz Alberto Bahia, ocorrido no dia 28 de novembro de 2005.*

Sessão: 29.11.2005

Requerimento nº 1.369, de 2005, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando voto de aplauso para as 16 melhores experiências voltadas para a Mídia Cidadã, selecionadas pela Catedra Unesco de Comunicação para o Desenvolvimento Regional e, em especial, para a Rádio Super Condá, de Chapecó, Santa Catarina, também selecionada.*

Sessão: 29.11.2005

Requerimento nº 1.371, de 2005, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Rodolpho Tourinho, *solicitando votos de congratulações à jornalista e escritora Danuza Leão, pelo lançamento de seu livro autobiográfico "Quase Tudo".*

Sessão: 29.11.2005

Requerimento nº 1.372, de 2005, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Rodolpho Tourinho, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Martins Catharino Godilho, advogado e empresário, responsável pela implantação da primeira fábrica de tecidos do Estado da Bahia, ocorrido no dia 20 de novembro do corrente ano.*

Sessão: 29.11.2005

Requerimento nº 1.373, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Seleção Brasileira Masculina de Vôlei, pela conquista da Copa do Mundo dos Campeões, de 2005, no Japão.*

Sessão: 29.11.2005

Requerimento nº 1.374, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Luiz Alberto Bahia, ocorrido no dia 28 de novembro de 2005, no Rio de Janeiro.*

Sessão: 29.11.2005

Requerimento nº 1.375, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao atleta Diego Hipólito, primeiro brasileiro a conquistar medalha de ouro, como primeiro colocado no Campeonato Mundial de Ginástica Artística, na Austrália, em 26 de novembro de 2005.*

Sessão: 29.11.2005

Requerimento nº 1.378, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, *solicitando voto de aplauso ao jogador Ronaldo de Assis Moreira (Ronalzinho Gaúcho), por ter ganho a bola de Ouro da temporada 2005.*

Sessão: 29.11.2005

Requerimento nº 1.379, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao triatleta brasileiro Alexandre Ribeiro, que conquistou, no dia 27 de novembro de 2005, o bicampeonato da maior prova de triatlo mundial, no Hawai.*

Sessão: 29.11.2005

Requerimento nº 1.380, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à jornalista e escritora Danuza Leão, pelo lançamento de seu livro “Quase Tudo”, reunindo as memórias de sua vitoriosa carreira.*

Sessão: 29.11.2005

Requerimento nº 1.382, de 2005, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do acadêmico mineiro Oscar Dias Corrêa, ex-deputado federal, ocorrido no dia 30 de novembro de 2005.*

Sessão: 30.11.2005

Requerimento nº 1.385, de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Adélia Cecília Menezes Naves, esposa do Ministro Nilson Naves, do STJ, ocorrido no dia 30 de novembro deste ano, e as seguintes homenagens: a) inserção em ata de voto de profundo pesar; b) apresentação de condolências à família; e c) apresentação de condolências ao STJ, do qual era servidora.*

Sessão: 30.11.2005

Requerimento nº 1.388, de 2005, de autoria do Senador Renan Calheiros, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual e Federal, ex-Ministro da Justiça e Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, Oscar Dias Corrêa, ocorrido no dia 30 de novembro de 2005 e as seguintes homenagens: a) inserção em ata de voto de profundo pesar; b) apresentação de condolências à família; c) ao Supremo Tribunal Federal; d) apresentação de condolências à Academia Brasileira de Letras e à Academia Mineira de Letras.*

Sessão: 30.11.2005

Requerimento nº 1.389, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Guerra, *solicitando voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 30 de novembro de 2005, do ex-Deputado Federal, ex-Ministro de Estado e ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, Oscar Dias Corrêa.*

Sessão: 30.11.2005

Requerimento nº 1.390, de 2005, de autoria dos Senadores Marco Maciel e Antonio Carlos Magalhães, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual e Federal, ex-Ministro da Justiça e Ministro*

aposentado do Supremo Tribunal Federal, Oscar Dias Corrêa, ocorrido no dia 30 de novembro de 2005 e as seguintes homenagens: a) inserção em ata de voto de profundo pesar; b) apresentação de condolências à família, principalmente à Dona Diva, viúva do falecido; c) ao Supremo Tribunal Federal; d) apresentação de condolências à Academia Brasileira de Letras e à Academia Mineira de Letras e à Academia Brasiliense de Letras; e) à Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Sessão: 30.11.2005

Requerimento nº 1.391, de 2005, de autoria dos Senadores Romeu Tuma e Antonio Carlos Magalhães, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual e Federal, ex-Ministro da Justiça e Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, Oscar Dias Corrêa, ocorrido no dia 30 de novembro de 2005 e as seguintes homenagens: a) inserção em ata de voto de profundo pesar; b) apresentação de condolências à família; c) ao Supremo Tribunal Federal; d) apresentação de condolências à Academia Brasileira de Letras e à Academia Mineira de Letras.*

Sessão: 30.11.2005

Requerimento nº 1.392, de 2005, de autoria dos Senadores José Agripino e Antonio Carlos Magalhães, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual e Federal, ex-Ministro da Justiça e Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, Oscar Dias Corrêa, ocorrido no dia 30 de novembro de 2005.*

Sessão: 30.11.2005

Requerimento nº 1.393, de 2005, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Antonio Carlos Magalhães, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual e Federal, ex-Ministro da Justiça e Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, Oscar Dias Corrêa, ocorrido no dia 30 de novembro de 2005.*

Sessão: 30.11.2005

Requerimento nº 1.394, de 2005, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Luiz Otávio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento de Danilo Remor, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), ocorrido no dia 24 de novembro de 2005 e as seguintes homenagens: a) inserção em ata de voto de profundo pesar; b) apresentação de condolências à viúva Clarice Remor e aos filhos Adriano e Marcelo Remor; c) apresentação de condolências à Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA); d) apresentação de condolências à Confederação Nacional das Indústrias (CNI).*

Sessão: 30.11.2005

XV - ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDA PROVISÓRIA

Total..... 1

Ato nº 39, de 2005— Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 29 de novembro de 2005, a vigência da Medida Provisória nº 261, de 30 de setembro de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Previdência Social e da Saúde e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 2.133.400.000,00 para os fins que especifica.*

(publicado no Diário Oficial da União de 21.11.2005, seção I)

XVI - ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL DECLARANDO A PERDA DE EFICÁCIA DE VIGÊNCIA DE MEDIDA PROVISÓRIA

Total..... 1

Ato nº 40, de 2005— Declara que a Medida Provisória nº 258, de 21 de julho de 2005, que “dispõe sobre a Administração Tributária Federal e dá outras providências”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 18 de novembro do corrente ano.

(publicado no Diário Oficial da União de 21.11.2005, seção I)

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (1º a 30 de novembro de 2005)	
Deliberativas Ordinárias	13
Não Deliberativas	06
Especial	01
Total	20
Reunião	01

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 30 de novembro de 2005)

MATÉRIAS APROVADAS.....	144
I – Medidas Provisórias aprovadas	2
1 – aprovada com alterações e devolvida à Câmara dos Deputados	1
2 – aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão do Senado Federal e devolvida à Câmara dos Deputados.....	1
II – Proposições aprovadas e enviadas à sanção	10
III - Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados.....	13
1 – Por decisão terminativa.....	9
1.1 - Proposições do Senado	9
2 – Por decisão do Plenário.....	4
2.1 - Proposições do Senado	3
2.2 – Proposições da Câmara	1
IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação	77
1 - Concessões de telecomunicações.....	64
2 – Acordo Internacional	9
3 – Operações de crédito.....	4
V – Mensagens relativas à escolha de Chefes de Missão Diplomática	10
VI – Pareceres referentes à escolha de autoridades.....	3
VII – Requerimentos de voto de censura aplauso ou semelhante	4
VIII – Requerimento de criação de comissão temporária	1
IX – Requerimento de auditoria do TCU.....	1
X – Requerimentos diversos	23
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	7
V - Matérias prejudicadas	3
VI – Matérias rejeitadas	4
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	151
ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA.....	1
ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL DECLARANDO A PERDA DE EFICÁCIA DE MEDIDA PROVISÓRIA.....	1

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 15 DE FEVEREIRO A 30 DE NOVEMBRO DE 2005

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 3ª LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA (15 de fevereiro a 30 de novembro de 2005)

Deliberativas Ordinárias	103
Não Deliberativas	81
Deliberativas Extraordinárias	15
Especial	12
Total	211
* Reuniões	7

MATÉRIAS APROVADAS..... 1.631

I – Medidas Provisórias aprovadas 28

1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção.....10

2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação.....8

3 – Aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados 7

4 – Aprovada na forma de Medida Provisória e devolvida à Câmara dos Deputados.....1

5 – Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão do Senado e devolvida à Câmara dos Deputados.....2

6 – Inadmitida.....1¹

II - Projetos aprovados e enviados à sanção 54

III – Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados 108

1 - Em decisão terminativa.....80

1.1 Projetos de Lei do Senado Federal..... 80

2 - Por decisão de Plenário.....28

2.1 - Do Senado Federal 17

2.2 – Da Câmara dos Deputados..... 11

IV - Projetos aprovados e enviados à promulgação.....1.151

1 - Concessões de telecomunicações 1.039

2 - Acordos Internacionais 42

3 - Operações de crédito..... 18

4 – Propostas de Emenda à Constituição 3

¹ Informação totalizada junto às matérias rejeitadas.

5 – Suspensão de Atos Normativos declarados inconstitucionais.....	44
6 – Outros	5

V – Mensagens relativas à escolha de Chefes de Missão Diplomática 63

VI – Pareceres referentes a Mensagens de Escolha de Autoridade.....47

VII – Requerimentos de Votos de Aplauso, Censura ou Semelhante.....15

VIII – Requerimentos de Informações Sigilosas.....1

IX – Requerimentos de Criação de Comissão Temporária 5

X – Requerimentos de Auditoria do Tribunal de Contas da União 7

XI – Requerimentos Diversos 152

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO 40

XII - Matérias prejudicadas.....15

XIII - Matérias rejeitadas 14

XIV - Matérias retiradas pelos autores.....10

XV – Medida Provisória inadmitida.....1

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS 1.671

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA..... 33

ATO DO PRESIDENTE DECLARANDO A REJEIÇÃO DOS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS DE MEDIDA PROVISÓRIA..... 1

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL DECLARANDO A PERDA DE EFICÁCIA DE MEDIDA PROVISÓRIA 1

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL CRIANDO GRUPO DE TRABALHO DA DESBUROCRATIZAÇÃO.....1

REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO DE CPI DEFERIDOS.....2

**SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES**

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES NO MÊS DE NOVEMBRO DE 2005 DAS COMISSÕES
PERMANENTES**

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE.

REUNIÃO REALIZADA EM 08/11/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - EMENDAS DE PLENÁRIO Nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 E 08 OFERECIDAS AO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 44, DE 2004 (MSF Nº 180, DE 2004) - NÃO TERMINATIVAS. Autoriza o Governo do Estado do Maranhão a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Banco Mundial (BIRD), no valor total equivalente a trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, com garantia da República Federativa do Brasil. Autoria: SENADO FEDERAL. Relator: Senador NEY SUASSUNA. Parecer: Pela rejeição das Emendas nºs 01 a 08-PLEN. OBS: Em 19/04/2005, foi aprovado o Requerimento nº 22/05-CAE, de autoria do Senador Ney Suassuna, requerendo que seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Matéria. **Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator, Senador Ney Suassuna, pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08. Foi aprovado pela Comissão Requerimento de Urgência para a matéria.**

ITEM 02 - MENSAGEM (SF) Nº 240, DE 2005 - NÃO TERMINATIVA - Submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor Luis Fernando Schuartz para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Relator: Senador ROMEU TUMA. Parecer: A ser apreciado em votação secreta. **Resultado: A Comissão aprova a indicação do Dr. Luis Fernando Schuartz para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, por 20 votos favoráveis, 01 voto contrário e nenhuma abstenção.**

ITEM 03 - REQUERIMENTO Nº 48/2005-CAE, que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos com a finalidade de discutir os procedimentos referentes à privatização do Banco do Estado do Ceará (BEC), com a presença do Ministro da Fazenda, Senhor Antônio Palocci, do Presidente do Banco Central do Brasil, Senhor Henrique Meirelles, do Governador do Estado do Ceará, Senhor Lúcio Alcântara, do Presidente do BEC, Sr. Carlos Alberto Ribeiro da Silva, de representante do Sindicato dos Bancários do Estado do Ceará, e de representante da Associação dos Funcionários do BEC (AFUBEC). Autoria: Senador José Jorge. **RESULTADO: APROVADO.**

REUNIÃO REALIZADA EM 16/11/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A PARTICIPAÇÃO DO EXMO. SR. ANTONIO PALOCCI FILHO, MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, COM A FINALIDADE DE DISCORRER SOBRE ASPECTOS DA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO FEDERAL E ASSUNTOS

DIVERSOS. Resultado: Audiência Pública realizada com a presença do Exmo. Sr. Antonio Palocci Filho, Ministro de Estado da Fazenda.

REUNIÃO REALIZADA EM 22/11/2005 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - MENSAGEM (SF) Nº 229, DE 2005 - NÃO TERMINATIVA - Solicita autorização para contratação de operação de crédito externo pela República Federativa do Brasil junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor total de US\$ 502,520,000.00 (quinhentos e dois milhões, quinhentos e vinte mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos constituirão o Empréstimo Programático para Crescimento em Equidade: Política do Setor de Habitação - 1ª Etapa, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil (PAFIB). Aatoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Relator: Senador RAMEZ TEBET. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. OBS: Em 18/10/2005, foi concedida Vista ao Senador César Borges, nos termos regimentais. **Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado requerimento de urgência para a matéria.**

ITEM 02 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, DE 2004 – TERMINATIVO - Dispõe a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de motocicletas para utilização no transporte autônomo de passageiros. Aatoria: Senador LEONEL PAVAN. Relator: Senador EDUARDO SUPLICY. Parecer: Favorável ao Projeto. **Resultado: A Comissão aprova o Projeto por 13 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, com presença do Presidente e do Autor da matéria nos termos do art 132 § 8º do RISF.**

ITEM 03 - MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 258, DE 2005 - NÃO TERMINATIVA - Solicita, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal autorização do Senado Federal, para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor total de até US\$ 54,350,000.00 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada a financiar, parcialmente, o "Projeto de Combate à Pobreza no Interior da Bahia - Produzir II - 2ª Fase". Aatoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Relator: Senador LUIZ OTÁVIO. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. **Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado requerimento de urgência para a matéria.**

ITEM 04 - MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 241, DE 2005 - NÃO TERMINATIVA - Submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor Abraham Benzaquen Sicsú para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Aatoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Relator: Senador NEY SUASSUNA. Parecer: A ser apreciado em votação secreta. **Resultado: A Comissão aprova a indicação do Dr. Abraham Benzaquen Sicsú para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, por 21 votos favoráveis, 1 voto contrário e nenhuma abstenção.**

REUNIÃO REALIZADA EM 23/11/2005 – EXTRAORDINÁRIA

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS DA COMISSÃO AO ORÇAMENTO 2006 QUE SERÃO APRESENTADAS À COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO. EMENDAS APROVADAS: Emenda nº 1 – Obras de Infra-estrutura Urbana em Municípios até 100 mil Habitantes – Nacional – Ministério das Cidades – no valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais); Emenda nº 2 – Implantação de Centros de Inclusão Digital em Setores de Impacto Social – Nacional – Ministério da Ciência e Tecnologia – no valor de R\$ 250.000.000,00 (duzentos

- e cinquenta milhões de reais); Emenda nº 3 – Formação de Estoques Públicos – Nacional – Companhia Nacional de Abastecimento – Conab – no valor de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais); Emenda nº 4 – Estruturação e Organização de Arranjos Produtivos Locais – Nacional – Ministério da Integração Nacional – no valor de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais); Emenda nº 5 – Fomento à Geração de Trabalho e Renda em Atividades de Economia Solidária – Nacional – Ministério do Trabalho e Emprego – no valor de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais).

REUNIÃO REALIZADA NOS DIAS 24 E 25/11/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: SEMINÁRIO INTERNACIONAL “A ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO SOBRE O DESENVOLVIMENTO”, REALIZADO NOS DIAS 24 E 25 DE NOVEMBRO. RESULTADO REALIZADO.

REUNIÃO REALIZADA EM 29/11/2005 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 2003 – COMPLEMENTAR - NÃO TERMINATIVO - Acrescenta § 3º ao artigo 35 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com vistas a permitir a renegociação de contratos, vigentes no momento de promulgação daquela lei, que venham a ter seu equilíbrio econômico-financeiro afetados por perturbação macroeconômica. Autoria: Senador HÉLIO COSTA. Relator: Senador SÉRGIO GUERRA. Relator Ad Hoc: Senador Gerson Camata. Parecer: Pela rejeição do Projeto. **Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator pela rejeição do Projeto.**

ITEM 02 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 38, DE 2002 - NÃO TERMINATIVO - Acrescenta o artigo 27-A à Resolução nº 43, de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de amortização, e dá outras providências. Autoria: Senador AMIR LANDO. Relatora: Senadora LÚCIA VÂNIA. Relator Ad Hoc: Senador Garibaldi Alves Filho. Parecer: Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Após a leitura do Parecer pelo Relator Ad Hoc, Senador Garibaldi Alves Filho, a Comissão aprova o Parecer do Relator pela aprovação do Projeto.**

ITEM 03 - EMENDAS DE PLENÁRIO Nºs 11 e 12 APRESENTADAS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, DE 1997 - NÃO TERMINATIVAS - Extingue a utilização da taxa referencial (TR) nos depósitos em que especifica e dá outras providências. Autoria: Senador JOSÉ SERRA. **TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, DE 1999 - NÃO TERMINATIVO** - Dispõe sobre o reajuste do saldo devedor dos contratos habitacionais do Sistema Financeiro de Habitação - SFH e dá outras providências. Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES. Relator: Senador NEY SUASSUNA. Parecer: Pela rejeição das Emendas nºs 11 e 12–PLEN, bem como pela rejeição do PLS nº 254, de 1999. **Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator, Senador Ney Suassuna, pela rejeição das Emendas nºs 11 e 12–PLEN, bem como pela rejeição do PLS nº 254, de 1999.**

ITEM 04 - TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DA EMENDA Nº 01-CAE (SUBSTITUTIVO) OFERECIDA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 517, DE 2003 – TERMINATIVO. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Autoria: Senador CÉSAR BORGES. Relator: Senador JONAS PINHEIRO. Obs: - Em 21/06/2005, foi aprovado Substitutivo Integral; de acordo com o art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria será submetida a Turno Suplementar de Discussão; - Em 23-06-2005, foram apresentadas as Emendas nºs 01 e 02, de autoria do Senador Leonel Pavan; - Em 09/08/2005, foram apresentadas as Emendas nºs 03, 04, 05, 06 e 07, de autoria do Senador Aloizio Mercadante. Relator Ad Hoc das Emendas: Senador OSMAR DIAS. Parecer sobre as Emendas: Favorável às Emendas nºs 01 e 02, e às Emendas nºs 04 e 05, na forma das Subemendas nºs 01 e 02 apresentadas, e pela rejeição das Emendas nºs 03, 06 e 07.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator Ad Hoc das Emendas, Senador Osmar Dias, favorável às Emendas nºs 01 e 02, e às Emendas nºs 04 e 05, na forma das Subemendas nºs 01 e 02 apresentadas, e pela rejeição das Emendas nºs 03, 06 e 07, sendo as Emendas aprovadas incorporadas ao texto do Substitutivo. Sendo assim, a Comissão aprova, em Turno Suplementar, a Emenda nº 01-CAE (Substitutivo) por 15 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS.

REUNIÃO REALIZADA EM 10/11/2005 – ORDINÁRIA

ITEM 01 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO – “Define as diretrizes da Política de Prevenção e Atenção Integral à Saúde da Pessoa Portadora de Hepatite, em todas as suas formas, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, e dá outras providências.” Autor: Deputada MARIÂNGELA DUARTE. Relator: Senador PAPALÉO PAES. Parecer: favorável. **Resultado: Aprovado.**

ITEM 02 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 295, DE 2004 - NÃO TERMINATIVO - “Estabelece reserva de vagas para pessoas portadoras de deficiência nos programas de qualificação profissional financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dá outras providências”. Autor: Senador ALOIZIO MERCADANTE. Relator: Senador MARCELO CRIVELLA. Parecer: favorável, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado**

ITEM 03 - MENSAGEM Nº 248, DE 2005 - (nº 728/2005, na origem), que: “Submete à apreciação do Senado Federal o nome da Sra. MARIA CECILIA MARTINS BRITO para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA”. Autor: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Relator: Senadora PATRÍCIA SABOYA GOMES. Parecer: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação. **Resultado: Aprovado.**

ITEM 04 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, DE 2003 - NÃO TERMINATIVO – “Dispõe sobre a política pesqueira nacional, regula a atividade pesqueira e dá outras providências”. Autor: Deputado Koyu Iha. Relator: Senador Valdir Raupp. Parecer: favorável ao Projeto com 19 emendas que apresenta. **Resultado: Aprovado.**

REUNIÃO REALIZADA EM 17/11/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 09, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO – “Acrescenta parágrafo ao art. 39 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir representantes da Fundação Palmares e de comunidades remanescentes de quilombos nos Comitês de Bacia Hidrográfica.” Autor: Deputado LUIZ ALBERTO. Relator: Senador AUGUSTO BOTELHO. Parecer: favorável, com a redação dada pela emenda aprovada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. **Resultado: Aprovado.**

ITEM 02 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2004 - NÃO TERMINATIVO - “Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua”. Autor: Deputado HENRIQUE AFONSO. Relator: “ad hoc” Senador PAPALÉO PAES. Parecer: Favorável. **Resultado: Aprovado.**

ITEM 03 - REQUERIMENTO Nº 43, DE 2005 – CAS - “Requeiro, nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno a realização de uma audiência pública, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais para instruir a tramitação do PLS/277/2004, que “altera a Lei nº 9.656/98, para permitir o oferecimento e a contratação de planos de saúde com coberturas reduzidas”, convidando, para tanto, representante do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Saúde - ANS, representantes de planos de saúde e um representante do Procon”. Autora: Senadora FÁTIMA CLEIDE. **Resultado: Aprovado.**

REUNIÃO REALIZADA EM 23/11/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS DA COMISSÃO - PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2006 (PLN Nº40/2005-CN) E PROJETO DE LEI DE REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO 2004-2007 (PLN Nº 41/2005-CN). EMENDAS APROVADAS: EMENDA Nº 01 – REDE SARAH (R\$ 200.000.000,00); EMENDA Nº 02 – MS – FUNASA – SANEAMENTO BÁSICO (R\$ 300.000.000,00); EMENDA Nº 03 – MINISTÉRIO DAS CIDADES – APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (R\$ 300.000.000,00); EMENDA Nº 04 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME – ESTRUTURAÇÃO DA REDE BÁSICA DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (R\$ 250.000.000,00); EMENDA Nº 05 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – AÇÕES PREVENTIVAS DE DESASTRES (R\$ 300.000.000,00).

EMENDAS AO PPA (PLN 41/2005):

Acr.Ação	Manutenção de Ação e do Programa no PPA e na LOA – CAS/MCIDADES/ATÉ 100MIL HAB.	IMPLANTAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICÍPIOS COM ATÉ 100 MIL HABITANTES
Acr.Ação	Manutenção de Ação e do Programa no PPA e na LOA – CAS/MCIDADES/MÉDIO E GRANDE PORTE	OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICÍPIOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE

ITEM 02 - REQUERIMENTO Nº 45 – CAS: “REQUER, NOS TERMOS DO ART. 93, DO REGIMENTO INTERNO, A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DOS MENINOS E MENINAS BRASILEIROS QUE MORAM NAS RUAS E A “CAMPANHA MENINOS DE RUA FORA DAS RUAS”. AUTORA: SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES. **RESULTADO: APROVADO.**

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE****REUNIÃO REALIZADA EM 10/11/2005 - EXTRAORDINÁRIA**

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA - ATENDENDO AO REQUERIMENTO Nº 36/2005-CAS, DE AUTORIA DO SENADOR FLÁVIO ARNS, PARA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO ÂMBITO DA SUBCOMISSÃO DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, COM VISTAS A ABORDAR A DEFICIÊNCIA DE BIOTINIDASE, DOENÇA AUTOSSÔMICA RECESSIVA, QUE CAUSA DEFICIÊNCIA AUDITIVA, VISUAL, MENTAL E PRINCIPALMENTE MORTE SÚBITA EM RECÉM-NASCIDOS, PELAS CRISES CONVULSIVAS QUE PROVOCA. CONVIDADO: DR. BARRY WOLF – MÉDICO E CIENTISTA, DESCOBRIDOR DA DOENÇA. **RESULTADO: REALIZADA.**

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL

REUNIÃO REALIZADA EM 23/11/2005 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO - “NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 58, § 2º, II E V DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O ART. 90, II E V, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA DISCUTIR O CONTINGENCIAMENTO DOS RECURSOS DESTINADOS AO MINISTÉRIO DA CULTURA, ESPECIFICAMENTE O SETOR DE ARTES CÊNICAS, E A INCLUSÃO DAS EMPRESAS PRODUTORAS DE TEATRO NO SIMPLES”. AUTORIA: SENADOR SÉRGIO CABRAL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 02 - NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO - “NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 58, § 2º, II E V DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O ART. 90, II E V, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA DISCUTIRMOS A ELABORAÇÃO DE UMA LEI ESPECÍFICA PARA O SETOR TEATRAL”. AUTORIA: SENADOR SÉRGIO CABRAL. **RESULTADO: APROVADO.**

REUNIÃO REALIZADA EM 30/11/2005 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA: ASSUNTO: CONTINGENCIAMENTO DOS RECURSOS DESTINADOS AO MINISTÉRIO DA CULTURA, ESPECIFICAMENTE PARA O SETOR DE ARTES CÊNICAS, E A INCLUSÃO DAS EMPRESAS PRODUTORAS DE TEATRO NO SIMPLES. AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR SÉRGIO CABRAL. CONVIDADOS: OSÉAS BORBA NETO, Representante do Setor Teatral das Regiões Norte e Nordeste; SÉRGIO SÁ LEITÃO, Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura; NEY PIACENTINI, Presidente da Cooperativa Paulista de Teatro; MARLEY DANCKWARDT, Representante do Setor Teatral das Regiões Centro-Oeste e Sul; HELCIO TOKESHI, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda; EDUARDO DE SOUZA BARATA, Presidente da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro – APTR. **RESULTADO: REALIZADA.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ.

REUNIÃO REALIZADA EM 01/11/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - EMENDAS NºS 1 A 8 DE PLENÁRIO OFERECIDAS AO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 44, DE 2004 - NÃO TERMINATIVO – “Autoriza o Governo do Estado do Maranhão a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Banco Mundial (BIRD), no valor total equivalente a trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, com garantia da República Federativa do Brasil”. **Autoria:** COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (SF). **Relatoria:** Senador EDISON LOBÃO. **Parecer:** Pela constitucionalidade, juridicidade e adequação regimental do Projeto e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 8, de Plenário. **Obs:** - Em 19/10/2005, foi concedida vista ao Senador João Batista Motta, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação. A matéria retornará à Comissão de Assuntos Econômicos para análise das Emendas de Plenário. **Resultado:** Aprovado o Parecer.

ITEM 02 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2004 - (PL nº 4176/2001, na origem) - NÃO TERMINATIVO – “Dispõe sobre a alienação de terras da União aos Municípios de Belterra e Aveiro, no Estado do Pará”. **Autoria:** Deputado JOSÉ PRIANTE. **Relatoria:** Senador LUIZ OTÁVIO. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer.

ITEM 03 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 490, DE 2003 - TERMINATIVO NA CDH - “Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes”. **Autoria:** Senadora PATRÍCIA SABOYA GOMES. **Relatoria:** Senador DEMÓSTENES TORRES. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Obs:** - Durante a discussão da matéria, o Senador Eduardo Suplicy apresenta 2 Emendas, que são acolhidas pelo Relator. - A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ.

ITEM 04 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, DE 2002 - (PL nº 05828/2001, na origem) - NÃO TERMINATIVO – “Dispõe sobre a informatização do processo judicial e dá outras providências”. **Autoria:** COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (CD). **Relatoria:** Senadora SERYS SLHESSARENKO. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

ITEM 05 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2005 - (PL nº 01089/2003, na origem) - NÃO TERMINATIVO – “Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico de uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos de uso veterinário e dá outras providências”. **Autoria:** Deputado BENEDITO DE LIRA. **Relatoria:** Senador OSMAR DIAS. **Relatoria “Ad Hoc”:** Senador DEMÓSTENES TORRES. **Parecer:** Pela aprovação do PLC nº 3, de 2005, e pela rejeição do PLS nº 209, de 2002. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2002 - NÃO TERMINATIVO** - “Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em medicamentos de uso veterinário, e dá outras providências”. **Autoria:** Senador CASILDO MALDANER. **Relatoria:** Senador OSMAR DIAS. **Relatoria “Ad Hoc”:** Senador DEMÓSTENES TORRES. **Parecer:** Pela aprovação do PLC nº 3, de 2005, e pela rejeição do PLS nº 209, de 2002. **Obs:** A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovado o Parecer.

REUNIÃO REALIZADA EM 09/11/2005 - ORDINÁRIA

ITEM 01 - SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 207, DE 2004 - TURNO SUPLEMENTAR - TERMINATIVO - (Tramita em conjunto com os PLS(s) nº 195, de 2002, e nºs 339 e 361, de 2004) “Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para disciplinar o voto do eleitor que se encontrar fora de seu domicílio eleitoral”. Autoria: Senador VALDIR RAUPP. Relatoria: Senador TASSO JEREISSATI. Obs: Em 26/10/2005, foi aprovado o Substitutivo, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal, ficando prejudicados os Projetos de Lei do Senado nº 207, de 2004, nº 195, de 2002, e nºs 339 e 361, de 2004, que tramitam em conjunto. **Resultado: O Substitutivo é dado como definitivamente adotado, em Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.**

ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, DE 2004 - TERMINATIVO - “Altera o artigo 41 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever a interceptação de correspondência de presos condenados ou provisórios para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal”. Autoria: Senador RODOLPHO TOURINHO. Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES. Parecer: Pela aprovação do PLS nº 11, de 2004, e pela rejeição do PLS nº 19, de 2004. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, DE 2004 - TERMINATIVO** - “Altera o artigo 233 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para permitir a interceptação de correspondência de presos condenados ou provisórios para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal”. Autoria: Senador GERSON CAMATA. Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES. Relatoria “Ad Hoc”: Senador EDISON LOBÃO. Parecer: Pela aprovação do PLS nº 11, de 2004, e pela rejeição do PLS nº 19, de 2004. Obs: Em 19/10/2005, foi oferecida a Emenda nº 01, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que recebeu Parecer favorável. A Presidência encerrou a discussão, ficando adiada a votação da matéria. **Resultado: Aprovado o PLS nº 11, de 2004, com a Emenda nº 1-CCJ, ficando prejudicado o PLS nº 19, de 2004.**

ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 257, DE 2002 - TERMINATIVO - “Altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tipificar, como ato de improbidade administrativa e como crime de responsabilidade, a utilização da publicidade oficial para promoção pessoal”. Autoria: Senador JEFFERSON PÉRES. Relatoria: Senador LUIZ OTÁVIO. Parecer: Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado o Projeto.**

ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, DE 2005 - TERMINATIVO - “Inclui os agentes políticos no § 2º do art. 327 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para que tenham a pena aumentada de um terço, quando praticarem crimes contra a Administração Pública”. Autoria: Senador JEFFERSON PÉRES. Relatoria: Senador ALVARO DIAS. Parecer: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. Obs: Serão feitas duas votações nominais, sendo a primeira para o Projeto e a segunda para a Emenda. **Resultado: Aprovado o Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ.**

ITEM 5 - VOTAÇÃO DO PARECER DA CCJ OFERECENDO A REDAÇÃO PARA O SEGUNDO TURNO DO SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999 - “Acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (dispõe sobre as atribuições do Presidente da República)”. Autoria: Senador EDUARDO SUPLICY e outros Senhores Senadores. Relatoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE. **Resultado: Aprovado.**

ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2003 - TERMINATIVO - “Institui o Estatuto da Igualdade Racial”. Autoria: Senador PAULO PAIM. Relatoria: Senador RODOLPHO TOURINHO. Parecer: Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. Obs: A matéria foi apreciada pelas Comissões de Assuntos Econômicos; de Educação; e de Assuntos Sociais. **Resultado: Aprovado o Projeto,**

na forma da Emenda nº 59-CCJ, Substitutivo - definitivamente adotado, em Turno Suplementar -, nos termos do art. 282, combinado com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

REUNIÃO REALIZADA EM 16/11/2005 - ORDINÁRIA

ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 322, DE 2005 - “Altera a Lei 9.986, de 18 de julho de 2000, que ‘dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências’”. **Autoria:** Senador JOSÉ JORGE. **Relatoria:** Senador ROMERO JUCÁ. **Parecer:** Pela conversão do PLS nº 322, de 2005, na Proposta de Emenda à Constituição, que apresenta. **Obs:** - Em 26/10/2005, foi concedida vista coletiva aos Senadores Eduardo Suplicy e Rodolpho Tourinho, nos termos regimentais, que devolveram sem manifestação; - Em 08/11/2005, foi recebido o relatório reformulado pelo Senador Romero Jucá com voto pela conversão do PLS nº 322, de 2005, na Proposta de Emenda à Constituição, que apresenta. - Em 09/11/2005, foi concedida vista ao Senador José Jorge, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação. **Resultado:** Aprovado o Parecer, que conclui pela conversão do PLS nº 322, de 2005, em Proposta de Emenda à Constituição.

ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, DE 2004 - TERMINATIVO - “Acrescenta artigo 249-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, a fim de tipificar o crime de subtração de incapazes com o objetivo de ser criado por outros”. **Autoria:** Senador CÉSAR BORGES. **Relatoria:** Senador DEMÓSTENES TORRES. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ.

ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, DE 2000 - NÃO TERMINATIVO - “Altera os artigos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal”. **Autoria:** Senador JEFFERSON PÉRES. **Relatoria:** Senador PEDRO SIMON. **Relatoria “Ad Hoc”:** Senador EDUARDO AZEREDO. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. **Obs:** - Em 08/11/2005, foi recebido o relatório reformulado pelo Senador Pedro Simon; - Em 09/11/2005, foi concedida vista ao Senador Alvaro Dias, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação. - A matéria tramita em reexame na CCJ. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ.

ITEM 4 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2002 - (PL nº 00108/1999, na origem) - NÃO TERMINATIVO - “Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para determinar investigação imediata em caso de desaparecimento de criança ou adolescente”. **Autoria:** Deputada MARIA ELVIRA. **Relatoria:** Senador JUVÊNCIO DA FONSECA. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto.

REUNIÃO REALIZADA EM 23/11/2005 – ORDINÁRIA (39ª REUNIÃO)

ITEM 1 - REPRESENTAÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 1, DE 2005 - “Comunica ao Senado Federal que o Supremo Tribunal Federal resolveu questão de ordem no sentido de comunicar a decisão tomada por aquela Corte em 22/09/2005, a qual, também por maioria de votos não conheceu do RE 44607, interposto contra acórdão do Tribunal Superior Eleitoral que confirmou a cassação dos registros e diplomas expedidos em favor de João Rodrigues Capiberibe e outros, determinando, ainda que a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, confirmada por esta Corte no julgamento do RE 446907, de 22/09/05, produza os efeitos de direito, independentemente da publicação do respectivo acórdão”. **Autoria:** MESA DO SENADO FEDERAL. **Relatoria:** Senador EDISON LOBÃO. **Parecer:** Pela constitucionalidade e regimentalidade da decisão da Mesa do Senado Federal que aprovou o rito procedimental com vistas à apreciação da Representação nº 1, de 2005. **Obs:** - Em 16/11/2005, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais; - Em 17/11/2005, foi oferecido o Voto em Separado pelo Senador Juvêncio da Fonseca, tendo sido retirado em 22/11/2005;

Durante a discussão da matéria, o Senador Antonio Carlos Valadares oferece Voto em Separado. **Resultado: A Comissão aprova o Relatório do Senador Edison Lobão, que passa a constituir Parecer da CCJ.**

OBSERVAÇÃO: FORAM ADIADOS OS DEMAIS ITENS DA PAUTA.

REUNIÃO REALIZADA EM 23/11/2005 – EXTRAORDINÁRIA (40ª REUNIÃO)

RESULTADO DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO:

<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Comissoes/consComPerm.asp?com=34>

REUNIÃO REALIZADA EM 30/11/2005 – ORDINÁRIA

RESULTADO DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO:

<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Comissoes/consComPerm.asp?com=34>

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE.

REUNIÃO REALIZADA 01/11/2005 - ORDINÁRIA

ITEM 01

TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, DE 2005

“DÁ A DENOMINAÇÃO DE 'VIADUTO CLIFTON BRAGA NUNES' AO VIADUTO LOCALIZADO NA BR-153, NO MUNICÍPIO DE GURUPI, ESTADO DO TOCANTINS”.

AUTORIA: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA

RELATORIA: SENADOR JOÃO RIBEIRO

PARECER: FAVORÁVEL

OBS: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 25/10/05

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 077, DE 2005

“DENOMINA ‘VIADUTO COLONIZADOR ÊNIO PIPINO’, O VIADUTO SITUADO NO TREVO DE ACESSO À CIDADE DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, NA BR-163”.

AUTORIA: DEPUTADA CELCITA PINHEIRO

RELATOR: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 080, DE 2005

“INSTITUI O DIA NACIONAL DA MATEMÁTICA”.

AUTORIA: DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA

RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA

OBS: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 25/10/05

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 079, DE 2005

“INSTITUI O DIA 05 DE MAIO COMO O 'DIA NACIONAL DO LÍDER COMUNITÁRIO’”.

AUTORIA: DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA

RELATORIA AD HOC: SENADOR MÃO SANTA

PARECER: FAVORÁVEL

OBS: A MATÉRIA CONSTOU NAS PAUTAS DAS REUNIÕES DO DIA 04/10/05 E 25/10/2005

RESULTADO: APROVADO

**ITEM 05
NÃO TERMINATIVO**

REQUERIMENTO Nº 34, DE 2005-CE

“NOS TERMOS DO ART. 90, INCISO II-V DO REGIMENTO INTERNO, REQUEIRO, QUE SEJA REALIZADA UMA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA, NESTA COMISSÃO, PARA INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2004, DE AUTORIA DO SENADOR LEONEL PAVAN, QUE “DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE PUBLICITÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, COM A PRESENÇA DE REPRESENTANTE DAS SEGUINTE ENTIDADES: 1 – ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING; 2 – ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE PROPAGANDA; 3 – ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE PROPAGANDA; 4 – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROPAGANDA E 5 – REPRESENTANTE DOS ESTUDANTES DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL”.

AUTORIA: SENADOR LEONEL PAVAN.

RESULTADO: APROVADO

**ITEM 06
NÃO TERMINATIVO**

REQUERIMENTO Nº 35, DE 2005-CE

“NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 58, § 2º, II E V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM OS ARTS. 90, II E V E 93, II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, COM O PROPÓSITO DE INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 409, DE 2003, QUE “DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO DE PESQUISA UNIVERSITÁRIA, MANTIDA PELAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS E DESTINADAS A PROMOVER O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, A PESQUISA E A CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICAS”, COM A PRESENÇA DOS SEGUINTE CONVIDADOS: 1. DR. MANASÉS CLAUDINO FONTELES – PRESIDENTE DO CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS – TEL. 3349-9010; 2. DR. ALDO VANNUCCHI – PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS – TELS. 3349-3300 E 3349-4951; 3. PROF. JOSÉ AUGUSTO NASR – PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FACULDADES E INSTITUTOS ISOLADOS – TEL. (11) 3170-3710; E 4. DR. PAULO JANGUIÊ BEZERRA DINIZ – PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS – TEL. 3321-6471”.

AUTORIA: SENADOR JOSÉ JORGE.

RESULTADO: APROVADO

**ITEM 07
TERMINATIVO**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 469, DE 2005

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO BARCARENA DE COMUNICAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE BARCARENA, ESTADO DO PARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR LUIZ OTÁVIO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

**ITEM 08
TERMINATIVO**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 482, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA DE SERTANEJA - ACASE A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SERTANEJA, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR LUIZ OTÁVIO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 09

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO Nº 36, DE 2005-CE

“NOS TERMOS DO ART. 58, § 2º, V DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM OS ARTS. 90, V E IX E 93, II DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO SEJA CONVIDADO PARA COMPARECER PERANTE A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DESTA CASA, O SENADOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO, FERNANDO HADDAD, A FIM DE PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE A GREVE DOS PROFESSORES NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS”.

AUTORIA: SENADOR MÃO SANTA

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 10

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 434, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA O CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ - CODESEM A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MAUÁ DA SERRA, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR GERALDO MESQUITA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 11

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 435, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE ASSAÍ A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ASSAÍ, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR GERALDO MESQUITA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 12

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 255, DE 2005

“APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO REPÚBLICA DE MORRO AGUDO LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE MORRO AGUDO, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

**ITEM 13
TERMINATIVO**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 256, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE CAJOBI A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CAJOBI, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

**ITEM 14
TERMINATIVO**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 306, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ÁLVARES MACHADO, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

**ITEM 15
TERMINATIVO**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 318, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE MESÓPOLIS - ADACME A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MESÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

**ITEM 16
TERMINATIVO**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 329, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A AADC - ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARACANGUAENSE DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SANTO ANTÔNIO DE ARACANGUÁ, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

**ITEM 17
TERMINATIVO**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 335, DE 2005

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FH COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE NOVA EUROPA, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 18

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 374, DE 2005

“APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO VALE DO TIETÊ DE SALTO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA LOCAL NA CIDADE DE SALTO, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 19

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 385, DE 2005

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL EDUCACIONAL E CULTURAL ÁUDIO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SUMARÉ, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 20

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 394, DE 2005

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À LEGAL-CAT CATANDUVA COMUNICAÇÕES LTDA., - ME PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE PIRANGI, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 21

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 433, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E EDUCACIONAL DE CORDEIRÓPOLIS (ACRECO) A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CORDEIRÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

• **RESULTADO: APROVADO**

ITEM 22

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 414, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA O CONSELHO DAS ASSOCIAÇÕES ONGS E RÁDIO COMUNITÁRIA DE MOREILÂNCIA/PE A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MOREILÂNDIA, ESTADO DE PERNAMBUCO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 23

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 975, DE 2004

“APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA SOCIEDADE RÁDIO DIFUSORA ELDORADO CATARINENSE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE CRICIÚMA, ESTADO DE SANTA CATARINA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR LEONEL PAVAN

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 24

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 266, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CAMPECHE A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR LEONEL PAVAN

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 08/11/2005 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01

TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, DE 2004

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PETRÓLEO DE LINHARES, NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO”.

AUTORIA: SENADOR GERSON CAMATA

RELATORIA: SENADOR REGINALDO DUARTE

PARECER: FAVORÁVEL

OBS: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 01/11/05

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2005

“DETERMINA O USO DA LINGUAGEM INCLUSIVA PARA CARGOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA”.

AUTORIA: SENADORA SERYS SLHESSARENKO

RELATORIA: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

OBS.: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03**NÃO TERMINATIVO****ADITAMENTO Nº 08 AO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2005 - CE**

“COM FUNDAMENTO NO DISPOSTO NO ART. 58, §2º, INCISO V DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O ART. 90, INCISO V DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEREMOS A VOSSA EXCELÊNCIA SEJA FEITO CONVITE AO EXMº SENHOR MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO PARA QUE COMPAREÇA A ESSA COMISSÃO, A FIM DE DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO PAÍS E AS PROPOSTAS DE REFORMULAÇÃO DO MESMO”.

AUTORIA: SENADORES ÍRIS DE ARAÚJO, SÉRGIO CABRAL E PEDRO SIMON

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 438, DE 2005**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE FERNANDÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 05**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 447, DE 2005**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA DE PEREIRA BARRETO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PEREIRA BARRETO, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 06**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 441, DE 2005**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO PRÓ DESENVOLVIMENTO DE CERRO BRANCO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CERRO BRANCO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR ROBERTO SATURNINO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 07

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 430, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A FUNDAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA 'EDUCAR' A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PATOS DE MINAS, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 08

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 454, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DOS MORADORES DE FAINA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE FAINA, ESTADO DE GOIÁS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 09

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 474, DE 2005

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO 90,7 LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE GOIANÁPOLIS, ESTADO DE GOIÁS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 10

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 475, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PIRACANJUBA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PIRACANJUBA, ESTADO DE GOIÁS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 11

TERMINATIVO**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 412, DE 2005**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE JUTI - ACODECAJ A EXECUTAR SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE JUTI, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADORA FÁTIMA CLEIDE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 12**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 418, DE 2005**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO ONDAS VERDES FM A EXECUTAR SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE TACURU, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADORA FÁTIMA CLEIDE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 13**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 443, DE 2005**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO DOM EDILBERTO DINKELBORG - FUNDED PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE OEIRAS, ESTADO DO PIAUÍ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 14**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 445, DE 2005**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE CUBATI - A.B.C. A EXECUTAR SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CUBATI, ESTADO DA PARAÍBA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR REGINALDO DUARTE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 16/11/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01**TERMINATIVO**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 090, DE 2004

“INTRODUZ MODIFICAÇÕES NA LEI Nº 4117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962, QUE INSTITUI O CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES, PARA OBRIGAR AS EMISSORAS OFICIAIS DE TELEVISÃO A VEICULAR IMAGENS DE PESSOAS DESAPARECIDAS”.

AUTORIA: SENADOR RODOLPHO TOURINHO

RELATORIA: SENADOR GERSON CAMATA

PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA E REJEITANDO A EMENDA DO SENADOR FLÁVIO ARNS

OBS.1: NA REUNIÃO DO DIA 28/06/05 FOI CONCEDIDA VISTA AOS SENADORES FLÁVIO ARNS E GERALDO MESQUITA

OBS.2: NO DIA 30/06/05 O SENADOR FLÁVIO ARNS OFERECE 01 (UMA) EMENDA

OBS.3: SERÃO REALIZADAS DUAS VOTAÇÕES NOMINAIS, UMA PARA O PROJETO E OUTRA PARA A EMENDA

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 444, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL, EDUCACIONAL E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE PAULISTAS A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PAULISTAS, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 455, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA AS OBRAS SOCIAIS DOM BOSCO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE IRAPUÃ, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR GERALDO MESQUITA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 468, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS RUMOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E ARTÍSTICO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE BARBOSA, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR GERALDO MESQUITA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 05

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 490, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO RIOCLARENSE DOS COLECIONADORES DE DISCOS DE VINIL A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE RIO CLARO, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR GERALDO MESQUITA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 06

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 446, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SANTO INÁCIO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SANTO INÁCIO, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR ROBERTO SATURNINO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 07

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 463, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE TIBAGI A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE TIBAGI, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR ROBERTO SATURNINO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 08

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 484, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE AÇÃO SOCIAL COMUNITÁRIA DO CAJURU A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR ROBERTO SATURNINO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 09

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 487, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CAMBARAENSE DE RÁDIO COMUNITÁRIA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CAMBARÁ, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR ROBERTO SATURNINO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 10

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 489, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - ACODECAB A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR ROBERTO SATURNINO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 11

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 457, DE 2005

“APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À MAIA & OLIVEIRA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE COSTA RICA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 12

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 460, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA ROSÁRIO/FM A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MOEMA, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 13

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 417, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO UNISUL FM - ACRU A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE UNIÃO DO SUL, ESTADO DE MATO GROSSO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 14

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 451, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE DENISE - MT A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE DENISE, ESTADO DE MATO GROSSO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 15

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 464, DE 2005

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO DE APOIO À COMUNICAÇÃO CRISTÃ - FACC PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE PICOS, ESTADO DO PIAUÍ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR NEY SUASSUNA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 16

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 483, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO VALENCIANA - FUNCRAVA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE VALENÇA, ESTADO DO PIAUÍ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR NEY SUASSUNA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 17

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 442, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRINCESA DO TRAIRÍ A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO BENTO DO TRAIRÍ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FERNANDO BEZERRA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 18

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 470, DE 2005

“APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO MENINA TROPICAL FM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE BLUMENAU, ESTADO DE SANTA CATARINA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADORA IDELI SALVATTI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 19**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 437, DE 2005**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE POJUCA A EXECUTAR SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE POJUCA, ESTADO DA BAHIA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 20**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 449, DE 2005**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA TRANSVIÇOSA DE RÁDIO DIFUSÃO A EXECUTAR SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE NOVA VIÇOSA, ESTADO DA BAHIA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 21**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 450, DE 2005**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E AGROPASTORIL DE TUIUTIBA A EXECUTAR SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CAMPO FORMOSO, ESTADO DA BAHIA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 22**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 452, DE 2005**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE ADUSTINA FM MHZ A EXECUTAR SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ADUSTINA, ESTADO DA BAHIA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 23**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 453, DE 2005**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO SERRANA FM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SANTO AMARO, ESTADO DA BAHIA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 24

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 456, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ANAGÉ, ESTADO DA BAHIA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 25

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 476, DE 2005

“APROVA O A ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO AÇÃO CANDEIAS FM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE RIACHÃO DO JACUIPE, ESTADO DA BAHIA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 26

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 479, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO ESPERANÇA E LIBERDADE A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CANDIBA, ESTADO DA BAHIA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 27

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 481, DE 2005

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À BISPO GUAPORÉ RADIODIFUSÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE AMARGOSA, ESTADO DA BAHIA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 17/11/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - ASSUNTO: INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279/03, QUE “DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CORREIO ELETRÔNICO, POR INTERMÉDIO DA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES - INTERNET, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES JOSÉ JORGE, ROMEU TUMA E EDUARDO AZEREDO. AUTORIA DO PROJETO: SENADOR DELCÍDIO AMARAL. RELATORIA DO PROJETO: SENADOR EDUARDO AZEREDO. CONVIDADOS: PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR, Presidente Substituto da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; ANTÔNIO ALBERTO TAVARES, Presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso de Serviços e Informações da Rede de Internet – ABRANET; MARCELO DE CARVALHO LOPES, Coordenador do Conselho Gestor de Internet do Brasil – CGIBr; LUIS FERNANDEZ LOPEZ, Coordenador de Tecnologia da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP; PAULO QUINTILIANO DA SILVA, Chefe do Setor de Perícia de Informática do Instituto Nacional de Criminalística – SEPINF. RESULTADO: REALIZADA.

REUNIÃO REALIZADA EM 22/11/2005 – EXTRAORDINÁRIA

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS DA COMISSÃO AO ORÇAMENTO DE 2006 - **EMENDA 01** - “AMPLIAÇÃO DOS RECURSOS DA FUNARTE PARA A CONCESSÃO DE PRÊMIOS DE ARTE E CULTURA PARA O TEATRO E DANÇA (PRÊMIO MYRIAM MUNIZ E KLAUS VIANA – NACIONAL)”. AUTORIA: SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL – CECTS. VALOR: R\$ 100.000.000,00. **RESULTADO: APROVADA.** **EMENDA 02** - “APOIO À REESTRUTURAÇÃO DA REDE FÍSICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL”. AUTORIA: SENADOR ROMERO JUCÁ. VALOR: R\$ 1.280.000.000,00. **RESULTADO: APROVADA.** **EMENDA 03:** “FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL”. AUTORIA: SENADORES GERSON CAMATA, LÚCIA VÂNIA, MARIA DO CARMO ALVES, ROBERTO SATURNINO, PAULO PAIM, GERALDO MESQUITA, AELTON FREITAS, VALDIR RAUPP E MÃO SANTA. VALOR: R\$ 680.000.000,00. **RESULTADO: APROVADA.** **EMENDA 04:** “APOIO À PESQUISA E INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL”. AUTORIA: SENADOR NEY SUASSUNA. VALOR: R\$ 100.000.000,00. **RESULTADO: APROVADA.** **EMENDA 05:** “FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS INOVADORAS NAS TELECOMUNICAÇÕES”. AUTORIA: SENADOR GERSON CAMATA. VALOR: R\$ 200.000.000,00. **RESULTADO: APROVADA.**

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS DA COMISSÃO AO PPA - 2004/2007 - **EMENDA DE REVISÃO. EMENDA 01:** “NOVA AMPLIAÇÃO DOS RECURSOS DA FUNARTE, DESTINADOS AOS PRÊMIOS MYRIAM MUNIZ E KLAUS VIANA E PROJETOS DE CIRCULAÇÃO, EQUIPAMENTOS E FORMAÇÃO”. AUTORIA: SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL. VALOR: R\$ 100.000.000,00. **RESULTADO: APROVADA.**

REUNIÃO REALIZADA EM 22/11/2005 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 361, DE 2005

“PRORROGA ATÉ O EXERCÍCIO FISCAL DE 2016, INCLUSIVE, O PRAZO DE QUE TRATA O DISPOSTO NO ART. 1º DA LEI Nº 8.685, DE 1993, QUE CRIA MECANISMOS DE FOMENTO À ATIVIDADE AUDIOVISUAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTORIA: SENADOR SÉRGIO CABRAL

RELATOR: SENADOR GERSON CAMATA

PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 02
NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, DE 2005

“ALTERA A LEI Nº 10.610, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002 E A LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962, PARA DISPOR SOBRE ALTERAÇÕES SOCIETÁRIAS DAS EMPRESAS JORNALÍSTICAS E DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA E DE SOMS E IMAGENS”.

AUTORIA: SENADOR HÉLIO COSTA

RELATOR: SENADOR EDISON LOBÃO

PARECER: FAVORÁVEL, REJEITANDO AS EMENDAS DO SENADOR GERALDO MESQUITA

OBS.1: NA REUNIÃO DO DIA 30/08/05 FOI CONCEDIDA VISTA COLETIVA

OBS.2: NO DIA 13/09/05 O SENADOR ROBERTO SATURNINO APRESENTA DECLARAÇÃO DE VOTO

OBS.3: NO DIA 14/09/05 O SENADOR GERALDO MESQUITA OFERECIU 03 (TRÊS) EMENDAS, QUE FORAM ENCAMINHADAS AO RELATOR EM 15/09/05

OBS.4: A MATÉRIA CONTOU NA Pauta da Reunião do dia 16/11/05

OBS.5: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E CIDADANIA

RESULTADO: **RETIRADO DE PAUTA, ATENDENDO A SOLICITAÇÃO DO RELATOR, PARA REEXAME DA MATÉRIA**

ITEM 03
TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, DE 2005

“ALTERA O ART. 2º DA LEI Nº 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005, PARA ESTENDER O ATENDIMENTO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS AOS ESTUDANTES BENEFICIADOS COM BOLSA PARCIAL NO ENSINO MÉDIO PRIVADO”.

AUTORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

RELATOR: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

PARECER: FAVORÁVEL

OBS: A MATÉRIA CONTOU NA Pauta da Reunião do dia 16/11/05

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 04
NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 095, DE 2003

“EXTINGUE AS LISTAS TRÍPLICES DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS DIRIGENTES UNIVERSITÁRIOS REGULADO PELA LEI Nº 9192, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1995”.

AUTORIA: DEPUTADO WILSON SANTOS

RELATORIA AD HOC: SENADOR MÃO SANTA

PARECER: FAVORÁVEL, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO

OBS: A MATÉRIA CONTOU NA Pauta das Reuniões dos dias 08/11/05 e 16/11/05

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 05
TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, DE 2003

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE CATARINENSE (UFOESTE)”.

AUTORIA: SENADOR LEONEL PAVAN

RELATOR AD HOC: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL, COM AS EMENDAS OFERECIDAS

OBS.1.: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 16/11/05

OBS.2.: SERÃO REALIZADAS DUAS VOTAÇÕES NOMINAIS, UMA PARA O PROJETO E OUTRA PARA AS EMENDAS

RESULTADO: APROVADO

ITEM 06

TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2005

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A ESCOLA AGROTÉCNICA DE RIO BRANCO, NO ESTADO DO ACRE”.

AUTORIA: SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

RELATOR: SENADORA FÁTIMA CLEIDE

PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA

OBS.1.: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 16/11/05

OBS.2.: SERÃO REALIZADAS DUAS VOTAÇÕES NOMINAIS, UMA PARA O PROJETO E OUTRA PARA AS EMENDAS

RESULTADO: APROVADO

ITEM 07

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, DE 2000

(TRAMITANDO EM CONJUNTO COM PLS 291/04)

“ALTERA O INCISO III DO ARTIGO 8º DA LEI Nº 5700, DE 19 DE SETEMBRO DE 1971, QUE ‘DISPÕE SOBRE A FORMA E A APRESENTAÇÃO DOS SÍMBOLOS NACIONAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS’, PARA SUBSTITUIR, NA REPRESENTAÇÃO DAS ARMAS NACIONAIS, O RAMO DE FUMO PELO DE GUARANÁ”.

AUTORIA: SENADOR JEFFERSON PERES

RELATORIA: SENADOR GILBERTO GOELLNER

PARECER: PELA REJEIÇÃO DESTE PROJETO E DO PLS 291/04, QUE TRAMITA EM CONJUNTO

OBS.1: NA REUNIÃO DO DIA 08/11/05 FOI CONCEDIDA VISTA AO SENADOR MARCO MACIEL, QUE NÃO APRESENTOU MANIFESTAÇÃO POR ESCRITO

OBS.2.: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 16/11/05

OBS.3: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

RESULTADO: APROVADO O PARECER PELA REJEIÇÃO DOS PLS 200/00 E 291/04

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, DE 2004

(TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PLS 200/00)

“ALTERA A LEI Nº 5.700, DE 1º DE SETEMBRO DE 1971, PARA SUBSTITUIR O RAMO DE FUMO FLORIDO DAS ARMAS NACIONAIS, PELA PLANTA DA CANA-DE-AÇÚCAR”.

AUTORIA: SENADOR VALMIR AMARAL

RELATORIA: SENADOR GILBERTO GOELLNER

PARECER: PELA REJEIÇÃO DESTE PROJETO E DO PLS 200/00, QUE TRAMITA EM CONJUNTO

OBS.1: NA REUNIÃO DO DIA 08/11/05 FOI CONCEDIDA VISTA AO SENADOR MARCO MACIEL, QUE NÃO APRESENTOU MANIFESTAÇÃO POR ESCRITO

OBS.2.: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 16/11/05

OBS.3: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

RESULTADO: APROVADO O PARECER PELA REJEIÇÃO DOS PLS 200/00 E 291/04

ITEM 08

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 439, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI DIOGO DE PARAMOTI A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PARAMOTI, ESTADO DO CEARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR REGINALDO DUARTE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 09

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 466, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SAMBENEDITENSE A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO BENEDITO, ESTADO DO CEARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR REGINALDO DUARTE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 10

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 473, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RAIMUNDA CLEONICE LINHARES A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MASSAPÊ, ESTADO DO CEARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR REGINALDO DUARTE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 11

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 488, DE 2005

“APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À TELEVISÃO VERDES MARES LTDA., PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE FORTALEZA, ESTADO DO CEARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR REGINALDO DUARTE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 12

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 465, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DE LAGOA DOS GATOS A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE LAGOA DOS GATOS, ESTADO DE PERNAMBUCO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 13

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº486, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO SÍTIO SÃO MIGUEL - ASMOSSM - SOSSEGO - PB A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SOSSEGO, ESTADO DA PARAÍBA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR GERALDO MESQUITA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 14

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 491, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO PORTAL DO ALVORADA/SALGADO SÃO FÉLIX - PB A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE SALGADO DE SÃO FÉLIX, ESTADO DA PARAÍBA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 15

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 459, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GUIMARÃES A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE GUIMARÃES, ESTADO DO MARANHÃO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 16

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 458, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOLIDARIEDADE GOIANORTE FM A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE GOIANORTE, ESTADO DO TOCANTINS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO CABRAL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 17**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 478, DE 2005**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL, INFORMATIVO E SOCIAL DE TERENOS - MS A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE TERENOS, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR DELCÍDIO AMARAL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 18**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1356, DE 2004**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA SOCIEDADE RÁDIO DIFUSORA VALE DO ITAJAÍ LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE ITAJAÍ, ESTADO DE SANTA CATARINA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR LEONEL PAVAN

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 19**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 423, DE 2005**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO A ORGANIZAÇÕES SO DE COMUNICAÇÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE PENHA, ESTADO DE SANTA CATARINA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR LEONEL PAVAN

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 20**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 440, DE 2005**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA GUARACIABA - ARCGUA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE GUARACIABA, ESTADO DE SANTA CATARINA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR LEONEL PAVAN

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 21**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 467, DE 2005**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CANOINHAS, ESTADO DE SANTA CATARINA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR LEONEL PAVAN

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 22

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 493, DE 2005

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E DE DIFUSÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE JOINVILLE - FUNADEJ PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE JOINVILLE, ESTADO DE SANTA CATARINA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR LEONEL PAVAN

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 23

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO Nº 37, DE 2005 - CE

“REQUER, NOS TERMOS DO ART. 93, DO REGIMENTO INTERNO, A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, PARA INSTRUIR O PLS Nº 287, DE 2005, QUE 'INSERE § 3º NO ART. 27 DA LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991, PARA OBRIGAR A PESSOA JURÍDICA A BENEFICIAR, TAMBÉM, PROJETO CULTURAL DE OUTRA INSTITUIÇÃO AO REALIZAR DOAÇÃO OU PATROCÍNIO A PROJETO CULTURAL DE INSTITUIÇÕES CULTURAIS SEM FINS LUCRATIVOS, CRIADAS PELO DOADOR OU PATROCINADOR" E AVALIAR A APLICABILIDADE DA LEI ROUANET APÓS QUATORZE ANOS DE EXPERIÊNCIA. PARA A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA DEVERÃO SER CONVIDADOS: YACOFF SARKOVAS, FUNDADOR E PRESIDENTE DA ARTICULTURA COMUNICAÇÃO; EDUARDO SZAZI, ADVOGADO; FÁBIO DE SÁ CESNICK, ADVOGADO; FERNANDO ROSSETTI, SECRETÁRIO GERAL DO GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS; HUGO BARRETO, SECRETÁRIO GERAL DA FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO; MIGUEL KRIGSNER, PRESIDENTE DA EMPRESA 'O BOTICÁRIO' E O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO GILBERTO GIL, MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA”.

AUTORIA: SENADORES CRISTOVAM BUARQUE E WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 29/11/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01

TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 308, DE 2005

“ALTERA A LEI Nº 9.998, DE 17 DE AGOSTO DE 2000, QUE INSTITUI O FUNDO DE UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES PARA CONCEDER PREFERÊNCIA, NO FINANCIAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES, A PRODUTOS QUE UTILIZEM 'SOFTWARE ABERTO’”. AUTORIA: SENADORA SERYS SLHESARENKO. RELATORIA: SENADOR GILBERTO GOELLNER. PARECER: FAVORÁVEL.

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 115, DE 2005**

“DECLARA PATRONA DO FEMINISMO NACIONAL A ESCRITORA ROSE MARIE MURARO”. AUTORIA: DEPUTADA LAURA CARNEIRO. RELATORIA: SENADORA ÍRIS DE ARAÚJO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO. OBS.: APROVADO REQUERIMENTO DE URGÊNCIA PARA O PROJETO.**

ITEM 03**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 082, DE 2005**

“INSTITUI O DIPLOMA VLADIMIR HERZOG DE DIREITOS HUMANOS E DISPÕE SOBRE A SUA CONCESSÃO”. AUTORIA: SENADOR VALMIR AMARAL. RELATORIA: SENADORA ÍRIS DE ARAÚJO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 04**NÃO TERMINATIVO****ADITAMENTO Nº 01 AO REQUERIMENTO Nº 37, DE 2005-CE**

“REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA INCLUÍDO NA LISTA DE CONVIDADOS RELACIONADOS NO REQUERIMENTO N.º 37/05, DE AUTORIA DOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES SENADORES CRISTOVAM BUARQUE E WELLINGTON SALGADO, APROVADO EM 22/11/05, O NOME DA SENHORA MARIA ELEONORA BARROSO SANTA ROSA, SECRETÁRIA DE CULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, PARA PARTICIPAR NESTA COMISSÃO, DE AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE IRÁ INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287/2005, QUE 'INSERE § 3º, NO ART. 27 DA LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991, PARA OBRIGAR A PESSOA JURÍDICA A BENEFICIAR, TAMBÉM PROJETO CULTURAL DE OUTRA INSTITUIÇÃO AO REALIZAR DOAÇÃO OU PATROCÍNIO AO PROJETO CULTURAL DE INSTITUIÇÕES CULTURAIS SEM FINS LUCRATIVOS, CRIADAS PELO DOADOR OU PATROCINADOR' E AVALIAR A APLICABILIDADE DA LEI ROUANET APÓS QUATORZE ANOS DE EXPERIÊNCIA”. AUTORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 05**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 448, DE 2005**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA APUAÊ DE SANANDUVA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SANANDUVA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 06**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 485, DE 2005**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RADIODIFUSÃO RAMADAM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADORA ÍRIS DE ARAÚJO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 07

TERMINATIVO**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 462, DE 2005**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DIXSEPTIENSE A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 08**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº471, DE 2005**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE CENTRAL CARAPINA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SERRA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR GERSON CAMATA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 09**NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 38, DE 2005-CE**

“REQUER, NOS TERMOS DO ART. 93, INCISO I, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, DE 2000, QUE 'DISPONDO SOBRE A RESERVA DE VAGAS NOS CONCURSOS PÚBLICOS PARA OS TRABALHADORES INDÍGENAS', COM A PRESENÇA DOS SEGUINTE CONVIDADOS: 1) SR. FRANCISCO AVELINO BATISTA, REPRESENTANTE DA COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA - COIAB; 2) DRA. DÉBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA, SUBPROCURADORA GERAL DA REPÚBLICA; 3) SR. VILMAR MARTINS MOURA GUARANY, COORDENADOR GERAL DE DEFESA DOS DIREITOS INDÍGENAS DA FUNAI; 4) SR. SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA, SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO”. AUTORIA: SENADORA FÁTIMA CLEIDE. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 10**NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 39, DE 2005-CE**

“NOS TERMOS DO ARTIGO 336, INCISO II, COMBINADO COM O ARTIGO 338, INCISO IV, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUER URGÊNCIA, PARA O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 115, DE 2005, QUE 'DECLARA PATRONA DO FEMINISMO NACIONAL A ESCRITORA ROSE MARIE MURARO'”. AUTORIA: SENADORA ÍRIS DE ARAÚJO. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 11**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 097, DE 2005**

“INSTITUI O ANO DE 2006 COMO ANO DO TURISMO”. AUTORIA: DEPUTADO ROGÉRIO SILVA. RELATORIA: SENADOR LEONEL PAVAN. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.** OBS.: APROVADO REQUERIMENTO DE URGÊNCIA PARA O PROJETO.

ITEM 12**NÃO TERMINATIVO**

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 40, DE 2005-CE

“NOS TERMOS DO ARTIGO 336, INCISO II, COMBINADO COM O ARTIGO 338, INCISO IV, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUER URGÊNCIA, PARA O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, DE 2005, QUE 'INSTITUI O ANO DE 2006 COMO ANO DO TURISMO'”. AUTORIA: SENADOR LEONEL PAVAN. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 13**NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 41, DE 2005-CE**

“NOS TERMOS DO § 2º DO ART. 50 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O ART. 90, INCISO X, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO SEJAM PRESTADAS, PELO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: NO QUE DIZ RESPEITO ÀS REUNIÕES DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, DESDE A NOMEAÇÃO DO SR. NELSON MACULAN FILHO, SECRETÁRIO DE ENSINO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, EM QUANTAS REUNIÕES ESTEVE ELE PRESENTE, E EM QUE DATAS. TAL REQUERIMENTO SE JUSTIFICA PELA NECESSIDADE DE MAIOR PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DE ÓRGÃO SUJEITO À FISCALIZAÇÃO DESTES SENADO FEDERAL”. AUTORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA. **RESULTADO: APROVADO.**

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**REUNIÃO REALIZADA DIA 09/11/2005 - EXTRAORDINÁRIA**

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA - ASSUNTO: DEBATER A CONSTRUÇÃO DA USINA NUCLEAR DE ANGRA III - AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR FLÁVIO ARNS E SENADOR HÉLIO COSTA (LICENCIADO) – CONVIDADOS: OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA, Diretor-Presidente da Eletrobrás Termonuclear S.A – Eletronuclear; JOAQUIM FRANCISCO DE CARVALHO, Físico e Mestre em Energia Nuclear; LUIZ PINGUELLI ROSA, Coordenador do Programa de Planejamento Energético da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia- COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; ALFREDO TRANJAN FILHO, Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN / MCT. **RESULTADO: REALIZADA.**

REUNIÃO REALIZADA EM 16/11/2005 - EXTRAORDINÁRIA**ITEM ÚNICO****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 11, DE 2005 - CESCT**

“NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 58, § 2º, II E V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM OS ARTS. 90, II E V E 93, II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, EM CONJUNTO COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, PARA DISCUTIR E INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, DE 2003, QUE 'DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CORREIO ELETRÔNICO, POR INTERMÉDIO DA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES – INTERNET, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS'”.

AUTORIA: SENADOR JOSÉ JORGE, ROMEU TUMA E EDUARDO AZEREDO

OBS.: O REQUERIMENTO FOI APROVADO EM 20/09/2005, NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 17/11/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - ASSUNTO: INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279/03, QUE “DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CORREIO ELETRÔNICO, POR INTERMÉDIO DA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES - INTERNET, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES JOSÉ JORGE, ROMEU TUMA E EDUARDO AZEREDO. AUTORIA DO PROJETO: SENADOR DELCÍDIO AMARAL. RELATORIA DO PROJETO: SENADOR EDUARDO AZEREDO. CONVIDADOS: PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR, Presidente Substituto da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; ANTÔNIO ALBERTO TAVARES, Presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso de Serviços e Informações da Rede de Internet – ABRANET; MARCELO DE CARVALHO LOPES, Coordenador do Conselho Gestor de Internet do Brasil – CGIBr; LUIS FERNANDEZ LOPEZ, Coordenador de Tecnologia da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP; PAULO QUINTILIANO DA SILVA, Chefe do Setor de Perícia de Informática do Instituto Nacional de Criminalística – SEPINF. **RESULTADO: REALIZADA.**

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA.

REUNIÃO REALIZADA EM 08/11/2005 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA - para discutir matéria de interesse do setor produtivo, área de pesquisa e desenvolvimento de produto (ciência e tecnologia), no que tange à propriedade industrial, especialmente a tramitação dos processos de concessão de patente. **REQUERIMENTO Nº 30, DE 2005 – CMA. AUTORIA: SENADOR NEY SUASSUNA.** Convidados: Jorge de Paula Costa Ávila, Vice-Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI; Tatiana Deane de Abreu Sá, Diretora Executiva da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA; Antonio Carlos Siqueira da Silva, Diretor Jurídico da NATURA Cosméticos S/A; Aluizio Borém, Presidente da Câmara de Biotecnologia da Federação das Indústrias de Minas Gerais – FIEMG, representante da Associação Brasileira das Empresas de Biotecnologia - ABRABI; Otto B. Licks, representante da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual - ABPI; Nelson Brasil, Vice-Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades - ABIFINA; Jorge Raimundo Filho, Presidente do Conselho Consultivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa - INTERFARMA; Sérgio Henrique Ferreira, Professor da Faculdade de Medicina da USP/Ribeiro Preto, ex-presidente e conselheiro efetivo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC. **RESULTADO: REALIZADA.**

REUNIÃO REALIZADA EM 23/11/2005 - EXTRAORDINÁRIA

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS DA COMISSÃO PARA O ORÇAMENTO 2006 - Relatoria: Senador NEY SUASSUNA. EMENDAS APROVADAS: EMENDA Nº 01-CMA: Polícia Federal – Administração da Unidade – Compra de Aeronave Junto a EMBRAER, no valor de R\$ 100.000.000,00, de autoria dos Senadores LEOMAR QUINTANILHA e JOÃO RIBEIRO; EMENDA Nº 02-CMA: Agência Nacional de Águas – ANA – Fomento a Projetos de Recuperação e Conservação de Bacias Hidrográficas, no valor de R\$ 300.000.000,00, de autoria do Senador TEOTÔNIO VILELA FILHO; EMENDA Nº 03-CMA: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP – Fiscalização da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis, no valor de R\$ 180.000.000,00, de autoria dos Senadores NEY SUASSUNA e LEOMAR QUINTANILHA; EMENDA Nº 04-CMA: Tribunal de Contas da União – Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais, no valor de R\$ 228.986.701,00, de autoria dos Senadores ROMERO JUCÁ, NEY SUASSUNA e LEOMAR QUINTANILHA; EMENDA Nº 05-CMA: Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – Pesquisa e Monitoramento Oceanográfico, no valor de R\$ 65.000.000,00, de autoria dos Senadores AELTON FREITAS, FLEXA RIBEIRO, GILBERTO GOELLNER e SIBÁ MACHADO.

REUNIÃO REALIZADA EM 29/11/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM Nº 01 - MENSAGEM (SF) Nº 260, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO - Ementa: “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor José Machado, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA, cujo mandato expira no próximo dia 19 de dezembro.” Autoria: Presidência da República. Relator: Senador TEOTÔNIO VILELA FILHO. Parecer: Em condições de ser apreciado na Comissão. **Resultado: APROVADO COM 16 VOTOS SIM, NENHUM VOTO NÃO E NENHUMA ABSTENÇÃO.**

ITEM Nº 02 - MENSAGEM (SF) Nº 261, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO - Ementa: “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA, cujo mandato expira no próximo dia 19 de dezembro.” Autoria: Presidência da República. Relator: Senador CÉSAR BORGES. Parecer: Em

condições de ser apreciado na Comissão. **Resultado: APROVADO COM 15 VOTOS SIM, 01 VOTO NÃO E NENHUMA ABSTENÇÃO.**

ITEM Nº 3 - REQUERIMENTO Nº 32, DE 2005-CMA - “REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, QUE SEJA SOLICITADA AO TCU A REMESSA DA CÓPIA INTEGRAL DO PROCESSO 020.111.2005-8, INCLUSIVE RELATÓRIO DE AUDITORIA E ANEXOS, REFERENTE À PFS 01/2004.” AUTORIA: SENADORA ANA JÚLIA CAREPA. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM Nº 4 - REQUERIMENTO Nº 33, DE 2005-CMA - “REQUER, NOS TERMOS DO ART. 113-RISF, REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA, E A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, PARA DEBATER E DELIBERAR O PLS 216, DE 2003.” AUTORIA: SENADOR VALDIR RAUPP. **RESULTADO: APROVADO.**

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.

REUNIÃO REALIZADA EM 23/11/2005 – EXTRAORDINÁRIA

1ª parte – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS DA COMISSÃO AO ORÇAMENTO 2006 E AO PPA 2004/2007. Relator: Senador PAULO PAIM. EMENDAS APROVADAS:

UO	AÇÃO	VALOR (R\$1,00)
20126 - SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	0770 – APOIO A INICIATIVAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	100.100.000
20155 – SUBSECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	0B08 – APOIO A SERVIÇOS DE PREVENÇÃO E COMBATE À HOMOFOBIA	105.000.000
20122 – SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	0911 – APOIO A SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLENCIA	250.000.000
20928 – FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE – FNCA	0878 – APOIO A CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE INTERNAÇÃO RESTRITIVA E PRIVISÓRIA	140.000.000
55901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2060 – AÇÕES SÓCIOEDUCATIVAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO	166.600.000
TOTAL		761.700.000

2ª parte – deliberação de matérias. ITEM Nº 01 - REQUERIMENTO Nº 14, DE 2005 - Assunto: De audiência pública, nos termos do art. 93 do Regimento Interno, para instruir o PLS nº 281, de 2005, que “Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão do incentivo fiscal”. Com a presença dos Presidentes da Sociedade Brasileira de Pediatria, da OAB, da Fundação Abrinq, do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes e da Secretária de Políticas para as Mulheres. **Autor: Senador REGINALDO DUARTE. Resultado: APROVADO.**

ITEM Nº 02 - REQUERIMENTO Nº , DE 2005 - Assunto: De audiência pública, com vistas a tratar das QUESTÕES INDÍGENAS atinentes ao “Dia de Luta dos Povos Indígenas”, no Município de São Gabriel/RS, objetivando sua inclusão social e concessão de cidadania. Com os seguintes convidados: Ministro de Estado da Cultura, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Presidente Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Presidente da Assembléia Legislativa/RS, Presidente do Fórum Nacional de Defesa dos Direitos Indígenas, Presidente de Caciques do Rio Grande do Sul, Presidente da Frente

Parlamentar em Defesa dos Direitos Indígenas, Presidente do Conselho Indigenista Missionário – (CNBB), Presidente da Funai, Secretário Especial de Direitos Humanos, Subprocurador Geral da República, Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa/RS e outros a serem definidos pela própria Comissão”. **Autor:** Senador PAULO PAIM. **Resultado:** APROVADO.

ITEM Nº 03 - REQUERIMENTO Nº , DE 2005 - Assunto: De audiência pública, com vistas a discutir a posição do Brasil no Ranking social elaborado pela ONG Internacional Social Watch, que avalia o desempenho de 163 países na área social e combate às desigualdades, classificando o país na 94ª posição. **Autores:** Senadores PAULO PAIM e CRISTOVAM BUARQUE. **Resultado:** APROVADO.

ITEM Nº 04 - SUGESTÃO Nº 03, DE 2004 - Assunto: “Dá nova redação a dispositivos da lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências”. **Autor:** Associação Comunitária de Chonin de Cima (ACOCCI). **Relator:** Senador AELTON FREITAS. **Voto:** Pelo arquivamento. **Resultado:** APROVADO.

ITEM Nº 05 - SUGESTÃO Nº 18, DE 2004 - Assunto: “Visa estabelecer a obrigatoriedade de se fazer constar nos editais de licitação pública, medidas de proteção à saúde e seguridade do trabalhador”. **Autor:** Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região. **Relator:** Senador AELTON FREITAS. **Voto:** Pela aprovação nos termos do projeto que apresenta. **Resultado:** APROVADO.

ITEM Nº 06 - SUGESTÃO Nº 01, DE 2005 - Assunto: “Acrescenta parágrafo ao art. 33 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências”. **Autor:** Associação Comunitária de Chonin de Cima (ACOCCI). **Relator:** Senador LEOMAR QUINTANILHA. **Voto:** Pelo arquivamento. **Resultado:** APROVADO.

ITEM Nº 07 - SUGESTÃO Nº 14, DE 2005 - Assunto: “Propõe a revogação da Emenda Constitucional nº 15, de 1996, que dá nova redação ao parágrafo 4º do art. 18 da Constituição Federal”. **Autor:** Associação Comunitária de Chonin de Cima (ACOCCI). **Relator:** Senador JOSÉ AGRIPINO. **Voto:** Pelo arquivamento. **Resultado:** APROVADO.

ITEM Nº 08 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 173, DE 2004 - TERMINATIVO - Assunto: “Acrescenta artigo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, para isentar do pagamento de taxas bancárias as contas de cidadãos maiores de 60 anos que recebam aposentadoria da Previdência Social até o valor equivalente a 1 (um) salário mínimo.” **Autor:** Senador SÉRGIO CABRAL. **Relator:** Senador REGINALDO DUARTE. **Voto:** Pela aprovação da matéria com 3 (três) emendas que apresenta. **Resultado:** APROVADO O PROJETO E AS EMENDAS.

ITEM Nº 09 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, DE 2003 - TERMINATIVO - Assunto: “Modifica o parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências”. **Autor:** Senador PAULO PAIM. **Relator:** Senador FLEXA RIBEIRO. **Voto:** Pela aprovação na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** APROVADO COM EMENDA DE REDAÇÃO. **Obs:** Não foram oferecidas emendas em turno suplementar.

ITEM Nº 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 309, DE 2004 - TERMINATIVO - Assunto: “Define os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem”. **Autor:** Senador PAULO PAIM. **Relator:** Senador ROMEU TUMA. **Voto:** Pela aprovação do Projeto, com as emendas apresentadas pela CCJ. **Resultado:** APROVADO.

REUNIÃO REALIZADA EM 30/11/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM Nº 01 – TURNO SUPLEMENTAR DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, DE 2003 - “Modifica o parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências”. Autor do Projeto: Senador PAULO PAIM. Relator: Senador FLEXA RIBEIRO. **OBSERVAÇÃO: APRECIACÃO EM TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO APROVADO NA REUNIÃO DO DIA 23/11 (ARTS. 92 E 282 - R.I). Resultado: DEFINITIVAMENTE ADOTADO.**

ITEM Nº 01 - REQUERIMENTO Nº 17, DE 2005 - De audiência pública, nos termos do art. 58, §2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, com vistas a tratar das “Demarcações das Terras Indígenas KRAHÔ/KANELA”, com a presença do Presidente da Funai, da Coordenadora da 6ª Câmara da Procuradoria Geral da República, do Cacique representante do povo Krahô/Kanela, do Advogado do povo Krahô/Kanela, do Secretário do Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas, do Representante da APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e outros. Autor: Senador PAULO PAIM. **Resultado: APROVADO, a audiência deverá ser realizada no dia 14/12/2005.**

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL–CRE**REUNIÃO REALIZADA EM 10/11/2005 – EXTRAORDINÁRIA**

ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 244, DE 2005 - SUBMETE À APRECIACÃO DO SENADO FEDERAL, A INDICAÇÃO DO SENHOR EDGARD TELLES RIBEIRO, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO REINO DA TAILÂNDIA, E, CUMULATIVAMENTE, OS CARGOS DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA SOCIALISTA DA UNIÃO MYANMAR, NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA POPULAR DO LAOS E NO REINO DO CAMBOJA, DESDE QUE OBTIDO OS AGRÉMENTS DOS GOVERNOS DAQUELES PAÍSES. AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA. RELATORIA: SENADORA SERYS SLHESSARENKO. RELATORIA “AD HOC”: SENADOR EDUARDO SUPLICY. PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO. **RESULTADO: APRECIADO.**

ITEM 02 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 132, DE 2005 - SUBMETE À APRECIACÃO DO SENADO FEDERAL O NOME DO SENHOR LUIZ AUGUSTO DE CASTRO NEVES, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA CORÉIA. AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. RELATORIA: SENADOR HERÁCLITO FORTES. PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO. **RESULTADO: APRECIADO.**

REUNIÃO REALIZADA EM 17/11/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 249, DE 2005 - SUBMETE À APRECIACÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR ALMIR FRANCO DE SÁ BARBUDA, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO REINO DA BÉLGICA, E, CUMULATIVAMENTE, O DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO GRÃO-DUCADO DE LUXEMBURGO, DESDE QUE OBTIDO O AGRÉMENT DO GOVERNO DAQUELE PAÍS. AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA. RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA. RELATORIA “AD HOC”: SENADOR VALDIR RAUPP. PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO. **RESULTADO: APRECIADO.**

REUNIÃO REALIZADA EM 23/11/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS DA COMISSÃO AO ORÇAMENTO DE 2006 – LOA E PPA. RESULTADO: REALIZADA.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

REUNIÃO REALIZADA EM 08/11/2005 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM Nº 01 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO - Ementa: “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, a rodovia nova que especifica.” Autoria: Comissão de Legislação Participativa. Relatoria: Senador Eduardo Azeredo. Parecer: Favorável a aprovação da matéria, com 1 emenda de redação. **Resultado: Aprovado.**

ITEM Nº 02 - SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 39, DE 2002 - (TURNO SUPLEMENTAR) - Ementa: “Dispõe sobre a instalação de aparelho para a medição de pulsos telefônicos no Serviço Telefônico Fixo Comutado e do Serviço Móvel Celular.” Autoria: Senador Arlindo Porto. Relatoria: Senador Rodolpho Tourinho. Parecer: Favorável a aprovação da matéria conforme substitutivo apresentado. **Resultado: Não foram oferecidas emendas até o final da discussão em turno suplementar. O substitutivo é dado como definitivamente adotado, de acordo com o art. 282 combinado com o art. 92 do Regimento Interno.**

REUNIÃO REALIZADA EM 22/11/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM Nº 01 - MENSAGEM(SF) Nº 246, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO - Ementa: “Submete à apreciação do Senado Federal, a indicação da Senhora JOÍSA CAMPANHER DUTRA para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.” Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Delcídio Amaral. Relatório: Em condições de ser apreciado na Comissão. **Resultado: Aprovada a indicação por 20 votos favoráveis e 03 contrários.**

ITEM Nº 02 - MENSAGEM (SF) Nº 247, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO - Ementa: “Submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor EDVALDO ALVES DE SANTANA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL”. Autoria: Presidência da República. Relator: Senador José Jorge. Relatório: Em condições de ser apreciado na Comissão. **Resultado: Aprovada a indicação por 21 votos favoráveis e 02 contrários.**

REUNIÃO REALIZADA EM 24/11/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS DA COMISSÃO AOS PROJETOS DE LEI Nº 40, DE 2005 – CN(LOA) E AO Nº 41/2005 – CN (PPA) - Resultado: Foram aprovadas **5 (cinco) emendas ao PL 40/2005-CN:** Emenda nº 001/CI: Implantação de Hidrovias, conclusão das Eclusas de Boa Esperança no Rio Parnaíba – Região Nordeste com a inclusão da Eclusa do Tucuruí, no valor de R\$ 300.000.000,00; Emenda nº 002/CI: Controle de Erosão Marítima e Fluvial, no valor de R\$ 200.000.000,00; Emenda nº 003/CI: Construção de Ferrovia Norte-Sul, no valor de R\$ 867.000.000,00; Emenda nº 004/CI: Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, no valor de R\$ 200.000.000,00; e Emenda nº 005/CI: Sinalização Rodoviária, no valor de R\$ 200.000.000,00 e **3 (três) emendas ao PL 41/2005-CN:** Emenda nº 001/CI: Implantação de Hidrovias, conclusão das Eclusas de Boa Esperança no Rio Parnaíba – Região Nordeste com a inclusão da Eclusa do Tucuruí, no valor de R\$ 300.000.000,00; Emenda nº 002/CI: Construção de Ferrovia Norte-Sul, no valor de R\$ 867.000.000,00; Emenda nº 003/CI: Sinalização Rodoviária, no valor de R\$ 200.000.000,00.

REUNIÃO REALIZADA EM 29/11/2005 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 231, DE 2005, QUE “SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL O NOME DO SENHOR LUIZ AUGUSTO SIQUEIRA BITENCOURT, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA – DNIT”. AUTOR: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. RELATOR: SENADOR JOÃO RIBEIRO. RELATÓRIO: A COMISSÃO DISPÕE DE TODOS OS ELEMENTOS NECESSÁRIOS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO. RESULTADO: APROVADO POR 17 VOTOS FAVORÁVEIS E 04 CONTRÁRIOS.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

REUNIÃO REALIZADA EM 10/11/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM Nº 1 - TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DA EMENDA Nº01-CDR (SUBSTITUTIVA) OFERECIDA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2001. DECISÃO TERMINATIVA. Altera o parágrafo único do artigo 15 e o § 4º do artigo 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que “Regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências”. A autoria: Senador JEFFERSON PERES. Relatoria: Senador RODOLPHO TOURINHO. Observação: Em 20/10/2005, foi aprovado Substitutivo; de acordo com o art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria será submetida a Turno Suplementar de Discussão. **Resultado: O SUBSTITUTIVO FOI DADO COMO DEFINITIVAMENTE ADOTADO (ART. 284).**

ITEM Nº 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 2004 - NÃO TERMINATIVO - Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação e dá outras providências. A autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES. Parecer: FAVORÁVEL AO PROJETO E ÀS EMENDAS Nºs 3,4,7,8,9,10,11 E 12 NA FORMA DO SUBSTITUTIVO E PELA REJEIÇÃO DAS EMENDAS Nºs 1,2,5 E 6. Observação: - Em 20/10/2005, foi concedido vista aos Senadores Garibaldi Alves Filho e Ana Júlia Carepa. **Resultado: APROVADAS AS EMENDAS NÚMEROS 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 E 24-CDR, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO APRESENTADO.**

ITEM Nº 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2002 - NÃO TERMINATIVO - Altera dispositivo da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993 que “dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias”, para incluir os portos de turismo entre as modalidades de instalação portuária de uso privativo. A autoria: Senador ARI STADLER. Relatoria: Senador LEONEL PAVAN. Parecer: PELA APROVAÇÃO DO PROJETO, COM A EMENDA QUE APRESENTA. **Resultado: APROVADO O PARECER COM A EMENDA NÚMERO 01-CDR.**

REUNIÃO REALIZADA EM 24/11/2005 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS DA COMISSÃO AO ORÇAMENTO DE 2006 – RESULTADO: Foram aprovadas as seguintes emendas: **Nº 01-CDR:** Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística, no valor de duzentos milhões de reais, do Ministério do Turismo; **Nº 02-CDR:** Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo no Mercado Nacional e Internacional, no valor de duzentos milhões de reais, também do Ministério do Turismo; **Nº 03-CDR:** Apoio à Pesquisa e Inovação em Arranjos Produtivos Locais, no valor de duzentos milhões de reais, do Ministério da Ciência e Tecnologia; **Nº 04-CDR:** Implantação ou Melhoria de obras de Infra-Estrutura Urbana em Municípios com até 100 mil habitantes, no valor de duzentos milhões de reais, do Ministério das Cidades e **Nº 05-CDR:** Implantação da Brigada de Operações Especiais Regionais, no valor de cem milhões de reais, Do Ministério da Defesa (Comando do Exército).

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

REUNIÃO REALIZADA EM 08/11/2005 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA - Audiência Pública com a finalidade de verificar a conjuntura atual dos Registros de Defensivos Genéricos observando, por conseguinte, a possibilidade de concentração de oferta de produtos no mercado e aumento de preços dos insumos agrícolas, em cumprimento ao Requerimento nº 25, de 2005-CRA de autoria do Senador Sérgio Guerra. **CONVIDADOS:** Dr. Luiz Cláudio Meirelles, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Ministério da Saúde; Dr. Luís Eduardo P. Rangel, Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Dr. Márcio Freitas, Coordenador-Geral de Controle e Qualidade Ambiental – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – Ibama; Dr. Túlio Teixeira de Oliveira, da Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos – Aenda; Dr. Cristiano Walter Simon, Presidente Executivo do Conselho Diretor da Associação Nacional de Defesa Vegetal - ANDEF; Dr. Getúlio Pernambuco, Chefe do Departamento Econômico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; Dr. João Carlos de Souza Carvalho, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; Dr. Álvaro Eleotério da Silva, Diretor de Programas da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Dr. Ricardo Pamplona, Coordenação de Fiscalização de Produtos Veterinários – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Dr. Juan Carlos Iglesias Perez, Expert em Agroquímicos - Consultor da FAO. **RESULTADO: REALIZADA.**

REUNIÃO REALIZADA EM 17/11/2005 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, DE 2003 - (TERMINATIVO) - Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre política agrícola. AUTOR: Senador Ney Suassuna. RELATOR: Senador Flávio Arns. RELATORA AD HOC: Senadora Ana Júlia Carepa. RELATÓRIO: Pela rejeição. **RESULTADO: Rejeitado o projeto.**

ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 180, DE 2003 - (NÃO TERMINATIVO) - Acrescenta dispositivo ao artigo 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. AUTOR: Senador Delcídio Amaral. RELATOR: Senador Amir Lando. RELATOR AD HOC: Senador Gerson Camata. RELATÓRIO: Pela aprovação com 3 (três) emendas que apresenta. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, DE 2005 - (NÃO TERMINATIVO) - Altera o art. 928 do Código de Processo Civil, de modo a tornar obrigatória a inspeção por parte do juiz da reintegração de posse a visitar a propriedade esbulhada sempre que envolver imóvel rural. AUTOR: Senador Álvaro Dias. RELATOR: Senador Delcídio Amaral. RELATORA AD HOC: Senadora Ana Júlia Carepa. RELATÓRIO: Pela aprovação com 3 (três) emendas que apresenta. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, DE 2003 - (NÃO TERMINATIVO) - Cria o Fundo de Aval para o Setor Cacaueiro e dá outras providências. AUTOR: Senador César Borges. RELATOR: Senador Rodolpho Tourinho. Obs: Na reunião realizada em 29/06/05 a Comissão concede vista à Senadora Ana Júlia Carepa que apresenta 2 (duas) emendas. PARECER: Pela aprovação com a emenda nº 2 e com uma emenda de redação, bem como pelo acolhimento da emenda nº 1, nos termos da subemenda que apresenta. **RESULTADO: APROVADO.**

REUNIÃO REALIZADA EM 22/11/2005 - EXTRAORDINÁRIA

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS DA COMISSÃO AO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO/2006 - Apreciação das 05 (cinco) Emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária- CRA ao Projeto de Lei Orçamentária/2006 (PLN nº 40/2005-CN). EMENDAS APROVADAS: Emenda nº 1 – Ação: Mecanização Agrícola: Valor: R\$ 150.000.000,00; Emenda nº 2 – Ação: Pesquisa e desenvolvimento para competitividade e sustentabilidade das cadeias de produtos de origem vegetal: Valor: R\$ 100.000.000,00; Emenda nº 3 – Ação: Apoio a projetos de infra-estrutura e serviços em territórios rurais: Valor: R\$ 486.162.898,00; Emenda nº 4 – Ação: Apoio à defesa agropecuária: Valor: R\$ 300.000.000,00; Emenda nº 5 – Ação: Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário: Valor: R\$ 200.000.000,00.

REUNIÃO REALIZADA EM 24/11/2005 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: Audiência Pública com a finalidade de tratar de assunto de interesse público relevante, relativo à controvérsia que envolve a regulamentação de processo de registro diferenciado para insumos com uso regulamentado para a agricultura orgânica, nos termos do Requerimento nº 24, de 2005-CRA, de autoria do Senador Aelton Freitas, com a participação dos seguintes convidados: Dr. Luís Cláudio Meirelles – Gerente Geral de Toxicologia do Ministério da Saúde; Senhora Ségia Oliveira – Representante do Ministério do Meio Ambiente e Membro do Comitê Técnico de Assessoramento de Agrotóxicos (CTA); Dr. Rogério Pereira Dias – Coordenador-Geral de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (MAPA); Dr. Paulo D. Andréa – Diretor da Microbiol Indústria e Comércio Ltda; Dr. Ariclenis Aníbal Ballorotti – Diretor da Itaforte Bioprodutos. **RESULTADO: REALIZADA.**

REUNIÃO REALIZADA EM 30/11/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: Audiência Pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2002, que "Institui o Programa Agrícola Fronteira Norte e dá outras providências", com a presença de representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Ministério da Integração Nacional, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do Requerimento nº 29/2005 – CRA, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Ana Júlia Carepa, aprovado em 19/10/05. Com a presença dos seguintes convidados: 1- Srª. LAÍS COSTA – Gerente do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Ministério da Integração Nacional; 2- Sr. RAIMUNDO LIMA – Diretor de Programas para as Regiões Norte e Centro-Oeste do Instituto Nacional de Colonização Agrária e Reforma Agrária - INCRA; 3- Srª. ELIANY MARIA DE SOUZA GOMES – Coordenadora Geral de Desenvolvimento Regional da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; 4- Sr. MANOEL VALDEMIRO FRANCALINO DA ROCHA – Assessor Especial do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **RESULTADO: REALIZADA**

CONGRESSO NACIONAL – 2005 RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS NO PERÍODO DE 1º A 30 DE NOVEMBRO

PLNs - 05
PRN - 01

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Novembro	86/2005-CN (nº 501/2005, na origem)	PLN nº 29/2005 Leitura: 3-8-2005	Altera o programa Gestão Pública para um Brasil de Todos, constante do Plano Plurianual para o período 2004-2007.	9 e 10-11-2005, às 9 horas	Lei nº 11.194, de 17-11-2005. DO de 18-11-2005.
Novembro	93/2005-CN (nº 522/2005, na origem)	PLN nº 34/2005 Leitura: 10-8-2005	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R\$ 600.300.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente e dá outras providências.	9 e 10-11-2005, às 9 horas	Lei nº 11.199, de 24-11-2005. DO de 25-11-2005.
Novembro	94/2005-CN (nº 530/2005, na origem)	PLN nº 35/2005 Leitura: 16-8-2005	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R\$ 255.974.234,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	9 e 10-11-2005, às 9 horas	Lei nº 11.193, de 16-11-2005. DO de 17-11-2005.
Novembro	109/2005-CN (nº 610/2005, na origem)	PLN nº 43/2005 Leitura: 23-9-2005	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 1.125.577.010,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	9 e 10-11-2005, às 9 horas	Lei nº 11.198, de 24-11-2005. DO de 25-11-2005.
Novembro	110/2005-CN (nº 609/2005, na origem)	PLN nº 44/2005 Leitura: 23-9-2005	Amplia o limite a que se refere o item III.4.2 do Anexo V da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005.	9 e 10-11-2005, às 9 horas	Lei nº 11.197, de 24-11-2005. DO de 25-11-2005.
Novembro	Das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal	PRN nº 1/2005 Leitura: 5-7-2005	Ratifica o Estatuto do Fórum dos Parlamentares dos Países de Língua Portuguesa.	9 e 10-11-2005, às 9 horas	Resolução nº 1, de 2005-CN (DOU 14-11-2005)

RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO CONGRESSO NACIONAL NO PERÍODO DE 15 DE FEVEREIRO A 30 DE NOVEMBRO 2005

RQNs - 04
PLNs sancionados - 20
PRNs - 01
Total de Projetos Vetados..... 02
Vetos - rejeitados - 02
Total de matérias apreciadas... 23

**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL**

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 458/2005-CN	Dep. Aldo Rebelo - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada em 1º-11-2005, o Ofício nº 25/2005-CN (Ofício nº 1.068/GP, na origem), do Presidente do STJ, e foi despachado à CMO.
Of. nº 462/2005-CN	Dep. Aldo Rebelo - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada em 4-11-2005, a Mensagem nº 152/2005-CN (nº 741/2005, na origem), do Presidente da República, e foi despachado à CMO.
Of. nº 463/2005-CN	Dep. Aldo Rebelo - Presidente da CD	Comunicando que foram autuados, por solicitação do Presidente da CMO, e lidos na sessão do Senado Federal, realizada em 7-11-2005, os AVNs nºs 52 a 54/2005 (nº 1.889, 1.956 e 1.965/2005 - SGS-TCU), respectivamente, do Presidente do TCU, e retornam à CMO.
Of. nº 464/2005-CN	Dep. Aldo Rebelo - Presidente da CD	Comunicando que terminou dia 7-11-2005 o prazo sem interposição de recurso, para que o PDN nº 12/2005, seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional.
Of. nº 465/2005-CN	Sen. Gilberto Mestrinho - Presidente da CMO	Comunicando que terminou dia 7-11-2005 o prazo sem interposição de recurso, para que o PDN nº 12/2005, seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional.

**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL**

Senador Tiao Viana Primeiro Vice-Presidente	OF/SF/2602/2005	03/11/2005	Agradece o convite do Desembargador Júlio Aurélio Moreira Coutinho - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba e informa a designação do Senador José Maranhão para representar o Senado Federal na Sessão Solene para a posse do Desembargador João Antônio de Moura no dia 4 de novembro de 2005.	Desembargador Julio Aurélio Moreira Coutinho Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba - TJ Paraíba
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2618/2005	08/11/2005	Encaminha notas taquigráficas do pronunciamento da Senadora Heloisa Helena na Sessão SF do dia 07 de novembro de 2005, solicitando providências junto à Polícia Federal.	Marcio Thomaz Bastos Ministro de Estado da Justiça
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2619/2005	08/11/2005	Encaminha notas taquigráficas do discurso do Senador Arthur Virgílio na Sessão do Senado do dia sete de novembro de 2005	Marcio Thomaz Bastos Ministro de Estado da Justiça
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2622/2005	09/11/2005	Encaminha OF/2036/2005/SGM/P do Deputado Aldo Rebelo - Presidente Câmara Deputados. Envia OF/446/05 do Presidente Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que requer solicitações para instrução de processo contra o Deputado Pedro Henry.	Senador Amir Lando Presidente da CPMI "Compra de Votos"
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2620/2005	09/11/2005	Encaminha informações prestadas pela Secretaria de Arquivo do Senado Federal sobre o acervo da CPI do Futebol quanto à citação do nome Jamel Nasser.	Kátia Elenise Oliveira da Silva Juíza Direito da Comarca de Porto Alegre - Primeira Vara Criminal Foro Central
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2621/2005	09/11/2005	Encaminha OF/2036/2005/SGM/P do Deputado Aldo Rebelo - Presidente da Câmara dos Deputados. Envia OF/446/05 do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que requer solicitações para instruir processo contra o Deputado Pedro Henry.	Senador Delcídio Amaral Presidente da CPMI dos CORREIOS

Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2657/2005	10/11/2005	Solicita indicação 2 (dois) senadores titulares e 2 (dois) suplentes para compor Comissão Temporária Interna de Segurança Pública criada conforme requerimento nº 1261/2005, conforme quadro de proporcionalidade partidária em anexo.	Senador Delcídio Amaral Líder do Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PL)
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2658/2005	10/11/2005	Solicita indicação 2 (dois) senadores titulares e 2 (dois) suplentes para compor Comissão Temporária Interna de Segurança Pública criada conforme requerimento nº 1261/2005, conforme quadro de proporcionalidade partidária em anexo.	Senador Ney Suassuna Líder do PMDB
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2659/2005	10/11/2005	Solicita indicação 2 (dois) senadores titulares e 2 (dois) suplentes para compor Comissão Temporária Interna de Segurança Pública criada conforme requerimento nº 1261/2005, conforme quadro de proporcionalidade partidária em anexo.	Senador Jose Jorge Líder do Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2653/2005	14/11/2005	Encaminha manifesto da Frente Empresarial Paulista pela Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Informa que o projeto o qual trata da referida lei encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados (PLPs nº 210 e 123, de 2004).	Senador Luis Otavio Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos SF
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2687/2005	16/11/2005	Em aditamento ao OF/SF/453/2005 (CN), encaminha exemplar do avulso do Parecer nº 1812/2005 sobre o PLC 85/2005, proveniente da MP nº 255 de 1º de junho de 2005 para registro na Câmara dos Deputados.	Deputado Aldo Rebelo Presidente da Câmara dos Deputados
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2690/2005	16/11/2005	Responde OF/PRESI/2005020374, informa designação do Senador Eduardo Suplicy para participar da reunião do Conselho de Justiça Federal dia 18 (dezoito) de novembro de 2005 no Estado de São Paulo.	Ministro Edison Vidigal Presidente do Conselho de Justiça Federal
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2691/2005	17/11/2005	Solicita garantias de preservação do acervo cultural Memorial José Sarney, no Estado Maranhão e encaminha pronunciamento do Senador José Sarney em Sessão no Senado Federal do dia 17/11/2005 às 14h.	Márcio Thomaz Bastos Ministro de Estado da Justiça
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2694/2005	18/11/2005	Encaminha OF/SGM/P/2067/2005 do Deputado Aldo Rebelo que envia o OF/462/2005 do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.	Senador Delcídio Amaral Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI CORREIOS.
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2701/2005	22/11/2005	Encaminha OF/SGM/P/2080/2005 do Deputado Aldo Rebelo - Presidente Câmara Deputados que envia o OF/CEDPA/P/492/2005 do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (CD).	Senador Delcídio Amaral Presidente Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI CORREIOS.

Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2696/2005	22/11/2005	Comunica que foi protocolado na SGM, em 16/03/2005, requerimento de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando audiência da Comissão Assuntos Econômicos para tratar sobre o PLS nº 216/2003. Solicita remessa do referido projeto para dar seguimento à tramitação do requerimento	Senador Antônio Carlos Valadares Presidente da Comissão de Assuntos Sociais - CAS
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2698/2005	22/11/2005	Comunica que foi protocolado na SGM, em 24/06/2005, requerimento de autoria do Senador Antônio Carlos Magalhães, solicitando a tramitação conjunta de PLSs. Solicita remessa do PLS nº 200/2004 à SGM para dar seguimento à tramitação do referido requerimento.	Senador Luis Otávio Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2697/2005	22/11/2005	Comunica que foi protocolado na SGM, em 19/04/2005, requerimento de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando audiência da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PLS nº 216/2003. Solicita remessa do referido processo para dar seguimento à tramitação do referido requerimento	Senador Antônio Carlos Valadares Presidente da Comissão de Assuntos Sociais - CAS
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2702/2005	23/11/2005	Comunica que foi protocolado na SGM, em 22/11/2005, requerimento de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre PLS 35/2002. Solicita remessa do referido Projeto para dar seguimento à tramitação referido requerimento.	Senador Antônio Carlos Magalhães Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCIJ
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2703/2005	23/11/2005	Comunica foi protocolado na SGM Aviso nº 1243/2005 da Ministra Estado Chefe Casa Civil encaminhando Mensagem do Presidente República solicitando regime urgência constitucional ao PLC nº 62/2005. Solicita remessa do referido Projeto para dar seguimento à tramitação referido requerimento.	Senador Antônio Carlos Magalhães Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCIJ
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2712/2005	24/11/2005	Refere ao OF/2085/2005/SGM/P e informa que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo requerimento nº 7/2005 - CN destinada a apurar denúncias sobre vantagens indevidas oferecidas a membros do Congresso Nacional, encerrou seus trabalhos em 16 de novembro de 2005 sem apreciação do relatório final.	Deputado Aldo Rebelo Presidente da Câmara dos Deputados
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2711/2005	24/11/2005	Encaminha OF/2085/2005/SGM/P do Deputado Aldo Rebelo Presidente Câmara Deputados que envia OF nº CECPA/P/478/2005 do Presidente Conselho Ética e Decoro Parlamentar	Senador Delcídio Amaral Presidente da Comissão Parlamentar Mista Inquérito - CPMI Correios

Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2724/2005	25/11/2005	Comunica que foi protocolado na SGM, em 14/09/2005, requerimento de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando tramitação conjunta das PLSs nº 48/2005 com nº 209/2003. Solicita remessa do primeiro à SGM para seguimento à tramitação do referido requerimento.	Senador Antônio Carlos Magalhães Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2699/2005	25/11/2005	Comunica que foi protocolado na SGM, em 19/04/2005, requerimento de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o PLS nº 517/2003. Solicita remessa do referido Projeto à SGM para dar seguimento à tramitação do referido requerimento.	Senador Luiz Otávio Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2725/2005	25/11/2005	Comunica que foi protocolado na SGM, em 05/10/2005, requerimento de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando a retirada do requerimento nº 1584/2004, de sobrestamento do exame do PLC nº 59/2003. Solicita a remessa do referido Projeto para dar seguimento da tramitação da referida retirada.	Senador Antônio Carlos Magalhães Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2723/2005	25/11/2005	Comunica que foi protocolado na SGM, em 14/09/2005, requerimento de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando tramitação conjunta das PLSs nº 48/2005 com o nº 209/2003. Solicita remessa do primeiro à SGM para dar seguimento à tramitação do referido requerimento.	Senador Luiz Otávio Presidente da Comissão Assuntos Econômicos - CAE
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2722/2005	25/11/2005	Comunica que foi protocolado na SGM, em 19/09/2005, requerimento de autoria do Senador Aluizio Mercadante, solicitando tramitação conjunta das PECs nº 14, 17 e 20/2005. Solicita remessa das referidas propostas à SGM para dar seguimento à tramitação referido requerimento.	Senador Antônio Carlos Magalhães Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2721/2005	25/11/2005	Comunica que foi protocolado na SGM, em 09/11/2005, requerimento de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre PLS nº 343/2004. Solicita remessa do referido Projeto à SGM para dar seguimento à tramitação do requerimento.	Senador Antônio Carlos Magalhães Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2720/2005	25/11/2005	Comunica que foi protocolado na SGM, em 03/11/2005, requerimento de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando tramitação conjunta das PECs nº 22/2001 e nº 60/2005. Solicita remessa das referidas propostas à SGM para dar seguimento à tramitação do referido requerimento.	Senador Antônio Carlos Magalhães Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ

Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2719/2005	25/11/2005	Comunica que foi protocolado na SGM, em 10/11/2005, requerimento de autoria do Senador Gilberto Goellner, solicitando audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o PLS nº 3/2005. Solicita remessa do Projeto para dar seguimento à tramitação do referido requerimento.	Senador Antônio Carlos Valadares Presidente da Comissão de Assuntos Sociais - CAS
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/2726/2005	25/11/2005	Comunica que foi protocolado na SGM, em 22/11/2005, requerimento de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o PLS nº 35/2002 - Complementar. Solicita a remessa do referido Projeto à SGM para dar seguimento à tramitação do referido requerimento.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ

PARECER Nº 32, DE 2005

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 43, de 2005-CN (Aviso nº 1.814-SGS-TCU-Plenário de 5 de outubro de 2005, na origem), que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 1.556, de 2005 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam (TC nº 005.208/2005-3).

Relator: Senador **Romero Jucá**

I – Relatório**1.1. Histórico**

O Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do Aviso nº 43, de 2005-CN (Aviso nº 1.814-SGS-TCU-Plenário de 5 de outubro de 2005, na origem), encaminhou ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.556, de 2005 – TCU (Plenário), proferido por aquela Corte nos autos do Processo nº TC nº 005.208/2005-3, examinado na Sessão Ordinária de 5 de outubro de 2005, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram.

Referida decisão trata de Pedido de Reexame impetrado pela Companhia Metropolitana de Transportes Públicos do Governo do Estado do Piauí contra o Acórdão nº 855/2005- Plenário, que tinha por base o Relatório de Levantamento de Auditoria realizado nas obras de Expansão do Sistema de Trens Urbanos de Teresina/PI, relacionado ao Programa de Trabalho nº 26.783.0222.3444.0022.

No âmbito desta CMO, fomos designados pelo seu Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, por meio do Ofício nº 362/2005-CMO, e 27 de outubro de 2005, para examinar a matéria e sobre ela emitir relatoria.

1.2. Análise da Matéria

O Expediente encaminhado pelo TCU trata-se de Pedido de Reexame interposto pela Companhia Metropolitana de Transportes Públicos-CMTP, do Governo do Estado do Piauí contra Decisão do TCU exarada no Acórdão nº 855/2005-TCU-Plenário.

Aquele Tribunal, analisando a questão processual concluiu pela insubsistência daquele Acórdão devendo o processo ser analisado em conjunto e em confronto com TC-004.809/2004-0, em razão da prevenção do Relator do processo inicialmente autuado e ainda não julgado em definitivo.

É importante ressaltar que o Contrato AT-N 30/87 está relacionado no Anexo VI da Lei nº 11.100/05 (LOA/2005), vinculado ao empreendimento “Expansão do Sistema de Trens Urbanos de Teresina – PI – no Estado do PI”. No entanto, as indicações feitas excepcionavam as obras para conclusão do Ramal Bandeira.

O Acórdão tornado insubsistente foi encaminhado ao Congresso Nacional pelo Aviso nº 882/95-SGS/TCU e ganhou número no Congresso Nacional de AVN nº 24/05, e foi relatado pelo Excelentíssimo Senhor Deputado Devanir Ribeiro, cujo relatório foi convertido no Decreto Legislativo nº 12/2005, em 24 de outubro passado e inseriu, também, o trecho relativo às obras do Ramal Bandeira.

Assim, a composição do Quadro de Obras com Índícios de Irregularidades, após o Acórdão em tela, retorna à situação inicial do Anexo VI da Lei nº 11.100/05 (LOA/2005), ou seja, liberando as obras relativas ao Ramal Bandeira no contrato AT-N 30/87.

É o Relatório

2. Voto

Ante todo o exposto, e considerando que o Acórdão ora em tela, objeto do AVN nº 43/05, reforma a Decisão exarada no Acórdão nº 855/2005-TCU-Plenário, encaminhado pelo AVN nº 24/05, propomos que seja aprovado o projeto de decreto legislativo, na forma apresentada em anexo.

Sala da Comissão, de 2005. – Senador **Romero Jucá**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Libera a execução física, financeira e orçamentária do trecho relativo ao Ramal Bandeira do contrato AT-N 30/87, relativo ao empreendimento “Expansão do Sistema de Trens Urbanos de Teresina – PI – No Estado do PI”. (PT 26.783.0222.3444.0022).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizada execução física, financeira e orçamentária do trecho relativo ao Ramal Bandeira do empreendimento “Expansão do contrato AT-N 30/87, Sistema constante de Trens Urbanos Teresina – PI – No Estado do PI. (PT 26.783.0222.3444.0022).

Parágrafo único. Determina-se ao Tribunal proceda ao acompanhamento da obra, de Contas da União

Art. 2º Este decreto-Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, de 2005. – Senador **Romero Jucá**, Relator.

Ofício nº S-27/2005-CMO (CIRCULAR)

Brasília, 10 de novembro de 2005

Senhor Parlamentar,

Dirijo-me a Vossa Excelência para informar que o Relatório de autoria do Senador Romero Jucá ao Aviso nº 43/2005-CN que “Encaminho ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 855/2005 – TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, sobre o Levantamento de Auditoria realizado nas obras de Expansão do Sistema de Trens Urbanos de Teresina-PI – TC nº 005.208/2005-3”, que concluiu por um Projeto de Decreto Legislativo—PDL, está disponível na Página da Comissão Internet (Acesso rápido — “Relatórios apresentados à CMO por relatores”) e

na Secretaria da Comissão (Anexo II da Câmara dos Deputados, sala 12, térreo).

Comunico, ainda, que de acordo com o estabelecido no art.35, inciso VII, letra **c** da Resolução nº 1/2001-CN, alterada pelas Resoluções nºs 1, 2 e 3/2003-CN, e Ofício-CN nº 824/2004, combinado com a proposta do Deputado Ricardo Barros, aprovada na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 5-6-2002, o prazo para apresentação de emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo será nos dias e 14-11-2005 – 2 (dois) dias úteis.

Informo, outrossim, que o formulário para apresentação de emendas ao relatório e ao PDL encontra-se acessível na página da Comissão na Internet.

Atenciosamente, **Myrna Lopes Pereira**, Secretária de Comissão.

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Vigésima Terceira Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2005, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Senador ROMERO JUCÁ, ao **Aviso n.º 043/2005-CN**, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado foi favorável à **LIBERAÇÃO** da execução física, financeira e orçamentária do trecho relativo ao Ramal Bandeira do contrato AT-N 30/87, constante do empreendimento “EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE TERESINA – PI – NO ESTADO DO PI”. (PT 26.783.0222.3444.0022). Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, nos dias 11 e 14/11/2005, não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Augusto Botelho, Fernando Bezerra, Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Ideli Salvatti, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Romero Jucá, Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Sibá Machado e Valdir Raupp; e os Deputados, Mussa Demes, Primeiro Vice-Presidente, Ronaldo Dimas, Terceiro Vice-Presidente, Anivaldo Vale, Assis Miguel do Couto, Benedito de Lira, Benjamin Maranhão, Bismarck Maia, Carlito Merss, Carlos Alberto Leréia, Claudio Cajado, Colbert Martins, Devanir Ribeiro, Dr. Rodolfo Pereira, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Fernando de Fabinho, Francisco Dornelles, Geraldô Resende, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Humberto Michiles, Iberê Ferreira, Inácio Arruda, Jaime Martins, João Grandão, João Leão, João Magalhães, Jorge Bittar, José Carlos Araújo, José Carlos Machado, José Chaves, José Pimentel, José Rocha, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Laura Carneiro, Luiz Carreira, Luiz Piauhyllino, Lupércio Ramos, Manato, Marcelo Castro, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel de Souza, Milton Monti, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Nelson Pellegrino, Neyde Aparecida, Paulo Afonso, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professor Luizinho, Ricardo Barros, Rogério Teófilo, Rose de Freitas, Sérgio Miranda, Vander Loubet, Vignatti, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Wellington Roberto, Zé Geraldo e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, em 24 de novembro de 2005.


Deputado RONALDO DIMAS
Terceiro Vice-Presidente no exercício da Presidência


Senador ROMERO JUCÁ
Relator

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 13 DE 2005**

Libera a execução física, financeira e orçamentária do trecho relativo ao Ramal Bandeira do contrato AT-N 30/87, relativo ao empreendimento “Expansão do Sistema de Trens Urbanos de Teresina – PI – no Estado do PI”. (PT 26.783. 0222.3444.0022).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizada execução física, financeira e orçamentária do trecho relativo ao Ramal Bandeira do contrato AT-N 30187, constante do empreendimento “Expansão do Sistema de Trens Urbanos De Teresina – RI — no Estado do PI”. (PT 26.783.0222.3444.0022).

Parágrafo único. Determina-se ao Tribunal de Contas da União que proceda ao acompanhamento da obra

Art. 2º Este decreto-legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 24 de novembro de 2005.
– Deputado **Ronaldo Dimas**, Terceiro Vice-Presidente .no exercício da Presidência, Senador **Romero Jucá**, Relator.

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS
ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

EXTRATO DA ATA DA 13ª REUNIÃO

No dia 30 do mês de novembro de 2005, quarta-feira, às 12h, na Sala nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, no Senado Federal, sob a Presidência do Senador Roberto Saturnino, presentes os Senadores Romeu Tuma e Demóstenes Torres e os Deputados Aroldo Cedraz e José Carlos Aleluia, foi realizada a IV Reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência — CCAI, em caráter reservado. Para a constar, foi lavrado o presente termo que vai assinado por mim, Maria Amália Figueiredo da Luz, matrícula 14155, Diretora da SSCOP Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, da Secretaria-Geral da Mesa Senado Federal, e pelo Senador Roberto Saturnino, Presidente da Comissão. Senado Federal, 30 de novembro de 2005.

CONGRESSO NACIONAL

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA – (CCAI)**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

13ª REUNIÃO

EM 30 DE NOVEMBRO DE 2005, QUARTA-FEIRA, ÀS 12 HORAS, NA SALA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DO SENADO FEDERAL, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, Sala nº 7

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
HENRIQUE FONTANA	NEY SUASSUNA
JOSÉ CARLOS ALELUIA	JOSÉ JORGE
AROLDO CEDRAZ	ROBERTO SATURNINO

Visto: _____

Brasília, 30 de novembro de 2005

[illegible]

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

BAHIA		PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	ALAGOAS	
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Péres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
GOIÁS		P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soares	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner	DISTRITO FEDERAL	
BLOCO - PT	Serys Shlessarenko	PP	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		Sem Partido	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim	TOCANTINS	
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
PARAÍBA		BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes	RONDÔNIA	
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	RORAIMA	
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
PIAUI		PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

12-9-2005

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL

Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo

Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3113972 Fax: 3114315

E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE: SENADOR GERSON CAMATA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)			
DEMÓSTENES TORRES - PFL	GO-2091/99	1-ROSEANA SARNEY - PFL	MA-3070/4171
JORGE BORNHAUSEN - PFL	SC-4206/07	2-GILBERTO GOELLNER – PFL	MT-2272/2275
JOSÉ JORGE - PFL	PE-3245/47	3-CÉSAR BORGES - PFL	BA-2213/2217
MARIA DO CARMO ALVES - PFL	SE-1306/4055	4-JOSÉ AGRIPINO - PFL	RN-2361/62
EDISON LOBÃO - PFL	MA-2311/13	5-MARCO MACIEL - PFL	PE-5710/24
MARCELO CRIVELLA – PMR (2)	RJ-5225/90	6-ROMEU TUMA - PFL	SP-2051/57
TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	AL-4685/1102	7-EDUARDO AZEREDO – PSDB	MG-2321/23
GERALDO MESQUITA – P-SOL (1)	AC-1078/1278	8-SÉRGIO GUERRA - PSDB	PE-2382/2385
LEONEL PAVAN - PSDB	SC-4041/14	9-LÚCIA VÂNIA - PSDB	GO-2038/2844
REGINALDO DUARTE – PSDB	CE-1149/3249	10-TASSO JEREISSATI - PSDB	CE-4846
PMDB			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	MG-2244/2245	1-AMIR LANDO	RO-3130/3132
ÍRIS DE ARAÚJO	GO-1132/1440	2-GARIBALDI ALVES FILHO	RN-2371/77
VALDIR RAUPP	RO-2252/53	3-(VAGO)	
GERSON CAMATA	ES-1403/3204	4-PAPALÉO PAES (5)	AP-3252/2984
SÉRGIO CABRAL	RJ-2432/34	5-MÃO SANTA	PI-2334/36
JOSÉ MARANHÃO	PB-1892/2231	6-LUIZ OTÁVIO	PA-3050/4393
NEY SUASSUNA	PB-1892/2231	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
GILBERTO MESTRINHO	AM-3104/3106	8-(VAGO)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB e PL) (4)			
AELTON FREITAS - PL	MG-4740/5067	1-(VAGO)	
PAULO PAIM - PT	RS-5227/5232	2-ALOÍZIO MERCADANTE - PT	SP-1313/5198
FÁTIMA CLEIDE - PT	RO-2391/97	3-FERNANDO BEZERRA – PTB (3)	RN-2461/2464
FLÁVIO ARNS - PT	PR-2402/05	4-DELCÍDIO AMARAL – PT	MS-2451/2455
IDELI SALVATTI - PT	SC-2171/72	5-ANTÔNIO CARLOS VALADARES-PSB	SE-2201/2206
ROBERTO SATURNINO - PT	RJ-4229/4231	6-MAGNO MALTA - PL	ES-4161/1654
MOZARILDO CAVALCANTI – PTB(3)	RR-4078/1160	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES – PSB	CE-2301/2302
SÉRGIO ZAMBIASI – PTB (3)	RS-1207/1607	8-JOÃO RIBEIRO - PL	TO-2161/63
PDT			
AUGUSTO BOTELHO	RR-2041/48	1-JUVÊNCIO DA FONSECA (6)	MS-1128/1228

OBSERVAÇÕES:

(1) VAGA CEDIDA PELO PSDB

(2) VAGA CEDIDA PELO PFL

(3) O PTB DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 08/06/05

(4) O PPS DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 24/06/05

(5) O SENADOR PAPALÉO PAES PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB

(6) O SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB

REUNIÃO: 3ª FEIRA ÀS 11:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 3311-4604/3498
FAX: 3311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 3311-3276

ATUALIZADA EM: 27/10/2005

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador

Vice-Presidente: Senador

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Gilberto Goellner (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. MºdoCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. Álvaro Dias (PSDB)	PR	4059
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camara	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Pedro Simon	RS	3232
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 23.11.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 04.10.2005)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senado Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PSOL
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS	
Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.
PDT	
	1.
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
	1. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/ PARTIDO/AC)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. OLIVEIRA FILHO (PL/PR)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

-

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 322 PÁGINAS